

cirkulã

# SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO  
AOS DESAFIOS COTIDIANOS



ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY, DOLORES SANCHES WUNSCH,  
GIOVANE ANTONIO SCHERER E TATIANA REIDEL (ORGS.)

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.  
1º edição - 2023

Revisão, Normatização e Edição: Mauro Meirelles  
Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles  
Capa: Luciana Hoppe  
Tiragem: 50 exemplares impressos e 900 exemplares para distribuição on-line.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP**

S492 Serviço social e política social: da produção do conhecimento aos desafios cotidianos / Alzira Maria Baptista Lewgoy ... [et al.] (Organizadores); prefácio Cláudia Mônica dos Santos. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.  
400 p.: il.

ISBN: 978-85-7150-052-5

DOI: 10.29327/5338451

1. Serviço social. 2. Política social. 3. Proteção social – Políticas públicas. 4. Serviço social – Profissão – Brasil. 5. Pesquisa – Produção do conhecimento. 6. Políticas de Assistência Social – Educação. I. Lewgoy, Alzira Maria Baptista. II. Wunsch, Dolores Sanches. III. Scherer, Giovane Antonio. IV. Reidel, Tatiana. V. Santos, Cláudia Mônica dos.

CDU: 364

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

**ESTE LIVRO FOI SUBMETIDO À REVISÃO POR PARES,  
CONFORME EXIGEM AS REGRAS DO QUALIS LIVROS DA CAPES.**

**SERVIÇO SOCIAL**  
**e**  
**POLÍTICA SOCIAL**  
**DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**  
**AOS DESAFIOS COTIDIANOS**

**ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY**  
**DOLORES SANCHES WUNSCH**  
**GIOVANE ANTONIO SCHERER**  
**TATIANA REIDEL**  
**(ORGANIZADORES)**

  
**cirkula**

Porto Alegre  
2023



A pior coisa do mundo é a Fome!

Carolina de Jesus



## CONSELHO EDITORIAL

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

José Rogério Lopes

Jussara Reis Prá

Luciana Hoppe

Marcelo Tadvall

Mauro Meirelles

## CONSELHO CIENTÍFICO

**Alejandro Frigerio** (Argentina) - Doutor em Antropologia pela Universidade da Califórnia, Pesquisador do CONICET e Professor da Universidade Católica Argentina.

**André Luiz da Silva** (Brasil) - Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté.

**Antonio David Cattani** (Brasil) - Doutor pela Universidade de Paris I - Panthéon-Sorbonne e Professor Titular de Sociologia da UFRGS.

**Arnaud Sales** (Canadá) - Doutor d'État pela Universidade de Paris VII e Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Montreal.

**Cíntia Inês Boll** (Brasil) - Doutora em Educação e professora no Departamento de Estudos Especializados na Faculdade de Educação da UFRGS.

**Daniel Gustavo Mocelin** (Brasil) - Doutor em Sociologia e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Dominique Maingueneau** (França) - Doutor em Linguística e Professor na Universidade de Paris IV Paris-Sorbonne.

**Estela Maris Giordani** (Brasil) - Doutora em Educação, Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora da Antonio Meneghetti Faculdade (AMF).

**Hilario Wynarczyk** (Argentina) - Doutor em Sociologia e Professor Titular da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM).

**Ileizi Luciana Fiorelli Silva** (Brasil) - Doutora em Sociologia pela FFLCH-USP e professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

**Leandro Raizer** (Brasil) - Doutor em Sociologia e Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Luís Fernando Santos Corrêa da Silva** (Brasil) - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Ciências Humanas da UFFS.

**Lygia Costa** (Brasil) - Pós-doutora pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UF RJ e professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Maria Regina Momesso** (Brasil) - Doutora em Letras e Linguística e Professora da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

**Marie Jane Soares Carvalho** (Brasil) - Doutora em Educação, Pós-Doutora pela UNED/Madrid e Professora Associada da UFRGS.

**Mauro Meirelles** (Brasil) - Doutor em Antropologia Social e Pesquisador do Laboratório Virtual e Interativo de Ciências Sociais (LAVIECS/UFRGS).

**Silvio Roberto Taffarel** (Brasil) - Doutor em Engenharia e professor do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Impactos Ambientais em Mineração do Unilasalle.

**Stefania Capone** (França) – Doutora em Etnologia pela Universidade de Paris X- Nanterre e Professora da Universidade de Paris X-Nanterre.

**Thiago Ingrassia Pereira** (Brasil) - Doutor em Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da UFFS e do Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS.

**Wrana Panizzi** (Brasil) - Doutora em Urbanisme et Amenagement pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne), em Science Sociale pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e Professora Titular da UFRGS.

**Zilá Bernd** (Brasil) - Doutora em Letras e Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle.

## SUMÁRIO

- 13**      PREFÁCIO  
[DA PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGPSSS/UFRGS]  
CLÁUDIA MÔNICA DOS SANTOS
- 31**      APRESENTAÇÃO  
ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY, DOLORES SANCHES WUNSCH, GIOVANE ANTONIO SCHERER, TATIANA REIDEL
- 37**      ESTADO, FINANCIERIZAÇÃO DA ECONOMIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS  
ROSA ANGELA CHIEZA, LETÍCIA M. PEREIRA
- 61**      A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)  
E OS EMBATES PARA SUA AFIRMAÇÃO NO ÂMBITO DE SEGURIDADE SOCIAL  
LEILA APARECIDA CUNHA THOMASSIM, DOLORES SANCHES WUNSCH
- 93**      A NEBULOSA RELAÇÃO SOCIAL ENFRENTADA PELOS MOTORISTAS DA UBER  
FERNANDO F. DILLENBURG, FÁBIO RAMOS CANNAS
- 115**     O CONTEXTO DO MESOTELIOMA NO RIO GRANDE DO SUL: DA EXPOSIÇÃO AO  
AMIANTO À INVISIBILIDADE DO CÂNCER RELACIONADO AO TRABALHO  
TUANE VIEIRA DEVIT, DOLORES SANCHES WUNSCH, JUSSARA MARIA ROSA MENDES
- 143**     A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA EROÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIA  
DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DA (DES)PROTEÇÃO  
SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE  
RENATA MAIERON TURCATO, GIOVANE ANTONIO SCHERER
- 167**     A MULHER DO FIM DO MUNDO: DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA  
QUE PERMEIAM O SER MULHER  
MÍRIAM THAIS GUTERRES DIAS, JULIANA PAULAZZI CAVALLI, CRISTIANE SCHOSSLER GARCIA NUNES,  
PÂMELA DA SILVA BRAZ



- 189** RACISMO É PROBLEMA TEU!  
VALDETE SOUTO SEVERO, CARLA REJANE GOULART BANDEIRA, VALQUIRIA QUINTANILHA FORTUNATO
- 209** NEPSID – NÚCLEO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL À DIVERSIDADE:  
PERSPECTIVAS DE TRABALHO NA INTERFACE DO CAMPO IDENTITÁRIO  
COM AS POLÍTICAS SOCIAIS  
ADOLFO PIZZINATO, FERNANDA LANZARINI DA CUNHA, THAIS BRAGA DE SOUZA
- 229** A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO POR TRABALHADORES/AS DAS POLÍTICAS DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DOS LIMITES E DESAFIOS  
DA ORIENTAÇÃO NO MESTRADO  
TIAGO MARTINELLI, ROSEMARY PAIM DA SILVA, CLAUDIA APARECIDA ALVES GODÓI
- 253** FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL:  
TENDÊNCIAS DE ENSINO E PESQUISA NO BRASIL  
THAISA TEIXEIRA CLOSS, CAMILA MAEWE DA SILVA BANDEIRA, EDIANE PEREIRA SANTANA,  
JESSICA FLORES MIZOGUCHI
- 279** O TEMA DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO  
DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPS  
CLÁUDIA CORREIA COELHO, ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY
- 311** PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TEÓRICAS DA ÉTICA PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE  
SOCIAL NO BRASIL: 30 ANOS DO CÓDIGO DE ÉTICA EM MEIO  
AO AVANÇO NEOCONSERVADOR  
TATIANA REIDEL, ANDERSON DA SILVA FAGUNDES
- 343** A CAMINHADA COLETIVA DE UMA KAINGANG ASSISTENTE SOCIAL:  
UM MODO DE SER PESQUISADORA  
ANGELICA DOMINGOS KAINGANG, ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES
- 369** QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL  
CAROLINE PIRES, JORGE CASTELLÀ SARRIERA, ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES
- 395** SOBRE OS AUTORES E AUTORAS



## PREFÁCIO

### [DA PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGPSSS/UFRGS]

A Coletânea que ora temos a satisfação de apresentar ao público é fruto do trabalho coletivo do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Serviço Social (PPGPSSS/UFRGS), cujo tema central é a relação da produção de conhecimento e os desafios atuais para o cotidiano profissional. Organizada por Alzira Lewgoy, Dolores Wunsch, Giovane Scherer e Tatiana Reidel, quatro pesquisadores/as, doutores e doutoras, de expressão no Serviço Social brasileiro e grandes referências no Rio Grande do Sul. Ela é parte da proposta de resistência desse PPGPSSS<sup>1</sup>, que vem debatendo sobre a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social e, nessa esteira, socializando suas pesquisas e projetos de extensão, numa intrínseca relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Trata-se de um tema caro à profissão de Serviço Social no Brasil, pois, conforme ressalta Mota e Amaral (2016), o Serviço Social é uma profissão e uma área de conhecimento. O conhecimento produzido por essa especialização do trabalho coletivo, está voltado às condições de vida da população com a qual trabalha condensada na “questão social”, especialmente, sobre a realidade social, econômica, política e cultural onde se insere. A estas linhas de pesquisa se alia o conhecimento da trajetória do Serviço Social inscrito na dinâmica da história; o lugar do trabalho reali-

---

1 Esse prefácio é parte de palestra proferida na oficina “Pesquisas e Produções do Conhecimento em Política Social e Serviço Social”, organizada pelo PPGPSSS/UFRGS, no dia 12/04/2023, no período de 18:30 h às 21:30 h. Essa oficina foi uma das atividades do projeto de Pesquisadora Visitante, edital CNPq 25/2021, processo 350160/2022-8, aprovado sob a coordenação da professora Alzira Lewgoy e pesquisadora Cláudia Mônica dos Santos. Essa oficina contou, também, com a participação da professora Jane Prates (PUC/RS).

zado por assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho social e o debate sobre as concepções teórico-metodológicas que o informam, participando do debate cultural de uma época.

Nesta direção, tratar a produção do conhecimento no Serviço Social é de suma importância, tendo por suposto que a pesquisa é um dos caminhos para a produção do conhecimento, ao mesmo tempo que, permite decifrar a realidade que se apresenta como o nosso campo de trabalho (YAZBEK, 2022).

Os Programas de Pós-graduação em Serviço Social são um dos ambientes privilegiados que possibilitam o incremento da produção de conhecimento em Serviço Social. Pesquisa e produção de conhecimentos andam de mãos dadas e a Pós-graduação é condição necessária tanto ao aprofundamento das pesquisas quanto à produção de conhecimento expressa em dissertações e teses de discentes, na produção acadêmica continuada de seu corpo docente e nos núcleos de estudos e pesquisas que incorporam alunos de iniciação científica ao nível de graduação. Pós-graduação – preferencialmente indissociável da graduação – pesquisa e produção de conhecimento se constituem o tripé necessário para fortalecer a concepção de Serviço Social como área do conhecimento, para além de sua histórica concepção de área de intervenção.

O Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social (PPGSSS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em nível de mestrado, foi criado em 2016. Sua área de concentração “Serviço Social e Política Social” possui 2 linhas de pesquisas: Estado, Sociedade e Políticas Sociais; Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional. Essas linhas possuem grupos, núcleos que se dedicam à investigação e alguns deles, agregam as atividades de extensão.

Nesse PPGSSS a linha 1 “Estado, Sociedade e Políticas Sociais” está constituída pelos seguintes núcleos: 1) Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST); 2) Grupo de

Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP); 3) Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais (GPETPS); 4) Grupo de Pesquisa Saúde, Gênero e Vulnerabilidade (SAGEV); 5) Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social; 6) Núcleo de Estudos e Intervenção Psicossocial à Diversidade (NEPSID); 7) Centro de Documentação e Pesquisa em Saúde do Trabalhador (CEDOP); e, 8) Grupo de Pesquisa: Trabalho e Capital: a centralidade dos direitos sociais.

A linha 2 “Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional” reúne os seguintes grupos: 9) Grupo de pesquisa Marx, Platão e a dialética; 10) Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS); 11) Grupo de Estudos sobre Fundamentos, Ensino e Memória em Serviço Social (GEFEMSS); 12) Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Formação, Ética em Serviço Social (GEPETFESS)<sup>2</sup>.

Ao todo são 12 grupos/núcleos<sup>3</sup>, os quais atendem aos objetivos do PPGPSSS, a saber: “formar recursos humanos de excelência, instrumentalizando-os para o ensino superior, a pesquisa, o planejamento, a gestão, a análise e a avaliação de políticas sociais”. E, principalmente, quanto ao objetivo específico assim formulado: “articular os estudos da Política Social e do Serviço Social como área do conhecimento, diante das novas expressões e configurações da questão social no contexto das relações entre Estado, classes sociais e sociedade, na implementação das Políticas Sociais no Brasil, enquanto mecanismo de Proteção Social”.

---

2 Na verdade, a ênfase de determinado grupo recai em uma das 2 linhas, mas isso não significa que uma linha não comporte pesquisas de outra linha. Exemplo: estudar a política de assistência social e o trabalho do Assistente Social nesta política, envolve necessariamente, as duas linhas.

3 Apenas 01 núcleo não se encontra registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, até o presente momento.

As pesquisas, em desenvolvimento por esses grupos, vão ao encontro do fortalecimento do acervo da produção científica em Serviço Social e de sua consolidação enquanto área do conhecimento. Esses grupos articulam eixos temáticos tais como: questão social e suas expressões; raça; trabalho, Estado e Serviço Social que contribuem aos três núcleos que perfilam os fundamentos da formação em Serviço Social, os quais são indissociáveis entre si: fundamentos teórico-metodológico da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

Desses 12 grupos, 05 apresentam um potencial de internacionalização, envolvendo outros países nos projetos de pesquisas em curso -, Argentina; Portugal e Espanha. 07 grupos trabalham em parcerias com equipe de outras universidades no país e 05 grupos envolvem pesquisadores/as de outros cursos da própria UFRGS. Tais iniciativas voltadas à internacionalização e ao intercâmbio entre pesquisadores/as nacionais dispõem de significativa relevância, além das recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os Programas com nota 5 ou mais<sup>4</sup>. Eles atendem, igualmente, a um dos objetivos específicos do PPGPSSS que é o de fomentar a cooperação das atividades propostas pelo PPG com outras Instituições de Ensino Superior no intercâmbio acadêmico nacional e internacional.

Importante lembrarmos que o Serviço Social brasileiro desde suas origens vem mantendo relações internacionais, privilegiadamente com os demais países da América Latina, o que se expressa na articulação das entidades representativas: a Associação Latino-americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) – historicamente um organismo de cooperação técnica internacional vinculado à ALAETS

---

<sup>4</sup> Por ser um programa jovem, criado em 2016, o PPGPSSS possui a nota 4 da CAPES, caminhando para o 5.

–, passando pelo Movimento de reconceituação latino-americano. Ressaltamos a importância do CELATS na construção do nosso projeto ético-político (IAMAMOTO e SANTOS, 2022) e a importância da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) na criação do mestrado e do doutorado em Portugal, Argentina e, atualmente apoiando a formação de Assistentes Sociais em África, especialmente em Angola. Porém, o Brasil, também, sempre manteve diálogos acadêmicos com países europeus e norte-americanos.

Hoje o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vêm incentivando articulação internacional, com participação efetiva no Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS), na Associação Latinoamericana de Ensenanza y Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), na Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS) e na Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS).

O fortalecimento da internacionalização das instituições de ensino superior mediante intercâmbios entre universidades brasileiras e estrangeiras, é de fundamental importância para estimular o debate e contribuir para expansão do Serviço Social crítico no cenário mundial. Conforme Prates (2019, p. 3), na atualidade faz-se necessário o adensamento de cooperação e intercâmbios científicos que se voltem para a troca de experiências no sentido de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social. Prates salienta, ainda, a relevância da internacionalização no intercâmbio entre culturas, realizada de modo crítico, para alimentar a ampliação e qualificação do debate acadêmico, da pesquisa e da produção do conhecimento. Para ela isso exige troca, respeito, valorização de saberes diversos, reconhecimento de diversidade de interlocutores e pontos de vista e solidariedade.

O PPGPSSS/UFRGS possui 05 grupos desenvolvendo projetos de pesquisa em interface com a extensão. Essa tendência vem

ao encontro do necessário e atual debate sobre a proposta de implantação da “curricularização da extensão”<sup>5</sup> já contemplada nesta Pós-Graduação que incorpora aos objetivos específicos desse PPG as funções precípua da Universidade: a promoção e articulação entre o ensino de Pós-Graduação e Graduação, extensão e pesquisa, visando à ampliação das produções científicas envolvendo docentes e discentes para difusão do conhecimento no campo das políticas sociais e no Serviço Social e, também, incorporada na finalidade de fomentar a cooperação das atividades propostas por esse PPG com a Graduação e as Atividades de Extensão da UFRGS.

Os grupos/núcleos envolvem também discentes de outras universidades e de outros cursos da UFRGS, sendo que o próprio PPGPSSS possui 10 docentes do Serviço Social, 01 docente do Direito, 01 docente da Psicologia, 01 docente da Medicina, 02 docentes da Economia Política. Dentre os grupos de pesquisa, 04 deles envolvem pesquisadores/as de outros grupos do próprio Departamento de Serviço Social da UFRGS.

Essa relação entre Graduação e Pós-Graduação – bem como a internacionalização – é recomendada no documento “Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil”<sup>6</sup>, ao apontar alguns de seus desafios, a saber: a solidariedade; a internacionalização da área; a articulação entre Graduação e Pós-Graduação. Para tanto sugere “investimento em núcleos e grupos de pesquisa que envolvam docentes e discentes de Graduação e Pós-Graduação”; envolvimento dos docentes e discentes com as pesquisas da Iniciação Científica/PIBIC; implemen-

---

5 Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação (2014-2024), que estabelece “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Estratégia 12.7, *da meta 12*).

6 Elaborado na gestão 2013-2014 / 2015-2016, mas iniciado já na gestão 2009-2010.

tação de atividades de extensão na graduação (Núcleos de extensão, PETs, grupos de pesquisa) que articulem graduação e pós-graduação. E como último desafio, mas não menos relevante, a necessária distinção entre produtivismo versus produção científica e o acompanhamento crítico do Sistema de Avaliação da CAPES-MEC.

Em que pese nossa preocupação com o produtivismo e a qualidade das publicações, todos os grupos de pesquisadores/as publicam artigos em periódicos, organizam e publicam livros autorais e capítulos de livros. Evidenciamos a difusão das publicações oriundas destes grupos, muitas de referência nacional e internacional.

Essa coletânea reafirma e atesta ser a universidade e, em especial, a Pós-Graduação um espaço privilegiado de pesquisa e produção de conhecimento, contribuindo com a interlocução do Serviço Social com diferentes áreas do saber. Contudo são inúmeros os desafios. Conforme Yazbek (2022 p. 16):

[...] a universidade expressa a conjuntura que vivemos. Um olhar para as mudanças do contexto universitário ditadas pela lógica do mercado coloca em evidência que o sistema educacional brasileiro vem passando por profundas alterações, que objetivam um reordenamento do campo educacional de modo a adequar as políticas educacionais aos ajustes estruturais na esfera econômica. Temos a enfrentar um extenso conjunto de questões como a perspectiva privatizante, a redução do financiamento da educação em geral, cursos à distância, mestrados profissionalizantes e outras. A dimensão mercadológica passa a ser um novo padrão acadêmico (padrão que não vem do Estado, mas do Mercado); os currículos flexibilizam-se e tendem a encolher. Mudanças substantivas redesenham o “mapa institucional do ensino superior” caracterizado pelo crescimento de instituições privadas, que colocam suas ações no mercado e não parecem, com raras exceções, priorizar o ensino a pesquisa ou a extensão.

Na atualidade, o ensino remoto – não mais emergencial – vem agravando a aludida precarização do Ensino Superior. Como garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão? Como garantir a qualidade na formação e na pesquisa?

O Serviço Social brasileiro, desde a década de 1980, elege a rica e diversificada tradição intelectual fundada na Teoria Social de Marx” e o método<sup>7</sup> que lhe é correspondente para decifrar a realidade. Nesta direção, segundo Yamamoto e Santos (2021, p. 31) essa perspectiva exige “pesquisas no acompanhamento das conjunturas, da correlação de forças nelas presentes, da “questão social” e de suas incidências na vida dos indivíduos sociais”. E esse é mais um grande desafio posto aos/às pesquisadores/as e Programas de Pós-Graduação que caminham na direção de uma formação calcada no projeto ético-político do Serviço Social no Brasil: pesquisas fundamentadas no pensamento crítico-dialético.

Essa coletânea vem somar-se há duas outras produções já editadas por esse PPG<sup>8</sup>, no entanto um dos diferenciais da presente coletânea é oferecer destaque à produção dos/as discentes envolvidos/as nos grupos e núcleos de pesquisas debatendo teoricamente o tema de seus estudos, de forma universal, e reconhecendo suas particularidades regionais, contribuição que merece destaque. Com o objetivo de socializar a produção em coautoria de docentes e discentes, a mesma encontra-se dividida em duas partes. A parte I, constituída de 9 (nove) capítulos, apresenta a produção da Linha I do PPG “Estado, Sociedade e Políticas Sociais”.

O capítulo 1, denominado “Estado, Financeirização da Economia e as Políticas Sociais” é fruto de pesquisa sobre a execução dos Programas de renda emergencial, implementadas pelo

---

7 Conforme Yazbek (2009, p.147), “o método é, pois, a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social”.

8 Nomeadamente: Lewgoy e Maciel (2021) Lewgoy et Al (2021).

Governo federal e pelo Município de Caxias do Sul, em 2020 e sua interface com a financeirização. Tem por objetivo demonstrar como a ação do Estado em políticas sociais, executadas no âmbito do orçamento público, se insere no contexto da financeirização, levando-se em consideração que uma parte crescente do fundo público se transmuta em gasto público financeiro destinado para a rolagem e/ou abatimento da dívida governamental.

O capítulo 2 “Construção Sócio-histórica do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os Embates para sua Afirmação no Âmbito de Seguridade Social” aborda a efetivação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Seguridade Social, enquanto direito a renda, às pessoas idosas e às pessoas com deficiência. Os/as autores/as partem do pressuposto que a expansão dos direitos sociais principalmente no que se refere à efetivação do BPC guarda limites dentro do sistema capitalista que tem como premissa a disponibilidade do fundo público para reprodução dos interesses do grande capital. Assim, afirmam que a expansão ou restrição do BPC relaciona-se, também, com a alternância de projetos de poder na gestão do Estado brasileiro e com as lutas e disputas por sua efetivação.

O capítulo 3 “A Nebulosa relação social enfrentada pelos motoristas da UBER” versa sobre os significados da relação social estabelecida entre empresas proprietárias de plataformas *online* de transportes de passageiros e os motoristas que trabalham realizando esse transporte. Privilegiam a Uber como representante das demais plataformas (99, Cabify, Blablacar, Lyft, in Driver, Easy Taxi, Lady Driver etc.). Trata da relação clássica entre uma empresa capitalista e um trabalhador assalariado e as particularidades da relação entre a Uber e os motoristas que para ela trabalham. Indica que os motoristas que trabalham para qualquer aplicativo de transporte de passageiros/as são trabalhadores/as assalariados/as no regime do salário por produção.

O capítulo 4 “O Contexto do Mesotelioma no Rio Grande do Sul: da Exposição ao Amianto à Invisibilidade do Câncer relacionado ao Trabalho” aborda o câncer relacionado ao trabalho trazendo à tona a histórica invisibilidade social que esconde o seu reconhecimento como uma expressão concreta no âmbito da saúde do/a trabalhador/a. O recorte desse estudo são os casos de mesotelioma, que se constituem em uma neoplasia maligna, cujo agente cientificamente reconhecido como causador é o amianto ou asbesto, mineral extraído e utilizado na indústria no Brasil. Atesta que, apesar de reconhecido o seu potencial enquanto agente carcinogênico, o amianto é ainda utilizado como matéria-prima, principalmente em indústrias de países de capital dependente, sendo que o seu uso só foi efetivamente proibido no Brasil em fevereiro de 2023.

Já o capítulo 5 “A Precarização do Trabalho na Erosão do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes: uma análise da (des)proteção social em um município de pequeno porte” tem por objeto a relação entre o trabalho e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. É fruto de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Essa pesquisa teve por objeto a implementação desse Sistema em um município de pequeno porte I, no interior do Rio Grande do Sul, entre os anos 2020 e 2022. Esse capítulo mostra como a lógica da precarização, típica da racionalidade neoliberal, acaba por corroer as bases do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, acarretando um complexo quadro de violações de direitos.

O capítulo 6 “A Mulher do Fim do Mundo: Diferentes Formas de Violência que Permeiam o Ser Mulher!” – título inspirado na cantora brasileira Elza Soares – traz contributos sobre as variadas formas que expressam a violência que permeia a vida de mulheres brasileiras, resultantes do estigma e discriminação de

uma sociedade capitalista, patriarcal, racista e com um Estado ultraneoliberal que defende políticas sociais aquém da capacidade de proteção social, principalmente no pós-pandemia, período no qual os processos de pauperização e adoecimento mental intensificaram-se. O mesmo é fruto de pesquisa realizada pelas mestrandas do Programa de Pós-Graduação sobre esta realidade, provocadas pelas experiências de trabalho como assistentes sociais em serviços de saúde onde convivem com mulheres como cuidadoras de usuários de drogas; mulheres em sofrimento psíquico e consequente direito à maternagem ameaçado; e com mulheres vítimas da violência de gênero.

Dando continuidade a essa parte I, temos o capítulo 7, intitulado “Racismo é Problema Teu!”. Neste as autoras problematizam o tema fundamentadas no pensamento equivocado de que o racismo e sua discussão acadêmica são considerados como um problema somente das pessoas negras. Salientam que a(o)s intelectuais negra(o)s são chamadas a escrever e falar sobre o racismo, mas encontram acolhimento aquém do de outras questões/temas debatidas. Anunciam que tampouco pessoas brancas que transitam na academia têm se ocupado da questão do racismo ou reconhecido sua abrangência, para além dos efeitos sobre os corpos negros. Em síntese, consideram que “as pessoas que se consideram pertencentes ao grupo de brancos agem como se o racismo fosse: a) uma questão individual (e não estrutural); b) um problema de pessoas pretas; c) algo que afeta os outros, mas não a sua própria vida”. Fruto de uma pesquisa realizada em 2020 aponta um número significativo de pessoas que reconhece a existência do racismo no Brasil, mas nega a sua prática. A partir desta constatação procuram mostrar como a academia vem compreendendo essa realidade.

O capítulo 8 “NEPSID – Núcleo de Estudos e Intervenção Psicossocial à Diversidade – Perspectivas de Trabalho na Interface do Campo Identitário com as Políticas Sociais” tem por finalidade

apresentar o referido Núcleo, que integra o rol de núcleos de pesquisa do PPGPSSS/UFRGS desde 2022, com uma trajetória desde 2018 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS. Indica alguns focos de interesse do mesmo, tais como, a Psicologia Cultural, com ênfase em Relações Comunitárias e Processos Identificatórios; os campos da infância/juventude, raça/etnicidade, gênero/sexualidade e inclusão social; a migração de mulheres, em diversos contextos sociais. Afirma que a aproximação às temáticas chave de Políticas Sociais se dão majoritariamente pelas Políticas de Imigração, Segurança Pública, Saúde e Assistência Social, com ênfase nas populações migrantes, na diversidade étnico-racial e de sexo/gênero. Apresenta os dois projetos em desenvolvimento no núcleo, que se organizam em torno dos eixos da inclusão e da acessibilidade de pessoas com deficiência à Educação Superior e às violências e violação de direitos na atenção social da população LGBTI+ no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O capítulo 9 “A Construção de Conhecimento por Trabalhadores/as das Políticas de Assistência Social e Educação: uma trajetória dos limites e desafios da orientação no Mestrado” apresenta o processo de construção de conhecimento a partir do “acolhimento” e “fortalecimento dos vínculos” estabelecidos desde o ingresso do docente e das discentes no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS). Parte das diferentes realidades que antecedem ao ingresso dos/as estudantes neste PPGPSSS, mas que implicam um objetivo único: fazer parte de um espaço de construção e lutas por conhecimento crítico. São trabalhador/as implicado/as nos estudos, projetos de extensão, capacitações, movimento sociais, movimento sindical, entidades representativas do Serviço Social, trabalho junto às políticas sociais públicas, assessoria e pesquisas (nacionais e internacionais) na área. Tem como referência a obra de Conceição Evaristo, se

inspirando em quatro títulos noticiados: “A escrituragem carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo” (HERMI-  
NIO, 2022); “Conceição Evaristo: a escrituragem das mulheres  
negras reconstrói a história brasileira” (GUZZO, 2021); “Esse  
lugar também é nosso” (ACAUAN, 2019); e “Conceição Eva-  
risto – ‘A escrituragem serve também para as pessoas pensarem’”  
(SANTANA e ZAPPAROLI, 2020).

Já a parte II desta coletânea está constituída pelas produções  
da linha Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho  
Profissional e possui cinco (5) Capítulos.

O Capítulo 10 “Fundamentos Históricos e Teórico-Meto-  
dológicos do Serviço Social: Tendências de Ensino e Pesquisa no  
Brasil” sistematiza o estudo exploratório sobre as tendências do  
ensino e da pesquisa em Fundamentos Históricos e Teórico-Me-  
todológicos do Serviço Social (FHTMSS), a partir da construção  
das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e  
Pesquisa em Serviço Social, de 1996 (DC/ ABEPSS). Ancora-  
-se na perspectiva da indissociabilidade entre história, teoria e  
método e unidade dialética dos núcleos de fundamentação do  
trato dos conteúdos de cada componente curricular. Esse estu-  
do integra projeto de pesquisa em desenvolvimento, o qual visa  
problematizar as tendências curriculares e as abordagens didá-  
tico-pedagógicas do ensino da matéria de FHTMSS nos cursos  
de Graduação do país filiados à ABEPSS. Objetiva identificar as  
tendências de pesquisas no âmbito da Pós-Graduação, no tocante  
aos fundamentos profissionais, nos programas da área de Serviço  
Social no Brasil. Esse capítulo discute as balizas teórico-meto-  
dológicas da investigação em desenvolvimento e após apresenta  
as tendências curriculares da referida matéria nos cursos filiados  
à ABEPSS, bem como os dados das tendências temáticas de in-  
vestigação dos programas de Pós-Graduação, apontando alguns  
achados preliminares.

O capítulo 11 “O Tema da Família na Formação Profissional e os Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS” é fruto de Dissertação de Mestrado de uma das autoras, cujo objetivo foi analisar como vem sendo trabalhado o tema da Família na formação profissional em Serviço Social e a relação do tema com os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares. Essa dissertação é resultado de pesquisa qualitativa, exploratória, documental e bibliográfica, de abrangência nacional. Neste capítulo as autoras apresentam os resultados obtidos referentes à pesquisa documental, que se constituiu na análise do Programa das disciplinas ofertadas em 18 Unidades de Formação Acadêmica (UFA) cujo conteúdo tratava do tema “família”: como elas se apresentam quanto à sua nomenclatura, natureza, carga horária, conteúdo programático, metodologia, avaliação e a relação das mesmas com os núcleos de fundamentação das Diretrizes curriculares da ABEPSS, nos Projetos Pedagógicos (PP) dos referidos cursos; das Grades curriculares; dos Planos/Programas e dos Relatórios das disciplinas.

O capítulo 12 “Perspectivas Históricas e Teóricas da Ética Profissional da/o Assistente Social No Brasil: 30 anos do Código de Ética em meio ao avanço neoconservador”, resulta de duas pesquisas, sendo uma delas diretamente relacionada à Dissertação de Mestrado de um dos autores, que conforme explicitado, foi o itinerário de onde emerge a sistematização deste capítulo. O mesmo objetiva destacar a importância do Código de Ética dos Assistentes Sociais, reformulado em 1993 – em comemoração aos seus 30 anos de existência –, para o Serviço Social brasileiro. Nesta direção, aborda essa dimensão por meio das distintas perspectivas históricas e teóricas da ética profissional no Serviço Social brasileiro, tendo como base a realização de pesquisa bibliográfica e documental. Reflete sobre o Código de Ética de 1993 destacando a relevância da dimensão e perspectiva ético-política no Serviço

Social a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo. Traz algumas considerações sobre a centralidade e premência da ética diante do avanço neoconservador, bem como a crescente precarização no mundo do trabalho, que impõe desafios ético-políticos para apreensão e materialização dos valores incorporados à profissão, à medida que o Serviço Social brasileiro avança em sua perspectiva teórica, ética e política.

O capítulo 13 “A Caminhada Coletiva de uma Kaingang Assistente Social: um modo de ser pesquisadora” é fruto de experiência vivenciada por uma das autoras Kaingang no processo de Mestrado em Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesta coletânea apresentam as reflexões introdutórias que compõem a Dissertação de Mestrado da mesma, intitulada “ÊG TIGTI JAMÁ KRI, ÊG JAMÁ PÊ, ÊG NY GA FI. Entre Território e Territorialidades Originárias: a resistência Kaingang frente às violações dos direitos indígenas no Sul do Brasil (2022)”. O referido capítulo traz a trajetória vivida pelos povos Kaingang e a autora Kaingang se inclui nesta reflexão. A intenção é contribuir com o debate sobre a relevância da questão indígena e indigenista na formação dos/as Assistentes Sociais brasileiros/as, reflexões essas que se somam aos coletivos de pesquisadoras(es) indígenas e não-indígenas da UFRGS, como os/as que integram a Articulação Brasileira Povos Indígenas e Serviço Social, constituída no ano de 2020.

O capítulo 14 que encerra essa coletânea, intitulado “Questão Socioambiental no Debate do Serviço Social”, traz resultados da pesquisa “O Enfrentamento à Questão Socioambiental no Brasil: A política ambiental brasileira e o debate no Serviço Social”. Tem por objetivo apresentar como a dimensão ambiental vem sendo abordada na produção de conhecimento teórico no âmbito do Serviço Social, destacando o posicionamento da categoria de assistentes sociais frente à questão socioambiental e a

importância de sua inserção neste debate. Partem do pressuposto que a defesa da natureza e seus biomas são também defesa dos direitos humanos, visto que os seres humanos se constituem enquanto parte do planeta Terra.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Departamento de Serviço Social da UFRGS e ao PPGPSSS, na pessoa de professora Alzira Lewgoy, a acolhida e confiança em meu trabalho durante minha estadia nesta universidade como Pesquisadora Visitante, bem como, agradecer o honroso convite para prefaciá-la essa bela coletânea. Tive a grata satisfação de conhecer e compartilhar saberes com docentes e discentes comprometidos/as com um ensino de qualidade.

Ademais, destaco que essa coletânea traz grandes contribuições não somente para o Serviço Social, mas também para áreas afins, trazendo temas atuais e necessários. Convidamos todos/as, todis à leitura.

Cláudia Mônica dos Santos  
**Setembro de 2023**

## Referências

ABEPSS. **Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil**. 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/documentos-55>.

ACAUAN, A. P. Esse lugar também é nosso. **Revista PUCRS**, nº 191, 2019. Disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>.

GUZZO, M. Conceição Evaristo: A escrituragem das mulheres negras reconstrói a história brasileira. **Portal Geledés**. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrituragem-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/>

HERMINIO, B. “A escrituragem carrega a escrita da coletividade”, afirma Conceição Evaristo. IEA: **Instituto de Estudo Avançados da Universidade de São Paulo**. 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrituragem-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. Introdução In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M (Orgs.). **A História pelo Averso: a reconstrução do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 2021. Pp. 25-67

LEWGOY, A.; MACIEL, A. L. **Pós-graduação e Produção de Conhecimento em Serviço Social: Conjuntura, Tendências e Desafios**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

LEWGOY, A.; MENDES, J. M. R.; FERNANDES, R. M. C. **SocIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: A pesquisa na pós-graduação em Política Social e Serviço Social**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000 In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez Editora, 2016. Pp. 29-53.

PRATES, J. C. Editorial: O Processo de Internacionalização da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Porto Alegre: **Revista Texto & Contexto**, v.18, n. 2, pp. 214-224, 2019.

SANTANA, T.; ZAPPAROLI, A. Conceição Evaristo: A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. **Revista Itaú Cultural**. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e Internacionalização. **Palestra proferida no VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL “Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: Resistências e Articulações Internacionais”**, organizado pela FSS/UFJF, ocorrida no dia 21 de setembro 2022.

YAZBEK, M. C. Fundamentos Históricos e Teóricos-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Pp. 143-163.

## APRESENTAÇÃO

A consolidação do Projeto Ético-político [...] na conjuntura adversa desafia a todos nós e, ao mesmo tempo, nos faz manter viva a chama da esperança e o espírito de luta (IAMAMOTO, 2013, p. 33).

Esta epígrafe nos guia a situar o Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social (PPGPSSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desde sua criação em 2016 e diante dos desafios postos, este PPG assumiu o compromisso de contribuir para formar quadros qualificados de futuros docentes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas para o exercício das atividades de pesquisa, ensino, produção de conhecimentos na área de Políticas Sociais e Serviço Social, assim como o desenvolvimento de ações que produzam impacto social e que estejam em sintonia com as necessidades contemporâneas.

Neste momento, o corpo docente, discente e técnico-administrativo deste PPG celebra o reconhecimento de seu trabalho, produção e impacto na sociedade por meio da mais recente avaliação, a qual o distingue com a nota máxima 4, atribuída aos programas que ofertam exclusivamente atividade de Mestrado.

Embora pequeno, nosso grupo é muito aguerrido! Luta diante dos desafios apresentados à Educação Superior, Graduação e a Pós-Graduação no que confere às disputas de projetos profissionais presentes nos cenários internacional e nacional, bem como dos desafios que as universidades federais brasileiras têm enfrentado com relação aos parques investimentos feitos pelo poder pú-

blico, que não acompanhou a expansão exponencial do Ensino Superior dos últimos anos.

De fato, precisamos entender que o imenso espaço para instituições educacionais não é um fenômeno demográfico, mas sim econômico e político. Ele decorre do reduzido alcance numérico das matrículas das instituições públicas de Ensino Superior, inferior a 25%. Trata-se de uma extensão anunciada desde 2008, pois é possível conferir o avanço do capital, pelo protagonismo de fundos de investimentos, sobre o setor educacional, considerando o volume de negócios que foi de tal ordem que a educação passou a ser um item específico, ocupando a terceira posição, consolidando um lugar ao lado das empresas de internet, tecnologia da informação, óleo e gás, infraestrutura, alimentos e bebidas, energia, agronegócio, saúde, entre outros (LEHER, 2021).

Em outras palavras, significa dizer o que Marilena Chauí assinala sobre a passagem da Universidade, da condição de instituição social à condição de organização social a partir da ideia e da prática da administração, inseparável do modo de produção capitalista como produção de equivalentes para o mercado (CHAUÍ, 2014). Isto significa dizer que o capitalismo estabeleceu uma mercadoria como equivalente universal que serve para avaliar o valor de todas as outras mercadorias, o dinheiro, generalizador da troca de equivalentes. Assim, não há diferença entre administrar uma montadora de veículos, um *shopping center* ou uma universidade. É a administração que transforma uma instituição social em uma organização.

É na contracorrente que hoje as universidades públicas vêm se sustentando. A defesa do ensino público e de qualidade é um projeto em constante disputa, marcadamente por questões estruturais da sociabilidade capitalista e conjunturais, em especial no ano que corresponde à criação do nosso PPG, ou seja, após 2016.

Verifica-se o retrocesso no papel do Estado, através de governos retrógrados, ultraneoliberais, quer seja na ausência de investimentos e, conseqüentemente, no desmonte das políticas sociais públicas e que a educação foi plenamente atingida, quer seja no projeto de Universidade que se quer.

O confronto da concepção sobre a Universidade não como organização, mas como instituição social, tem sido um embate diante de recorrentes conjunturas adversas, o que vem nos desafiando, permanentemente, a lutar; e o que ao mesmo tempo nos faz manter vivos e vivas, como na epígrafe que abre esta apresentação. Referendamos a Universidade como um espaço de construção coletiva e de formação com qualidade para o desenvolvimento de cidadãos críticos, reflexivos, um patrimônio da sociedade, que deve ser gerenciada por políticas públicas que garantam não só o acesso como também a permanência dos estudantes envolvidos no processo formativo.

É nessa tessitura que este PPG dá visibilidade às produções de seus discentes egressos e respectivos docentes orientadores, assim como estudantes de iniciação científica, em especial da Graduação em Serviço Social da UFRGS, tendo como primeira coletânea intitulada *Socialização da produção científica: a pesquisa na pós-graduação em Política Social e Serviço Social* (Editora CRV, 2021)<sup>1</sup> e, na presente edição, o livro *Serviço Social e Política Social: da produção do conhecimento aos desafios cotidianos*.

A produção que o leitor tem em mãos traduz uma série de esforços na perspectiva de sistematizar diversas produções que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do PPG em Política Social e Serviço Social da UFRGS. Estes escritos visam fomentar debates, reflexões e aprofundamentos acerca do Serviço Social e das Políticas Sociais em tempos de avanço neoliberal e neocon-

---

<sup>1</sup> Organizado por Alzira Maria Baptista Lewgoy, Jussara Maria Rosa Mendes e Rosa Maria Castilhos Fernandes.

servador que imprimem significativos desafios. Mais do que um conjunto de textos, a presente publicação representa o desejo de transbordar o saber acadêmico para além dos departamentos universitários, cumprindo o papel de subsidiar ações profissionais críticas e direcionadas em perspectivas emancipatórias.

Produzir e socializar o conhecimento por meio das pesquisas de modo coletivo e solidário, articulando discentes e docentes que agregam o acúmulo de seus grupos e núcleos de pesquisa, é um mais um dos desafios que arrostamos. Assim, apresentamos este livro que evidencia a diversidade de temas que transitam entre as linhas de pesquisas: Linha 1) Estado, Sociedade e Políticas Sociais; Linha 2) Fundamentos do Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional, componentes do PPGPSSS/UFRGS. Estes campos estão em conexão com as atividades de ensino, pesquisa e extensão presentes na formação de nosso PPG e que culminam nas dissertações sistematizadas pelos mestres egressos e seus respectivos orientadores e orientadoras.

No presente livro, evidenciamos os temas de relevância para o Serviço Social e Políticas Sociais que têm nos desafiado a estudar com mais profundidade, para intervenções mais qualitativas e consequentes, bem como a todos os que querem entender melhor, na riqueza de suas determinações, a realidade de nosso país e de nosso tempo. São temáticas que trazem uma contribuição relevante à produção do conhecimento para a área, não apenas pela importância científica, mas também pelo grande valor político e seu impacto social.

São produções que cumprem o papel de fortalecer e consolidar o projeto ético-político, que se vê desafiado, conforme lemos na epígrafe, e assim nos faz “manter viva a chama da esperança, o espírito de luta”. Por conseguinte, esta publicação nos auxilia a rumar por novos caminhos, na continuidade da construção desse jovem PPG.

Por fim, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, através do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP)<sup>2</sup>, concedeu o recurso financeiro, e à Comissão de Coordenação deste PPGPSSS, reconhecida como COMPÓS<sup>3</sup>, pela sua articulação político-pedagógica para a presente publicação.

Boa Leitura!  
Os Organizadores  
Porto Alegre, inverno de 2023.

---

2 Destina-se a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, para a produção e para o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ministrados pelas instituições públicas de ensino superior.

3 A Comissão da Pós-graduação é constituída por 5 participantes: coordenador (1) e coordenador substituto (1); (2) docentes, sendo um representante da Linha 1, e outro da linha 2 da área de concentração do PPGPSSS; e representante discente (1) titular e (1) suplente. É uma instância que realiza reuniões regulares mensais e extraordinárias para propor, assessorar e avaliar os fluxos administrativos e pedagógicos, em consonância com o conjunto de todos os professores do PPGPSSS.

## Referências

CHAUÍ, M. **A universidade pública está se transformando em uma organização’, analisa a filósofa Marilena Chauí.** Entrevistador Hugo Rafael. In: Universidade Federal de Minas Gerais. [Site oficial] Belo Horizonte, 10 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/035480.shtml>.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade In: **Atribuições Privativas do/a Assistente Social – Em Questão.** Conselho Federal de Serviço Social. 2012, p. 33. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>.

LEHER, R. Estado, Reforma Administrativa e Mercantilização da Educação e das Políticas Sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 13, n. 1, pp. 9-29, 2021.

# ESTADO, FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Rosa Angela Chieza  
Leticia M. Pereira

## Introdução

A economia global vive a era da financeirização, significando não apenas a dominância financeira sobre as demais atividades ou a acumulação de riquezas por canais financeiros em detrimento das atividades produtivas. Mesmo mantendo a relação com a base real de produção de riquezas, o capital assume um caráter especulativo que se mostra independente da produção industrial. A financeirização se alterou<sup>1</sup> na forma, no volume e na velocidade, em decorrência das transformações estruturais da economia mundial provocadas, em especial, pela revolução industrial dos anos de 1970, que introduziu um novo paradigma baseado na microeletrônica.

Diante deste contexto, o objetivo deste texto é demonstrar como a ação do Estado - de um lado cobrando tributos (um braço da política fiscal) e, de outro, devolvendo os recursos através do gasto (o outro braço da política fiscal) - em políticas sociais executadas no âmbito do orçamento público, se insere no contexto da financeirização, pois uma parte crescente do fundo público, se transmuta em gasto público financeiro destinado para a rolagem e/ou abatimento da dívida governamental. Há um arranjo normativo e institucional (como a Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outros) que vem formatando formas financeiras de valori-

---

<sup>1</sup> Segundo Lenin, a economia já era financeirizada no início do século XX.

zação de rendas e estoques de riqueza que impactam na execução das políticas sociais e no des/cumprimento dos direitos fundamentais previstos no Artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Para atender este objetivo, além desta Introdução, na Seção 2 aborda-se o conceito de financeirização levando em conta a revisão de literatura sobre o tema bem como as consequências da financeirização sobre a atuação dos Estados nacionais. Na Seção 3 aborda-se a interface entre a financeirização e a execução da política fiscal (tributação e gasto público) e na Seção 4, apresenta-se reflexões sobre os resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por Pereira (2023) sobre a execução dos Programas de renda emergencial, implementadas pelo Governo Federal e pelo Município de Caxias do Sul, em 2020 e sua interface com a financeirização. Por fim, apresentam-se as reflexões finais sobre o tema.

## **Estado e Financeirização**

Esta seção tem como objetivo apresentar conceitos sobre a financeirização da economia levando em conta a revisão de literatura sobre o tema bem como as consequências da financeirização sobre a perda da autonomia dos Estados nacionais.

No Quadro 1 apresenta-se uma síntese dos conceitos sobre o que é, e o que não é financeirização, levando em conta o tema abordado na Seção 3, que é a financeirização e a execução da política fiscal (tributação e gasto público), atribuição exclusiva de Estado.

## Quadro 1 - O que é, e o que não é Financeirização e a política macroeconômica.

A Financeirização NÃO É	A Financeirização É
A existência de pressões e de pleitos do setor bancário financeiro privado junto às instituições e órgãos do Estado nacional, como o Ministério da Fazenda e o Banco Central.	O predomínio dos interesses deste setor (bancário-financeiro) sobre o Estado Nacional, capturando suas estruturas, em detrimento dos interesses e necessidades dos demais setores da atividade econômica e da população.
A existência de um Banco Central independente ou autônomo com relação às pressões políticas e governamentais.	A utilização da autonomia do Banco Central como subterfúgio para a intrusão dos interesses bancários-financeiros dentro do Estado Nacional com o objetivo (não explícito) de pautar a agenda da política econômica (fiscal, monetária e cambial) à revelia do Governo e da sociedade.
Reformas de Estado que possam aumentar a eficiência nas funções alocativas e distributivas.	A implementação de reformas de estado que objetivam reduzir ou eliminar a oferta de serviços públicos visando criar nichos de mercado para o setor privado, como por exemplo, as reformas da previdência.
A busca de equilíbrios orçamentários, mediante a adoção de políticas para a obtenção de superávit fiscal.	A prioridade dada às despesas financeiras do governo em detrimento das despesas sociais que são reduzidas, sob o discurso da austeridade fiscal <sup>2</sup> .
A existência de elevadas taxas de juros reais que incidem sobre o estoque da dívida pública e privada.	A capitalização dessas taxas de juros reais em níveis exorbitantes, se comparados à média internacional, convertendo o endividamento público num dos principais eixos da acumulação rentista-financeira com caráter usurário.

Fonte: Bruno (2022) com adequações das Autoras.

<sup>2</sup> Ver Chieza (2020). **Os Mitos da Austeridade Fiscal**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2020/07/15/os-mitos-da-austeridade-fiscal/>.

Destaca-se que a execução do gasto público, o qual é condicionado pelas normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Emenda Constitucional (EC) do teto de gastos, a EC nº 95/2016<sup>3</sup>, explicitam “a prioridade dada às despesas financeiras do governo em detrimento das despesas sociais que são reduzidas, sob o discurso da austeridade fiscal”, conforme aponta (BRUNO, 2022, p. 46), como um elemento da Financeirização.

A LRF, ao exigir para a realização de operações de crédito (endividamento) que o Ente público, esteja cumprindo todos os limites fiscais, havendo apenas uma exceção nesta regra. Qual seja, quando a operação de crédito for para fins de refinanciamento da dívida com o sistema financeiro, o Ente público, pode realizar a operação de crédito, mesmo que não esteja cumprindo os limites fiscais estabelecidos pela referida norma.

E a EC nº 95/2016 ao estabelecer o teto de gastos apenas para despesas primárias, ficando, assim, fora do teto as despesas financeiras. Desta forma, a norma ao estabelecer teto de gastos em áreas fundamentais que tem a função de garantir políticas sociais que visam cumprir os direitos fundamentais previstos na CF/1988 e excluindo as despesas financeiras do teto, prioriza as despesas financeiras do governo em detrimento das despesas sociais.

No Quadro 2 apresenta-se uma síntese de conceitos sobre o que é, e o que não é financeirização, levando em conta o tema abordado na Seção 4, que é a financeirização das políticas sociais à luz dos resultados das políticas de Renda Emergencial adotadas pela União e pelo município de Caxias do Sul/RS, em 2020, no primeiro ano da pandemia da Covid -19, conforme Pereira (2023).

---

3 Na data em que este texto foi concluído a EC nº 95, ainda estava vigente, a despeito de o Congresso Nacional já estar analisando o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) em substituição a EC nº 95/2016.

## Quadro 2 - O que é, e o que não é Financeirização e as políticas de Renda.

A Financeirização NÃO É	A Financeirização É
O desenvolvimento do setor bancário e da expansão financeira que lhe resulta, através da utilização de novas tecnologias da informação e da comunicação.	A sobreposição dos interesses rentistas -financeiros à demais atividades econômicas, desestimulando os investimentos nos setores produtivos e alterando as práticas de gestão em favor das alocações financeiras.
A inclusão financeira que permite o acesso da população de baixa renda e em vulnerabilidade social aos produtos e serviços ofertados pelo sistema-bancário-financeiro, além de aumentar a eficiência das políticas públicas e dos programas sociais.	O aproveitamento desta inclusão financeira para fins especulativos e de revalorização rentista sob taxas reais de juros abusivas levando as famílias, empresas e governos ao superendividamento e à inadimplência.

Fonte: Bruno (2022) com adequações das Autoras.

Registra-se que o fato de o trabalhador beneficiário de um programa de renda emergencial, ter acesso aos serviços ofertados pelo sistema bancário, não se configura como um elemento da financeirização. No entanto, é esta inclusão financeira, do trabalhador beneficiário de renda emergencial, que abre a possibilidade para fins especulativos sob taxas reais de juros abusivas, conforme apresentado no Quadro 2.

Por fim, segundo Alves (1999) as consequências da financeirização da economia ou na era da mundialização do capital sobre o Estado, conforme terminologia utilizada pela escola francesa, é a sua fragilização e a perda de autonomia dos Estados nacionais para a execução de suas funções primordiais, como a execução da política macroeconômica e a execução das políticas sociais que visam ao atendimento dos direitos fundamentais do homem.

## Política fiscal (tributação e gasto público) e a financeirização

O objetivo desta Seção é mostrar como as instituições/normas no campo tributário e na área do gasto público, resultam num sistema tributário que onera contribuintes com menores rendas e de outro lado, impõe restrições aos gastos primários, isto é, como as finanças públicas se inter-relacionam com a financeirização da economia.

A política fiscal caracteriza-se pelo manuseio da tributação e do gasto público. Sob a ótica da tributação, o Estado pode tributar mais quem ganha proporcionalmente mais, ou tributar mais quem ganha proporcionalmente menos, como é o caso do Brasil, que resulta num sistema tributário regressivo.

O Brasil tem uma Carga Tributária (CT) Bruta de 32,95% (BRASIL, 2022)<sup>4</sup>. A CT por faixas de rendas, segundo IPEA (2009) mostra que contribuintes com renda familiar mensal de até 02 Salários Mínimos (SM) tem uma CT de 53,9%, ao passo que contribuintes com renda mensal superior a 30 SM, a CT se reduz para 29%. Ou seja, contribuintes com rendas mais elevadas, pagam proporcionalmente menos tributos, vis a vis contribuintes com rendas menores. Isso ocorre em função de o Sistema Tributário Brasileiro (STB) caracterizar-se historicamente pela predominância de Impostos Indiretos (II) que incidem sobre o Consumo (bens e serviços) em detrimento dos Impostos Diretos (ID) que incidem sobre a Renda e Propriedade, conforme demonstrado na Tabela 1.

---

<sup>4</sup> A CT é uma média, ou seja, a razão entre o total arrecadado e o Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia. Assim, esta média se altera quando se calcula a CT segundo a distribuição pessoal da renda, isto é, por diferentes faixas de renda dos contribuintes.

Tabela 1 - Participação das Bases de Incidência na Arrecadação Total – Brasil –2010-2021-em %.

<b>Tipo de Base</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Renda	19,1	17,9	18,2	18,1	18,3	20	21,75	21,62	22,49	22,47	23,92
Folha de Salários	25	26,7	26	26,2	26,1	26,3	27,75	27,39	27,58	27,91	25,52
Propriedade	3,7	3,87	3,9	4,09	4,44	4,67	4,58	4,64	4,84	4,96	4,87
Bens e Serviços	50	49,6	50,2	50	49,4	47,4	44,28	44,74	43,38	43,72	44,02
Trans Financeiras	2,2	1,96	1,68	1,62	1,8	1,66	1,63	1,6	1,7	0,93	1,67
Outros Tributos	0,1	0	0,03	0,01	0	0,01	0,01	0,01	0	0,01	0
<b>Total</b>	<b>100</b>										

Fonte: Brasil (2018 e 2022). Elaboração das Autoras.

Considerando o ano de 2021, conforme Tabela 1, os Impostos sobre o Consumo representam 44,02%, enquanto sobre a Renda e Propriedade perfazem 28,79% do total arrecadado no Brasil. Já nos países desenvolvidos, há a predominância de tributos que incidem sobre a renda e patrimônio, em oposição ao Brasil. Segundo Oliveira (2018), nos EUA a tributação sobre o consumo representa 17%, e sobre o patrimônio e renda, 60% do total da arrecadação. Nos países da OCDE, a tributação sobre o consumo representa 32,4% e sobre patrimônio e renda, 40% do total da arrecadação. Na Dinamarca apenas a tributação sobre renda e patrimônio representa 67% da arrecadação total de tributos.

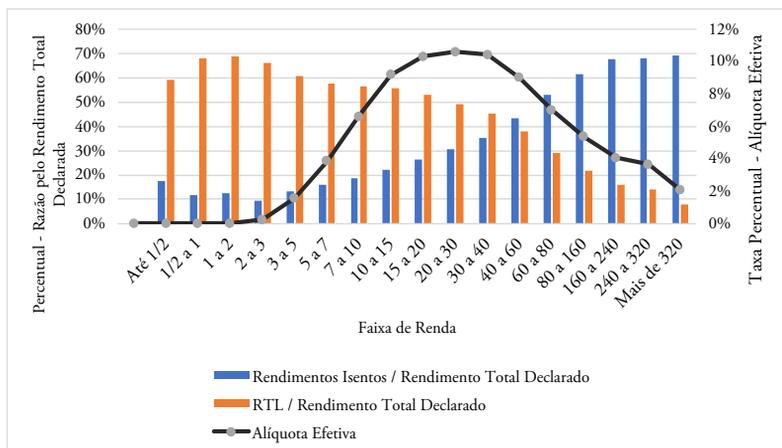
Ou seja, enquanto no Brasil de cada 100 unidades monetárias arrecadadas apenas, 28,79 % incide sobre renda e propriedade, nos Estados Unidos atinge 60 % e nos países da OCDE é de 40%. Estes dados mostram que o Brasil tributa pouco propriedade e renda, os detentores de riqueza, e opta por tributar muito o consumo, que penaliza os contribuintes com menor poder aquisitivo, pois estes destinam quase a totalidade de sua renda para o consumo, e tendo este a maior incidência de tributos (quase 50% de tudo o que o Brasil arrecada) penaliza os contribuintes com menor renda. Assim, como o sistema tributário brasileiro captura a parcela maior (%) da renda dos mais pobres, configura-se injustiça fiscal, pois desconsidera o princípio da capacidade de pagamento do contribuinte, previsto na CF/1988 e fere a Teoria de Tributação Equitativa (TTE). Neste sentido, Silveira *et Al* (2022) mostram que tributos indiretos capturam 23,4% da renda dos 10 % mais pobres e apenas 8,6 % da renda dos 10% mais ricos.

Em relação ao *Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)*, apesar de ter alíquotas marginais progressivas que variam de 7,5% a 27,5%, representando potencial progressivo conforme aponta a TTE, este potencial, vem sendo negligenciado no Brasil, desde 1995, com a aprovação da Lei nº 9.249/1995, a qual isenta as

rendas advindas de lucros e dividendos do IRPF<sup>5</sup>. Esta norma ao isentar do IR apenas as rendas advindas do capital, em detrimento as rendas do trabalho (salário), além de ferir o princípio da isonomia, mostra o grupo de poder que determina a agenda da política econômica fiscal - sob a ótica d tributação - à revelia da sociedade. Os dados sobre o IRPF no Brasil estão explicitados no Gráfico 1.

O Gráfico 1 mostra a razão entre o Imposto Devido e a Renda Total Declarada, ou seja, a trajetória da alíquota efetiva do contribuinte, (a linha em formato de U invertido), revelando que a progressividade do IRPF está comprometida uma vez que a alíquota efetiva cresce até a faixa de declarantes que recebem 30 SM ao mês, atingindo uma alíquota de 10,6%. E, a partir desta faixa de renda, a alíquota efetiva diminui, atingindo apenas 2,1% para contribuintes com renda superior a 320 SM ao mês.

**Gráfico 1 - Alíquota efetiva do IRPF 2021, ano-calendário 2020 de acordo com as faixas salariais em Salários Mínimos.**



**Fonte:** Receita Federal do Brasil (2022). Elaboração própria.

5 No mundo, apenas o Brasil e a Estônia ainda isentam as rendas de lucros e dividendos de IRPF.

Estes dados resultam da Lei nº 9.249/1995, que isenta rendas advindas de lucros e dividendos, fornecendo assim, vantagens tributárias para uma pequena parcela da população, àquela que detém maiores rendas. Assim, a partir da faixa de 30 SM, conforme os rendimentos dos declarantes aumentam, pagam menos impostos proporcionalmente a suas rendas. Os dados do Gráfico 1 também demonstram que a medida que a renda declarada aumenta, maior é a parcela da renda que é isenta. Contribuinte do IRPF com renda mensal superior a 320 SM, têm 70% de sua renda isenta, ou seja, apenas 30% de sua renda é tributada. Enquanto um contribuinte com renda entre 05 e 07 SM, tem praticamente 90% da renda tributada pelo IRPF.

Estes dados mostram que a despeito da vigência das alíquotas marginais progressivas constantes na tabela do IRPF e dos princípios constitucionais normativos da capacidade contributiva e da progressividade, há regressividade do IRPF, a partir de rendimentos que excedem 30 SM mensais.

Comparando a alíquota marginal máxima do IRPF do Brasil que é de 27,5%, com países desenvolvidos da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é, em média, de 41% e com alguns países como Bélgica, Holanda, Suécia, Dinamarca e Japão que é superior a 50%, observa-se a baixa alíquota marginal máxima do Brasil. Até países da América Latina, como Argentina (35%), Chile (40%) e Colômbia (33%), conforme aponta Oliveira (2018), praticam alíquota marginal máxima de IRPF superior ao Brasil (27,5%). Por fim, até o IRPF, que é um imposto direto, capaz de promover redução de desigualdades e de atender ao critério da progressividade, as suas normas institucionais resultam num sistema que beneficia contribuintes com maiores rendas. No caso da DIRF de 2021, demonstrada no Gráfico 1, apenas 72.336 (0,22%) dos 31.634.843 declarantes tem Renda superior a 160 SM mensais. A implementação de jus-

tiça fiscal no IRPF, seja através do fim da isenção da renda de lucros e dividendos, seja através da elevação das alíquotas marginais mais altas (se aproximando da Argentina e Chile, por exemplo) afetaria apenas 0,03% da população brasileira de 214 milhões, em 2021. Registra-se, no entanto, que são estes 0,03% que representam o grupo de poder que se encastela no Estado para a defesa de seus interesses, e em detrimento do atendimento dos direitos fundamentais do Artigo 6º da Carta Magna de 1988. Além disso, é este grupo de contribuintes que aufere parte da renda na forma de juros, cujo pagamento é efetuado pelo orçamento público, e não se submete ao teto de gastos, em oposição aos gastos em Saúde, Educação, Assistência Social e outras (despesas primárias).

Em relação ao *Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)*, previsto no Inciso VII do Artigo 153 da Carta Magna de 1988, até hoje não foi regulamentado, apesar de a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em seu Artigo 11 estabelecer que “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”. O descumprimento da LRF configura-se crime de responsabilidade fiscal. No entanto, quando se trata de ter de tributar um grupo de poder, a interpretação deste artigo da LRF<sup>6</sup> é secundarizado frente a este grupo que define e norteia a execução das finanças públicas (o orçamento público) no Brasil<sup>7</sup>.

A regressividade do sistema tributário brasileiro e o beneficiamento de grupos de poder com rendas mais elevadas também se encontra nas regras da tributação sobre heranças e doações. O

---

6 Apenas para lembrar que o impeachment da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016) foi balizado pelo descumprimento de operação de crédito, conforme definição do inciso III do artigo 29 da LRF.

7 Também não há aderência entre o executado e previsto no artigo 14 da LRF, que trata da Renúncia de receita. Ver: Chieza e Linck (2022).

*Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)*, cuja competência tributária é dos Estados subnacionais, tem a alíquota máxima estabelecida pelo Código Tributário Nacional (CTN) em 8%, que é inferior à alíquota média máxima de 35% em vários países. No Chile, é de 35%; nos Estados Unidos (40%); França (40%); Argentina (22%) Reino Unido (36%), conforme estudo de Carvalho Junior (2018).

Outro caso emblemático é do *Imposto sobre Proprietários de Veículos Automotores (IPVA)*, tributo de competência dos Estados subnacionais, e que incide sobre automóveis (até os populares) e motos, mas não incide sobre iates e helicópteros.

Este grupo de contribuintes cuja renda e patrimônio são subtributados, conforme demonstrou-se nesta seção, é o grupo que exerce o poder sobre o Estado, “[...] capturando suas estruturas, em detrimento dos interesses e necessidades dos demais setores da atividade econômica e da população” (BRUNO, 2022, p. 45) através da manutenção dos privilégios tributários e da defesa das políticas de austeridade fiscal.

Conforme apontado no Quadro 1, a prioridade dada às despesas financeiras do governo em detrimento das despesas sociais que são reduzidas, sob o discurso da austeridade fiscal (BRUNO, 2022) é um dos elementos da financeirização da economia. O arcabouço institucional que prioriza os gastos com juros está previsto nas normas como a LRF e a Emenda Constitucional do teto de gastos (a EC nº 95/2016<sup>8</sup>) que exclui as despesas financeiras do teto de gastos, ou seja, as políticas de Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outras, são passíveis de cortes para viabilizar o superávit primário, enquanto as despesas de juros pagos, estão excluídas do teto, explicitando assim, um elemento da financeiri-

---

8 Este texto foi escrito antes da aprovação pelo Congresso Nacional do Novo Arcabouço Fiscal brasileiro, enviado pelo Governo Lula, em 2023, como substituto da EC nº 95/2016, a Emenda do Teto de Gastos.

zação da economia brasileira, pois “[...] prioriza-se às despesas financeiras do governo em detrimento das despesas sociais que são reduzidas, sob o discurso da austeridade fiscal” (BRUNO, 2022, p. 46). E, esta priorização dos agentes econômicos superavitários em detrimento dos cidadãos que ficam sem a garantia de direitos fundamentais como Saúde, Educação, dentre outros, são aspectos explicitados nas normas, basilares das finanças públicas como por exemplo na LRF e na EC nº 95/2016.

Neste sentido, Fagnani e Cardoso Jr (2022) apontam que no Brasil configura-se um regime de dominância financeira intermediado pelas finanças públicas nacionais.

Trata-se de uma disputa de poder sobre a execução do orçamento público, se garantirá políticas públicas que atenderão a Saúde, a Educação e a Assistência Social, por exemplo, ou um superávit primário suficiente para garantir os ganhos na forma de juros, uma renda líquida, sem risco, e protegida pela política de juros altos do Banco Central “independente”, outro elemento da financeirização apontada por Bruno (2022, p. 46): “[...] a utilização da autonomia do Banco Central como subterfúgio para a intrusão dos interesses bancários-financeiros dentro do Estado Nacional com o objetivo (não explícito) de pautar a agenda da política econômica (fiscal, monetária e cambial) à revelia do Governo e da sociedade”, exposto no Quadro 1.

Por fim, Bruno (2022, p. 38) aponta que a financeirização brasileira no âmbito sociopolítico e institucional,

[...] tem minado as bases da democracia, uma vez que reduz ou suprime direitos sociais pelas restrições que impõe às finanças públicas, derivadas de posições eminentemente ideológicas, mas que interessam ao setor financeiro, apesar da ausência de fundamentação teórica e de evidências empíricas que justifiquem sua necessidade e contribuição ao desenvolvimento.

Em última instância, a tributação regressiva combinada com a política de corte de gastos sociais, concretizada na execução do orçamento, têm ampliado a desigualdade, que é nociva do ponto de vista político, pois fragiliza a democracia, e do ponto de vista econômico, impede a retomada do crescimento econômico, conforme aponta Chieza *et Al* (2022).

## **Financeirização e as políticas sociais: um estudo de caso**

Nesta seção apresentam-se reflexões sobre o tema da financeirização das políticas sociais à luz dos resultados de parte da pesquisa de Pereira (2023), apresentada na Dissertação de Mestrado “Os Programas de Renda em tempos de pandemia e sua relação com a proteção social no âmbito da Política de Assistência Social”, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social/UFRGS.

Os resultados são fruto da pesquisa de campo realizada em Caxias do Sul/RS com beneficiários do Auxílio Emergencial do Governo Federal de 2020 e dos Programas de Renda Familiar e de Renda Emergencial, ambos do município de Caxias do Sul/RS, cujo objeto foi investigar a interface destes programas de renda com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a fim de compreender as implicações da financeirização nas seguranças (de renda, de acolhida e de convívio familiar e comunitário) previstas no Artigo 4º da Norma Operacional Básica do SUAS<sup>9</sup>.

---

9 O artigo 4º da NOB SUAS estabelece: “São seguranças aprofundadas pelo SUAS: I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial... II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho; III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional.

Registra-se que o Programa de Renda Emergencial do Governo Federal foi criado em 2020, no contexto da pandemia da Covid-19 e no caso dos Programas do município de Caxias do Sul, o de Renda Familiar e Renda Emergencial<sup>10</sup> foram recriados em 2020, substituindo outros programas já existentes desde o final da década de 1990.

Os resultados da pesquisa de campo, são frutos da aplicação de questionário, com 17 trabalhadores beneficiários e 22 respondentes (pois 5 receberam renda no âmbito de dois programas de renda, um municipal e outro federal), e estão demonstrados no Quadro 3.

Antes de analisar os dados do Quadro 3 é importante ressaltar o que aponta Bruno (2022) sobre o que é, e o que não é financeirização, cujos conceitos foram sistematizados para a análise da financeirização das políticas sociais na Seção 2. O desenvolvimento do setor bancário e a inclusão financeira que permite a população de baixa renda o acesso à produtos e serviços ofertados pelo sistema bancário-financeiro, não se caracteriza, por si só, como financeirização (Quadro 2), no entanto, pode ser um passo essencial para tal, conforme aponta Bruno (2022, p. 45) “[...] a financeirização é o aproveitamento desta inclusão financeira para fins *especulativos e de revalorização rentista sob taxas reais de juros abusivas levando as famílias ao superendividamento e à inadimplência*” (Grifo das Autoras).

A partir destas definições, e dos dados do Quadro 3, observa-se que 86% dos entrevistados tinham conta bancária, mesmo que apenas 6 (27,3%) afirmaram ter sido uma exigência para recebimento do benefício. Registra-se que antes de 2020, os benefi-

---

10 Os Programa de Renda Emergencial e Programa de Renda Familiar foram destinados a famílias atendidas na assistência social com renda de até 1 Salário Mínimo (SM) per capita, sendo transferido 1 ou ½ SM, de acordo com o plano de acompanhamento familiar. O máximo de pagamentos foi de 1,2 SM por família (12 ou 24 parcelas). No caso da Renda Familiar, exigia-se um ano de permanência no município. Esta regra é flexibilizada no Renda Emergencial no caso de situações de risco de acolhimento institucional.

cios de renda do Governo Federal eram realizados nas lotéricas ou na Caixa Econômica Federal através do cartão do Programa Bolsa Família ou do Cartão Cidadão. No entanto, a partir de 2020, os benefícios de renda federais foram pagos através de poupança digital. Assim, o uso de *smartphone* com acesso à poupança digital permitiu o uso do benefício por cartão de débito, enquanto quem não tinha esse acesso, necessitava aguardar por um período maior para saque em caixa eletrônico.

**Quadro 3 - Aspectos de financeirização nos benefícios de Auxílio Emergencial do Governo Federal de 2020 e do Programa de Renda Emergencial e Programa de Renda Familiar do município de Caxias do Sul/RS.**

<b>Variável</b>	<b>Respostas</b>	<b>Frequência – nº</b>	<b>%</b>
Conta bancária	Sim	19	86,4
	Não	3	13,6
Exigência de conta	Sim	6	27,3
	Não	16	72,7
Cobrança de tarifa	Sim	3	13,6
	Não	19	86,4
Cartão de crédito	Sim	4	18,2
	Não	18	81,8
Cartão de débito	Sim	9	40,9
	Não	13	59,1
Outros produtos	Sim	1	4,5
	Não	21	95,5
Oferta de Empréstimos	Sim	16	72,7
	Não	6	27,3
Educação financeira	Sim	1	4,5
	Não	21	95,5

Fonte: Pereira (2023).

A cobrança de tarifa bancária foi da minoria, sendo que 4 afirmaram ter contas digitais (Caixa Tem, Inter, Nubank). Apenas uma beneficiária (a de número 6) fez a conta digital para poder usar o *pix*<sup>11</sup>. Do total de 22 trabalhadores beneficiários, 07 tinham contas digitais e os demais, poupança ou conta corrente (3).

Apenas 6 dos 22 trabalhadores beneficiários relataram que foi exigida conta para recebimento do benefício, sendo 5 a poupança digital do Caixa Tem para recebimento do Auxílio Emergencial do Governo Federal; e uma exigência de conta bancária no Banrisul para recebimento do benefício de renda municipal. Outro beneficiário, apontou que o Aplicativo da poupança digital da Caixa Tem contempla uma série de dicas financeiras, mas que ela diz não ter explorado.

Uma trabalhadora beneficiária relatou que tinha conta bancária, no entanto, após a renegociação de uma dívida referente a conta de água que não pode pagar, ficou devendo para o banco e não utiliza mais a conta por não dispor de recursos para quitar a referida dívida.

O fato de o beneficiário da renda emergencial ter acesso aos serviços bancários, como conta bancária, cartão de crédito e cartão de débito, variáveis analisadas e demonstradas no Quadro 3, não se configura financeirização. No entanto, se esta inclusão passa a ser usada para fins especulativos, configura-se financeirização conforme aponta Bruno (2022). Do total dos beneficiários dos programas de renda analisados, observa-se que aproximadamente 73% (Quadro 3) dos beneficiários receberam oferta de empréstimos pelas instituições financeiras. Apesar de não termos os dados sobre quantos efetivamente contrataram o empréstimo ofertado, é relevante registrar que a renda mensal do total da amostra pes-

---

11 O Pix é um meio eletrônico e instantâneo de pagamentos e transferências bancárias que foi criado pelo Banco Central do Brasil, em 2020. Transações bancárias podem ser feitas pelo celular.

quisada era de até 01 SM e renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{2}$  SM, demonstrando elevado grau de vulnerabilidade. Todos os 22 entrevistados se declaram sem carteira assinada em 2020, sendo 11 desempregados, 7 declaram não poder trabalhar por exercer cuidado de familiares, 2 que eventualmente trabalhavam informalmente e, as outras 2 desalentadas por condição física.

Além disso, é importante registrar que, no ano da pesquisa, em 2020, a norma legal sobre empréstimo consignado<sup>12</sup> vigente no Brasil, não contemplava os programas de renda emergencial do Governo Federal<sup>13</sup>.

Somente em julho de 2022, ou seja, após a execução dos Programas de Renda analisados por Pereira (2023), foi publicado o Decreto nº 11.150 que “regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo” (BRASIL, 2022b). O Decreto nº 11/150/2022, define como mínimo existencial um valor equivalente a 25% do SM vigente, pressupondo que o consumidor é capaz de ter suas necessidades básicas atendidas com R\$ 303,00. Diante disso, Ferreira (2022, p. 4) assim se manifesta

O Decreto 11.150/2022.... trata-se de uma manobra para esvaziar a efetividade da tutela aos consumidores superendividados, é um ato negacionista ao dever constitucional de proteção do Estado aos consumidores, é uma ordem atípica, descomprometida com a constitucionalidade e às normas-guias estruturadas como princípios.... O mínimo existencial, ao ser definido na linha da miserabilidade,

---

12 Modalidade de empréstimo de curto prazo e com desconto do mesmo pela fonte pagadora da renda.

13 Originalmente o crédito consignado no Brasil, foi autorizado através da Lei nº 10.820/2003 e não permitia empréstimo consignado dos benefícios assistenciais.

deixa de reconhecer a vulnerabilidade e revela o desamparo aos mais pobres. ....Não vejo outro enredo mais oportuno, quando o Poder Executivo, na exceção legislativa que lhe cabe, deixa de definir um mínimo digno para se viver e regula a miserabilidade existencial.

E, em agosto de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.431 que autorizou a inserção do Auxílio Brasil<sup>14</sup> e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>15</sup> no crédito consignado (BRASIL, 2022c).

O Artigo 6º da Lei nº 14.431/2022 ao incluir o (BPC) e os programas de transferência de renda federais no rol de autorizados para descontos de empréstimos consignados, também estabelece que o total dos descontos e retenções não podem ultrapassar 45% do valor do benefício, decisão revista em 2023<sup>16</sup>. Cabe destacar que o Parágrafo Único do Artigo 6º-B demarcou como responsabilidade pelo pagamento dos créditos “[...] direta e exclusiva do beneficiário, e a União não poderá ser responsabilizada, ainda que subsidiariamente, em qualquer hipótese” (BRASIL, 2022c). Ao mesmo tempo que uma norma aponta que objetiva “[...] aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento” (BRASIL, 2022b) o mesmo Estado Federal, possibilita o crédito consignado em programas de renda aos vulneráveis, “jogando-os” para o

---

14 O Auxílio Brasil vigorou durante os anos de 2021 e 2022, após a extinção do Programa Bolsa Família e o encerramento do Auxílio Emergencial federal.

15 O BPC é um direito previsto na Lei Orgânica de Assistência Social para idosos com mais de 65 anos ou pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (renda inferior a ¼ do SM per capita). O mesmo não foi objeto da pesquisa.

16 Em 09 de fevereiro de 2023, o governo Lula através da Portaria MDS nº 858, limitou a 5% o desconto de empréstimos consignados no benefício do Auxílio Brasil, sendo no máximo 6 parcelas e a taxa de juros de 2,5% ao mês, valendo para àquelas que contraírem a dívida a partir desta data.

sistema financeiro-bancário, aproveitar esta fragilização para fins especulativos, através da cobrança de altas taxas de juros, acarretando na ampliação da fragilização e consequente inadimplência e superendividamento.

Este quadro denota omissão do Estado ao liberar crédito para uma parcela da população vulnerável que desconhece o funcionamento do sistema bancário-financeiro e ao mesmo tempo, aprova normas cujo conteúdo regula a miserabilidade existencial. Este quadro pode revelar o “predomínio dos interesses do setor bancário-financeiro privado sobre o Estado Nacional, capturando suas estruturas administrativas e instituições, em detrimento dos interesses e necessidades dos demais setores da atividade econômica e do conjunto da população”, conforme aponta Bruno (2022, p. 45), caracterizando assim, por financeirização das políticas sociais, fragilizando ainda mais as vulnerabilidades dos beneficiários das políticas sociais.

Por fim, destaca-se a necessidade de debate com os usuários da Política de Assistência Social sobre os riscos dos empréstimos consignados, como forma de prevenção ao superendividamento, ou seja, da “[...] incapacidade de cumprir com as dívidas contratadas, mesmo comprometendo a renda atual e futura” (PEREIRA e ALMEIDA, 2020, p. 110).

## **Reflexões finais**

O processo de financeirização da economia, cuja forma, volume e velocidade se aprofundaram com a introdução do novo paradigma industrial baseado na microeletrônica, trouxe várias consequências, dentre elas, a perda de autonomia dos Estados Nacionais. Perda de autonomia tanto para implementar a política fiscal quanto as políticas sociais. Do ponto de vista da tributação, um dos “braços” da política fiscal, a despeito de

a regressividade estar presente, desde o início do Século XX, foi no contexto do Estado Neoliberal e da financeirização da economia, que foi aprovada a Lei nº 9.249/1995, que isenta o pagamento de Imposto de Renda sobre as rendas do capital, em detrimento das rendas do trabalho. De outro lado, a execução do gasto público, o outro “braço” da política fiscal, está subordinada a normas legais (como a LRF e a EC do Teto da Gastos) que privilegiam os gastos com juros em detrimento dos gastos em políticas sociais em Saúde, Assistência e Educação, por exemplo, configurando-se assim, um regime de dominância financeira intermediado pelas finanças públicas nacionais.

Através da execução dos programas de renda emergencial analisados por Pereira (2023) e das normas sobre crédito consignado aprovadas em 2022, as quais inseriram o Auxílio Brasil e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no crédito consignado, é possível identificar elementos de financeirização, dada a “predominância de interesses do setor bancário-financeiro privado sobre o Estado Nacional, capturando suas estruturas administrativas e instituições, em detrimento dos interesses e necessidades dos demais setores da atividade econômica e do conjunto da população”, conforme aponta Bruno (2022, p. 45). A mudança deste cenário, no qual um pequeno grupo se encastela no Estado para garantir seus ganhos financeiros e a manutenção da subtributação, através da execução das finanças públicas, passa pela dimensão política, via mudança na correlação de forças que garanta a retomada do poder público sobre o orçamento público, sob pena de ver-se ampliadas ainda mais as desigualdades e os riscos à democracia.

## Referências

ALVES, G. A. P. A natureza contraditória do Estado capitalista na era da financeirização. **Estudos de Sociologia**, v. 4, n. 6, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Carga Tributária Bruta 2017**. Novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria/carga-tributaria-no-brasil-2017/view>>. Acesso: 12 Dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Carga Tributária Bruta 2021**. Dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria/carga-tributaria-no-brasil-2021/view>>. Acesso: 09 Jan. 2023.

BRUNO, M. A Financeirização como Limite Estrutural ao Desenvolvimento Brasileiro: fundamentos teóricos, indicadores e prognósticos. In: MARQUES, R.; CARDOSO JR., Z. C. (Orgs.). **Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil**. Brasília: Focacate, 2022. Pp. 38-76.

CARVALHO JR., P. H. B. O Imposto sobre Heranças e Doações. In: FAGNANI, E. (Org). **A Reforma Tributária necessária. Diagnósticos e Premissas**. Brasília: ANFIP, FENAFISCO, Plataforma Política Social, 2018. Pp. 457-474.

CHIEZA, R. A.; LINCK, A. K. B. **Renúncia de Receita e desigualdades: um debate negligenciado**. São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2022. Disponível em: <<https://fundacaotidesetubal.org.br/publicacoes/i-premio-orcamento-publico-garantia-de-direitos-e-combate-as-desigualdades-artigos-vencedores/#>>. Acesso em: 20 mar. 2023

CHIEZA, R. A.; PAIVA, M. R.; SANTOS, D. R. P. Tributação e Desigualdade ampliada em tempos de pandemia: uma alternativa. In: MATTOS, F. A. M.; *Et Al.* (Orgs.). **DESIGULDADES: visões do Brasil e do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 2022. Pp. 414-433.

CHIEZA, R. A. Mitos da Austeridade. **Blog Trajetórias de Educação Permanente no SUAS**. 2020. 15/07/2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2020/07/15/os-mitos-da-austeridade-fiscal/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FAGNANI, E.; CARDOSO JR., Z. C. Um Sistema Tributário feito sob medida para a Financeirização. In: Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil. In: MARQUES, R.; CARDOSO JR., Z. C. (Orgs.). **Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil**. Brasília: Fonacate, 2022. Pp. 282-301.

FERREIRA, V. H. A. **Decreto 11.150/2022 e a miserabilidade do mínimo existencial**. 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-out-19/garantias-consumo-decreto-111502022-miserabilidade-minimo-existencial?imprimir=1>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil**. Comunicado Presidência nº 22, 29 de junho de 2009.

OLIVEIRA, F. A. As Reformas Tributárias no Plano Internacional: a marcha da insensatez. In: FAGNANI, E. (Org). **A Reforma Tributária necessária. Diagnósticos e Premissas**. Brasília: ANFIP, FENAFISCO, Plataforma Política Social, 2018. Pp. 43-61.

PEREIRA, L. M. P. **Os Programas de Renda em tempos de pandemia e sua relação com a proteção social no âmbito da Política de Assistência Social**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2023.

PEREIRA, L. M. P.; ALMEIDA, R. S. **O superendividamento na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores: por um olhar além do aparente**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVEIRA, F. G.; *Et Al*. Tributação Indireta: alíquotas efetivas e incidência sobre as famílias. **TD nº 2823**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/estudos/tributacao-indireta-aliquotas-efetivas-e-incidencia-sobre-as-familias>>. Acesso em: 25 abr 2023.



# A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E OS EMBATES PARA SUA AFIRMAÇÃO NO ÂMBITO DE SEGURIDADE SOCIAL

Leila Aparecida Cunha Thomassim  
Dolores Sanches Wunsch

## Introdução

O presente texto aborda a efetivação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Seguridade Social, enquanto direito a renda às pessoas idosas e às pessoas com deficiência<sup>1</sup>. Como um direito, o BPC que, se concretizou no campo das lutas pela afirmação da política de Assistência Social, compôs a agenda da seguridade social em diferentes contextos históricos, desde o processo constituinte até os dias atuais, expressando a luta contra as retiradas e ataques de direitos, envolvendo diferentes atores políticos.

Desde que foi instituído como direito constitucional, a expansão do BPC vai estar pressionada pela disputa do fundo público e condicionada aos compromissos dos sucessivos governos brasileiros com a agenda neoliberal, que buscou obstruir, dificultar e retardar as conquistas sociais. Diversos autores, como Couto (2004), Boschetti (2008), Sposati (2004), Pereira (1996), Gomes (2001) convergem na compreensão de que a efetivação do BPC esteve subordinada à disponibilidade orçamentária, tencionado pelas políticas de equilíbrio fiscal e determinações políticas e culturais.

---

1 Instituído pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 203 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social lei nº 8742/90 que prevê um salário mínimo como renda às pessoas idosas e às pessoas com deficiência que não conseguem prover sua subsistência, nem de sua família.

Tem-se como pressuposto que a expansão dos direitos sociais, entre esses a efetivação do BPC, guardam limites dentro do sistema capitalista que tem como premissa a disponibilidade do fundo público para reprodução dos interesses do grande capital. Assim, a expansão ou restrição do BPC tem relação também com a alternância de projetos de poder na gestão do Estado brasileiro e com as lutas e embates pela sua efetivação.

O BPC apresentou, em seu percurso, ciclos mais restritivos e outros de maior expansão do acesso. Evidencia-se isso: na demora de regulamentação da Assistência Social e do BPC; no veto do Presidente Fernando Collor de Mello ao primeiro projeto de Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); nos ataques ao BPC nas contrarreformas da Previdência Social de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de Michel Temer e Jair Bolsonaro; no burocratismo expresso nos critérios e procedimentos que buscam retardar e dificultar o acesso da população ao benefício. Sendo operacionalizado somente em 1996, ganha contornos regressivos nos governos de FHC, passa por ampliações nas gestões dos governos Lula e Dilma e retoma uma agenda recessiva com Michel Temer após o golpe jurídico-parlamentar impetrado contra a presidenta Dilma em 2016. Condição esta que se agrava no governo de Jair Bolsonaro com a desregulamentação de vários direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, cujos impactos da pandemia pelo Covid-19 amplificam a desproteção social.

Nesta perspectiva, será retratado no presente texto, o percurso do BPC a partir da análise de 5 contextos históricos. Inicialmente será apresentada uma contextualização geral dos quatro primeiros períodos históricos, contemplando: inserção do BPC na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) até a Constituição Federal (CF); a regulamentação da LOAS e do BPC; a sua efetivação no governo FHC; o BPC na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na sequência,

será dada maior ênfase ao quinto contexto, que situa as questões contemporâneas, tendo como marco final o ano 2022. Neste contexto dá-se destaque aos impactos do Decreto nº 8.805/2016, que estabelece novos fluxos para acesso ao BPC, as alterações da LOAS com relação à renda e o acesso ao BPC no contexto da pandemia e pós-pandemia, entre outros dispositivos constituídos no período. Conclui-se com a análise do número de benefícios concedidos desde 1996 até 2022 e suas variações nos diferentes contextos históricos. Finaliza-se tecendo considerações finais sobre a efetivação do BPC frente aos embates de uma luta histórica e coletiva.

Espera-se assim contribuir para demonstrar as ambivalências e contradições presentes na efetivação do BPC, que vai escrevendo também a própria Política de Assistência Social, seus embates históricos e contemporâneos, evidenciando os diversos sujeitos coletivos e protagonistas presentes nesta construção.

### **A trajetória do BPC: um direito em permanente tensão**

A trajetória do BPC condensa uma história de lutas e embates pela sua efetivação, afirmação e expansão, confrontando dispositivos que o restringem que são “guiados pela primazia da rentabilidade econômica sobre a necessidade social” (GOMES, 2001, p. 132). Assim, evidenciam-se diferentes contextos históricos, que representam ciclos com características distintas, mas que não são estanques, pelo contrário se desenvolvem como fruto das próprios lutas e resistências mais amplas presentes na sociedade, na busca pela afirmação dos direitos sociais.

Num primeiro contexto, compreendendo o período de 1986 até 1988, situa-se a emergência do BPC a partir do processo constituinte até sua aprovação na CF. A garantia de renda para as pessoas idosas e pessoas com deficiência perpassou os debates da ANC, em um cenário de ascensão das lutas pela redemocratização do país e por

uma agenda por direitos sociais. Esse debate originou-se, por um lado, da experiência com o Renda Mensal Vitalícia (RMV)<sup>2</sup> e, por outro, reivindicado como uma demanda dos movimentos e grupos organizados das pessoas com deficiência. No entanto, a extensão do benefício às pessoas com deficiência foi retirada da proposta do texto constitucional, sendo reinserida através de Emenda Popular.

Tem-se, então, no texto da Constituição Federal (CF), de 1988, as bases da constituição dos direitos sociais e das políticas sociais públicas, e de um conjunto de mecanismos de participação popular na gestão do Estado. No entanto, tal iniciativa demonstrou ambiguidades sendo “extremamente avançado do ponto de vista conceitual, mas restritivo do ponto de vista da ordem econômica, que manteve os princípios já enunciados nos textos constitucionais anteriores” (COUTO, 2004, p. 186). Ao mesmo tempo em que o Estado se compromete com a implementação de um conjunto de direitos sociais, mantém acordos e compromissos focados nos interesses econômicos, privatistas e conservadores, fundantes da estrutura institucional brasileira.

Na CF a Assistência Social passa a compor o tripé da Seguridade Social, integrando a Saúde e a Previdência Social, e se constituía em um campo ainda incipiente e em construção. O BPC se inscreve no mesmo cenário em que a Assistência Social assume a condição de política social pública, cuja nova identidade ainda carecia de acúmulos e construções.

O BPC na CF de 1988 foi o único direito constitucional instituído pela Assistência Social, financiado com os recursos previstos no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e representou um marco importante na garantia de renda sistemática e regular aos idosos e pessoas com deficiência no patamar de um salário-mí-

---

2 O RMV era um benefício previdenciário instituído em 1974, que se destinava pessoas maiores de 70 anos e aos inválidos, mediante comprovação de trabalho e contribuição mínima. O mesmo correspondia à 60% do salário-mínimo.

nimo. Absorveu, assim, uma luta histórica de que nenhum outro benefício, no âmbito da proteção social, fosse inferior a este padrão na ANC. No entanto, mesmo tendo uma abrangência seletiva e focalizada, sua efetivação vai apresentar muitas resistências desde o início, polarizando e tensionando a própria regulamentação e implementação da política de assistência social.

Já num segundo período histórico, compreendendo o período de 1989 até 1995, é possível constatar os embates e disputas na regulamentação da Lei Orgânica da Assistencial Social (LOAS) e do BPC. Contexto contraditório, de ampliação das mobilizações e pressões para materialização das conquistas constitucionais, mas também de crescente influência no Brasil das diretrizes neoliberais, que travaram e protelaram várias conquistas sociais. Além das determinações macroeconômicas, aspectos políticos, conjunturais e culturais atravessaram a regulamentação da assistência social, que somente em 1993 é aprovada, atrasando a materialização do BPC.

Somente no governo Itamar Franco, com sua necessidade de legitimação pós-*impeachment* de Collor, que foram constituídas as condições objetivas para aprovação da LOAS, decorrente das pressões dos poderes Legislativo e Judiciário, dos movimentos sociais e da urgente necessidade de reestruturação da área da assistência (BOSCHETTI, 2008).

Todo o processo desencadeado para aprovação da LOAS se deu em um ambiente de manobras, impasses e resistências sob vários temas, entre esses a definição dos critérios em torno do BPC. A LOAS vai estabelecer critérios mais restritivos ao BPC, para além dos limites já impostos no texto constitucional, imprimindo maior focalização e seletividade no recorte de renda, destinado aos extremamente pobres e aos mais idosos, apresentando condicionalidades e exigindo comprovações e sua revisão a cada 2 anos e sinalizando seu cancelamento quando extinta as condições

que lhe deram origem. Considerou, para fins de acesso ao BPC o modelo de família mononuclear, composta por pai mãe e filhos. Com relação a condição da pessoa com deficiência considerou os incapacitados para vida independente e para o trabalho, delegando a responsabilidade de comprovação mediante laudos emitidos pelos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e do INSS credenciados nos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Esse processo de luta pela efetivação da LOAS aglutinou e mobilizou diversos setores em defesa da Política de Assistência Social, antes invisibilizada, que ganhou consistência teórica e política como direito social e dever do Estado. Surgem outros sujeitos coletivos que passam a fazer a defesa da Política de Assistência Social e do BPC, tais como o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Fórum Nacional de Assistência Social, sendo também realizada a I Conferência Nacional de Assistência Social<sup>3</sup>.

O governo FHC, cujo mandato se caracterizou por aprofundar as políticas neoliberais no país através de contrarreformas que retraíram e enxugaram as conquistas sociais, valendo-se de medidas provisórias efetivou novas alterações na LOAS alterando as definições do BPC na LOAS. É com o Decreto 1.744 de 8 de dezembro de 1995, portanto, dois anos depois da LOAS, que é regulamentado de fato o BPC e sua operacionalização passa para o INSS, porém, este, estabelece um conceito mais restritivo da condição da deficiência, para fins de concessão do BPC.

Evidencia-se assim um terceiro contexto histórico, entre 1996 e 2003, em que ocorre o início da materialização do BPC que, com contornos mais restritivos, além dos previstos na CF e na LOAS e no próprio Decreto 1.744/95.

---

3 O CNAS constituiu-se numa atualização do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que teve papel importante mobilizando a sociedade no debate de um Projeto de Lei da Assistência Social. O CNAS compôs novas competências e atribuições.

O governo de FHC instituiu diversas modificações na LOAS relativos ao BPC via medidas provisórias (convertidas na Lei 9.720/1998, tais como: congela a idade do idoso em 67 anos, retarda o prazo de implementação prorrogando os prazos, centralização das concessões para pessoas com deficiência na perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) rompendo com o processo de avaliações realizadas junto às equipes multiprofissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Introduz conceitos excludentes de família, isto é, adota um conceito de família igual ao adotado na Previdência Social, considerando os dependentes legais, aproximando o BPC da lógica previdenciária, ampliando sua burocratização, destoando-se das garantias constitucionais previstas, tornando o acesso ao benefício mais limitado, além de tentar desvincular o BPC do salário-mínimo.

Os sujeitos coletivos são fortalecidos no período, além do CNAS, o Fórum Nacional de Assistência Social, bem como a Frente Parlamentar em defesa da Assistência Social, passam a atuar pela ampliação do orçamento da Assistência Social e pelos dos Projetos de Lei (PL's) que retratavam essas pautas, entre estas o Estatuto do Idoso.

No decorrer dos dois períodos de mandato de FHC evidencia-se retrocessos e desregulamentações e uma disputa permanente pela consolidação da Política de Assistência Social, sendo que o BPC se constituiu no carro chefe dos recursos constituídos no Fundo Nacional de Assistência Social, que se apresentava bastante desarticulado do conjunto do programas e serviços, que eram ainda bastante incipientes, fragmentados, estritos e focalizados.

Num contexto de lutas e resistências visualiza-se também avanços na mobilização da sociedade civil organizada, com projetos de governos eleitos no campo popular que avançam como a eleição do governo Lula para Presidência da República, com significativo respaldo popular, trazendo bandeiras de luta de um Projeto

Democrático e Popular. Assim a eleição do governo Lula e posteriormente o governo Dilma propiciam na gestão do Estado brasileiro, um efetivo diálogo com as pautas dos direitos, com muitas concessões deste à ordem econômica e as políticas de ajustes fiscais, mas que permitiram efetivo avanço das políticas sociais, nas pautas afirmativas em particular da Política de Assistência Social, trazendo repercussões também ao BPC, apesar de manter os traços de sua focalização e de recorte restritivo de renda, entre outros elementos.

O quarto contexto histórico, compreendendo o período de 2004 a 2015, marca a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do SUAS, nas gestões dos governos Lula e Dilma. Diferentemente do cenário anterior, esse contexto caracterizou-se pelo avanço na Política de Assistência Social, em que o BPC passou a ser constituído como um direito socioassistencial, sendo inserido como uma das garantias de rendimento e de autonomia.

Com a consolidação de serviços e programas tipificados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são constituídos vários dispositivos, metas pactuadas e aprovadas nas diversas instâncias voltadas a inserção dos beneficiários e seus familiares nos programas e serviços de Assistência Social, constituindo fluxos e sistemas de informação e monitoramento. A necessidade de articulação entre os serviços, programas e benefícios e a inserção das pessoas beneficiárias do BPC buscando aproximação dos mesmos junto aos territórios se apresentam neste contexto, mas todo o processo de operacionalização do BPC e de avaliação para o BPC mante-se no INSS.

É nesse período que são revertidos os conceitos restritivos de família e deficiência, bem como é reduzido a idade da pessoa idosa para 65 anos, o que representou uma ampliação significativa de acesso, bem como possibilitou o acesso de outro idoso da mesma família ao BPC, visto que o benefício já concedido passa a não ser computado no cálculo da renda, conforme o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

O conceito de famílias para fins de acesso ao BPC aproxima-se ao utilizado na Política Nacional de Assistência Social, superando a lógica previdenciária dos dependentes legais, ao incluir além dos dependentes legais os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros que vivem no mesmo teto.

Seguindo também o avanço das normativas e diretrizes nas políticas para as Pessoas com Deficiência, fruto também das lutas e dos movimentos sociais, das convenções e tratados internacionais, a regulamentação do BPC foi acompanhando os aperfeiçoamentos conceituais, legais que implicaram no maior acesso ao BPC. O Decreto 6.214/2007 posteriormente o Decreto 6.564/2008 e a Portaria Conjunta MDS/INSS de 01/09/09, bem como os decretos foram avançando nessas definições, estabelecendo, alterações na avaliação da Pessoa com Deficiência (PCD) considerando a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF/OMS) e não mais unicamente pela Classificação Internacional de Doenças (CID), que supera a visão biomédica para considerar as questões ambientais, sociais e de participação.

Passa a ser adotado o modelo de avaliação biopsicossocial constituído da avaliação médica realizada a partir desse período pela perícia médica e a avaliação social realizada pela(os) Assistentes Sociais do INSS. Período em que vai ocorrer a ampliação das equipes de Assistentes Sociais, buscando-se para a efetivação da avaliação biopsicossocial, com uma perspectiva inclusiva e mais ampliada, que considera a condição de deficiência considerando além da dimensão biomédica, as questões socioeconômicas, as barreiras ambientais e de participação, compatível com as regulamentações nacionais e internacionais.

Ainda nesse contexto as instâncias de controle social, de pactuação e deliberação estiveram como objeto os planos decenais de Assistência Social e os pactos de gestão na perspectiva de expansão das ações do SUAS. O BPC manteve-se como pautas nas 6

(seis) Conferências Nacionais realizadas pautando aspectos para a ampliação do acesso. Assim, muitas das alterações efetivadas no período compunham a pauta dos movimentos sociais, de sujeitos coletivos, de vários projetos legislativos e algumas de ações judiciais individuais e coletivas.

Entre as reivindicações que não teve alterações destaca-se o valor de *per capita* estabelecido de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo desde a LOAS, passando a judicialização ser a forma de acesso buscado pelos sujeitos. Além disso, o dispositivo do Estatuto do Idoso que possibilitou o acesso de mais de um BPC para as pessoas idosas na idoso da mesma família ao benefício, conforme referido acima, vai ser alvo de muitas disputas judiciais com relação a isonomia, ao ter deixado de fora a pessoa com deficiência e pessoas com benefício previdenciário de 1 salário-mínimo, em igual condição de pobreza.

Salienta-se, ainda, que este contexto foi marcado pela unificação dos programas de renda através do Programa Bolsa Família e instituição do Cadastro Único, cuja inserção gradativa dos beneficiários do BPC e suas famílias passou a ser uma meta pactuada com gestores municipais e estaduais.

### **O cenário contemporâneo: as novas medidas de austeridade e os impactos sobre o BPC**

O quinto contexto, compreende o período de 2016 até 2022, iniciando-se com o governo Temer e finalizando com o Governo Bolsonaro. Período que se caracterizou por de ataques ao Estado Democrático, desregulamentação dos direitos sociais e de desmontes ofensivos à proteção social. Contexto em que o mundo esteve submetido ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, determinante para ampliação da pobreza e desigualdade social com a volta da fome em nosso país, cuja sociedade civil, organizada nas comunidades, teve papel importante na mobilização em torno da fome.

A partir de 2016, com o governo Temer, com continuidade no governo Bolsonaro, é implementada uma política de austeridade fiscal mais ofensiva para a classe trabalhadora, com a aprovação das contrarreformas trabalhistas e previdenciária e da Emenda Constitucional 95, que determinou teto de gastos para as políticas sociais. Medidas que fragilizaram o sistema de proteção social e de garantia de direitos, desregulamentando, desfinanciando e introduzindo pautas e programas mais focalizados e restritivos, rompendo com o processo pactuado de expansão do conjunto das políticas sociais públicas e do SUAS e rebatendo no processo de acesso ao BPC.

Tem-se no governo Temer a implementação do Decreto 8.805/2016, que marca um novo direcionamento do BPC ao condicionar o requerimento, concessão, manutenção e revisão do benefício à inscrição ao Cadastro Único para os Programas Sociais (CadÚnico).

Medidas que vão se aprofundar no governo Bolsonaro, em que novas alterações e desregulamentações do BPC se apresentam com relação ao critério da renda *per capita familiar*, do processo e fluxo das avaliações e laudos, da concepção da deficiência, sinalizando, por um lado, dubiedades nos avanços em pautas históricas ao BPC. Pressionados por pautas fiscais, por respostas à pandemia, intensificam-se os fluxos de acesso ao benefício via tecnologias digitais, que na prática implicaram em maior centralização, robotização na concessão do benefício, sob a narrativa de maior inclusão e aligeiramento no acesso ao benefício por parte das pessoas idosas e pessoas com deficiência.

São retomadas tensões e disputas históricas com relação ao debate da renda, do conceito de deficiência para fins de avaliação, fragmentação da equipe multiprofissional, fragilização da avaliação biopsicossocial, senso instituído a tele-avaliação da perícia médica e social.

Os desdobramentos impostos a partir do Decreto 8.805/2016 e outras sucessivas normatizações e regulamentações coroam um período bastante restritivo e conflituoso na efetivação das ações de Assistência Social e no processo de acesso das pessoas idosas e das pessoas com deficiência ao BPC.

*O processo de inscrição no Cadastro Único e referenciamento do BPC nos CRAS: suas implicações no SUAS e no acesso ao BPC*

A inscrição no CadÚnico e referenciamento nos CRAS das pessoas beneficiárias e requerentes ao BPC já era diretriz das normatizações gerais da PNAS e em especial desde o SUAS, que vinham sendo pactuadas com os gestores. No entanto, partir do Decreto 8.805/2016 esta passa a ser uma condicionalidade para requisição, concessão, permanência e revisão do BPC, isto é, também como dispositivo imposto no processo de revisão bienal. A partir do Decreto, a renda da família e do grupo familiar passa a ser declarada no momento de inscrição no CadÚnico, devendo estas serem ratificadas no requerimento junto ao INSS. Caberá ao INSS, na análise do requerimento, confrontar as informações quanto a renda com os demais cadastros e sistemas da base de dados federais disponíveis.

Vários sujeitos coletivos da Política de Assistência Social (CNAS, Colegiados de Gestores Nacionais e Municipais e os diversos Fóruns de Usuários do SUAS), criticaram destacando: a forma impositiva e autoritária, sem debate, sem respeitar as instâncias de deliberação e pactuação da política; a ampliação das demandas dos CRAS e do próprio CadÚnico (acolhimento e busca ativa dos beneficiários) em curto período, num contexto de contingenciamento do co-financiamento federal e de precarização das condições dos serviços (falta de recursos humanos, estrutura física e internet). Além disso, fazem críticas com relação

aos prazos de revisão bienal e de dificuldades na notificação dos beneficiários, devido a circulação deles nos Municípios e Estados.

As dificuldades concretas e objetivas de atualização cadastral, paralisaram muitas atividades nos serviços para o processo de busca ativa com fins de referenciamento e atualização cadastral, vão tencionar novos dilatamentos de prazos para inscrição e atualização cadastral dos beneficiários do BPC.

### *As diferenças de conceitos de família entre BPC e Cadastro Único*

As diferenças existentes nos conceitos de família ocorreram uma vez que o BPC tem como referência a relação de consanguinidade e vínculo jurídico (civil) e de mesmo domicílio, enquanto para o Cadastro Único o conceito adotado é o referendado no SUAS, que concebe a família ampliada, isto é, independente do vínculo consanguíneo ou de dependentes legais, incluindo pessoas que residem no mesmo domicílio e que contribuem com os rendimentos e/ou cujas despesas são mantidas. Desta forma, o Cadastro Único apresenta um grupo familiar mais amplo e o BPC, um mais restrito.

A compatibilização desse obstáculo se deu com o aprimoramento deste processo via Portaria Conjunta MDS/INSS nº 1 (INSS/MDS, 2017), que instituíram anexos a serem preenchidos na fase de requerimento junto ao INSS, agregando informações não disponíveis no Cadastro Único. Nesse sentido, o processo de condicionamentos para inscrição foi estabelecendo como um caminho consolidado.

No entanto, o processo de inscrição dos beneficiários ao BPC mostrou-se como um movimento bastante complexo e contraditório e os prazos definidos exíguos colocaram em risco o benefício de muitas pessoas idosas e Pessoas com Deficiência.

## *Cruzamento de Informações para acesso/concessão do BPC*

O cruzamento de informações entre os sistemas de banco de dados nacionais no processo de concessão do BPC, apesar de não ser um dispositivo novo, cumpre um papel preponderante no atual processo de concessão e revisão do benefício. Priorizando a análise do critério da renda *per capita*, essa etapa tem a função de rastrear incongruências das informações apresentadas pelas famílias no momento do cadastro. Desta forma, efetiva uma filtragem das informações entre sistemas, tendo esta prevalência sobre os processos de avaliações médica e social, que até então pautavam o processo de concessão. Passa então a gerar de forma compulsória suspensões, bloqueios e cancelamento dos benefícios. Pauta-se na confiabilidade das informações existentes nos sistemas utilizados, nem sempre atualizados, incapaz de capturar a dinâmica instável na composição da renda das famílias com empregos e rendas temporárias e informais. Os dispositivos remotos e digitais para acompanhamento, a busca dos motivos de indeferimento/cancelamentos/suspensão, os prazos exíguos, fazem do acesso ao BPC uma grande maratona, dificultando e retardando o acesso, sustentado em narrativas de fraudes dos pobres aos cofres públicos. Natureza de processos com uma racionalidade burocrática e impessoal, contrariando as diretrizes do SUAS e os direitos socioassistenciais dos usuários quanto o direito à escuta, informação e acolhida.

Posicionamentos de diversos sujeitos coletivos apontam a perversidade dos procedimentos adotados na concessão do BPC<sup>4</sup>.

---

4 O CNAS em Nota Informativa destaca a incongruência com a Política de Assistência e orienta que “o MDS promova ações de orientação aos beneficiários para interposição de recursos ou apresentação de defesa” (CNAS, 2018, p. 2), bem como dilatação de prazos para as revisões.

## *A descentralização dos canais de requerimento do BPC*

Outro dispositivo instituído nesse período, foi a possibilidade do requerimento ao BPC e outros benefícios previdenciários ser efetivado, além dos canais digitais previstos da Previdência, por outros a serem estabelecidos e autorizados pelos Ministérios implicados. A proposta transfere aos municípios, mediante Acordo de Cooperação Técnica (ACT), os requerimentos tanto do BPC, como de outros benefícios previdenciários.

Tem-se que a descentralização dos requerimentos junto aos municípios constituiu-se numa estratégia utilizada para desafogar a concentração das solicitações de requerimento nas agências do INSS em detrimento da falta: de estrutura de suas agências, de expansão e qualificação da sua rede. Críticas dos movimentos sindicais apontam a crescente precarização das estruturas de atendimento e a falta de recursos humanos no INSS, e que o ACT representa, na prática, uma tentativa de terceirização indireta das históricas atribuições desse órgão. O uso das tecnologias digitais e o trabalho remoto no INSS, opera, no processo de concessão do BPC, uma efetiva exclusão digital da população idosa e com deficiência em situação de extrema pobreza, com dificuldade de acesso a esses recursos e de compreensão das lógicas e dinâmicas desses dispositivos.

## *Fragmentação e fragilização das equipes e da avaliação biopsicossocial*

Desde o Governo Temer, o Decreto 8.805/2016, gerou barreiras no processo de acesso ao BPC ao excluir automaticamente para avaliação social e mesmo perícia médica as solicitações em que o rendimento ultrapassar o *per capita familiar* definido em lei<sup>5</sup>.

---

5 Anteriormente as avaliações aconteciam paralelamente, com a complementação da documentação, o que, além de dar agilidade, e um conjunto de orientações sobre fluxos, procedimentos administrativos e mesmo judiciais.

No período houve também iniciativas de restrição do atendimento presencial do Serviço Social, nas agências da Previdência Social em detrimento dos demais acessos digitais, com o 135, MEU INSS etc.

Posteriormente com a pandemia da Covid-19 se consolidou e potencializou no mundo inteiro a utilização das tecnologias de informação e das plataformas digitais, o teletrabalho tendo em vista a interrupção do atendimento presencial em diversas áreas e o necessário isolamento social. Ao mesmo tempo tem-se o aumento da busca de benefícios decorrente da profunda crise social e econômica e vitimização pela Covid-19 de muitas pessoas e famílias, ampliando o número de pessoas na fila de espera para análise e acesso ao BPC.

Outro aspecto que caracteriza o período é a fragilização do trabalho interdisciplinar, a avaliação biopsicossocial defendida e considerada uma conquista no que tange a caracterização da incapacidade, passa por desconstruções. Já no Governo Temer a equipe de peritos médicos passa para outra estrutura administrativa, com plano de carreira específica, não ficando mais sob a gestão do INSS. São potencializados sistemas de monitoramento e verificação de fraudes, com bonificações previstas aos analistas e médicos peritos, através da Lei 13.846/19, denominada de “lei do pente fino”, sendo implementado uma política de austeridade focada na suposta fraude dos mais pobres.

Outra estratégia configurada no período foi a tentativa de retirar o Serviço Social como serviço previdenciário na estrutura da Previdência Social, dificultando e obstruindo o exercício profissional das e dos Assistentes Sociais. Muitas mobilizações ocorreram através de movimentos sociais, conselhos profissionais, federais sindicais etc. reforçando o papel do Serviço Social no INSS, e seu papel na orientação geral dos cidadãos e no acesso aos serviços previdenciários, assistenciais, com o BPC e demais direitos sociais.

Muitos embates se dão neste período também, com a possibilidade de avaliação social por teleconferência (Lei 14.176/2021), modalidade contestada e questionada pelos organismos de classes e dos Assistentes Sociais, decorrente as dimensões éticas e de garantia de sigilo profissional na atividade profissional, além dos fatores de dificuldade no acesso às tecnologias de informação pelos requerentes ao BPC. Além disso a Lei 14.176/21 prevê a hierarquização da avaliação da perícia médica em detrimento da avaliação social, coloca e é instituída a avaliação social média automatizada, para as situações em que a avaliação médica já constatou a deficiência e o impedimento, eliminado na prática a avaliação social, valorizando a perspectiva da concepção biomédica e rompendo com a unidade da avaliação biopsicossocial no processo de avaliação do BPC. Manifestação do CFESS alerta para essas dimensões ética e dos retrocessos postos e as dificuldades da população no acesso ao benefício que de fato ampliaria o tempo de espera ao invés de agilizar o acesso. Registra também a sobrecarga nos CRAS, onde a população vem buscando respostas e orientações para acesso aos benefícios, alertando também para a ampliação de atravessadores para acesso aos mesmos.

Novas desregulamentações se operaram no contexto pós-pandemia, mesmo com toda a mobilização social realizada, é aprovada a Lei 14.441/22<sup>6</sup> que permite a descentralização da avaliação social do BPC, constituindo-se como uma estratégia clara de terceirização das ações, desresponsabilizando o INSS com relação a garantia de profissionais no seu quadro de pessoal para garantir a avaliação social, repercutindo num possível movimen-

---

<sup>6</sup> Apesar de a proposta inicial não contemplar o BPC, emendas parlamentares vincularam o tema da avaliação social previsto na LOAS, que, com sua aprovação passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art.20 &6º - A O INSS poderá celebrar parcerias para a realização da avaliação social, sob a supervisão do serviço social da autarquia” (BRASIL, 2022).

to de maior enxugamento do número de assistentes sociais do INSS. Apesar das avaliações para acesso ao BPC serem realizadas pelas(os) Assistentes Sociais e pelos médicos peritos, caracterizando-se numa avaliação biopsicossocial, conjunta, a possibilidade de descentralização foi colocada somente para profissionais, no âmbito da avaliação social, mantendo-se o papel da perícia médica sob a gestão estatal, evidenciando uma maior valorização deste profissional no processo de concessão, determinado pela força corporativa dessa categoria.

### *Variações no recorte da renda per capita familiar*

Tem-se no início de 2020 um avanço importante com a aprovação da Lei 13.981/2020 que alterou a renda *per capita familiar* do BPC para  $\frac{1}{2}$  (meio) salário-mínimo, depois de longo trâmite no Congresso Nacional, respondendo a uma luta história das Conferências de Assistência Social, inserido em vários projetos de lei em tramitação no Congresso. No entanto, a lei foi vetada pelo presidente Bolsonaro, seu veto foi derrubado pelo Congresso Nacional e, então, em Medida Cautelar ao STF, a lei foi suspensa, com vistas a definição das fontes de custeio.

Na sequência é aprovada também a Lei 13.982/2020, que instituiu a renda emergencial<sup>7</sup>, em razão de calamidade pública e emergência devido a pandemia de Covid-19, que apresentou “parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao [...] BPC” (BRASIL, 2020, p. 1). Além disso a Lei dispõe que outro BPC e benefício previdenciário de até 1 salário-mínimo concedido a pessoa idosa ou pessoa com deficiência passa a não ser considerado no cálculo

---

7 O auxílio emergencial instituído de R\$ 600,00 por pessoa, chegando a R\$ 1.200,00 (caso da mãe chefe de família), tendo critério de renda per capita de  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo ou renda familiar ser inferior a 3 (três) salários-mínimos.

da renda para fins de concessão<sup>8</sup>. Constituindo uma conciliação com o entendimento de limites da renda per capita de  $\frac{1}{4}$  salário-mínimo, estabelece a possibilidade de ampliação do critério de renda para  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo na forma de escalas graduais combinando diversos elementos (dependência, fatores ambientais, socioeconômicos, gastos referentes à saúde, não absorvidos pelo SUS). Além disso, a Lei apresenta também sutil alteração no cálculo de per capita ao definir como igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  salário-mínimo (antes era de até  $\frac{1}{4}$ ).

Frente a vigência do critério de renda *per capita* da Lei 13.982/2020 expirar em 31 de dezembro de 2020, e a urgência necessidade de reestabelecer o critério da renda per capita para acesso ao BPC, e uma Medida Provisória é encaminhada para o Congresso Nacional retomando o *per capita* antigo anterior de “até  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo o critério de renda *per capita familiar* do BPC”.

A partir dessas regulamentações explicitadas na LOAS, passa-se a ter 2 (dois) critérios de renda per capita familiar, isto é: o que estabelece de igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo *per capita* como regramento geral, e de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo *per capita familiar* quando for comprovado pelo requerente gastos de saúde não assegurados pelo Sistema Único de Saúde. Portanto, é incorporado em lei, para acesso ao BPC, o conteúdo da Ação Civil Pública - ACP nº 5044874-22.2013.04.700/RS que teve repercussão em todo o território nacional, ao estabelecer a retirada do cálculo da renda familiar as despesas com saúde não cobertas pelo SUAS.

Essa variação e escalonamento da renda também vai se verificar com relação ao conceito de deficiência, que terá correlações diferentes com relação ao critério geral, em que é considerado o *per capita* de igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo, e outro

---

8 A possibilidade já era reconhecida para a pessoa idosa com o Estatuto do Idoso. Ações judiciais aprovadas em diferentes comarcas, mas que não tinham repercussão geral concediam também para as pessoas com deficiência.

quando passará a ser considerado as despesas com saúde, que ficou limitado no valor *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo. Limitações de renda que não eram consideradas nas sentenças judiciais, demonstrando que avanços conquistados, mesmo que por sentenças judiciais, se materializam no corpo da lei com restrições.

### *Variações na concepção da deficiência*

Conforme já referido ambas as leis, a Lei 13.982/20, e depois a Lei 14.176/22. estabeleceram dois critérios diferenciados com relação a renda *per capita familiar* e dois parâmetros diferentes para avaliação da condição de deficiência, que se interrelacionam, para acesso ao benefício de prestação continuada. O parâmetro “mais universal” e geral que considera a renda família *per capita* família igual e inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo, mantém a concepção deficiência previsto no Art. 20 & 2 da LOAS, pautada na concepção biopsicossocial. Esta concepção é considerada uma conquista do movimento das pessoas com deficiência, da Lei Brasileira de Inclusão, isto é, vai além da condição da deficiência física, incluindo funções do corpo, fatores ambientais, sociais, de participação conforme já visualizado no quarto contexto histórico. Outra concepção, a qual se vincula ao aumento de *per capita* para  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo, para as situações de comprovado gasto da pessoa idosa ou com deficiência com saúde, vai ser uma avaliação mais restritiva, pois vai considerar o grau de deficiência, e a dependência de terceiros para as atividades da rotina diária, ou seja, passa a abranger situações de dependência mais severa e de gravidade e autonomia restrita no cotidiano. Esta concepção é contrária aos preceitos que orientam as regulamentações em torno dos direitos das pessoas com deficiência e idosos e mesmo os direitos socioassistenciais do SUAS que tem como perspectiva o desenvolvimento da autonomia das pessoas idosas e das pessoas com

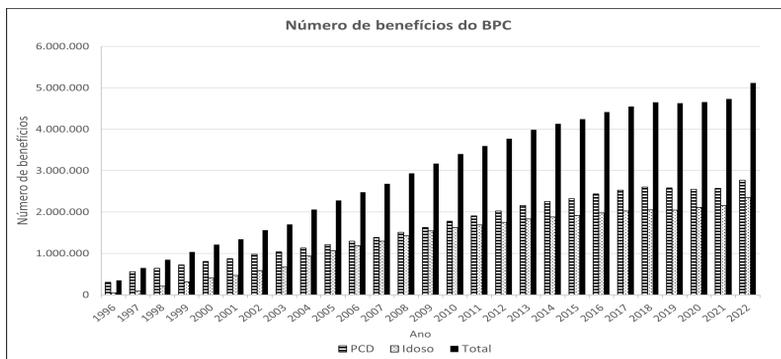
deficiência e o não seu tutelamento e dependência de terceiros. Posicionamento do CFESS com relação a Lei nº 14.176/2021 destaca o quanto a lei sobrecarrega os requerentes ao benefício, sejam pessoas idosas ou pessoas com deficiência. diante da necessidade de comprovar a despesas com gastos no cuidado à saúde, a avaliação do grau de deficiência e dependência de terceiros (familiares etc.) para realizar atividades básicas da vida diária. Destoa-va que a exigência de comprovação médica desconsidera sobre o grau de deficiência o a “modelo de avaliação biopsicossocial (que avalia os aspectos sociais da deficiência), ferindo a Lei Brasileira de Inclusão” (CFESS, 2021).

Outro indicador de retrocessos neste contexto também se apresenta com a fragilização da avaliação biopsicossocial e fragmentação das equipes do INSS, assistente social e médicos peritos que realizam a avaliação social e médica para efetivação dos benefícios, como já referido em item anterior.

### *A trajetória na concessão do BPC: variações durante contexto de 1996 a 2022*

A análise dos números de BPC concedidos desde sua efetivação, em 1996, até o final do Governo Bolsonaro em 2022 evidencia variações e picos de concessões decorrentes das diversas alterações nos critérios, exigências e procedimentos de acesso, conforme pode-se observar nos Gráficos 1 e 2. Destaca-se que os valores apresentados se referem ao número de benefícios concedidos no mês dezembro de cada ano.

**Gráfico 1 – Número de benefícios do BPC entre 1996 e 2022.**



**Fonte:** MDS 2023. Sistematização e elaboração feita pelas autoras.

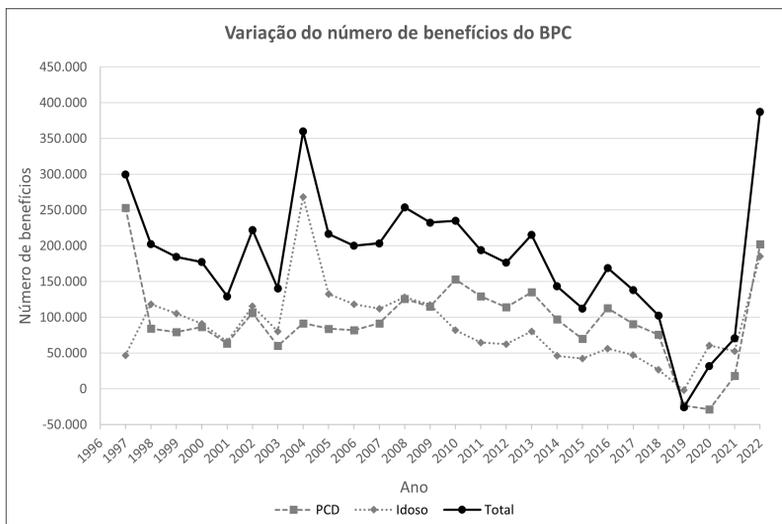
O Gráfico 1 demonstra que na maior parte do percurso histórico houve um processo ascendente de concessão de benefícios concedidos anualmente até 2018, com redução em 2019, voltando a ter crescimento em 2022. Em dezembro de 1996 o número total de benefícios concedidos foi de 346.219, chegando 5.115.818 em dezembro de 2022. Constatase, então, que o número de benefícios cresceu aproximadamente quase 15 vezes em todo o percurso, resultado de muitos avanços e restrições, frutos de embates realizados por diferentes atores políticos na luta pela efetivação do BPC.

Evidencia-se que número de concessões às Pessoas com Deficiência foi maior do que para as pessoas idosas desde que o BPC foi instituído. A partir de 2004 a proporção entre os dois públicos se estabilizou, ficando em dezembro de 2022 um percentual de 54% concedidos a Pessoas com Deficiência e 46% concedidos a pessoas idosas.

A proporção de acesso ao BPC das pessoas com deficiência tende a ser maior devido abranger maior contingente populacional, pois engloba todas as faixas etárias, bem como os critérios de acesso, os quais, foram sendo ampliados numa perspectiva inclusiva, considerando a avaliação biopsicossocial.

O Gráfico 2 demonstra que o comportamento da variação do número de BPC concedidos anualmente não é estável, indicando que a concessão de benefícios não ocorreu de forma linear, apresentando em alguns períodos picos e reduções na variação.

**Gráfico 2 – Variação do número de concessões ano a ano do BPC entre 1996 à 2022.**



**Fonte:** MDS 2023. Sistematização e elaboração feita pelas autoras.

No primeiro ano de concessão verifica-se maior inclusão das pessoas com deficiência decorrente possivelmente do maior engajamento destas na disputa pelo BPC, além deste segmento englobar várias faixas etárias e múltiplas deficiências.

Na análise da variação do número de concessões ao BPC verifica-se dois picos. Um primeiro pico refere-se ao aumento do número de concessões de BPC no ano de 2004 para pessoas idosas, e que se estima ser decorrente da aprovação do Estatuto do Idoso. Além disso, destaca-se que os idosos já estavam contemplados no

RMV. No entanto, essa relação diminui a partir de 2004, pois com a implementação do Estatuto do Idoso, passam a ter direito ao BPC as pessoas idosas a partir de 65 anos, ampliando o seu acesso.

Visualiza-se que o número de benefícios para pessoas com deficiência é maior em todo o período histórico, no entanto a maior variação se deu no primeiro ano que foi 1997.

O segundo pico de variação verifica-se no ano de 2022, quando, após um período de variação negativa visualizado em 2019 e 2020, ocorre uma subida vertiginosa dos aumentos de casos, com uma ampliação de 400 mil benefícios, quando comparado aos 70.000 registrados no ano de 2021.

Destaca-se um pico referente a ampliação do número de benefícios concedidos a pessoas com deficiência no ano de 2016, período que houve a ampliação do acesso ao BPC para crianças vítimas de Zika vírus, podendo este fato justificar tal variação.

No ano 2019, contrariando todo o comportamento evidenciado na trajetória do BPC, ocorre, pela primeira vez na série histórica uma redução do número de benefícios em relação ao ano anterior, resultado em uma variação negativa de 0,55%, que representou 25.739 benefícios a menos concedidos comparando com dezembro de 2018.

Observa-se que o conjunto de medidas implementadas pelos últimos governos, principalmente após o Decreto nº 8.805/16, pesou na redução do acesso ao benefício<sup>9</sup>.

No ano de 2020 verificou-se um comportamento distinto entre os públicos Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas. Tem-se uma redução de número de beneficiários de 28.810 entre as Pes-

---

9 Para uma análise mais aprofundada quanto ao impacto do BPC na vida das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, bem como sua demanda e cobertura, seria necessário considerar outros aspectos, tais como renda, perfil demográfico e outros indicadores de vulnerabilidade, não sendo esta, no entanto, a proposta da análise realizada neste artigo.

soas com Deficiência (-1,12%), enquanto houve um aumento de 60.634 entre as Pessoas Idosas (+2,96%). Associado ao conjunto de medidas impostas tem-se em 2020 o início a pandemia Covid-19, impactando o processo de acessos aos benefícios decorrente do isolamento social instituído, com fechamento dos serviços públicos, potencialização das ferramentas e dispositivos digitais e remotos de acesso. Cabe destacar que o processo de concessão para as Pessoas com Deficiência envolve um conjunto de laudos e exames específicos que não puderem ser efetivados no período.

A ampliação para  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo *per capita* para fins de acesso ao BPC, quando justificado casos de gastos com saúde não cobertos pelo SUS ou SUAS, pode ter beneficiado em maior escala as inclusões das Pessoas Idosas. Além disso o conceito para fins de avaliação da condição de deficiência para acessar esse dispositivo é mais restritivo, associado a condição de dependência de terceiros e limitação para a vida diária.

Em 2021 verifica-se uma leve variação nos benefícios para idosos, reduzindo de 2,96 para 2,5%, representando 52.666 e uma ampliação para as Pessoas com Deficiência na proporção de 0,71, representando um número de 17.992 de benefícios, representando ainda numericamente mais beneficiários idosos. O ano 2021 compreendeu um período ainda vivenciando a pandemia, e embora com a ampliação da vacinação, e a redução do isolamento, pode ter representado um fator importante para serem retomados os processos e fluxos de avaliação. Contribuíram para o processo de concessão a revisão de benefícios concedidos judicialmente, previsto a partir da Lei 14.176/2021, os dispositivos instituídos de bonificação para identificação de irregularidades, as condições de acesso ao Cadastro Único.

No ano de 2022 verifica-se um aumento significativo da variação do número de benefícios para ambos os públicos, sendo a mesma a segunda maior em toda a série histórica de concessão,

só não superanda, na proporção para Pessoas com Deficiência o ano de 1997 e Pessoa Idosa em 2004. Cabe destacar que ocorre maiores flexibilizações com relação a pandemia, a retomada das atividades presenciais no próprio INSS, avanço significativo da vacinação, o que pode ter ocasionado a concessão de demandas reprimidas. Bem como, as pressões e tensionamentos efetivados no período decorrente das amplas filas para concessão contribuíram para o aumento significativo registrado na concessão do BPC.

### **Considerações finais**

O BPC, como produto histórico, cuja inserção no campo da Seguridade Social, representou um marco na luta pela proteção social brasileira e sua afirmação é resultante de embates e resistências desde a ANC até os dias atuais, compondo a luta de diferentes sujeitos coletivos.

Seu percurso é dinâmico e contraditório como benefício, foi se constituindo de abrangência restrita, seletiva e focalizada e sua regulamentação esteve subordinada a determinações econômicas, políticas e culturais que marcaram a particularidade da proteção social brasileira. Diferentes estratégias de ajustes fiscais em diferentes contextos, pautaram a efetivação do BPC restringindo, burocratizando, retardando, dificultando seu acesso e até tentando eliminá-lo, ao ser inserido nas contrarreformas de FHC, Temer e Bolsonaro.

Evidencia-se que seus ciclos de restrição e expansão apresentam relação com a alternância de Projetos de na gestão do Estado brasileiro, polarizados entre governos que incorporam a pauta social e os mais direcionados para as agendas neoliberais e conservadoras, bem como de lutas e embates pela sua efetivação. O BPC foi se incorporando como escopo de lutas de movimentos sociais, de sujeitos coletivos, bem como esteve na pauta do Legislativo e Judiciário, sendo sua permanência resultante deste conjunto de

embates de forças existentes na sociedade brasileira. Sua regulamentação passou por diversas normas regulamentares (Leis, Decretos, Instruções Normativas) que materializaram as lutas e embates pela expansão e restrição do acesso ao benefício.

Como benefício da seguridade social, integrante da Assistência Social, esteve sob orientação e operacionalização da Previdência Social, que lhe foi imprimindo as mesmas lógicas dos benefícios previdenciários. Por um longo período sua referência na política de assistência era somente orçamentária, sendo que é na PNAS/SUAS que o BPC passa a ser melhor inserido e potencializado na Política de Assistência Social.

No entanto, desde o Governo Temer é estabelecido ofensiva fiscal com impactos sobre o acesso ao conjunto de políticas sociais e aos benefícios sociais, com rebatimentos sobre o BPC, quando se vivencia a ruptura do processo de expansão da Política de Assistência Social.

A operacionalização do BPC sendo efetivada pelo INSS, viveu todos os rebatimentos colocados nas contrarreformas efetivadas na Instituição, com a redução do quadro de trabalhadores<sup>10</sup>, redução das agências da Previdência Social, alterações nos fluxos para requisição, acesso e acompanhamento e requisição e acompanhamento dos benefícios, que vai privilegiar os canais remotos e digitais. No processo de trabalho é instituído o teletrabalho, o trabalho remoto, intensificados no período da pandemia. A transferência dos trabalhadores médicos peritos também propiciou a fragmentação das equipes, e fragilizaram a gestão desses profissionais pelo órgão que operacionaliza o benefício, ficando apartados de todo o sistema de concessão.

As políticas de austeridade fiscal presente em diferentes contextos históricos, em especial com os governos FHC, Temer e

---

10 De 37 mil servidores em 2015/2016 passa para 17 mil no contexto atual. (DOCUMENTÁRIO MEU INSS, disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2023/06/nosso-inss-como-o-orgao-federal-chegou-a-maior-crise-de-sua-historia/>)

Bolsonaro priorizaram também o combate a supostas fraudes, com a lei denominada de pente fino, que criou sistemas de bonificação para analistas e peritos.

Em especial com o Decreto 8.805/2016 são constituídas novos fluxos e condicionalidades para acesso ao BPC produzindo maiores barreiras e dificuldades para acesso, que se aprofundaram na gestão Bolsonaro até 2022, agravados pela pandemia da Covid-19.

As modalidades de descentralização e desconcentração dos canais de requerimento ao BPC (via serviços, dispositivos digitais e remotos), o sistema de robotização, com a adoção do sistema de cruzamento de informações entre os bancos de dados nacionais não considerou as condições objetivas do acesso da população, a esses meios, suas dificuldades de manuseio, gerando dificuldades e exclusão no acesso aos benefícios. A filtragem das informações, decorrente dos cruzamentos das informações, estabelecem suspensões, cancelamentos, negativas de acesso, robotizando e impessoalizando a concessão, distanciando-se do pressuposto protetivo como benefício socioassistencial do SUAS.

A descentralização instituída, via CadÚnico e CRAS, alimentou de fato um distanciamento entre as demandas dos que requisitam o BPC e os processos e definições de análise na concessão, repercutindo numa maior centralização e burocratização no acesso. As dificuldades de concessão do BPC operadas no período, em especial no período da pandemia, sobrecarregaram o papel dos CRAS na mediação do acesso aos benefícios, bem como a intensificação de chamados “atravessadores” junto a Previdência Social.

Nesse sentido, a luta pela efetivação do BPC perpassou por permanentes embates e sua sustentação, como conquista coletiva, ainda exige permanente vigilância e luta para que se mantenha e avance diante de ataques à Seguridade Social e as Políticas de Proteção Social.

É necessário resistências e lutas unitárias pela afirmação do BPC na Política de Assistência Social, pela Seguridade Social e pela Democracia, mesmo em um cenário bastante desfavorável para a proteção social, em especial, durante o contexto de expansão da pandemia do Covid-19, com aumento ampliado do desemprego estrutural.

## Referências

BOSCHETTI, I. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2008.

BRASIL. **Decreto nº8.805, de 7 de julho de 2016**. Diário Oficial da União: Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei 13.846 de 18 de junho de 2019**. Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios. Brasília, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.981, de 23 de março de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite de renda familiar *per capita* para fins de concessão do benefício de prestação continuada. Diário Oficial da União: Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC). Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei 14.176 de 22 de junho de 2021**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão. Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.981, de 23 de março de 2020**. Diário Oficial da União: Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei 14.441 de 02 de Setembro de 2022**. Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 11.699, de 13 de junho de 2008, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Perícia Médica Federal e do

Conselho de Recursos da Previdência Social e para dispor sobre a gestão dos imóveis que constituem o patrimônio imobiliário do Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Brasília, 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Diário Oficial da União: Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania/ Secretaria Nacional de Assistência Social/ Departamento de Benefícios Assistenciais/Coordenação-Geral de Gestão da Informação e Controle de Benefícios. **Benefício de prestação continuada (BPC) - benefícios ativos. relatório anual de 1996 a 2022**. Brasília, 2023.

CFESS. **Manifesto Público em Defesa do BPC - Prejuízos da Lei nº 14.176/2021 no atendimento à população e acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC)**. Brasília, 2021.

CNAS. **Nota - MC/INSS-ME/CNAS**. Brasília, 2018.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2004.

GOMES, A. L. O benefício de prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. **Serviço Social e Sociedade**, n. 68, pp. 111-131, 2001.

INSS/MDS. **Portaria conjunta nº 1, de 3 de janeiro de 2017**. Diário Oficial da União: Brasília, 2017.

PEREIRA, P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres**. Brasília: The-saurus, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. **Mandado de Injunção nº 448/RS**. Relator para o acórdão ministro Moreira Alves, julgamento em 5 de setembro de 1994.



# A NEBULOSA RELAÇÃO SOCIAL ENFRENTADA PELOS MOTORISTAS DA UBER

Fernando F. Dillenburg  
Fábio Ramos Cannas

## Introdução

Nesse texto abordaremos alguns possíveis significados da relação social estabelecida entre empresas proprietárias de plataformas *online* de transporte de passageiros e os motoristas que trabalham realizando esse transporte. A Uber representará aqui todas as demais plataformas (99, Cabifay, Blablacar, Lyft, inDriver, Easy Taxi, Lady Driver etc.), pois a utilizaremos como exemplo.

## Problemática do estudo

Iniciaremos considerando a relação clássica entre uma empresa capitalista e um trabalhador assalariado, para depois analisarmos as particularidades da relação entre a Uber e os motoristas que para ela trabalham.

Para ser caracterizado como um assalariado, o trabalhador precisa, antes de tudo, produzir uma mercadoria. O produto do trabalho humano, por sua vez, somente pode ser considerado uma mercadoria se cumprir algumas condições. A primeira condição é que o produto seja algo socialmente útil, ou seja, deve ter um *valor de uso* para outros que não o seu próprio produtor. Por ser algo útil para outros, o produto deve poder ser trocado, assu-

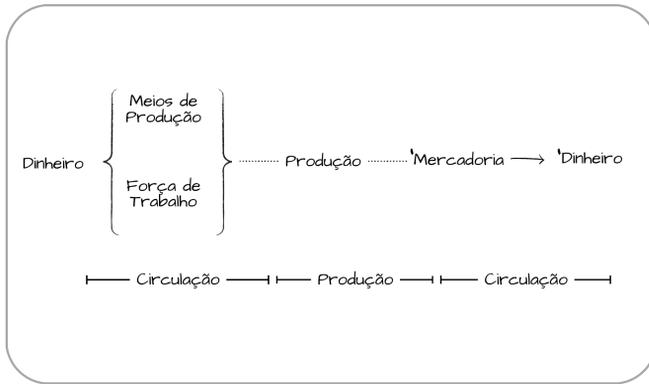
mind, assim, um *valor de troca* ou um preço. Essa é a segunda condição: possuir um valor de troca. Para produzir esse produto, o produtor necessariamente gastará energia física e mental, terá que despendê-la, como diz Marx (1983a, p. 51) “(...) cérebro, músculos, nervos, mãos etc.”. É desse dispêndio de energia humana que provém o *valor* do produto, a terceira condição para que ele se torne uma mercadoria. Portanto, para ser mercadoria, o produto de trabalho precisa ter um valor de uso social, um valor de troca ou um preço, que nada mais é do que a forma de manifestação, na instância da circulação de mercadorias, do valor criado na instância da produção.

Ninguém consegue produzir algo sem ter acesso, mesmo que momentaneamente, aos meios de produção necessários para produzi-lo. O fato é que, no capitalismo, os meios de produção são propriedade da classe capitalista<sup>1</sup>. Por ser uma propriedade que está privada ao acesso dos trabalhadores assalariados, os meios de produção só se tornam acessíveis a eles depois que eles tenham vendido sua força de trabalho à empresa capitalista. Por isso, a compra da força de trabalho e dos meios de produção por parte dos capitalistas é um momento indispensável ao movimento do capital, momento expresso na primeira fase da circulação na figura 1, a seguir:

---

1 Marx (1983b, p. 261-262) observa que no capitalismo os trabalhadores assalariados não possuem os meios de produção devido à violenta separação ocorrida entre eles no processo denominado acumulação originária do capital. Nesse processo, “a violência cumpre o principal papel”.

Figura 1 - Fórmula geral do capital.



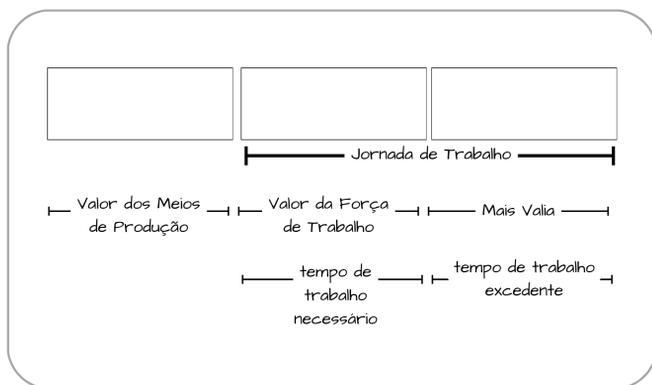
Fonte: Marx (1983b, p. 25).

Nessa forma clássica da relação entre uma empresa capitalista e o trabalhador assalariado, a empresa compra, com o seu dinheiro, todos os meios de produção, além de comprar por um determinado tempo a força de trabalho do trabalhador assalariado. Depois de vender sua força de trabalho à empresa capitalista e ser, por isso, colocado em contato momentâneo com os meios de produção, o trabalhador assalariado é obrigado a trabalhar, a participar do processo de produção de uma nova mercadoria. Por ser proprietária dos meios de produção e ter comprado a força de trabalho por determinado tempo, a empresa capitalista torna-se proprietária da mercadoria produzida pelo trabalhador assalariado. Sendo assim, ela pode vender a mercadoria, transformando-a em dinheiro, momento expresso na segunda fase da circulação exposta anteriormente na figura 1.

Durante o processo de produção, o trabalhador assalariado trabalha uma jornada que excede o tempo necessário para produzir o valor de sua força de trabalho. O valor produzido durante o tempo de trabalho excedente, quando apropriado por uma em-

presa capitalista, assume a forma de mais-valia (MARX, 1983b, p. 160), conforme exposto na figura a seguir:

**Figura 2 – Valor dos meios de produção, da força de trabalho, mais-valia, tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente.**



Fonte: Elaboração própria.

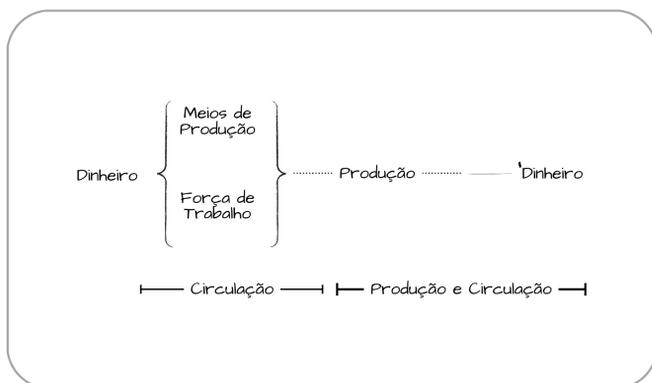
Como se vê, segundo Marx (1983a, p. 171), os meios de produção não produzem mais-valia. Somente produz mais-valia o trabalhador assalariado que trabalha para uma empresa capitalista. Esta relação entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho, conforme exposta até aqui, é a forma clássica, a forma conceitual descrita por Marx no início do Livro I d’O *capital*. No entanto, no decorrer da obra, Marx demonstrará que há a possibilidade de haver mudanças nessa forma clássica. A relação social entre a Uber e os motoristas que para ela trabalham expressa algumas dessas mudanças. São essas peculiaridades que passaremos a examinar a partir de agora.

## Particularidades do serviço do motorista que trabalha para a Uber

### *A produção de um serviço*

Antes de tudo, cabe ressaltar o fato de que o motorista que trabalha para a Uber não produz uma mercadoria corpórea. O que ele produz é o serviço de transportar. A fórmula exposta anteriormente se transforma, então, da seguinte maneira:

**Figura 3 – Fórmula geral do capital de um processo de prestação de serviço.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Nesse caso a forma-mercadoria que antes estava presente no segundo momento da circulação desaparece, pois o que se vende é o próprio processo de produção, o próprio serviço de transportar. Os momentos de produção e circulação se entrecruzam, misturam-se em um único momento. Vale lembrar que a circulação não se dá devido à mudança de lugar do passageiro transportado. Trata-se da circulação do *valor* de uma mão para outra, trata-se da transferência do valor do passageiro para a Uber. Se estivéssemos

diante do serviço de um músico que expõe sua arte num restaurante privado, o fenômeno da circulação do valor seria o mesmo, pois o valor passaria do cliente ao dono do restaurante, sem que, com isso, houvesse qualquer mudança de lugar do cliente proporcionada por esse serviço. Ambos, o motorista que trabalha para a Uber e o músico que trabalha para o dono do restaurante, não produzem algo material, produzem um serviço que contém todas as características de uma mercadoria, pois o motorista, assim como o artista, gastam energia humana, que como vimos, é o conteúdo do valor, gastam energia num serviço que, por ser útil socialmente, tem um valor de uso social e, por isso, pode ser vendido, assumindo um preço ou um valor de troca. É o que diz Marx (1983b, p. 106), ao referir-se à relação social entre um professor e a escola privada na qual ele trabalha:

[...] um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação.

Ou seja, para o capitalista não importa se o trabalhador irá encher as cabeças das crianças ou irá encher salsichas. Da mesma maneira, para o capitalista não importa se o trabalhador vai transportar passageiros ou cantar. A expectativa do capitalista não é apenas a produção de uma mercadoria, seja material ou imaterial, mas, sobretudo, a produção de mais-valia, base e fundamento de seu enriquecimento privado. Uma das particularidades, portanto, dos motoristas que trabalham para a Uber é a de não produzirem uma mercadoria corpórea, mas produzirem um serviço, que não deixa de ser uma mercadoria, por possuir os três elementos que a compõe: valor de uso, valor de troca e valor.

Outra particularidade da relação social entre o motorista e a Uber é o fato do trabalhador não ser obrigado a cumprir uma jornada de trabalho pré-estabelecida pela empresa. Examinemos essa característica mais de perto.

### *Uma jornada de trabalho flexível*

Na forma clássica de assalariamento descrita no item 2 o trabalhador é obrigado a cumprir uma jornada pré-determinada pela empresa. A Uber, ao contrário, deixa claro em seu *site* que seus “parceiros” são livres para definir a sua jornada de trabalho: “assuma o comando e ganhe”, afirma o *site* da Uber<sup>2</sup>. Estar no comando aqui não significa apenas comandar o carro, mas, sobretudo, comandar a extensão de sua jornada de trabalho diária e semanal. A Uber faz questão de destacar, assim, que quem determina a extensão da jornada de trabalho é o próprio trabalhador. Segundo a Uber não haveria qualquer opressão de sua parte sobre os motoristas. Eles seriam livres para comandar o tempo de suas vidas.

No entanto, esse comando sobre a jornada de trabalho por parte do trabalhador mostra-se bastante contraditório. O que se vê em muitos casos são motoristas da Uber trabalhando jornadas em torno de 10 até 12 horas por dia, ou até mais, conforme demonstram as entrevistas a seguir, extraídas do portal da revista Exame<sup>3</sup>:

Tatiana, mineira de 29 anos, foi demitida em 2017, quando se despediu da carteira assinada e do acompanhamento semestral que a empresa fazia de sua saúde e começou a trabalhar com a Uber. No início deste ano, as longas jornadas que precisa fazer para pagar as contas começaram a gerar os primeiros impactos. Até janeiro, a jornada de trabalho

---

2 Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

3 Disponível em: <https://exame.com/carreira/o-lado-sombrio-do-trabalho-para-aplicativos-e-como-e-pior-para-mulheres/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

de Tatiana tinha início às 6h e com frequência se estendia até às 18h. Nesse meio tempo, a motorista parava apenas para buscar as filhas na escola e almoçar. ‘Era muito calor, trânsito, stress. Você fica desesperada para pagar suas contas e tem que fazer mais e mais viagens’, explica Tatiana.

Eliane, outra motorista, afirma que desde novembro de 2018, quando foi demitida do emprego de gerente de projetos em TI, os aplicativos de carona Uber, 99 e Lady Drive [...] têm sido sua única fonte de renda. ‘Minha vontade era rodar, porque o preço dinâmico subiu lá em cima e eu precisava do dinheiro. Trabalhei durante oito meses de gestação apenas na Cabify. Uma vez, aos três meses, um rapaz bateu no meu carro. Fiquei assustadíssima [...]. Chorei muito, foi complicado. A empresa não paga nada nesses casos’.

Fica claro que o “desespero para pagar as contas”, associado ao baixo valor do quilômetro rodado pago pelas empresas aumenta a “vontade de rodar”, numa relação social que não garante qualquer direito ao trabalhador, como a licença gestante, as férias, ou o seguro do carro. Apesar disso, a Uber e a legislação vigente tentam convencer a todos que se trata de uma parceria.

### *Um trabalho sem patrão e sem chefe?*

A Uber procura ocultar qualquer relação trabalhista, expressando-a como uma relação de parceria entre a empresa e o trabalhador. Na chamada para o *site* da Uber no Google a primeira opção<sup>4</sup> tem o seguinte enunciado: “dirija com a Uber / seja seu próprio chefe / conquiste seu sonho”.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.google.com/search?q=como+dirigir+com+a+Uber&oq=como+dirigir+com+a+Uber&aqs=chrome.69i57j0l5.5196j1j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 03 mai. 2019.

A legislação reforça essa aparência. Na cidade de Vitória (ES), por exemplo, o primeiro Decreto publicado em julho de 2016 trazia o termo “motorista prestador de serviço”. Já em agosto de 2016, apenas um mês depois, em novo Decreto sobre o tema, a nomenclatura utilizada é idêntica a de todos os documentos da Uber<sup>5</sup>, ao denominar o trabalhador como “motorista parceiro”.

No Termo de Uso contido no *site* da Uber o cuidado da empresa com a caracterização da relação social com os motoristas é ainda maior. Esse Termo de Uso está em um *link* acessível apenas através de minúsculas letras localizadas na parte inferior da tela, onde se lê: “ao continuar, eu concordo com os Termos de Uso da Uber e confirmo que li a Política de Privacidade”. Esse Termo é, portanto, o documento que o trabalhador terá que concordar para ter acesso à plataforma virtual da Uber. Curioso é que nesse Termo a palavra “motorista” sequer aparece. Ela é substituída pela expressão “Prestador Terceiro”. Isso parece ter o objetivo de dificultar qualquer reclamação trabalhista pelo fato do trabalhador ter sido motorista da Uber. A tentativa é transformar o motorista num “prestador de serviço” autônomo. Mais adiante, veremos como essa relação social pode ser caracterizada quando utilizamos a teoria de Marx.

Uma quarta particularidade da relação entre a Uber e os motoristas que para ela trabalham contribui com essa dificuldade de estabelecer com precisão essa relação social.

### *Um trabalhador que se responsabiliza por alguns meios de produção*

Uma peculiaridade bastante característica da relação existente entre a Uber e os motoristas que para ela trabalham é o fato da empresa não disponibilizar um carro para o trabalhador.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/drive/safety/>. Acesso em: 03 mai. 2019.

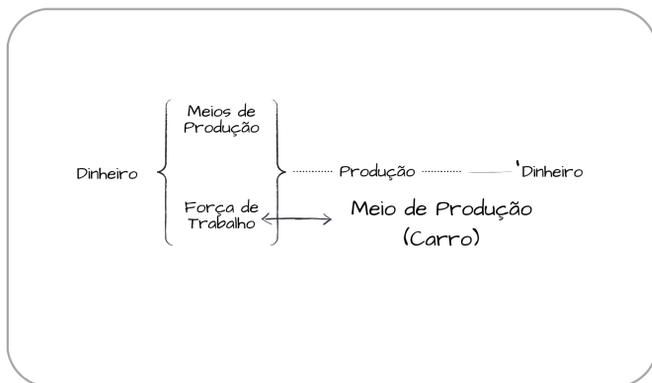
Isso o obriga a utilizar seu carro próprio ou, na ausência deste, alugar um, o que significa que o trabalhador precisa se responsabilizar por um meio de produção, algo que, como vimos, não existe na relação clássica de assalariamento.

Nos inúmeros comerciais publicitários da Uber é possível identificar o estímulo dado pela empresa para que motoristas não deixem de dirigir “com ela” por não possuírem veículo próprio. Em seu *site*, a Uber (2018) faz a seguinte sugestão: “Confira como alugar um carro para se tornar um motorista parceiro do Uber”. Em seguida a empresa oferece o passo a passo com todos os detalhes e perguntas frequentes sobre os processos de locação de veículos.

Você quer ser um motorista parceiro da Uber, mas não tem nenhum carro disponível? Achou que isso seria um problema? A Uber te dá a solução. Neste artigo, explicamos como alugar um carro com desconto para Uber. É possível ser um motorista parceiro da Uber alugando um carro em uma locadora. É aqui vão as dicas de como alugar um carro para dirigir com a Uber e alguns detalhes que vão ser fundamentais para deixar esse processo mais fácil e rápido (UBER, 2018).

Por assumir a responsabilidade sobre o carro a ser utilizado no transporte de passageiros, nosso motorista deixa de ser, portanto, um trabalhador assalariado em sentido clássico. Somente responsabilizando-se por parte dos meios de produção necessários a realização do serviço, seja um carro próprio ou alugado, o trabalhador que pretende trabalhar para a Uber é capaz de oferecer a sua força de trabalho para a empresa. A fórmula geral ficaria, então, da seguinte maneira:

**Figura 4 – Fórmula (ainda provisória) que expressa a relação entre a Uber e o motorista que para ela trabalha.**

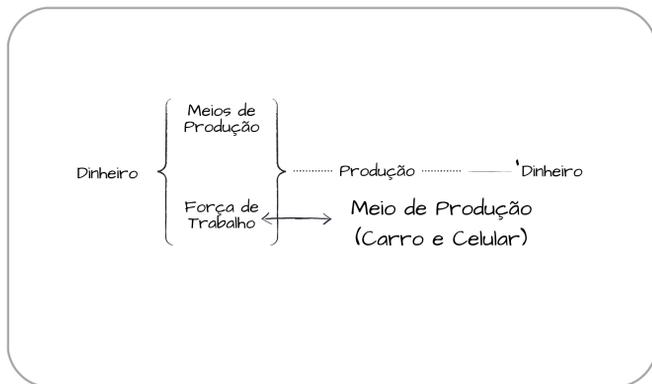


**Fonte:** Elaboração própria.

Mas esta não é a única diferença entre a forma clássica de assalariamento e a relação entre a Uber e o motorista que para ela trabalha. Além de ter um veículo, seja alugado ou próprio, se o trabalhador quiser trabalhar para Uber será obrigado a utilizar um segundo meio de produção, o seu aparelho celular, sem o qual ele não conseguiria estabelecer a conexão virtual com a plataforma da empresa.

A responsabilidade sobre esses dois meios de produção (carro e aparelho celular) são duas particularidades da relação entre a Uber e o motorista que trabalha para ela. Isso diferencia essa relação daquela forma clássica de assalariamento exposta no item 2 desse texto. Na forma clássica de assalariamento o trabalhador está, como diz, ironicamente, Marx (1983a, p. 140), “solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho”. O motorista da Uber não estaria totalmente separado dos meios de produção, não sendo, portanto, um trabalhador assalariado clássico. A fórmula do capital ficaria assim:

**Figura 5 - Fórmula da relação social entre a Uber e o trabalhador que se responsabiliza por um carro e um aparelho celular.**



Fonte: Elaboração própria.

No entanto, somente utilizando esses dois meios de produção – um carro e seu aparelho de telefone celular – o trabalhador não seria capaz de estabelecer um processo de produção de transporte de passageiros e garantir, assim, a sua sobrevivência. Se ele não tiver acesso à plataforma virtual da Uber ou a plataforma de alguma empresa concorrente, faltarão ao trabalhador um meio de produção essencial. Isso cria uma dependência do motorista em relação à plataforma da Uber ou de alguma concorrente sua. Há, portanto, uma mútua dependência: o trabalhador depende da plataforma de transporte e esta depende do trabalho, do carro e do aparelho celular sob a responsabilidade do trabalhador. Essa ausência de propriedade de um meio de produção fundamental por parte do trabalhador faz com que, caso ele não tenha alternativa melhor, seja levado a se cadastrar no *site* da Uber e passe a trabalhar para esta empresa.

Há pelo menos mais uma condição que contribuiu para mascarar a relação trabalhista entre a Uber e o motorista que para ela trabalha. É o que analisaremos a seguir.

## *O pagamento por produção*

Enquanto o trabalhador assalariado clássico assina um contrato de trabalho com a empresa capitalista e recebe por tempo trabalhado, seja por hora, por semana ou por mês, a remuneração recebida pelo motorista da Uber depende da sua produção, da quilometragem que ele percorre transportando um passageiro. O fato do valor do quilômetro sofrer alteração de acordo com algumas variáveis não muda nada na relação.

Por não receber um salário por tempo, mas receber o seu pagamento por quilômetro rodado, o motorista que trabalha para a Uber tem sua relação com a empresa ainda mais ofuscada, dominada por uma névoa que a torna enigmática. O que ele recebe se assemelha àquilo que Marx chama “salário por peça”, que vamos chamar aqui de “salário por produção”, uma vez que, como vimos, o motorista que trabalha para a Uber não produz peças, mas um serviço. A peça, como unidade de medida do produto de um operário, corresponde aqui ao quilômetro rodado pelo motorista ao transportar um passageiro.

O salário por peça ou por produção possui algumas vantagens para a empresa capitalista. Uma delas é que os proprietários da Uber não precisam se preocupar com aquele relaxamento característico do trabalhador que recebe um salário por tempo. Marx (1983b, p. 270) comenta que o trabalhador que é pago por tempo tende a criar poros mortos durante a jornada de trabalho, períodos no interior da jornada nos quais não se produz valor nem mais-valia. É uma maneira dos trabalhadores resistirem ao aumento da intensidade do trabalho, uma vez que recebem o mesmo salário, independentemente da quantidade de produtos por eles produzida. Uma alternativa encontrada pelas empresas que pagam salário por tempo é a utilização de um sistema de máquinas que impõe o ritmo acelerado ao trabalhador, ou ainda a contratação de chefes que fiscalizem o trabalho dos trabalhadores.

Com o salário por produção utilizado pela Uber não há necessidade de máquinas autorreguladas e de supervisores. O aumento da intensidade de trabalho dos motoristas que trabalham para a Uber é conquistado pela própria forma salário. Assim diz Marx (1983b, p. 141): “Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade”. Nesse sentido, quando o motorista da Uber se aproxima do local onde o passageiro desembarcará, o sistema da Uber já começa a enviar ofertas de novas viagens a serem feitas. Por isso, antes mesmo de entregar um passageiro, os motoristas são estimulados pela Uber a aceitarem a chamada de um novo passageiro. Isso comprova a elevada intensidade de trabalho estimulada pela empresa e aceita pelos próprios motoristas, uma vez que a sua remuneração está diretamente relacionada com sua produção. Desse modo, o salário por produção dispensa a necessidade do controle por parte de um supervisor. Algo semelhante ocorre com a extensão da jornada de trabalho, pois, como diz Marx (1983b, p. 141), “é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal”.

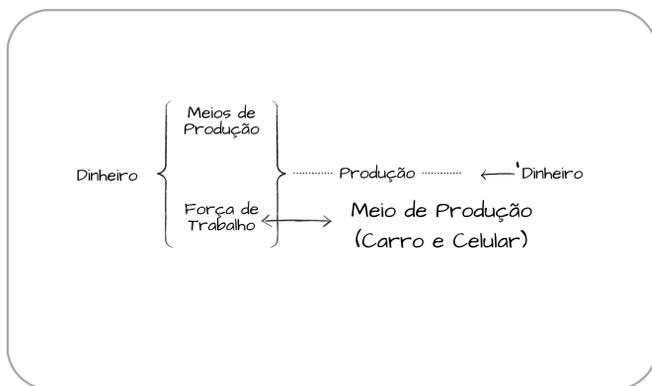
Como se vê, mediante o salário por peça ou por produção a própria forma salário determina o ritmo de trabalho que, nesse caso, o próprio trabalhador se impõe. Por essa razão, a forma de pagamento por peça ou por produção é a forma mais sofisticada de exploração da força de trabalho, transferindo ao trabalhador a responsabilidade pela intensidade e pelo prolongamento da jornada de trabalho. Além disso, o salário por produção contribui para ocultar do trabalhador a relação patronal existente, fazendo com que pareça uma relação de parceria. Esta forma de salário, diz Marx (1983b, p. 141-142) tende a desenvolver “o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole” do trabalhador.

Portanto, a pergunta inevitável é: que relação social há entre a Uber e o trabalhador que se torna motorista vinculado a ela? Será o motorista realmente um parceiro da Uber? Ou será ele um trabalhador assalariado com algumas particularidades em relação ao trabalhador assalariado clássico, que possui carteira de trabalho assinada, um salário por tempo e uma jornada de trabalho pré-estabelecidos? Examinemos a situação mais de perto.

### Examinando mais de perto a relação social entre o motorista e a Uber

Considerando que estamos numa sociedade capitalista, um serviço de transporte de passageiros como esse oferecido pela Uber tem como finalidade última, para a empresa, a obtenção de lucro. A empresa investe inicialmente uma quantia de dinheiro com o objetivo de extrair, no final do processo, mais dinheiro do que lançou no início. Trata-se do processo expresso na fórmula já exposta anteriormente:

**Figura 6: Fórmula da relação social entre a Uber e o motorista que para ela trabalha, considerada no sentido inverso.**



**Fonte:** Elaboração própria.

O dinheiro pago pelo usuário do serviço de transporte oferecido pela Uber corresponde ao exposto no final da fórmula da figura 6. O usuário paga pelo trabalho de transportar. Esse dinheiro é recebido pela Uber, que repassa parte desse dinheiro ao motorista. De onde provém o valor que se manifesta nessa quantidade de dinheiro recebido pela Uber? Seria uma recompensa aos acionistas da plataforma por possuírem essa propriedade?

Levantemos, então, a hipótese de que nenhum trabalhador se disponha a trabalhar como motorista para a Uber. Nesse caso a empresa, em si e por si mesma, produzirá alguma recompensa a seus proprietários? Evidentemente, não. E por que não? Porque, conforme vimos anteriormente, os meios de produção não produzem valor. A plataforma virtual da Uber, assim como qualquer meio de produção, como o carro ou o aparelho celular, correspondem a trabalho passado, trabalho pretérito, trabalho morto, que, como diz Marx (1983a, p. 153), só se reanima quando lambido pelo fogo do trabalho vivo. Nessa relação social, o trabalho vivo é o trabalho do motorista e o trabalho pretérito é representado pela plataforma da Uber, pelo carro e pelo aparelho celular. Se esses instrumentos não forem utilizados pelo motorista como meios de produção do trabalho de transportar passageiros, único trabalho que, nesse exemplo, está criando um novo valor, aqueles instrumentos não terão os seus valores transferidos ao produto, o serviço de transportar passageiros. Nesse caso, somente o trabalho do motorista é capaz de criar um valor novo e, ao mesmo tempo, transferir o valor dos meios de produção ao produto e, dessa maneira, conservar esse valor. Por serem inertes, os meios de produção são incapazes de produzir valor e mais-valia. E é da mais-valia produzida através do trabalho excedente do trabalhador que provém o lucro das empresas capitalistas, nesse caso, da Uber e da locadora de veículos, caso o carro seja alugado.

O valor expresso no dinheiro pago pelo usuário do serviço de transporte oferecido pela Uber é, portanto, produzido pelo motorista que para ela trabalha. O fato desse valor, que é expressão do desgaste de energia humana do motorista, se transformar em dinheiro e ser repassado para a Uber é mais um aspecto que obscurece a relação social de assalariamento entre o motorista e a Uber. Pois, esta se apropria de parte do valor produzido pelo motorista para depois repassar apenas a outra parte a ele. Desse modo, o motorista que trabalha para a Uber produz um valor que excede o valor que ele recebe e esse valor excedente assume a forma da mais-valia. Esse valor que a Uber repassa ao motorista é, desse ponto de vista, um salário por produção.

Mesmo que não sejam trabalhadores assalariados na pureza do conceito, por possuírem ou se responsabilizarem por alguns meios de produção, como o carro e o aparelho celular, fica claro que os motoristas que trabalham para a Uber produzem um trabalho excedente, cujo valor produzido nesse período assume a forma de mais-valia, um valor que é apropriado por uma empresa privada sem qualquer pagamento.

Conforme vimos, além de ser uma relação assalariada, a relação entre a Uber e os motoristas que para ela trabalham expressa um elevado grau de exploração da força de trabalho, por serem os trabalhadores obrigados a se responsabilizar por alguns meios de produção, além de carecerem de um vínculo empregatício que lhes garantisse vários direitos já conquistados durante a histórica e penosa luta da classe trabalhadora, como o direito a férias remuneradas, o 13º salário, o Fundo de Garantia, a Previdência Social, etc. tem-se que os motoristas que trabalham para a Uber encontram-se totalmente desprotegidos socialmente. Nesse sentido, afirma Scholz (2017, p. 10):

Turbinadas pela velocidade da internet, as relações de trabalho e as estruturas comerciais, em especial no setor de serviço, mudam com velocidade, em um vórtice que confunde quem legisla, quem trabalha e quem consome. A simplicidade no acesso, que em um primeiro olhar pode ser entendida como democratização do consumo, se fundamenta, em muitos casos, em precarização absoluta de condições de trabalho e desregulamentação total, o que inclui elisão de impostos e falta de mecanismos mínimos de segurança social.

Para além da desregulamentação como princípio desse setor de serviços, no seu encaço as relações de trabalho são diretamente afetadas. O cenário em que se insere o trabalhador torna-se precarizado e desprotegido. Scholz (2017) confirma essa tese, dizendo: “as plataformas de trabalho virtuais dependem de vidas humanas exploradas em toda sua cadeia de fornecimento global”, uma exploração que perpassa não apenas os motoristas, mas os trabalhadores do hardware e do software.

As plataformas virtuais oferecem oportunidades para o trabalhador ganhar um dinheiro dito “fácil”, com a possibilidade de controlar sua própria jornada, sem chefe e acessível em poucos toques no celular. No entanto, os depoimentos dos motoristas demonstram que isso é pura ilusão. Esse é o mantra que tem seduzido milhões de pessoas, seja pela necessidade de complementar a renda, seja pela necessidade imposta pelo desemprego. A situação dos trabalhadores no Brasil faz do país um terreno fértil para as grandes companhias de serviços em tecnologias digitais explorarem em alto grau os trabalhadores brasileiros. Mercados desregulados e trabalhadores desempregados são uma combinação perfeita para negócios desse modelo. Segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego medida em fevereiro de 2023 foi de 8,6%, o que representa cerca de 9,3 milhões pessoas desempregadas.

## Considerações finais

Vimos que a relação entre a Uber e os motoristas que para ela trabalham é extremamente velada. Comentamos anteriormente várias formas que obscurecem esta relação social. Dentre elas está o fato de o trabalhador: 1) produzir um serviço ao invés de uma mercadoria corpórea; 2) possuir uma jornada de trabalho flexível; 3) ser tratado como parceiro pela empresa e pela legislação; 4) possuir parte dos meios de produção; e, 5) receber por produção.

Apesar da aparência enganosa de que são seus próprios patrões, trabalhadores autônomos ou empreendedores individuais, os motoristas que trabalham para a Uber, assim como os motoristas que trabalham para qualquer aplicativo de transporte de passageiros, não passam, na realidade, de trabalhadores assalariados no regime do salário por produção.

Essa mistificação das relações sociais, que faz com que elas pareçam o contrário do que realmente são, nos remete aos prisioneiros obrigados a viver no fundo da caverna na célebre Alegoria exposta por Sócrates no início do Livro VII do diálogo *República*, de Platão. Acorrentados nos pés e nos pescoços, aqueles personagens que se assemelham a escravos nas minas gregas são impedidos de se virarem para a abertura da caverna. Eles conseguem ver apenas as sombras das pessoas que passam em frente à caverna, assim como a sombra dos objetos por elas carregados. Os prisioneiros ouvem também as vozes daquelas pessoas como eco que provém do fundo da caverna, o que confere uma impressão ainda mais real às sombras projetadas no fundo da caverna. Para esses prisioneiros, as sombras correspondem a toda a realidade (PLATÃO, 2019).

Essas ilusões em torno da suposta posição de “patrão de si mesmo”, como se fosse um “empreendedor individual”, essas imagens que dominam a consciência dos motoristas que trabalham para a Uber não poderiam ser comparadas às sombras da obscura

caverna descrita por Sócrates há mais de 2.000 anos? A suposta parceria entre a Uber e os motoristas que para ela trabalham não seria uma sombra na enorme caverna chamada capitalismo?

Poderíamos pensar, então, que aqueles trabalhadores que identificam a si mesmos enquanto trabalhadores assalariados não estariam dominados por tais sombras. Poderíamos concluir que eles teriam conseguido sair da caverna. No entanto, Marx nos mostra que não. Marx mostra que até mesmo o salário por tempo é capaz de velar a remuneração recebida pelo trabalhador. Afinal, que trabalhador consegue, individualmente, saber quanto tempo trabalha para produzir o seu salário e quanto tempo trabalha para produzir a mais-valia? “No trabalho assalariado”, diz Marx (1983b, p. 130), seja qual for a forma que ele se apresenta, “mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago”. No capitalismo não temos controle sobre aquilo que há de mais precioso para nós: o tempo de nossas vidas<sup>6</sup>. As únicas certezas que podemos ter é que o tempo de nossas vidas um dia vai acabar e que esse dia final se aproxima cada vez mais. Mas o capitalismo impede todos os trabalhadores de saber quanto de suas vidas é deles e quanto de suas vidas é de seu patrão. A questão central, então, no interior da longa tradição dialética, desde Platão até Marx, e que, infelizmente, permanece presente até os dias atuais, é encontrarmos um caminho para nos libertar desta imensa caverna que nos aprisiona, essa profunda caverna chamada capitalismo, que nos impede de produzirmos nossas vidas de maneira transparente e consciente.

---

6 Dentre as empresas que mais exploram no Brasil, encontram-se a Vale, que se apropria de 7:34 horas de uma jornada individual de 8:00 horas diárias, além da Usiminas, com 7:33 horas de mais-valia diária, e da CSN, com 7:30 horas. Isso significa que os trabalhadores dessas empresas produzem os seus salários, respectivamente, em 26, 27 e 30 minutos numa jornada de 8 horas diárias (ANUÁRIO Estatístico do ILAESE, 2021, p. 28).

## Referências

**ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração.** São Paulo: ILAESE, Vol. 1, nº 3, outubro de 2021.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** [Tomo 1]. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** [Tomo 2]. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

PLATÃO, **A República (ou da justiça).** São Paulo: Edipro, 2019.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de Plataforma.** São Paulo: Elefante, 2017.

UBER. **Confira como alugar um carro para se tornar um motorista parceiro do Uber.** 18 jun. 2018. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/como-alugar-carro-para-uber/>. Acesso em: 10 mai. 2019.



# O CONTEXTO DO MESOTELIOMA NO RIO GRANDE DO SUL: DA EXPOSIÇÃO AO AMIANTO À INVISIBILIDADE DO CÂNCER RELACIONADO AO TRABALHO

Tuane Vieira Devit  
Dolores Sanches Wunsch  
Jussara Maria Rosa Mendes

## Introdução

No contexto de uma sociedade capitalista, as doenças relacionadas ao trabalho se apresentam como uma realidade para uma quantidade incalculável de trabalhadores e trabalhadoras, os quais têm o trabalho como única forma de sobreviver e são expostas ao trabalho desgastante, em ambientes e condições precárias e insalubres, muitas vezes tendo o contato direto com agentes nocivos à saúde. A partir desta problemática, o presente texto busca abordar o câncer relacionado ao trabalho, pretendendo investigar a histórica invisibilidade social que permeia o seu reconhecimento como uma expressão concreta no âmbito da saúde do/a trabalhador/a. Se estabelece como recorte do estudo os casos de mesotelioma, que se constitui em uma neoplasia maligna, cujo único agente cientificamente reconhecido como causador é o amianto ou asbesto (INCA, 2021), mineral extraído e utilizado na indústria por longos anos no Brasil.

Mesmo que reconhecido o seu potencial enquanto agente carcinogênico, o amianto é ainda utilizado como matéria-prima, principalmente em indústrias de países de capital dependente, na produção de componentes de cimento-amianto para a indústria da construção civil (telhas, caixas d'água, forros e pisos etc.), no setor

automotivo, principalmente na fabricação de equipamentos para freios (lonas e pastilhas), juntas, buchas, revestimentos de discos de embreagem, e também na fabricação de tecidos e vestimentas especiais, pisos, tintas, revestimentos e isolamentos (ABREA, 2017).

E, apesar de amplo conhecimento construído sobre os malefícios da exposição ao amianto, o seu uso só foi efetivamente proibido no Brasil em fevereiro de 2023, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da norma que permitia a utilização do produto. No julgamento, a Corte concluiu que não houve omissão ou contradição na decisão, de 2017, que proibiu o uso da fibra mineral no País. Até então, o país contava com pelo menos uma mina ativa, localizada em Minaçu-GO, onde o mineral era extraído e exportado para países com legislações e contextos mais vulneráveis, como a Índia, que ainda permite a utilização do mineral na área industrial (INCA, 2023).

Neste cenário, a exposição de trabalhadores/as à agentes cancerígenos como o amianto, bem como o processo de invisibilidade social presente nos casos de câncer relacionados ao trabalho são potencializados em uma conjuntura de exploração e intensificação da força de trabalho. Na lógica de produção alicerçada na acumulação de capitais e riquezas, o/a trabalhador/a executa sua atividade laboral dentro dos interesses do mercado, submetendo-se a condições de trabalho da indústria (relações interpessoais, ritmo, jornada, turnos, salários, ambiente insalubre, entre outros). A precariedade das relações de trabalho é intensificada com o comportamento das empresas, que muitas vezes se eximem da obrigação em oferecer segurança no ambiente laboral, não só transferindo esta gestão dos riscos para outras empresas subcontratadas ou terceirizadas, como também responsabilizando o/a próprio/a trabalhador/a por sua segurança, inclusive amparada pela fragilidade e pelo desmonte das leis trabalhistas.

A importância deste estudo alicerça-se principalmente na invisibilidade social e historicamente construída do câncer relacionado ao trabalho, tendo em vista que a doença pode se manifestar anos após a exposição dos sujeitos aos agentes cancerígenos presentes em seu trabalho, por ser uma doença com um período de latência. Por conta deste fator, há grande dificuldade em estabelecer onexo causal entre doença e trabalho, bem como as pesquisas sobre este tema, que ainda são escassas e pontuais em território nacional, em paralelo às pesquisas que ocorrem em sua grande maioria em países europeus. E, quanto mais oculta se torna a problemática do câncer relacionado ao trabalho, maior é o número de trabalhadores/as adoecidos pela exposição a estas substâncias, sem a garantia de seus direitos e da proteção social necessária. Dar visibilidade e enfoque neste debate é primordial para favorecer e fortalecer o processo de prevenção de novos casos e a vigilância em saúde.

### **Amianto: o mineral “mágico” e mortal**

Apesar das estimativas quantitativas do câncer relacionado ao trabalho, há um amplo consenso de que o risco de desenvolver a doença pode ser bastante grande em certos grupos de pessoas, e esses riscos geralmente podem ser reduzidos ou mesmo eliminados, uma vez que foram identificados. A detecção de riscos e agravos relacionados ao trabalho deve, portanto, ter uma maior prioridade em qualquer programa de prevenção do câncer. Além disso, o baixo risco experimentado por um grande número de trabalhadores/as expostos/as a níveis baixos também pode contribuir substancialmente para uma carga global de câncer (STRAIF, 2012).

O Atlas do Câncer Relacionado ao Trabalho no Brasil (BRASIL, 2021), documento organizado pelo Ministério da Saúde que se propõe a pesquisar e apresentar o panorama brasileiro acerca

da doença, detalha que dados compilados e apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Global Burden of Diseases, Injuries, and Risk Factors Study (GBD) apresentam a estimativa de 5% de proporção de mortes globais atribuídas às doenças relacionadas ao trabalho e lesões ocupacionais. Entre as mortes de trabalhadores/as causadas por doenças relacionadas ao trabalho, 32% são decorrentes do câncer. Quando se realiza o recorte entre o período de 1990 a 2017, o GBD estimou que no último ano da série ocorreram 334.000 óbitos em decorrência do câncer devido à exposição ocupacional. Os principais carcinógenos envolvidos foram o amianto ou asbesto, a sílica e o escape do motor a diesel.

Um dos agentes confirmados como carcinogênicos é o amianto, ou asbesto, uma família de minérios encontrados amplamente na natureza e muito utilizado pelo setor industrial no último século. O amianto foi intensivamente utilizado na indústria, por sua abundância e baixo custo de exploração, sendo considerado, por muito tempo, matéria-prima essencial por suas propriedades físico-químicas, caracterizadas pela grande resistência mecânica e à altas temperaturas, ao ataque ácido, alcalino e de bactérias. Ainda é incombustível, durável, flexível indestrutível, resistente, sedoso, facilmente tecido e com qualidade isolante, sendo denominado por anos como o “mineral mágico” (INCA, 2018).

Todos os tipos de amianto são cancerígenos, podendo causar câncer de pulmão, mesotelioma (câncer das membranas pleurais e peritoneais), câncer de laringe e ovário, e asbestose (fibrose pulmonar causada pelo amianto). A incidência das doenças relacionadas com o amianto está relacionada com o tipo, tamanho e dose de fibra e com a transformação industrial do amianto, porém não foi identificado qualquer limiar relativamente ao risco carcinogênico do amianto, incluindo o crisotila (OMS, 2017). Sobre o adoecimento e a morte relacionados ao amianto, é um

processo fatal e cruel, conforme ilustra a escritora Eliane Brum, em matéria para o portal El País:

A morte por mesotelioma e outras doenças causadas por amianto é terrível. Na asbestose, conhecida como “pulmão de pedra”, as pessoas vão perdendo progressivamente a possibilidade de expirar e inspirar. É um lento e demorado processo de asfixia. Começam tendo dificuldades para andar e fazer qualquer esforço básico até terminarem numa cama amarradas a um tubo de oxigênio (BRUM, 2017).

A exposição ao mineral se dá de duas formas: no trabalho e ambiental. A principal forma de exposição é no trabalho, onde há o risco maior de inalação das fibras do amianto durante a mineração, moagem e ensacamento de asbesto, fabricação de produtos de cimento-amianto, fabricação de materiais de fricção e vedação, instalação e manutenção de vedações térmicas industriais, fabricação de têxteis com asbesto e instalação de produtos de cimento-amianto. Essa inalação pode causar lesões nos pulmões e em outros órgãos.

Já a exposição ambiental ocorre pelo contato com roupas e objetos dos/as trabalhadores/as contaminados pela fibra, por residir nas proximidades de fábricas, minerações ou em áreas contaminadas por amianto, por frequentar ambientes onde haja produtos de amianto degradados e pela presença do amianto livre na natureza ou em pontos de depósito ou descarte de produtos (INCA, 2018). É importante destacar que a maioria das exposições ambientais também possuem nexos com as indústrias e com o processo de trabalho e o impacto ambiental em torno das fábricas que utilizam amianto.

A amplitude de agentes cancerígenos colabora para a construção histórica dessa invisibilidade social, no caso dos cânceres relacionados ao trabalho, em conjunto com a imprecisão dos dados quantitativos acerca de sua dimensão, e de seu extenso perío-

do de latência. Por isso, a importância de se combater o uso do amianto, através da luta mundial pelo seu banimento. Contudo, essa prevenção demanda esforço coletivo do Estado, movimentos sociais e da classe trabalhadora, principalmente em ações vinculadas à política de saúde e na legislação trabalhista e previdenciária. Entretanto, outros fatores contribuem profundamente para a invisibilidade social destes casos. Sendo assim, no item a seguir, será aprofundado o processo de invisibilidade social do câncer relacionado ao trabalho, articulado com as particularidades do atual cenário político e econômico brasileiro.

### **A desproteção social e a invisibilidade social do câncer relacionado ao trabalho**

Para compreender o processo histórico de invisibilidade social em casos de adoecimento relacionado ao trabalho, é necessário considerar o contexto e a totalidade dos fatos que influenciam esse processo. Em especial, é preciso se debruçar sobre o processo de precarização do trabalho e de desproteção social que, na conjuntura do país avançou sob a classe trabalhadora com rapidez nos últimos anos, em um cenário de expansão do conservadorismo e de retirada de direitos. Nesse sentido, é necessário retomar alguns conceitos acerca da temática e aprofundar o debate, no sentido de compreender qual a sua influência para a invisibilidade social do câncer relacionado ao trabalho, respeitando o período em que a pesquisa foi realizada, entre os anos de 2017 e 2019.

Mendes, Wünsch e Moura (2009) compreendem a proteção social como “resultante de um sistema mediado por um conjunto de relações entre o Estado e a sociedade, que asseguram direitos sociais e o reconhecimento das desigualdades”, conquistados pelo movimento dos/as trabalhadores/as nas relações de conflitos de classes, sendo a representação da agudização da questão social.

Para as autoras, a Saúde do/a Trabalhador/a, o direito à saúde e o acesso à proteção social são diretamente afetados pelas contradições presentes na relação capital-trabalho, a força de trabalho como mercadoria substituível e o perverso mecanismo de exclusão de uma classe social pelo adoecimento, tendo em vista a perda de seu valor para o trabalho.

Contudo, debater sobre a proteção social capitalista não é tarefa simples, considerando seu processo complexo e contraditório, não apenas social, mas também político e econômico. Nesse sentido, a proteção social é gerida pelo Estado burguês e regida por leis e pactos interclassistas, os quais buscam conciliar interesses opostos. Assim, sempre se defronta com o impasse de atender as necessidades sociais como questão de direito ou de justiça, contando com recursos econômicos escassos, já que de acordo com a lógica capitalista, a riqueza deve gerar mais riqueza e, portanto, ser investida em atividades economicamente rentáveis (PEREIRA, 2013).

A adoção de mecanismos de proteção social se refere a mediações que dizem respeito ao papel do Estado. No âmbito do trabalho, essas mediações são negligenciadas para garantir enfoques às tensões existentes entre capital/trabalho, com o objetivo de produzir o equilíbrio necessário para o funcionamento do mercado. Entretanto, a concepção de proteção social baseia-se em uma premissa de que o trabalho é mecanismo central e histórico de garantia de acesso aos meios de produção e de reprodução da vida material e social. Na medida em que se desestruturam os pilares do trabalho, fragilizam-se também os meios de sustentação da sociedade (MENDES e WÜNSCH, 2009).

Seguindo esta tendência, no Brasil, apesar de haver o reconhecimento das doenças relacionadas ao trabalho tanto pela Política de Saúde, quanto pela Política de Previdência Social e historicamente pela legislação trabalhista, a proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras afetados não está consolidada. Mes-

mo que os agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho estejam regulamentados em legislação, pelo Art. 20 da Lei nº 8.213 de 1991, e atualizados pelo Decreto nº 6.042 de 2007, o qual disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e do Nexo Técnico Epidemiológico (NETP), a invisibilidade histórica do câncer relacionado ao trabalho ainda é uma realidade, no que tange o debate sobre a doença, a aplicabilidade da legislação e a proteção social destes/as trabalhadores/as, em especial frente à precarização e o desmonte da proteção social.

Aqui, é importante destacar os últimos anos de ataques e contrarreformas<sup>1</sup> no cenário brasileiro. Ainda que se reconheça que a Proteção Social em um Estado alinhado com políticas de cunho neoliberal seja sempre alvo de desmontes, tensionamentos e disputas, como foi historicamente no Brasil, é importante destacar a função primordial que os governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro representaram, no sentido de abrirem as portas da política brasileira para um “choque” de medidas neoliberais radicais de natureza conservadora e reacionária.

Dentre estas medidas, têm-se como exemplo a EC 95/16, com a limitação de gastos com políticas públicas por 20 anos e a contrarreforma trabalhista, expressa pelas leis nº 13.467/2017, que alterou 201 pontos da CLT, e nº 13.429/2017, que liberalizou a terceirização e amplia o contrato temporário, e o resultado dessas medidas no contexto da classe trabalhadora se reflete de múltiplas formas, do trabalho análogo à escravidão até o completo descaso com a política pública de saúde, mesmo durante tempos pandêmicos. Nessa lógica, é preciso refletir sobre o sig-

---

1 Adota-se no presente estudo o termo contrarreforma para denominar as reformas neoliberais brasileiras, que implicam em profundo retrocesso social, partindo das reflexões de Behring (2008), vinculadas à “recusa de caracterizar como reforma processos regressivos”.

nificado da mercantilização da Saúde, em especial, e do desmonte de pesquisas e dos serviços, para a prevenção, promoção e assistência às doenças relacionadas ao trabalho, como o caso do mesotelioma.

Essa conjuntura da política de “assalto” se agravou após as eleições de 2018, onde foi eleito o presidente Jair Messias Bolsonaro, pela influência de um discurso conservador, alinhado ao bloco hegemônico internacional e banalizando sérias expressões como o racismo, a misoginia, a LGBTQIA+fobia, o machismo e o ódio de classe. Essa investida do conservadorismo custou as vidas de incontáveis trabalhadores/as brasileiros/as, agravando-se durante à pandemia de Covid-19, expondo a população mais vulnerável a diversos riscos e situações precárias, ampliando a invisibilidade social nesse contexto.

Segundo Wünsch (2018, p. 657), a invisibilidade social nos casos de exposição ao amianto pode ser considerada por um processo social construído através de “ângulos mortos”<sup>2</sup>. Como consequência, para a autora, a construção da desproteção social dos trabalhadores expostos ao amianto se apresenta duplamente invisível: por um lado, oculta-se todo o processo de desproteção ocupacional ao mascarar-se a história e, em consequência, o reconhecimento das doenças relacionadas e os direitos e, por outro, embora represente um avanço na luta contra a indústria do amianto, a fase pós-banimento do mineral se constitui em outra forma de ocultamento dessa realidade, na medida em que tem ampliado os níveis de desinformação sobre seus agravos (WÜNSCH, 2018).

---

2 Ângulos mortos são mecanismos utilizados como recurso legal para se legitimar as desigualdades sociais, visando o ocultamento de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho, ao encobrimento de agressões ocupacionais não específicas, mas que levam ao adoecimento, e a desconsideração de fenômenos dos desgastes ligados à penalidade do trabalho e às agressões à saúde mental (MENDES, 2003).

Em face desse contexto, concebe-se que a desproteção social, caracterizada na precarização e flexibilização do trabalho, bem como na perda de direitos e pautada nas tensões e contradições oriundas do capital/trabalho, colabora abertamente para o processo histórico de invisibilidade social acerca do adoecimento dos sujeitos, por se encontrarem vulneráveis, progressivamente desprotegidos e inseridos em locais de trabalho insalubres, expostos a riscos para satisfazer a lógica do capital, camuflando as reais causas dos adoecimentos relacionados ao trabalho como meras fatalidades. Esse cenário se agrava com a pauta neoliberal radical adotada no cenário político e econômico brasileiro, invisibilizando ainda mais os casos de exposição ao amianto, e de tantos outros agentes cancerígenos presentes nos locais de trabalho, muitas vezes sem a devida responsabilização da indústria pelos adoecimentos e mortes causados. Nos próximos itens, serão apresentados o processo de pesquisa e os dados referentes ao contexto de invisibilidade social do mesotelioma, no Rio Grande do Sul.

## **O mesotelioma no Estado do Rio Grande do Sul**

Apesar do histórico uso do amianto no Rio Grande do Sul em diversas fábricas e empresas gaúchas, os dados relacionados ao mesotelioma se mostraram dispersos. Contudo, ainda que dispersos, cada caso notificado conta uma história de vida e morte da classe trabalhadora, indicando que ainda é possível quebrar o silêncio e perpassar o véu da histórica invisibilidade social construída acerca do câncer relacionado ao trabalho, em especial do mesotelioma e da exposição ao amianto.

Para fins de exposição e análise dos dados, inicialmente serão apresentados os dados de morbidade hospitalar, e, na sequência, se aprofundará os dados de mortalidade, ambas decorrentes de doenças relacionadas a exposição ao amianto.

## *Dados de Morbidade e Mortalidade*

No que se refere ao número de internações hospitalares, foram analisados os dados das estatísticas epidemiológicas e morbidade do DATASUS<sup>3</sup>. O percurso para a obtenção dos dados se relaciona à morbidade hospitalar do SUS por local de residência, do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2018. Cabe ressaltar que o sistema de dados utiliza como referência a lista categorização CID-10, agrupando a neoplasia maligna do tecido mesotelial junto a neoplasias de tecidos moles, o que abrange os códigos C45 à C49.

Portanto, pelo agrupamento dos dados e pela impossibilidade de analisar os dados de cada código em separado, há uma importante barreira em identificar a real morbidade hospitalar do mesotelioma, não apenas no território estadual, mas em caráter nacional. Verifica-se o crescimento de internações no período analisado, porém é impossível dizer se as mesmas obtiveram aumento por conta dos casos de mesotelioma, ou se foi relacionado a alguma outra neoplasia. Apesar disso, considerou-se importante analisar estes dados, principalmente por refletirem o processo de invisibilidade social do mesotelioma, no sentido de se camuflarem em um sistema que não reflete de fato o seu impacto no sistema de saúde brasileiro.

Constatou-se um total de 11.320 internações em todo o território do Rio Grande do Sul, no período, sendo que estes números não representam o número total de casos, podendo englobar reinserções dos/as mesmos/as pacientes. As cidades de residência que mais notificaram internações por doenças englobadas pelos códigos C45 à C49, no sistema DATASUS, durante todo o período analisado foram as seguintes: Porto Alegre (1.235), Passo Fundo (445), Caxias do Sul (444), Novo Hamburgo (388) e Canoas (367). Os outros 473 municípios seguintes registraram menos de 300 casos cada durante o período.

---

<sup>3</sup> Disponíveis em <http://tabnet.datasus.gov.br>.

Com vistas a uma maior aproximação sobre internações por mesotelioma, também foi realizada análise dos dados de atendimentos ambulatoriais e internações em prontuários do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), no período de 2010 a 2019. Durante o período, houve registros de 15 casos de mesotelioma no HCPA. Destes casos, 9 pacientes eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino.

O campo correspondente a ocupação destes pacientes reflete o que já foi apontado na introdução deste texto, relacionado à qualidade das informações e subnotificação em prontuários hospitalares. Dos 15 casos, mais da metade (8) estão notificados como “Outros”, seguido da categoria “Aposentado”.

Também foram analisados os casos de notificações de Câncer Relacionado ao Trabalho, disponibilizados pelo Centro de Vigilância em Saúde, nas bases de dados do SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação e da RINA – Relatório Individual de Notificação de Agravos. Ao analisar os dados do SINAN no Estado do Rio Grande do Sul, no período entre 2012 e 2017 (período disponível para análise), existem apenas 11 notificações de câncer relacionado ao trabalho (RIO GRANDE DO SUL, 2017a). Já no relatório da RINA, estão computadas 267 notificações no mesmo período e território, sendo que 252 destas notificações são referentes apenas a diagnósticos de câncer de pele (RIO GRANDE DO SUL, 2017b). Ressalta-se que não há nenhuma notificação de mesotelioma nos dados analisados, no SINAN e na RINA, apesar dos casos notificados de internações e atendimentos ambulatoriais, bem como de mortalidade. Estes dados conjecturam na fragilidade em caracterizar o adoecimento relacionado ao trabalho e identificar onexo-causal entre a exposição e o desenvolvimento da doença.

Com relação à mortalidade, específica para os códigos do mesotelioma, as notificações ocorrem em menor número. Nesse sentido, foram analisados os dados das Estatísticas Vitais, con-

tidos no DATASUS e as Declarações de Óbito (DO's) do SIM, disponibilizadas pela Secretaria Estadual de Saúde. O percurso para a obtenção destes dados se refere aos óbitos por mesotelioma (C45.0, C45.1, C45.2, C45.7, C45.9) no Rio Grande do Sul, entre o período de 2010 e 2017. Destaca-se que os dados do ano de 2017 são preliminares, e de 2018 ainda não estão disponíveis na plataforma. Foram analisadas as variáveis sexo, idade, ocupação e o município de residência.

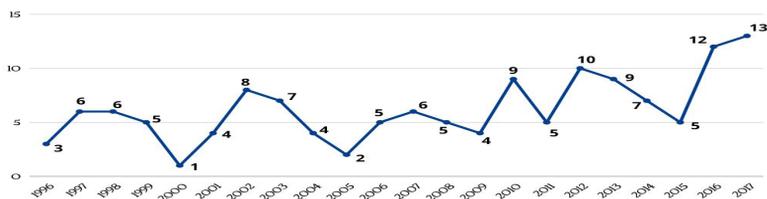
O Estado registrou um total de 70 óbitos pela doença, no período. Destes óbitos, 29 (41%) foram por neoplasia maligna do tecido conjuntivo e de outros tecidos moles (C45.9), 26 (37%) por mesotelioma maligno da pleura (C45.0), 11 (16%) por mesotelioma maligno do peritônio (C45.1), 3 (4%) por mesotelioma maligno de outras localizações (C45.7) e 1 (1%) por mesotelioma maligno do pericárdio (C45.2). As cidades de residência com maior número de óbitos foram as seguintes: Porto Alegre (20), Sapucaia do Sul (5), Caxias do Sul (4), Rio Grande (4), Canoas (3), Esteio (3), Pelotas (2), Bento Gonçalves (2), Cachoeirinha (2) e Sananduva (2). Há ainda outros 22 municípios que aparecem na lista, contando com um caso cada.

No que diz respeito aos municípios com maior número de notificações sobre mortalidade, um fator importante a ser destacado é a presença de fábricas e empresas que utilizavam o amianto em seus processos de produção no passado.

Outro destaque importante é o relativo crescimento da notificação de óbitos por mesotelioma no SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade. Em 1996, ano em que inicia a utilização da CID-10 para as notificações de óbitos, há o registro de apenas 3 casos de óbitos por mesotelioma no Estado, registrando um aumento percentual acima de 300%, considerando os 13 casos notificados em 2017. Ponderando o período de latência do mesotelioma, entre o período de exposição ao amianto e a manifes-

tação da doença, bem como a constante qualificação dos sistemas de notificação, das equipes de saúde e de tecnologias de diagnóstico no atendimento a casos de mesotelioma, a tendência é de aumento dos casos nos próximos anos. Ainda que os números de óbitos por mesotelioma notificados oscilem bastante de um ano para outro, no gráfico a seguir é possível identificar o movimento de crescimento dessas notificações, entre 1996 e 2017.

**Gráfico 1 - Óbitos por mesotelioma por ano, Rio Grande do Sul, 1996 a 2017.**



**Fonte:** Gráfico organizado pelas autoras, a partir da análise dos dados contidos nas Estatísticas Vitais do DATASUS e nas DO's do SIM, referentes a mortalidade por C45.

Retornando ao recorte temporal da pesquisa, que se refere a 2010 e 2017, dos 70 óbitos registrados no Rio Grande do Sul, 46 (66%) ocorreram em homens e 24 (34%) em mulheres. A média de idade foi de 63 anos. Quanto à ocupação, ainda no período de coleta de dados, O NIS/SES sinalizou a existência de muitos casos preenchidos como aposentado, não especificando a atividade que a pessoa exercia e a dificuldade de compatibilizar a descrição feita no campo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO),

de 2002, para a digitação no sistema. Nos dados disponibilizados, constam vinte (20) registros como “Aposentado/Pensionista”, quatorze (14) registros como “Não informado” e nove (9) como “Dona de casa”. Há ainda três (3) registros com a informação “Ignorada” e dois (2) como “Motorista de carro de passeio”.

A subnotificação e a má qualidade das informações relacionada a ocupação são reflexos da fragilidade em se investigar o histórico ocupacional dos óbitos por mesotelioma e refletem a invisibilidade social que envolve o adoecimento relacionado ao trabalho, em especial o câncer e a exposição ao amianto. Tal processo de invisibilidade também se reproduz na lacuna de notificações dos serviços da RENAST, representada pelas notificações de câncer relacionado ao trabalho do SINAN e da RINA, já citadas anteriormente, onde inexistem casos de mesoteliomas notificados.

### **Triangulando o invisível: análise dos resultados da pesquisa**

Busca-se, nesse item, construir a triangulação das informações e dados coletados e analisados nessa pesquisa, de forma a articular a realidade disposta no Rio Grande do Sul com o acúmulo de conhecimento já construído em pesquisas realizadas em território nacional. Para tal, no que tange a triangulação, retoma-se os principais achados da pesquisa, apresentados aqui neste texto, iniciando pelos dados de morbidade, mortalidade; seguidos pelos dados acerca da Vigilância e Assistência em Saúde, e finalizando com os aspectos jurídicos e legislativos.

#### *Morbidade e Mortalidade*

Há um silêncio expressivo no que diz respeito à morbidade do adoecimento por mesotelioma, a iniciar pela disposição dos dados. Conforme constatado anteriormente, o sistema DATA-

SUS, ao condensar as informações de internações hospitalares por meio das AIH's, acaba por agrupar as informações relacionadas ao mesotelioma com outras doenças que não possuem relação direta a exposição ao amianto. Ainda que se constatem variações e ondulações no número de internações, não é possível alegar que são por conta dos casos de mesotelioma, pois não há como recortar tais casos do total notificado.

Alia-se a essa situação os registros em prontuário hospitalar analisados nesse estudo, sob o recorte de um hospital de alta complexidade (HCPA), que refletem outro indicador: a imprecisão nas informações e/ou subnotificação das informações, no que tange a questão dos dados ocupacionais. Na maioria dos registros, não é especificada a ocupação dos pacientes, seguidos pela tipificação genérica de “aposentados”. Estas situações demonstram o quanto ainda é necessário o tensionamento para a centralidade do trabalho na perspectiva de saúde que considere o trabalho como parte fundamental no processo saúde-doença, perpassando desde os sistemas de informação até a atenção direta ao usuário e que, no caso do mesotelioma, tem o agravante de ser uma doença de latência, em que a profissão é um elemento imprescindível na relação donexo causal.

Dentre outros estudos brasileiros, destaca-se o realizado por Halfeld (2017), que demonstra concordância com as evidências encontradas em território gaúcho. O autor analisa os casos registrados de mesotelioma maligno em um hospital oncológico do Paraná, entre 1995 e 2005, onde foram encontradas divergências entre diagnósticos estabelecidos em prontuários e repassados ao Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e ao Registro Hospitalar de Câncer, apontando para a possibilidade de subnotificação e a má qualidade destas informações.

Na situação específica do Rio Grande do Sul, a maior fragilidade também se representa pelos dados ocupacionais dos sujeitos,

tanto nos dados de morbidade como nos de mortalidade, e assim, a notificação incompleta, ou a imprecisão quanto a ocupação, contribui para a subnotificação por não representar o histórico ocupacional da pessoa, mas sim, a informação instantânea do momento do óbito. Nesse sentido, ressalta-se a importância da capacitação e sensibilização dos profissionais da saúde quanto aos sistemas de notificações, com base no processo saúde-doença, centrado no trabalho. Contudo, chama a atenção de notificações de “donas de casa”, conforme tipificado no SIM, que desenvolveram o mesotelioma, o que pode ser reflexo tanto de uma exposição ambiental, quanto de uma exposição a fibra pelo trabalho de familiares nas indústrias que utilizavam o material, seja na lavagem de uniformes, ou de outras formas.

As investigações de óbitos se constituem enquanto processos fundamentais para complementar as informações dispostas, realizadas a partir dos dados de mortalidade. Acerca disso, há uma investigação realizada no Estado sobre os óbitos de mesotelioma, entre 1999 e 2003 (NUSSBAUMER e DAPPER, 2007), onde foram estudados 23 casos, dos 25 registrados no sistema. Em cinco dos casos investigados houve exposição ocupacional (dois da indústria do fibrocimento, dois da construção civil e um mecânico de automóveis – reparo de lonas de freio). Os demais (14) possuíam história de exposição ambiental (residências com telhados de amianto).

Em conjunto com essas situações, as notificações da RINA e do SINAN, acerca do câncer relacionado ao trabalho, também são instrumentos que demonstraram uma invisibilidade destes casos, pois apesar de haver óbitos e internações no período estudado, inexistem notificações que vinculam a doença aonexo causal da exposição ao amianto laboral. Sobre essa questão, é necessário avaliar como se dá a utilização deste instrumento no cotidiano de trabalho das equipes de saúde, bem como o reconhecimento do mesmo enquanto mecanismo importante para que se reconheça a

realidade de doenças relacionadas ao trabalho e se planejem ações de prevenção e promoção de saúde nessas situações. A expressão da realidade da doença se invisibiliza de forma sistêmica, com lacunas importantes no cerne da situação, não sendo exclusividade do mesotelioma, mas das notificações em sua totalidade para o estabelecimento donexo-causal.

Portanto, é de extrema importância fomentar a qualificação das informações e do reconhecimento da situação de saúde dos expostos ao amianto, em especial, no período pós-banimento. Conforme ressaltado por Wunsch (2005), o banimento do amianto traz consigo uma falácia de que os riscos se esgotam junto à não utilização do mineral, e isso pode contribuir tanto com o silenciamento e invisibilidade da questão já existentes entre os/as trabalhadores/as, quanto com o esgotamento do debate sobre a carga de danos construída pela indústria do amianto no bojo da sociedade. Ainda, segunda a autora,

o banimento do mineral, embora represente um avanço imprescindível nessa luta, vem se constituindo em outra forma de ocultamento dessa realidade, na medida em que tem ampliado os níveis de desinformação sobre seus agravos (WÜNSCH, 2005, p. 20).

## **Vigilância e Assistência em Saúde**

Como forma de embasar e dar início ao debate sobre Vigilância e Assistência em Saúde nos casos de mesotelioma, cabe observar que a Vigilância em Saúde se constitui, no campo teórico metodológico, como um esforço na integração da atuação sobre as várias dimensões do processo saúde-doença, especialmente do ponto de vista da sua determinação social, sendo o ponto de partida para o desenvolvimento de novas propostas de operacionalização dos sistemas de saúde. Levando em conta os múltiplos fatores envolvidos na

gênese, no desenvolvimento e na perpetuação dos problemas, essa nova forma de olhar sobre a saúde tem, como um de seus desafios, a dicotomia das ações dos setores envolvidos na assistência à saúde, propondo o envolvimento de todos os setores inseridos na realidade em questão, enxergando o indivíduo e a comunidade como sujeitos do processo (CAMPOS, 2003). Assim, é fundamental que se pense as ações em saúde nos casos de mesotelioma e exposição ao amianto por essa lógica, visando concretizar a integralidade na saúde.

Para que a operacionalização dos sistemas de saúde de fato seja desenvolvida nessa lógica, uma das ações fundamentais e necessária é uma rotina permanente de qualificação e educação permanente das equipes de saúde, no sentido de sensibilizar para as questões que englobam a determinação social da saúde e da centralidade do trabalho, assim como cursos e especializações acerca de tecnologias de diagnóstico e tratamento de casos específicos como, por exemplo, o mesotelioma. Porém, sob o véu da invisibilidade social, construir ações que impactem na Assistência em Saúde nesses casos se torna um processo permeado por desafios, que se intensificam em uma lógica de desfinanciamento da política de saúde, precarização do trabalho e de sucateamento dos espaços de atendimento.

Por isso, a importância de caracterizar a centralidade do trabalho no processo saúde-doença se sobressai. O mesmo se refere a dados de exposição e riscos ambientais. No atual momento, é irreal estimar a carga de exposição da população e a dimensão do impacto ambiental que o amianto causou, e pode vir a causar, no Estado. Por isso, a importância de se manter o debate em pauta, na tentativa de revelar o oculto sobre a realidade do amianto, seja nas ações em saúde, ou em estudos ambientais e de desamiantização<sup>4</sup> após o banimento do mineral, principalmente no sentido de evitar que o amianto faça novas vítimas.

---

<sup>4</sup> Retirada de produtos derivados do amianto, visando o tratamento e destinação segura dos resíduos.

## *Aspectos jurídicos e legais*

No que tange o debate para aspectos jurídicos e legais, cabe ressaltar que a lei de banimento estadual do amianto, proíbe sua comercialização e produção, no Rio Grande do Sul, data do ano de 2001, não se constituindo em um processo simples, mas sim permeado por tensões e pelo questionamento de sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, até o efetivo banimento no ano de 2023. Outro ponto importante a se pesar nesse contexto é, que apesar da luta pelo banimento do amianto no Rio Grande do Sul não se tratar de matéria nova, não houve a organização imediata de uma Associação de expostos ao amianto, assim como em outros Estados.

Talvez como reflexo de situações como essas, se percebeu no processo investigativo deste estudo uma baixa judicialização de ações trabalhistas, em especial, nos casos de mesotelioma. O ínfimo número de processos também se expande para outras doenças causadas pela exposição ao amianto, tendo em vista que, além dos quatro casos analisados, havia apenas outros dois por asbestose. Há a constatação de um silenciamento das vítimas do amianto, que pode ser causado por múltiplos fatores que serão apresentados ao longo dessa análise.

Apesar dos 70 casos de mortalidade notificados no período, conforme detalhado anteriormente, existem apenas 3 processos trabalhistas relacionados aonexo causal do adoecimento/morte por mesotelioma e exposição ao amianto, conforme pesquisa prévia a acórdãos judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região (TRT4), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Destes, em um não foi verificado o nexocausal entre a doença com a exposição ao mineral. Essa baixa judicialização pode ter como causa múltiplos fatores, como a falta de informação sobre a doença e sua causa; os acordos extraoficiais realizados entre as empresas e

os/as trabalhadores/as adoecidos, com o objetivo evitar a via judicial e as altas indenizações; a dificuldade de acesso dos/as trabalhadores/as aos seus direitos; a inação sindical e a inexistência de uma entidade organizativa dos/as trabalhadores/as; entre outros.

Outro fator importante a ser observado é a divergência de valores estipulados nos acórdãos, relativos aos danos morais. Nos dois processos em que houve comprovação do nexo causal, há uma diferença de mais de R\$ 700.000,00 reais entre eles. A discrepância dos valores também foi constatada no estudo de Azevedo (2018), realizado no Estado do Rio de Janeiro, porém a autora conclui que as razões para tais diferenças exigem maiores investigações, que extrapolam o objetivo da pesquisa. O mesmo se reflete no atual estudo.

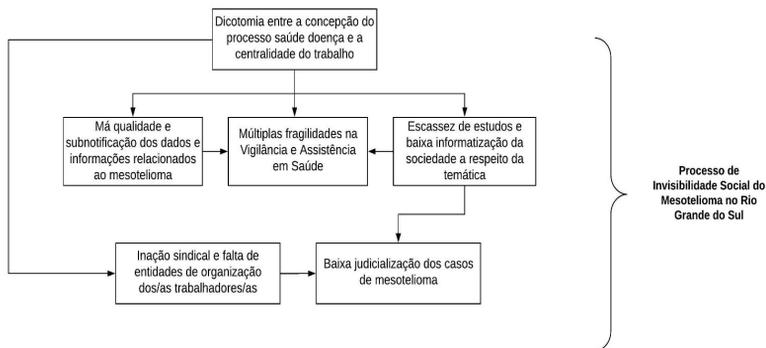
Cabe a comparação ao estudo de Stella (2010), realizado no Estado de São Paulo, que em período similar de tempo (1999-2009) analisou 119 decisões judiciais relacionadas à exposição ao amianto. Também foi em São Paulo, na cidade de Osasco, que a Associação Brasileira de Expostos ao Amianto (ABREA) foi fundada, em 1995, já havendo uma luta consolidada de trabalhadores/as e seus familiares no território. Um dos objetivos da ABREA é especificamente propor ações judiciais em favor de seus associados e das vítimas em geral, além de conscientizar a população para o risco do amianto. Não há menção no estudo se as ações analisadas foram propostas pela ABREA, em conjunto com as vítimas, porém acredita-se que a presença da Associação contribuiu para tal questão. Em outro estudo relativo à análise de acórdãos judiciais, Azevedo (2018), também em período similar de tempo (2007-2017), analisou dezoito ações vinculadas a exposição ao amianto, no Estado do Rio de Janeiro, que também conta com a presença da ABREA em seu território. Inclusive, além das ações trabalhistas, entre os processos analisados havia uma Ação Civil Pública proposta pela Associação.

Outro fator importante de ressalva é a constatação, em ambos os estudos, de uma “inação sindical” (AZEVEDO, 2018). No estudo de Stella (2010), a participação do Sindicato dos Trabalhadores como substituto processual ocorreu em apenas dois casos julgados no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Para a autora, isso significa que “a saúde do trabalhador, efetivamente, restou demonstrada que não é o objetivo principal dos sindicalistas”. Já no estudo de Azevedo (2018), não houve nenhuma ação com envolvimento sindical. Assim, como a tendência nos outros Estados, a constatação é a mesma das ações encontradas no Rio Grande do Sul. Além de não haver a organização da ABREA no território gaúcho, a “inação sindical” se faz presente, havendo uma lacuna importante no que diz respeito à organização de trabalhadores/as expostos ao amianto, em especial aos casos de mesotelioma, restando ao individual e particular, a defesa de uma causa coletiva.

### **Desvendando o oculto: da invisibilidade à futuras perspectivas**

Como forma de sintetizar, de modo esquemático, o processo de invisibilidade social do mesotelioma no Rio Grande do Sul, os principais aspectos foram agrupados na Imagem 01 condensando o debate realizado a partir do processo investigativo como forma de triangulação de dados. Para além dos fatores já reconhecidos, como a fragilidade em se realizar o diagnóstico de mesotelioma e o nexo-causal frente o período de latência da doença, neste estudo foram destacados os seguintes elementos:

## Imagem 1 – Elementos do processo de invisibilidade social do mesotelioma no Rio Grande do Sul.



**Fonte:** Esquema organizado pelas autoras a partir dos principais achados da pesquisa.

No esquema acima, percebem-se as correlações estabelecidas entre os elementos identificados e que há uma dificuldade em se conceber a centralidade do trabalho no processo saúde-doença, o que, acaba por contribuir para a má qualidade e subnotificação das informações e dados relacionados ao mesotelioma. Bem como, acaba por impactar na operacionalização das ações em saúde da Vigilância e Assistência em Saúde e no debate com a sociedade, seja em pesquisas e estudos, ou no processo de informação da população. A má qualidade e a subnotificação constatadas se reflete na Vigilância e Assistência em Saúde, bem como na escassez de estudos.

Por outro lado, a importância desse debate, ou seja, do câncer relacionado ao trabalho, é incipiente e de certa forma acaba por contribuir na inação sindical e na desmobilização da organização de trabalhadores/às expostos ao amianto e, ao mesmo tempo, expressa-se na baixa judicialização dos casos de mesotelioma no Estado. Alia-se a essa realidade a dispersão das vítimas expostas, que não

bastasse a latência e a letalidade da doença, não há local de referência no âmbito dos serviços de saúde, além das entidades representativas por segmento de trabalhadores, conforme já mencionado.

A construção da invisibilidade, destacada de forma transversal neste texto, é alarmante, pois, conforme Thébaud-Mony (2006), o que se observa, cada vez mais, é uma ditadura das estatísticas: o que não se pode medir “não existe”. E nos casos do câncer relacionado ao trabalho ligados ao amianto, se os dados estatísticos não existem em um país, o fenômeno é discutido de forma a negar a sua toxicidade. “Será que o amianto brasileiro não é tóxico?” É preciso provar em cada país que sim, o amianto é perigoso. Corroborando com o exposto durante a análise dos dados, a autora refere que:

A invisibilidade social é aquela que resulta da não-aplicação de regras vigentes [...]. Menos de mil e oitocentos casos são reconhecidos a cada ano, para várias dezenas de milhares de ocorrências, e até mais (THÉBAUD-MONY, 2011, p. 30-31).

Portanto, é imprescindível fortalecer o debate em território brasileiro e gaúcho, construindo estratégias de enfrentamento à invisibilidade social historicamente construída e garantindo a proteção social de trabalhadores/as expostos/as, com a garantia de acesso a seus direitos.

### **Considerações finais**

No contexto prévio às eleições de 2022, viveu-se, no Brasil, uma conjuntura de adoção de ideais neoliberais e ultraconservadores, concentrando ataques significativos à classe trabalhadora. O impacto deste período ainda é imensurável e torna-se de fundamental importância debater a temática do adoecimento rela-

cionado ao trabalho como expressão da exploração do trabalho humano. É preciso retomar o processo histórico de resistência constantemente, bem como fortalecer estratégias de enfrentamento a questões relacionadas ao modo de viver, adoecer e morrer dos/as trabalhadores/as, em especial, quando se intensifica o contexto do retrocesso social e da perda de direitos duramente conquistados. E para que esse enfrentamento seja realizado, é preciso reconhecer a realidade para além de sua aparência, considerando o trabalho em sua centralidade nas relações sociais e no processo saúde-doença, identificando o impacto causado pelo modo de produção na saúde da sociedade.

Nesse sentido, desde a utilização de um discurso pró-utilização do amianto por parte da indústria, motivada por interesses meramente econômicos, até as dificuldades relacionadas a se comprovar onexo causal do adoecimento ao mineral, em que o mesotelioma perpassa por um processo histórico de invisibilidade social, representado por multifacetadas questões. O uso do amianto perdurou por quase sete décadas no Estado, porém, ainda assim, as pesquisas e estimativas do impacto da substância e sua carga cancerígena a longo prazo ainda são escassas, e isso corrobora para o ocultamento daquilo que é concreto. E mesmo após a vitória do banimento do mineral, no Brasil, ainda há muita luta pela frente, considerando que mesmo com sua utilização proibida na indústria, o amianto ainda está presente na sociedade, pois o processo de desamiantização não é instantâneo. Restam lacunas fundamentais a respeito do risco ambiental e do surgimento de novos casos de adoecimento relacionado ao amianto, considerando as doenças de latência, como é o caso do mesotelioma.

## Referências

ABREA. **Sobre o Amianto**. 2017. Disponível em <http://www.abrea.com.br/o-amianto/sobre-o-amianto.html>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

AZEVEDO, C. W. **Amianto, Saúde do Trabalhador e Poder Judiciário Trabalhista: respostas do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro às demandas relativas à exposição ocupacional ao asbesto**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

BEHRING, E. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dossiê Amianto Brasil: relatório do Grupo de Trabalho da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados destinado à análise das Implicações do uso do amianto no Brasil**. Relator: Edson Duarte. Brasília: 2010.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer [online]. **Amianto**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/amianto>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer [online]. **Ministério da Saúde pública diretrizes para diagnóstico e tratamento de câncer ocupacional que acomete pulmões**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/amianto>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer [online]. **STF mantém proibição do uso de amianto crisotila no Brasil**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/noticias/2023/stf-mantem-proibicao-do-uso-de-amianto-crisotila-no-brasil#:~:text=A%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20amianto%20crisotila,permitia%20a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20produto>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atlas do Câncer Relacionado ao Trabalho no Brasil: Análise Regionalizada e Subsídios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador**. Brasília-DF, 2021. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atlas\\_cancer\\_relacionado\\_trabalho\\_brasil.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atlas_cancer_relacionado_trabalho_brasil.pdf). Acesso em: 13 de jun. 2023.

BRUM, E. **O Supremo e a farsa do amianto**. El País [online]. Agosto, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HGfPd>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

CAMPOS, C. E. A. O desafio da integralidade segundo as perspectivas da vigilância da saúde e da saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, pp. 569-584, 2003.

HALFELD, T. L. F. **Estudo retrospectivo dos registros de mesotelioma maligno no período de 1995 a 2015**. [Dissertação de Mestrado] Curitiba: UFPR, 2017.

MENDES, J. M. R. **Verso e o Anverso de Uma História: o Acidente e a Morte no Trabalho**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2003.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S. Trabalho, classe operária e proteção social: reflexões e inquietações. **Katalysis**, v. 12, n. 2, pp. 241-248, 2009.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S.; MOURA, M. J. Proteção Social e Saúde do Trabalhador: contingências do sistema de mediações sócio-históricas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, pp. 55-63, 2009.

NUSSBAUMER, L.; DAPPER, V. Investigação de óbitos por mesotelioma no Rio Grande do Sul, 1999 a 2003. **Boletim Epidemiológico**, v. 9, n. 1, Março de 2007.

OMS. **Amianto Crisótilo [Chrysotile asbestos]**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2017.

PEREIRA, P. A. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serviço Social e Sociedade**, n. 116, pp. 636-651, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS). **Relatório do SINAN: Notificações de Câncer Relacionado ao Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2017**. Porto Alegre, 2017a.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS). **Relatório da RINA: Notificações de Câncer Relacionado ao Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2017**. Porto Alegre, 2017b.

STELLA, M. S. **A exposição dos trabalhadores ao risco do amianto avaliada a partir da análise de acórdãos judiciais de 1999 até 2009.** [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: USP, 2010.

STRAIF, K. Estimating the burden of occupational cancer as a strategic step to prevention. **British Journal of Cancer**, n. 107, S1/S2, pp. 51-52, 2012.

THÉBAUD-MONY, A. Organização do Trabalho e a Saúde: uma Questão Política. **Boletim da Saúde/ Escola de Saúde Pública**, v. 19, n. 1, pp. 91-99, 2006.

WÜNSCH, D. S. Invisibilidade Social do Trabalho e dos Trabalhadores: Estudo de Caso (1). In: MENDES, R. (Org.). **Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador: Conceitos – Definições – História – Cultura.** São Paulo: Proteção Fundação Editorial. Pp. 1212-1243, 2018.

WÜNSCH, D. S. **A construção da desproteção social no contexto histórico-contemporâneo do trabalhador exposto ao amianto.** [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2005.

## **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA EROSÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DA (DES)PROTEÇÃO SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE**

Renata Maieron Turcato  
Giovane Antonio Scherer

O Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes no Brasil se constitui como um patrimônio nacional forjado por inúmeras lutas ao longo de décadas. Consagrado pela Constituição Federal de 1988 e posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, tal sistema tem sua conformação na década de 1990, mesmo período histórico em que o Brasil começa a viver com maior intensidade o ideário neoliberal e suas inúmeras contrarreformas, afetando profundamente a classe trabalhadora. Mais de 30 anos depois da elaboração desse sistema de garantia de direitos, observam-se inúmeros desafios para sua efetivação na vida concreta de crianças e adolescentes do território nacional.

O presente texto se propõe a tratar da relação entre o trabalho e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes a partir de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS que tratou sobre a implementação desse Sistema em um município de pequeno porte I no interior do Rio Grande do Sul entre os anos 2020 e 2022. Destacam-se algumas etapas realizadas que serão objeto de análise no presente texto: inicialmente selecionou-se um município de pequeno porte I situado no interior do Rio Grande do Sul, realizou-se um mapeamento das legislações municipais voltadas para a proteção social de crianças e adolescentes e entre-

vistou-se trabalhadoras inseridas na rede de proteção de crianças e adolescentes para conhecer como articulam ações na perspectiva da materialização das medidas protetivas deste segmento populacional. A investigação se constituiu em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório com fundamento no método materialista histórico-dialético. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo referenciada em Bardin (2021), tendo as dimensões éticas transversais a todas suas etapas da pesquisa, observado o disposto na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, posto que a pesquisa envolveu seres humanos.

Ao analisar como se dá a proteção social de crianças e adolescentes em um município gaúcho de pequeno porte I entre 2020 e 2022, emerge o debate da precarização do trabalho na rede de proteção de crianças e adolescentes como parte dos resultados da investigação. Sendo assim, o presente texto procura demonstrar como a lógica da precarização, típica da racionalidade neoliberal, acaba por corroer as bases do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, acarretando um complexo quadro de violações de direitos.

No Brasil temos um número expressivo de crianças e adolescentes, somando cerca de 25% da população total, segundo dados disponibilizados pela Unicef (2021) que informa que, de 210,1 milhões de brasileiros, 53.759.457 têm menos de 18 anos de idade. Vivemos em um país marcado pela desigualdade social inerente ao sistema político econômico em vigência, cujas expressões da questão social marcam profundamente a sociedade brasileira, inclusive as crianças e os adolescentes, que somam à vulnerabilidade social a que estão sujeitos a sua característica de pessoas em desenvolvimento, dependentes e merecedoras de proteção durante o seu crescimento. Atualmente o Estatuto da Criança e do Adolescente elenca um rol de medidas de proteção à criança e ao adolescente a serem aplicadas sempre que, essas, tiverem seus

direitos ameaçados ou violados. Tal qual a própria concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos tratar-se de uma construção social, não sendo algo perene e imutável, as políticas públicas que atendem as demandas deste segmento populacional igualmente sofrem os efeitos das correlações de forças que compõem o cenário político nacional, destacadamente os movimentos de conservadorismo e resistência.

Portanto, o presente texto é dividido em dois itens: uma breve contextualização das infâncias e adolescências e seu tratamento ao longo da história política do país até o Sistema de Garantia de Direitos para crianças e adolescentes em vigência diante de um contexto político neoliberal. Em seguida tratamos da proteção social de crianças e adolescentes em um município de pequeno porte I, com ênfase na precarização do trabalho, um dos aspectos evidenciados na pesquisa realizada.

### **Lutas pela consolidação diante da perspectiva de sua erosão: o Sistema de Garantia de Direitos para crianças e adolescentes diante do avanço neoliberal**

Crianças e adolescentes não são conceitos imutáveis, mas uma construção social, isto é, se modificam nos diferentes contextos, nos diferentes lugares políticos geográficos e nos diferentes tempos históricos. Tampouco caracterizáveis com homogeneidade, pois também afetam as condições de vida de crianças e adolescentes elementos como etnia, cor, gênero, cultura, condições físicas, classe socioeconômica e a forma como tais fatores são tratados em cada lugar e período histórico. O tratamento das infâncias e adolescências, portanto, deve ser compreendido sempre de forma contextualizada nas várias dimensões: social, econômica, política e cultural.

A história das infâncias e adolescências no Brasil está diretamente relacionada com a própria história do país, incerto em um

continente não acessado pelos povos “colonizadores” até 1492, em 1500 é afirmado terem aportado as primeiras naus com os exploradores em território hoje brasileiro, dando início ao processo de colonização. Antes deste importante advento viviam inúmeras etnias de povos originários, hodiernamente categorizados de forma homogeneizada como indígenas, contudo, trata-se de inúmeros povos com diferenças culturais, inclusive quanto ao tratamento dispensado aos infantes. O massacre dos povos indígenas e o longo processo de escravização de seres humanos alvos de tráfico humano intercontinental, incluindo crianças e adolescentes, são as marcas da história desse país, que continuam a reverberar no contexto de violações de direitos na realidade brasileira com forte componente étnico-racial.

Por sua conformação histórica, o Brasil se constitui um país com grande desigualdade social, destacando-se como um elemento central no desenvolvimento do modo de produção capitalista, onde, no processo de reprodução do capital, com a apropriação privada do socialmente produzido, se inaugura um processo histórico em que a pobreza cresce na mesma medida em que aumenta a capacidade social de produzir riqueza. Ao longo do Século XIX e meados do Século XX foram diminuindo as ações promovidas sob o argumento da caridade do período colonial ao passo que foi aumentando a secularização da sociedade brasileira, migrando as obras de beneficência gradativamente para as políticas e controles governamentais, período que se identifica como filantrópico (MARCÍLIO, 2019). Ainda, no curso da história a questão das infâncias e adolescências também tratou de forma diferenciada a criança pobre da criança da elite – assim como hoje. Como explica Rizzini (2011), nos séculos anteriores ao Século XIX a infância era uma questão da família (âmbito doméstico) e da Igreja (práticas caritativas), a partir das profundas mudanças societárias advindas da nova era industrial capitalista o enfoque para a in-

ância passou a ser na perspectiva de uma intervenção estatal no sentido de serem corrigidas e reeducadas, porque potencialmente perigosas à sociedade. Lembrando que este viés interventivo não se referia à totalidade das crianças brasileiras, mas somente às pertencentes aos estratos empobrecidos da população, referidas sob a expressão de crianças carentes e associada à terminologia menor.

Junto com a crescente urbanização decorrente das novas formas de produção, a infância passa a ser alvo de atenção e responsabilidade do Estado, mas associada à ideia de manutenção da ordem, do controle sobre os problemas das cidades em constante crescimento, e em uma perspectiva moralista e higienista, legitimada na legislação da época, destacadamente o Código de Menores de 1927, priorizando adequar a infância ao mundo do trabalho, este, por sua vez, vinculado à ideia de virtude (RIZZI-NI, 2011). Quando a criança não estava associada ao trabalho, era associada à criminalidade, então eram estabelecidas medidas de contenção, dentre elas a institucionalização.

O ano de 1959 é um marco para o direito da criança em âmbito internacional, pois foi o ano em que crianças passaram a ser formalmente consideradas sujeitos de direito pela Organização das Nações Unidas na promulgação do documento Declaração Universal dos Direitos da Criança (PEREZ e PASSONE, 2010). Em 1979 surge a segunda versão do código de menores, não reformulando a sua essência de criminalização da pobreza e lógica objetificada de tratamento de crianças e adolescentes. Período de intensa urbanização do país e agravamento das expressões da questão social o cenário político brasileiro também sofreu grande alteração com a transição entre o regime ditatorial militar para o regime civil democrático com a primeira eleição em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Este processo encontrou intensa participação social, com a crescente organização da sociedade civil em favor da democracia, incluindo as conquistas

de direitos políticos como direito de organização popular e partidária, voto e realização de greves (PEREZ e PASSONE, 2010).

É na Constituição Federal de 1988 que se inseriram os direitos sociais mais ampliados com o reconhecimento das desigualdades sociais e regionais constantes no país e atribuição de solução ao Estado, por meio da seguridade social, sistema compreendido pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, atribuindo caráter de universalidade ao direito de saúde; direito à previdência mediante contribuição, sem distinção entre trabalhadores urbanos e rurais; e direito à assistência a quem dela necessitar, em uma proposta de proteção integral do cidadão (COUTO, 2010). Contexto que revoga o Código de Menores com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, e incorpora a concepção da criança e do adolescente como sujeito de direito, em vigência até a atualidade.

É neste contexto que em 19.04.2006 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA publicou sua Resolução n. 113 estabelecendo parâmetros e diretrizes para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDAC, um arcabouço da política de atendimento às infâncias e adolescências no Brasil, com orientações específicas para a promoção, a defesa e o controle na efetivação dos direitos declarados na legislação e que compreende o conjunto de instituições, organizações e entidades em atuação por meio de programas e serviços de atendimento às infâncias e juventudes de forma articulada e integrada, incorporando as definições do ECA e da Constituição Federal (BAPTISTA, 2012). Contudo, para que se realize um sistema mesmo que legitimado, este, precisa ser implementado em todas suas instâncias, ser compreendido em sua função teleológica e revisado constantemente conforme cada nova conjuntura político-social.

Neste contexto, onde havia a legitimação de novas formas de participação da sociedade, a Constituição Federal estabelecendo como papel do Estado a intervenção no campo das políticas sociais, contraditoriamente havia uma pressão internacional a partir da assinatura de acordo com organismos financeiros como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI de orientações de desestruturação dos sistemas de proteção social e orientação para as demandas serem atendidas pela iniciativa privada (COUTO, 2010). Trata-se de um cenário de difusão do que se denomina neoliberalismo, um conjunto ideológico de ideias conservadoras, que propõe uma concepção de homem possessivo e competitivo, uma concepção de sociedade como um agregado fortuito e apenas meio de realização dos propósitos privados, uma valorização da liberdade de mercado e uma naturalização da desigualdade entre os homens (NETTO e BRAZ, 2012). Nesta perspectiva, vulnerabilidades como a pobreza, por exemplo, são tratadas como uma escolha, numa falácia de que, com o livre mercado qualquer um poderia alcançar o sucesso econômico, contudo, nega a realidade de que se não há igualdade de condições originárias, não há materialidade para se falar em escolha.

Neste cenário, de ofensiva neoliberal, uma das propostas legitimadas por esta ideologia é a de romper com as restrições sociopolíticas de liberdade do capital monopolista e redução das funções estatais que respondem aos direitos sociais (NETTO e BRAZ: 2012), ou seja, no enfrentamento dos desdobramentos da desigualdade social. A Constituição Federal de 1988 estabelece como direitos sociais das crianças, adolescentes e jovens o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, bem como estar a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A proteção social encontra limites no próprio modo de produção capitalista que gera a desigualdade social, atuando nos desdobramentos da questão social, no aplacamento das mazelas sociais consequentes. No Brasil, dentre as disputas de projetos societários, o neoliberalismo encontrou grande força política conseguindo implementar várias de suas medidas práticas. Nos regimes democrático-institucionais que sucederam as ditaduras na América-Latina, incluindo o Brasil, iniciaram-se ajustes estruturais que implicaram em privatizações de empresas públicas e da seguridade social, abertura comercial, flexibilização de legislações trabalhistas, redução orçamentária e combate à atividade sindical (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011). Estas medidas de cunho neoliberal afastam o Estado de uma intervenção efetiva na garantia de direitos de forma ampla e universal, configurando-o como um Estado mínimo. O Estado, por sua vez, atua como um agente regulador das relações sociais, que tanto pode promover como reduzir as políticas públicas de proteção social conforme os múltiplos pressionamentos que compõem o sistema político, com movimentos de conservadorismo e de resistência.

É neste contexto que, decorridos mais de 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a concretização da proteção social de crianças e adolescentes encontra extensos desafios devido ao fenômeno da agudização neoliberal e neoconservadora, de aceleração dos movimentos de redução do Estado, de privatização dos serviços, de direcionamento das demandas sociais para ações filantrópicas ou religiosas, deteriorando a lógica do Sistema de Garantia de Direitos. A partir desta realidade, o próximo item irá analisar como vem se constituindo a proteção social das infâncias e adolescências em um município de pequeno porte I, dando ênfase para a evidência verificada da precarização do trabalho, uma das facetas da destruição dos direitos de crianças e adolescentes.

## **A proteção social de crianças e adolescentes em um município de pequeno porte I: a precarização do trabalho como reflexo da destruição neoliberal**

O Estado brasileiro possui uma organização complexa e que sofreu variações ao longo de sua história. No que se refere à organização política atual, o Brasil possui três instâncias: União, Estados e Municípios. Município é uma corporação territorial constituindo uma pessoa jurídica de direito público interno, configurada em uma unidade geográfica dentro do Estado que tem governo próprio para administrar os interesses locais de sua população e promover as políticas públicas de interesse local, para tanto possuem órgãos do Executivo e do Legislativo (CASTRO, 2010).

Conhecer a realidade de medidas de proteção para infâncias e adolescências em um município deste porte revela-se fundamental uma vez que, dos 5570 municípios brasileiros, 73% caracterizam-se como municípios de pequeno porte I, isto é: com população de até 20 mil habitantes, e estes municípios concentram 20% da população brasileira total (PNAS, 2005). Os municípios brasileiros apresentam particularidades, de sua história, população, clima, geografia, cultura, que os distinguem uns dos outros. Com pouco mais de 90 anos de emancipação, o município selecionado para a pesquisa localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, com cerca de 80% de área urbana e 20% de área rural, possui uma população estimada para 2020 de aproximadamente 15 mil habitantes, salário médio mensal da população ocupada de 2,0 salários-mínimos, 20,2% da população ocupada em 2018 e 28,8% da população com rendimento nominal mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo. Em relação aos demais municípios do país, encontra-se entre os  $\frac{1}{5}$  dos municípios com menor renda per capita e dentre os  $\frac{1}{4}$  dos municípios do Estado com menor PIB.

Para conhecer como vem se constituindo a implementação das medidas protetivas para crianças e adolescentes neste município, traçou-se como um dos caminhos metodológicos o conhecimento de suas legislações com conteúdos que afetam diretamente infâncias e adolescências e sua posterior análise a partir das categorias emergentes, uma vez que legislações não resumem as políticas públicas, mas servem como fundamental indicador de escolhas políticas frente aos diferentes projetos de sociedade possíveis. Encontradas 162 legislações contendo as palavras criança, infância, adolescente e adolescência, sendo selecionadas 66 legislações cujos conteúdos versam diretamente sobre a proteção social da criança e do adolescente e excluindo-se as legislações que não tratam sobre proteção social, agrupando-as por assunto. Foram encontradas 2 legislações que tratam da política municipal de proteção aos direitos da criança e do adolescente; 2 legislações sobre controle social/instâncias de participação; 2 legislações sobre benefício de assistência social; 4 legislações sobre criação de cargo de provimento efetivo no serviço público municipal/regulação de licença maternidade de servidora pública municipal; 36 legislações sobre contratação temporária de trabalhadores/cargo em comissão; 15 legislações sobre concessão/convênio com organização da sociedade civil; 2 legislações sobre locação ou concessão de uso de imóvel e 3 legislações versando sobre pandemia Covid 19.

Para analisar a legislação do município em estudo é necessária a compreensão dos documentos dentro de seu contexto de regras legislativas, ou seja, o contexto de competências entre os níveis governamentais no Brasil. Nas próprias diretrizes federais de cada área das políticas públicas são definidas quais as competências e funções para a União, os Estados e os Municípios. Em relação à proteção social de crianças e adolescentes a Constituição Federal define como competência da União e dos Estados legislar sobre a proteção das infâncias e juventudes, legando aos municípios a

competência suplementar, naquilo que couber, de interesse local e sem divergir das regras nacionais e estaduais.

Do total de legislações, as que mais se destacam pela quantidade é a referente aos trabalhadores da Prefeitura Municipal para a efetivação das políticas públicas, somando um total de 40 legislações (60,6% do total) das quais, 4 delas se referem a trabalhadores do quadro de pessoal efetivo e 36 leis tratando da contratação de trabalhadores de forma temporária para atuarem diretamente na implementação das políticas públicas para crianças e adolescentes. São legislações que preveem contratação sem prazo determinado ou pelos períodos de 6, 10 ou 11 meses, para atuarem em Serviço de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social, Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI<sup>1</sup>, Programa Projovem Adolescente, Rede Municipal de Educação, incluindo creches, transporte escolar e abrigo institucional<sup>2</sup>.

O contrato de trabalho por prazo determinado se caracteriza como um trabalho precarizado, tendência observada por Antunes (2009) para a nova classe trabalhadora em escala mundial, uma tendência de redução de empregos estáveis e um aumento de trabalhos temporários ou parciais. Embora o trabalhador temporário tenha direitos trabalhistas, não se confundindo com o trabalho informal, este trabalhador não tem estabilidade, levando-o à incerteza quanto à própria colocação em um horizonte próximo, elemento que pode afetar a própria autonomia profissional, pois a estabilidade, presente nos vínculos de trabalho em cargos efetivos, garante ao trabalhador a autonomia para uma atuação eminentemente técnica. Outro fator importante nos contratos temporários é

---

1 Programa que se insere dentro da proteção social especial de média complexidade.

2 Expressão que o município se utiliza para tratar de instituição de acolhimento para crianças e adolescentes.

a descontinuidade na prestação dos serviços e constante adaptação de novos trabalhadores para o exercício da função. São circunstâncias que não afetam somente os trabalhadores em seu âmbito pessoal, mas podem influenciar na qualidade da execução do trabalho.

Outro aspecto que se destaca nas legislações municipais é a realização de convênios entre a Prefeitura Municipal e Organizações da Sociedade Civil – OSC que atendam diretamente crianças e adolescentes, perfazendo um total de 15 documentos que formalizam convênios com organizações nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação. Evidencia-se, pelos convênios destas instituições com o município, uma tendência que se consolida no Brasil a partir da década de 1990, associada à perspectiva neoliberal em curso que promove ideologicamente a *satanização* do Estado ampliado e a *santificação* da sociedade civil, propondo projetos sociais do terceiro setor. O chamado terceiro setor engloba as organizações da sociedade civil, na sequência de classificação como primeiro setor o Estado e segundo setor o mercado. Tal expressão é utilizada quando se trata de atividades públicas desenvolvidas por particulares, como resposta às necessidades sociais numa perspectiva de solidariedade, impulsionada ou não por orientações religiosas (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Pautado em uma perspectiva neoliberal, a cultura de deslocamento da função estatal para instituições da sociedade civil, retirando do Estado o exercício de sua função pública de atendimento às demandas decorrentes da questão social, retira também dos cidadãos a possibilidade de reclamar os seus direitos e a qualidade na prestação dos serviços nas instâncias estatais, posto que na seara de organizações particulares, a elas pertencem as propostas técnico-operativas, podendo ou não estar atreladas a critérios de cientificidade, bem como político-ideológicas.

Muitas são as expressões da questão social que a classe trabalhadora enfrenta e para cada situação deve haver medidas de

enfrentamento para minimizar, senão solucionar os seus efeitos. Para conhecer como os trabalhadores inseridos na rede de proteção de crianças e adolescentes vêm articulando ações na perspectiva de materialização das medidas protetivas, realizaram-se entrevistas individuais com 7 trabalhadoras que aceitaram participar da pesquisa, inseridas nas políticas de saúde, educação, assistência social e organização da sociedade civil.

Trabalho e renda são categorias emergentes que afetam tanto as famílias usuárias dos serviços, na qual se incluem as crianças e adolescentes, como os trabalhadores que atuam nos serviços, constituindo-se em elementos transversais, sendo questões diretamente relacionadas com a política de assistência social. O município possui como equipamentos sociais da política de assistência social que atendam crianças e adolescentes somente um CRAS e uma Instituição de Acolhimento, instituição esta destinada ao atendimento de crianças e adolescentes retiradas de seu núcleo familiar de origem, formalmente sob guarda de profissionais a serviço do Estado, instituição no âmbito da proteção social especial de alta complexidade, portanto, não há no município o equipamento social CREAS, referência para o atendimento na proteção social especializada de média complexidade. Segundo os critérios estabelecidos pelas normativas da política de assistência social vigentes, os parâmetros para definição de número de CREAS conforme o porte do município informa para os municípios de pequeno porte I a diretriz de cobertura de atendimento por um CREAS Regional ou implantação de um CREAS municipal quando identificada a demanda de sua implementação a partir de “diagnóstico socioterritorial com dados sobre a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, o levantamento das demandas e o mapeamento dos serviços, programas e projetos existentes no território” (MDS, 2011, p. 73).

Para além da ausência de equipamento especializado, que não significa somente a ausência de um local para onde se direcionam determinados usuários, mas significa a ausência de uma estrutura, organização, planejamento para intervenção a partir de programas, projetos, serviços e ações, tendo como referência a complexidade e as especificidades das demandas da proteção social especial de média complexidade, distintas das demais instâncias de atendimento da assistência social, “os Centros de Referência Especializados de Assistência Social ofertam atendimento sistemático e pressupõem a constituição de uma equipe interdisciplinar com alto grau de especialização nas temáticas que envolvem este serviço” (RIZZOTTI, 2009, p. 250).

A inexistência de um serviço especializado sobrecarrega os demais serviços disponíveis para o atendimento das demandas. Além da ausência destes equipamentos, constata-se uma ausência de investimento em recursos humanos dentro dos equipamentos que existem e que acabam por absorver todas as demandas da proteção especial, tanto da média, quanto da alta complexidade, ambos atendidos pela mesma trabalhadora da proteção social básica, o que se revela em sua fala

[...] presta os serviços de proteção básica, em alguns casos a gente também atua com a proteção especial [...] eu sou a única assistente social do município [...] Sozinha, dentro da rede de assistência social [...] depois da pandemia, que ficou totalmente... desorganizou muita coisa e aí o que eu percebi, as demandas vieram de balde, sabe, muita situação assim, de vulnerabilidade, de risco, de violação de direitos, teve muitos abrigamentos nesses últimos meses também, a gente tem uma casa de passagem aqui, acabei atuando nisso também (Trabalhadora do CRAS).

A fala desta trabalhadora é ilustrativa de uma organização político-administrativa que desconsidera as especialidades e comple-

xidades de cada categoria determinada pela política de assistência social a partir de suas legislações definidoras. As demandas de proteção social especial de média complexidade, bem como algumas demandas de alta complexidade, estão sendo tratadas de forma fragmentada, pontual, com caráter de excepcionalidade, na contramão do que propõe a política de assistência social pós-Constituição Federal de 1988. Ainda, ao deslocar para seu objeto de intervenção demandas que não lhe são próprias, reduz as possibilidades de intervenção sobre as demandas de seu âmbito de atuação, precarizando estruturalmente a intervenção no serviço onde está empregada.

Outro aspecto abordado ao falarem sobre seus cotidianos de trabalho, destaca-se na fala das trabalhadoras a atuação em rede, compreendida como a articulação e integração entre instituições e atores sociais em práticas de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes (SILVA e ALBERTO, 2019). Múltiplas falas descrevem a interlocução com outras instituições e serviços,

Conselho Tutelar nos procura, a escola nos procura, às vezes até a Brigada nos procura, então dentro do que a gente pode e conhecendo um pouco da história, a gente começa a direcionar, a gente dá suporte, enfim [...] (Trabalhadora de uma Unidade Básica de Saúde).

A partir desta fala, vê-se que as refrações da desigualdade social que aparecem como demandas para a proteção social de crianças e adolescentes do município são demandas complexas e que perpassam, por vezes, mais de uma área de intervenção, não se restringindo, portanto, às ações e serviços de apenas um setor.

As trabalhadoras participantes da pesquisa reiteradamente destacam a importância de ações conjuntas, que envolvem mais de uma política, instituição ou especialidade, para atender demandas convergentes por meio de reuniões sistemáticas para tratar dos casos em comum:

a gente consegue fazer reuniões para tratar alguns casos, traçar estratégias, tá, esta situação aqui, o que a gente vai fazer, quem faz o que? quando, prazo, traçar um plano, para poder intervir (Trabalhadora do CRAS).

Tais relatos evidenciam uma interlocução entre trabalhadores de diversas instituições sinalizadas como uma das estratégias cotidianas de trabalho para situações pontuais.

Encaminhamentos e reuniões para discussões de casos para tratar de planos de intervenção em casos pontuais são importante estratégias dentre as ações observadas no município em estudo e se referem a uma atuação em rede, mas não somente. Mesmo que com encontros sistemáticos, presentes no cotidiano de trabalho nos diversos setores, as intervenções em rede explicitadas se restringem a ações fragmentadas, de situações já estabelecidas, não sendo mencionado se há outras ações na perspectiva de rede que abordem, por exemplo, a prevenção, a elaboração de estratégias amplas, sistemáticas e de caráter coletivo para atendimento das demandas específicas neste município, como referem Faraj, Siqueira e Arpini (2016, p. 738) “trabalhar em rede implica tanto mudanças na prática dos profissionais envolvidos nos casos de suspeita ou violação de direitos, como também investimentos dos gestores municipais em recursos e capacitações periódicas que visem a esta nova estratégia de trabalho”.

Na proteção social de crianças e adolescentes dentro do Sistema de Garantia de Direitos, destaca-se a importância do planejamento de ações, projetos, propostas que coincidam com as diretivas já instituídas nas diversas legislações protetivas, adequadas à realidade das infâncias e adolescências de determinado território e que envolvem todos os atores sociais, inclusive a comunidade, traçando estratégias a partir de objetivos de impacto coletivo, para as infâncias e adolescências como um todo. Nesta perspectiva a intersectorialidade se constitui como elemento fun-

damental, definida como a “articulação de saberes e experiências para o planejamento, a realização de avaliação de políticas, programas e projetos, cujo fim é alcançar resultados cooperativos em situações complexas” (NASCIMENTO, 2010, p. 101), onde a interlocução entre os diversos agentes de proteção de crianças e adolescentes inclui as ações em caráter de prevenção e estratégias para demandas estruturais e coletivas.

Independentemente do quanto já se encontra instituído e do quanto ainda é necessário avançar em termos de políticas públicas na área das infâncias e adolescências, o trabalho em rede e a intersetorialidade são apontados como estratégias de trabalho necessárias dentro da proteção social para crianças e adolescentes, inclusive como perspectiva de melhoria, como revela esta trabalhadora, “*parece que a gente não tá conseguindo se conectar sabe, a gente precisa estar mais próximo, porque quando a gente conhece mais a realidade de um e de outro a gente consegue ajudar mais também né*” (Trabalhadora na rede estadual de educação) sugerindo o interesse na ampliação da interlocução com os demais setores.

Ao tratar das ações na perspectiva da materialização das medidas de proteção, é imprescindível considerar a realidade dos trabalhadores, das múltiplas instituições e das políticas presentes em determinado território, havendo diversas falas de trabalhadoras sinalizando a necessidade de mais trabalhadores e a necessidade de trabalhadores especializados para atenderem as demandas emergentes na proteção social de crianças e adolescentes no município “*essa demanda como ela é grande, a gente também não quer deixar ninguém sem atender [...] a gente vai tentando acomodar eles*” (Trabalhadora da APAE), muito parecida com a fala desta trabalhadora “*há uma grande demanda de encaminhamentos e poucos profissionais para atender*” (Trabalhadora na rede municipal de educação), preocupação também expressa por esta trabalhadora:

me preocupa um pouco porque ainda os gestores não compreendem muito que a gente precisa ter uma equipe fortalecida [...] porque se eu quero prevenir, eu tenho que ter gente, a gente tem que ter gente para atuar com isso. É gente que cuida de gente né, não adianta querer economizar com gente, economiza com papel, com luz, com água, mas eu falo de uma forma genérica assim né, porque... mas eu me sinto um pouco desolada esse período, porque parece, a gente que está ali né, como se tivesse que dar conta disso tudo, mas existe uma rede ao mesmo tempo né (Trabalhadora do CRAS).

Tais relatos surgem como evidências das consequências advindas da redução do Estado em relação às políticas de proteção social, pois sinalizam que no território deste município há maiores demandas do que a força produtiva destacada para a intervenção, com um enxugamento, pela evidência, ao menos no que se refere ao quadro de trabalhadores nas diversas políticas especializadas. Característica esta que se relaciona com uma racionalidade neoliberal, que incorpora a lógica empresarial com os ideários de competitividade, individualismo e meritocracia, onde os indivíduos são responsabilizados individualmente pelos resultados, positivos e negativos (DARDOT e LAVAL, 2016). A fala das trabalhadoras demandam justamente o inverso, a ampliação das possibilidades da intervenção direta do Estado para atendimento das demandas das políticas sociais, com a ampliação do quadro de trabalhadores como estratégia para garantia de direitos.

### **Considerações finais**

Embora em vigência um Sistema de Garantia de Direitos que estabelece diretrizes para a proteção social de crianças e adolescentes no Brasil, a sua implementação encontra barreiras na própria sociabilidade do modo de produção capitalista, que pri-

vatiza o socialmente produzido gerando uma desigualdade social estrutural. Neste contexto, o projeto societário atualmente em hegemonia de intensificado viés neoliberal não propõe um enfrentamento dos desdobramentos desta desigualdade social em uma perspectiva emancipatória; mas propõe uma redução do Estado, privatização dos serviços e deslocamento do seu eixo de intervenção para instâncias da sociedade civil, deslocando igualmente a sua referência, legitimando intervenções leigas ou doutrinárias para as demandas sociais, que podem ou não, se dar em uma perspectiva de direitos dos usuários dos serviços.

O município investigado insere-se neste contexto, apresenta importantes elementos já instituídos na perspectiva do Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes, e, lacunas a serem supridas. Apresenta um aporte legislativo de acordo com as competências que lhe são atribuídas, regulamentando sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Público, Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, contudo, constata-se uma tendência de redução de seu papel estatal na implementação das medidas protetivas com uma precarização do trabalho com contratações temporárias e redução do quadro de trabalhadores especializados nos serviços que atuam diretamente na proteção social de crianças e adolescentes, associada a uma tendência de ampliação das ações articuladas a partir de serviços de atenção à criança e ao adolescente por organizações da sociedade civil.

Tanto a tendência de precarização do trabalho, como a de redução da intervenção direta do Estado em detrimento de organizações da sociedade civil, aspectos neoliberais, afetam diretamente os usuários das políticas públicas, uma vez que os trabalhadores estáveis tendem a ter maior autonomia técnica na execução de suas atividades, além de poder planejar o trabalho considerando uma execução que inclui perspectivas em médio e longo prazo;

a contratação temporária, por sua vez, sugere um planejamento das políticas públicas de forma pontual e fragmentada. Neste mesmo sentido é a execução de atividades de proteção social a partir de organizações da sociedade civil, transferindo a atividade de atendimento das crianças e adolescentes para a lógica privada, de responsabilidade dos cidadãos de atenderem a população e a partir dos critérios de livre escolha das próprias organizações, que podem ou não ser técnicos, e podem ou não, incidir sobre o preconizado no Sistema de Garantia de Direitos.

Sob a perspectiva das trabalhadoras, apontam estar encontrando dificuldades de articular ações suficientes para superar as violações de direitos das crianças e dos adolescentes. Dificuldades estas pela redução do número de trabalhadores especializados dentro dos serviços, redundando em excessiva carga de trabalho em razão da demanda, bem como a ausência de políticas públicas suficientes para garantia dos direitos em risco ou já violados. Dentre as ações das trabalhadoras encontra destaque uma interlocução com outras instituições e serviços, sugerindo um trabalho que inclui uma intersetorialidade e uma atuação na perspectiva de rede. Contudo, estas ações se referem ao atendimento e planejamento de intervenções em casos pontuais, não sendo possível identificar articulação de ações em rede e intersetorial em uma perspectiva de planejamento, intervenção e avaliação em nível coletivo, que inclui a prevenção à violação de direitos, outro aspecto importante no Sistema de Garantia de Direitos.

Diante disso evidencia-se uma necessidade de investimento em ações intersetoriais com os diversos atores das políticas públicas de proteção social para crianças e adolescentes, incluindo no debate público as instituições estatais e as instâncias da sociedade civil, com participação da comunidade contribuindo com a perspectiva dos usuários dos serviços. O debate das políticas públicas precisa ir além das ações pontuais e fragmenta-

das, trazendo reflexão, planejamento, propositura e avaliação das políticas com alcance coletivo, que incidam concretamente nas complexas violações de direitos de crianças e adolescentes, emergentes das demandas recorrentes para os trabalhadores nos diversos setores.

Destaca-se, ainda, a necessidade de fortalecimento das possibilidades de trabalho dos trabalhadores inseridos na rede de proteção social para crianças e adolescentes, com uma responsabilização do Estado sobre a implementação das políticas públicas e uma ampliação de suas possibilidades interventivas nas políticas setoriais, com investimento não só em projetos e programas, mas em trabalhadores especializados e com vínculos de trabalho fortalecidos.

## Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 109, pp. 179-199, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 2021.
- CASTRO, J. N. **Direito Municipal Positivo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2010.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M. Rede de Proteção: O Olhar de Profissionais do Sistema de Garantia de Direitos. **Trends In Psychology/Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, pp. 727-741, 2016.
- MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2019.
- MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, 2011.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 101, pp. 95-120, 2010.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.
- PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, pp. 649-673, 2010.

RIZZINI, I. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZOTTI, M. L. A. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): a proposição de garantir atenção à situação de risco e vulnerabilidade. In: MENDES, J. M. R.; PRATES; J. C.; AGUINSKY, B. G. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. Pp. 245-269.

SILVA, A. C. S.; ALBERTO, M. F. P. Fios soltos da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 39, pp. 1-13, 2019.

SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004- Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

UNICEF. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org>.



# A MULHER DO FIM DO MUNDO: DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA QUE PERMEIAM O SER MULHER

Míriam Thais Guterres Dias  
Juliana Paulazzi Cavalli  
Cristiane Schossler Garcia Nunes  
Pâmela da Silva Braz

## Introdução

Este texto pretende situar e refletir sobre variadas formas que expressam a violência que permeia a vida de mulheres brasileiras, resultantes do estigma e discriminação de uma sociedade capitalista, patriarcal, racista e com um Estado ultraliberal, com políticas sociais aquém da capacidade de proteção social. Elza Soares inspirou a frase título do texto: A mulher do fim do mundo: diferentes formas de violência que permeiam o ser mulher!

Mestrandas do Programa de Pós-graduação se debruçaram sobre esta realidade, provocadas pelas experiências do trabalho como Assistentes Sociais em serviços de saúde, aproximando-se de vivências de mulheres como cuidadora de usuários de drogas, mulheres em sofrimento psíquico e conseqüente direito à maternagem ameaçado, e mulheres vítimas da violência de gênero. A pesquisa contribui no conhecimento da realidade e subsidia modos de enfrentamento e de formulação de políticas sociais dignas, e é um propósito deste Programa de Mestrado (CARLOS, DIAS e LEWGOY, 2020).

Estes estudos em curso se realizam em época muito particular, da qual se pode anunciar como relevantes e impactantes: “nova etapa do ajuste neoliberal, o ultraneoliberalismo” (CASSIN, 2022);

contexto de pandemia da Covid-19 e acirramento da desigualdade social e novas formas de sociabilidade no mundo do trabalho e na esfera privada e social da vida; agravamento das condições de vida das mulheres, seja pela violência, desemprego, retração de políticas públicas já existentes; agravamento das condições de saúde mental e a remanicomialização da sua política pública (PASSOS *et Al.*, 2021); avanço das produções sobre gênero, que segundo estudo recente, “a mulher só se torna tema de pesquisa quando ela mesma começar a fazer pesquisas” (ZILBERLEIB, 2022).

Por conseguinte, se apresentará o percurso da análise sobre a esfera de gênero e se problematizará os efeitos das políticas sociais referentes às mulheres brasileiras. As políticas sociais se constituem por seu caráter contraditório, pois “foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública” (IAMAMOTO, 2007, p. 160).

Diante disso, faz-se necessário, apesar do extenso material já descrito sobre violência de gênero e violência doméstica, divulgar e compreender os relatos de exclusão e violência que permeiam a vida das mulheres brasileiras, principalmente no pós-pandemia, período no qual os processos de pauperização e adoecimento mental intensificaram-se.

### **Políticas sociais e pandemia: acirramento da desigualdade social e de gênero**

No livro “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (2002) apontam que o Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade de legitimação da propriedade. Assim, o Estado só existe enquanto esfera da propriedade privada, quando a forma política burguesa faz valer seus interesses enquanto classe dominante. Dessa forma, o Estado tem

o monopólio do poder político e o capitalista tem o monopólio do poder econômico, ou seja, o Estado é um fenômeno especialmente capitalista (MASCARO, 2013).

As contradições presentes nas relações entre Estado e a sociedade capitalistas se tornam explícitas em determinados momentos históricos. A implementação do projeto neoliberal no Brasil nos anos 1990, ocorre no contexto de lutas contra a ditadura e a instalação de um novo patamar civilizatório para o país, com a conquista dos direitos sociais através da Constituição Federal de 1988. E este movimento de contrarreforma acelerou o processo de desmonte do Estado (BEHRING, 2003), redundando na ruptura dos compromissos constitucionais assumidos para a efetivação da proteção social no Brasil. Quando os “movimentos e seu protagonismo foram invadidos pela expansão dos interesses privados do mercado, agravando a desigualdade social e encolhendo as perspectivas de uma ordem social moderna” (PAOLI, 2007, p. 222).

O avanço do Estado neoliberal produziu uma realidade de desproteção social no país, uma vez que a política social contemporânea foca no “‘mérito’, medido pelo poder de consumo do beneficiário e contraposto à justiça social” (PEREIRA, 2013, p. 21). E as mulheres são um segmento social, notadamente as das classes que vivem o impacto das desigualdades sociais e em particular as mulheres negras, as mais afetadas pela desproteção social. Esta fragilidade do direito social torna as políticas sociais focalizadas e seletivas, com “requisitos de ‘inclusão social’ constituídos sob pressupostos liberais que a cada nova crise do capital parece manter mais fortalecidos os mecanismos políticos e ideológicos de controle das mulheres” (BARRETO, 2020, p. 313).

Importa destacar que o ano de 2016 foi um marco no avanço da redução do Estado e na aniquilação das políticas sociais inscritas no escopo da proteção social brasileira (BEHRING e BOSCHETTI, 2011), ano este também marcado por um golpe

de Estado que retirou a primeira presidenta mulher do Brasil de seu cargo político. Com o governo de Temer foram introduzidas as matrizes do programa ultraneoliberal, que foi aprofundado por seu sucessor, com uma “agenda de ofensivas ao trabalho, às políticas sociais e ao meio ambiente que conformaram a nova etapa do ajuste neoliberal, o ultraneoliberalismo” (CASSIN, 2022, p. 18). E a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal ao limitar o crescimento dos gastos públicos por vinte anos.

A segunda década do Século XXI foi inaugurada com uma pandemia mundial histórica, instaurando tempos de drásticos e intensos desafios. A pandemia do Covid-19 atingiu os países de forma diversa e o Brasil passou a estar entre aqueles com maior número de pessoas contaminadas e mortas devido à doença. Durante os quase três anos de emergência de saúde pública, milhões de brasileiros/as foram afetados/as pelas consequências da pandemia de Covid-19.

As mulheres, principalmente as mulheres negras, afetadas pelas consequências da pandemia tanto pela doença como pelo não atendimento de necessidades básicas, passam por um processo de pauperização ainda mais intenso. Este é fruto de uma ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, capitaneada por um governo ultraneoliberal e neofascista, que se omitiu de tomar medidas efetivas, seja no âmbito da saúde, seja no âmbito da assistência social, para amenizar as consequências da pandemia ou, minimamente, satisfazer as necessidades de sobrevivência do povo brasileiro (MUSTAFA, 2020; REDON e CAMPOS, 2021; PEREIRA e PEREIRA, 2021).

Pois o governo Bolsonaro tratou a “questão de saúde pública associada não apenas ao negacionismo científico, mas aos compromissos com o grande capital, especificamente na sua fração financeira” (NOGUEIRA, 2022, p. 16). Outra dificuldade ocor-

rida foi na forma conturbada de gestão da saúde durante a pandemia, apontada por Fleury (2020): a municipalização da saúde acentuou a fragmentação e desigualdades na relação interfederativa, tornando a rede de Estados e Municípios ainda mais dependentes dos recursos advindos da União.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE (2023), divulgados em março de 2023, revelam que a taxa de desemprego entre as mulheres ficou em 10,8%, enquanto entre os homens o índice foi de 7,2%. No último trimestre de 2022, o índice de desocupação das mulheres era de 9,8% enquanto o dos homens era de 6,5%. No recorte por cor ou raça, o IBGE verificou que a taxa de desocupação, no primeiro trimestre deste ano, era de 11,3% entre os que se autodeclaravam pretos, 10,1% entre os pardos e 6,8% entre os brancos. Assim, a taxa de desocupação no primeiro trimestre deste ano, 2023, foi maior entre as mulheres, pretos e pardos.

Estes dados refletem o fato de que as políticas sociais no Brasil estão passando por grave retrocesso, com o desmonte das políticas públicas e a desregulamentação dos direitos sociais (VIANA e SILVA, 2018). Contudo, o capitalismo não tem interesse em eliminar as políticas sociais, mas sim provocar um avanço na direção de reduzir os padrões universalistas instituídos na proteção social brasileira em 1988 (BURGINSKI, 2018).

Ao longo dos séculos no Brasil, as políticas sociais alteraram-se para, além de mitigar os processos de exclusão promovidos pela estrutura social patriarcal-capitalista-racista, responder aos anseios das lutas e demandas da sociedade civil, dentre as quais o feminismo e movimentos de luta de mulheres (PACHECO e DIAS, 2023). O Quadro 1 apresenta um panorama, com certeza incompleto, de eventos de lutas e conquistas do movimento feminista brasileiro, bem como retrocessos resultantes dos desmonte das políticas públicas.

## Quadro 1 – Linha do tempo das lutas, conquistas e retrocessos das mulheres brasileiras.

1827	Em 15 de outubro foi promulgada a Lei Geral que autorizava as mulheres a ingressarem em escolas e estudarem além da escola primária.
1879	As mulheres conquistaram o direito ao acesso ao ensino superior.
1916	Código Civil dava às mulheres casadas o status de “incapazes”. Elas só podiam assinar contratos ou trabalhar fora de casa se tivessem a autorização expressa do marido.
1932	Código Eleitoral garantiu o direito de voto às mulheres. Conquista do movimento feminista sufragista brasileiro em sintonia com o das sufragistas britânicas e norte-americanas o início do século XX.
1934	Constituição Federal proibiu o trabalho insalubre para mulheres e menores de 18 anos.
1945	Carta das Nações Unidas reconheceu internacionalmente a igualdade de direitos entre homens e mulheres.
1962	Lei nº 4.212 estabeleceu que mulheres casadas não precisassem de autorização do cônjuge para trabalhar, tendo também o direito à herança e à guarda dos filhos em caso de separação.
1962	Contraceptivo oral - pílula anticoncepcional - chegou ao Brasil, ocasionando drásticas mudanças nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.
1964	Golpe Militar - censura e violência impostas pelo regime militar coibiram as ações do movimento feminista no Brasil à época. Mulheres que se opunham à ditadura foram perseguidas, presas e mortas.
1975	Conferência mundial sobre a condição jurídica e social da mulher, na Cidade do México - Organização das Nações Unidas.
1977	Lei nº 6.515, direito ao divórcio, separação de bens e dissolução do vínculo matrimonial.
1979	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher - Assembleia Geral Das Nações Unidas. Ratificada pelo Brasil em 01.02.1984
1983	Criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher em SP.

1984	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), baseando sua assistência nos princípios da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher.
1985	Lei nº 7.353 cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
1985	Primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher na cidade de São Paulo.
1986	Criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no RS
1986	Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes <sup>1</sup>
1988	Constituição Federal instaura no artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, e no inciso I, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações
1994	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) - Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.
1995	Conferência Mundial de Pequim - a igualdade de gênero como tema central da agenda de políticas públicas.
1996	Congresso Nacional aprovou o sistema de cotas na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais.
2003	Criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
2004	1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
2006	Lei nº 11.340 - Lei Maria da Penha, resolução mais expressiva no combate à violência doméstica contra a mulher
2007	2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
2011	3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
2015	Lei nº 13.104 - Lei do Feminicídio, que tipifica o crime de assassinar mulheres.
2015	Criação do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, extinto em 2016

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituinte-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituinte-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf)

2016	4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
2018	Lei nº 13.718 - importunação sexual passou a ser considerada crime - anteriormente era apenas contravenção.
2019	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
2023	Ministério da Mulher
2021	Supremo Tribunal Federal derruba uso de tese de legítima defesa da honra para crimes de feminicídio, pois a Corte entendeu que a tese contribui para a desigualdade de gênero e a perpetuação da cultura de violência contra a mulher <sup>2</sup> .

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se na linha do tempo que significativas lutas foram realizadas pelos movimentos feministas, e conquistas relevantes ocorreram no campo das políticas sociais, mas que perdem força devido ao movimento de austeridade fiscal, que está “implodindo a estrutura de recursos vinculados às políticas sociais definida na Constituição Federal de 1988 (SALVADOR, 2020, p. 1).

Em estudo realizado pelo IPEA, as pesquisadoras Mello e Marques (2019) propuseram uma tipologia de gênero da atuação estatal a partir da ótica da presença feminina na elaboração e implementação de políticas públicas. São elas: “visão reprodutiva (mulheres como mães/cuidadoras); produtiva (mulheres enquanto mão de obra de trabalho remunerado); reativa (inclusão posterior das mulheres no planejamento da política); e inclusiva (mulheres enquanto público-alvo prioritário)” (MELLO e MARQUES, 2019, p. 378).

Esta tipologia de gênero se relaciona com os eventos citados no Quadro 1, quando se constata as várias visões e ações das políticas sociais sobre as mulheres no país. Em outra produção do IPEA, as autoras Tokarski *et Al* (2023, p. 341) concluem que as políticas para mulheres perderam “força no período de 2015-

<sup>2</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503655&ori=1#:~:text=Em%20mar%C3%A7o%20de%202021%2C%20o,e%20da%20igualdade%20de%20g%C3%AAnero>.

2018”, quando “houve tanto uma interrupção de políticas para as mulheres, como também um processo de desmonte, seguido do seu abandono”. E a partir de 2019, com a estrutura do novo Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos “[...] conformando um novo momento nomeado deslegitimação da agenda e desmonte das políticas para as mulheres (TOKARSKI *et Al*, 2023, p. 321).

### **Gênero, violência, saúde mental: seguem os sofrimentos e as demandas por políticas sociais**

A sociedade capitalista, patriarcal e racista é a sociedade conhecida desde a época do capitalismo mercantil (FEDERICI, 2017, p. 37), pois “o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e sexismo”. Para se conceituar gênero parte-se de relações socialmente construídas e permeadas de contradições.

Para Scott (1990, p. 88), “o gênero é a primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Saffioti (1987) contribui com o significado de patriarcado, que entre outras características, refere-se às relações sociais onde há dominação dos homens sobre todas as dimensões da vida das mulheres (produção; reprodução; sexualidade; socialização dos imaturos), e é uma estrutura de poder que se perpetua com base na ideologia e na violência. Portanto, a violência de gênero é a “que resulta das diferenças sociais e culturais entre homens e mulheres, em que ocorre a preponderância e supremacia do poder masculino sobre o feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 79).

Os autores Costa e Rafael (2021, p. 90) afirmam que no Brasil o patriarcado e o racismo são componentes estruturais da questão social, pois suas expressões de desigualdades sociais “são estruturadas por relações de gênero/sexo e raça/etnia, ou seja,

existem condições de vida e trabalho desiguais e hierárquicas quando consideramos homens e mulheres, brancos e negros”. O contexto de formação social e política do Brasil é forjado pela “monocultura, latifúndio e escravidão, são constitutivos da base material do Estado de classes que hegemonicamente reproduzem as velhas relações patriarcais e repressoras” (SILVA, SANTOS e SANTOS, 2020, p. 91).

Com isso, o ideário associado à família tradicional burguesa trata de assegurar e difundir as características associadas – e esperadas – aos papéis de gênero. Ou seja, o comportamento esperado do marido, da esposa e seus filhos. O texto produzido pela ABEPSS (2021, p. 12), discute essas convicções, nas quais a “naturalização do papel das mulheres nas relações familiares como gestoras dos cuidados e do trabalho doméstico” calcada na divisão sexual do trabalho.

Assim, a reprodução do cuidado, seja com o sujeito, seja com o material, permaneceu como aspecto central dos papéis atribuídos à mulher. Essa condição precisou ser conciliada às atividades domésticas já exercidas pelas mulheres, culminando então em duplas ou triplas jornadas de trabalho. Em vista disso, se por um lado o ingresso no espaço produtivo de forma remunerada foi uma conquista para as mulheres, por outro permitiu que o capitalismo ampliasse ainda mais a exploração de sua força de trabalho (NASCIMENTO, 2016).

As relações de gênero são de suma importância, mas não podem ser a única categoria explicativa quando se trata do fenômeno da violência, pois é preciso se considerar a opressão de raça e classe, dado que “não há de um lado dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração” (SAFFIOTI, 2015, p. 138). Para Passos (2021) o racismo está em desacordo com determinadas formas de existir, reduzindo os valores culturais através

da retirada do poder econômico e da humilhação subjetiva. A partir desta perspectiva, o racismo e a violência sobre os corpos, em destaque aqui – o da mulher, está diretamente relacionada com a manutenção da lógica imposta pela hegemonia do capital.

A violência compõe a estrutura da sociedade brasileira, pois está presente nos processos históricos e econômicos de seu desenvolvimento. E esta sociedade tem como autoimagem o “mito da cordialidade como um componente ideológico” (IASI, 2014, p. 171). Mas a violência não se reduz à ausência de agressão física, mas também decorre da “intimidação, da coerção e da pressão de pessoas, grupos econômicos, políticos e de classes, que nem sempre se revela de forma explícita e visível” (ASSUMPÇÃO e BAIERL, 2020, p. 118).

E por isto são alarmantes a existência, a permanência e o aumento constante da violência de gênero no Brasil, realidade que nega qualquer condição de vida digna e respeitada: taxa de homicídios de mulheres no Brasil aumentou 31,46% no período de 1980 a 2019, passando de 4,40 (1980-1984) para 6,09 (2015-2019) a cada 100 mil mulheres (FIOCRUZ, 2023). Concorda-se com Medeiros (2005), que a violência doméstica também é uma pandemia que acompanha o desenvolvimento histórico da humanidade, visto que atinge de forma avassaladora a vida de milhares de mulheres que estão nesta situação.

Como resultado de lutas das mulheres no país, em 2006, foi aprovada a Lei Maria da Penha, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, que até então não dispunha de legislação específica para sua prevenção ou punição. Esta legislação foi considerada pelos movimentos uma conquista relevante para o enfrentamento da violência contra a mulher (PACHECO e DIAS, 2023). Contudo, as pesquisadoras Campos e Gianezini (2019, p. 270) constataram a ocorrência de obstaculizações na aplicação da Lei por “resistências institucionais e teóri-

cas originadas no sistema de justiça”, precisando ser efetivamente incorporada no sistema judiciário a “perspectiva de gênero, por meio do acolhimento dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos (CAMPOS e GIANEZINI, 2019, p. 285).

Em 2015 foi aprovada a Lei do Feminicídio, que tipifica o crime de assassinato que envolve violência doméstica e familiar ou discriminação de gênero, incluindo o feminicídio no rol de crimes hediondos. Isto porque o Código Penal brasileiro vigente é o de 1940, Decreto-Lei 2.848, e no seu artigo 65, que trata sobre as circunstâncias que sempre atenuam a pena, o inciso III indica que uma das situações é quando o crime foi “cometido por motivo de relevante valor social ou moral”. Ou seja, historicamente os homens tinham a autorização do Estado para assassinar mulheres.

Esta realidade que as mulheres vivem no Brasil, com variadas formas de exploração, opressão, desigualdade e violência atingem e prejudicam severamente a saúde física e mental das mulheres. Em consequência da crise sanitária e consequente necessidade de uso de medidas de isolamento social e as restrições para a realização de atividades econômicas e sociais, “foram produzidas a ruptura e a descontinuidade radical das práticas de sociabilidade e dos laços intersubjetivos em todo o mundo” (BIRMAN, 2021, p.12).

Os autores Matos e Albuquerque (2023) apresentam estudo realizado sobre a saúde mental durante a pandemia, quando foi constatado que as maiores taxas de ansiedade, depressão, esgotamento, medo do futuro e perda da autoconfiança estão entre as mulheres, contando com pouca ajuda de outras pessoas para a realização de suas atividades e para cuidar de si própria. No Brasil, 49% das mulheres e 33% dos homens sofrem de ansiedade; 33% das mulheres e 19% dos homens possuem dificuldades para dormir; 14% de mulheres e 7% dos homens apresentam sintomas de depressão.

Estudos anteriores à pandemia já demonstravam que as mulheres, em comparação aos homens, estão mais propensas ao de-

envolvimento de transtornos depressivos, ansiosos e síndromes relacionadas ao estresse, em decorrência de inúmeros fatores, como: violência de gênero; desemprego e baixa renda; quando empregadas, elevada carga laboral associada à menores salários; sobrecarga relacionada ao cuidado com filhos e/ou familiares, entre outros (ZANELLO, 2014).

No contexto da Reforma Sanitária, da Constituição de 1988, da criação do SUS e do Movimento da Luta Antimanicomial, a política social da saúde mental no Brasil atingiu um patamar civilizatório de defesa dos direitos humanos de todos/as, sem discriminação e segregação, direcionando o modo de atenção para o psicossocial, visando superar o modo asilar, hospitalocêntrico e manicomial (DIAS, 2015). Esta é uma luta permanente, pois estudos recentes verificaram “o impacto do retrocesso no campo da saúde mental com a implantação de medidas que fomentam o retorno do modelo hospitalocêntrico, excludente e medicalizador” (OLIVEIRA *et Al.*, 2022, p. 1).

No campo da saúde mental se destaca o uso problemático de drogas, fenômeno que é discutido mundialmente entre as mais diversas áreas do conhecimento. O uso de substâncias psicoativas é um fenômeno antigo, com uso para a realização de diversas atividades do seu cotidiano, sejam elas terapêuticas, sociais, caráter religioso, interação social, estética e busca de prazer, situações essas sempre ligadas às necessidades humanas (BRITES, 2017). Esta constatação não desconsidera que alguns padrões e modos de consumo produzem adoecimentos que afetam as condições de vida das pessoas e provocam o preconceito social.

No caso das mulheres que fazem uso de psicoativos, estas lidam com as consequências de romper com o estereótipo da feminilidade associado à passividade, ao cuidado doméstico e ao recato, vivenciando uma condenação de base moral – e por vezes também legal – interseccionada com questões de gênero, raça/etnia, classe social e

adoecimento mental (SHARMA, 2017). O Relatório Mundial sobre Drogas 2022 do UNODC, informa que as mulheres são a minoria entre os usuários de drogas em todo o mundo, contudo, há uma tendência de haver aumento no consumo de drogas e rapidamente alcançarem os homens em relação aos transtornos associados ao uso de drogas. Em 2022, cerca de 45-49% dos usuários de anfetaminas e dos usuários não medicinais de estimulantes farmacêuticos, opioides farmacêuticos, sedativos e tranquilizantes eram mulheres.

Quando se examina a situação das pessoas em uso prejudicial de drogas e em situação de rua, ou desempregadas, ou requerendo cuidados de saúde, constata-se a presença da violência estrutural, pois aqueles que “não se submetem ao Estado e a ordem que ele representa, você não é uma pessoa, é uma entidade mística e nebulosa, um bárbaro, um vândalo, um criminoso” (IASI, 2014, p. 181). Pois como o autor refere, o Estado moderno reconhece um indivíduo como pessoa somente quando ele é submetido a esta sociedade política.

Esta análise tem relação com o fenômeno do encarceramento feminino em massa (BORGES, 2018) no Brasil e no mundo. O instituto WOLA (2016) aponta que é urgente o reconhecimento de que as atuais políticas de drogas têm dado lugar a uma excessiva criminalização e encarceramento de mulheres. Na Argentina, Brasil e Costa Rica, mais de 60% da população carcerária feminina está privada de liberdade por delitos relacionados a drogas.

Em estudo mais recente realizado no Rio Grande do Sul, também foi constatado o exponencial aumento do encarceramento feminino no Brasil nas últimas duas décadas, sobretudo a partir da mudança da Lei de Drogas em 2006, pois os crimes de tráfico de drogas e/ou associação ao tráfico têm maior incidência, sendo o motivo da prisão de 29,26% dos homens e 64,48% das mulheres (FUZINATTO, 2021). Para Pimentel (2016), as características inerentes ao aprisionamento das mulheres unem-se

com as condições insalubres, inseguras e desumanas das prisões no Brasil, o que permite afirmar que o cárcere exerce violência real e simbólica sobre as mulheres.

Quando analisa a saúde mental no recente período pandêmico, Birman (2021) analisa a posição de destaque que o campo da saúde mental atingiu no âmbito da saúde pública mundial. Assinala que desde a crise do neoliberalismo de 2008 se desenvolve um “amplo e vertiginoso processo de precarização das condições de trabalho e de vida das populações” [...] que ocasionou para as “classes sociais e os segmentos sociais mais desfavorecidos nas populações no abismo existencial do desespero e do desalento” (BIRMAN, 2021, p. 23).

### Considerações finais

A elaboração deste estudo foi relevante para a apresentação de um debate realizado por muitos estudiosos e por mestrandas do Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da UFRGS. Ressalta-se que as diferentes formas de violência que permeiam o *ser* mulher configuram-se por relações de dominação que se expressam por meio – e por conta – do patriarcado e, conseqüentemente, pela divisão sexual e racial do trabalho no modo capitalista.

Cabe destacar os processos econômicos e políticos da última década, principalmente durante e pós a pandemia de Covid-19, que culminaram na intensificação do desemprego, da miséria e da condição de desigualdade que atinge mulheres e negros/as, bem como na retração das políticas públicas já existentes, no agravamento das condições de saúde mental e a remanicomialização da sua política pública.

Frente a esse cenário conflituoso, *ser* mulher emerge como uma experiência extremamente complexa, marcada por relações

desiguais e opressoras de classe, raça e gênero, que operam de forma perversa, principalmente quando de frente ao adoecimento mental e uso de psicoativos. Haja visto que as diversas formas de exploração e violência gestadas no seio dessa estrutura cruel atingem e prejudicam severamente a saúde física e mental das mulheres.

Desse modo, apesar do extenso material já descrito sobre violência de gênero ainda se fazem necessários estudos de deciframento desta realidade, de modo a se intensificar a sua análise e subsidiar resistências aos modos particulares da vida das mulheres. Portanto, torna-se imprescindível retratar esse processo histórico-dialético de violência, disputas e contradições que ocorrem no Brasil, tendo em vista que os processos criticados no *agora* possuem uma herança associada ao desenvolvimento das políticas sociais em sua gênese, por tratar-se de um campo permeado por conflitos. Assim, se faz necessário o *ir e vir* de um objeto de estudo e investigação permanente, para fortalecer a permanente pauta de luta das mulheres.

## Referências

ABEPSS. **Nota Técnica: Família e Políticas Públicas: O acúmulo da pesquisa no Serviço Social**. Brasília: ABEPSS 2021. 29 p.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; BAIERL, L. F. Reflexões sobre a violência na sociedade brasileira em tempos da covid-19. In: CARVALHO, D.B.B.; *Et Al.* (Orgs.). **Pesquisa em Serviço Social e temas contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020. Pp. 113-123.

BARRETO, L. Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas. **Katálysis**, v. 23, n. 2, pp. 309-316, 2020.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BIRMAN, J. **O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRITES, C. M. **Psicoativos (drogas) e serviço social: uma crítica ao proibicionismo**. São Paulo: Cortez, 2017.

BURGINSKI, V. M. Neokeynesianismo e neodesenvolvimentismo: expressões ideológicas do Estado neoliberal. **Katálysis**, v. 21, n. 2, pp. 406-415, 2018.

CASSIN, M. P. S. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil de 2016. **Temporalis**, n. 43, pp. 17-33, 2022.

CAMPOS, C. H.; GIANEZINI, K. Lei Maria da Penha: do protagonismo feminista às resistências jurídicas. **Revista Juris Poiesis**, v. 22, n. 29, pp. 270-288, 2019.

CARLOS, S. A.; DIAS, M. T. G.; LEWGOY, A. M. B. Produções de um jovem Programa de Pós-Graduação: Política Social e Serviço Social. In: CARVALHO, D. B. B.; *Et Al.* (Orgs.). **Pesquisa em Serviço Social e temas contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020. Pp. 167-177.

COSTA, R. G.; RAFAEL, J. C. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. **Temporalis**, n. 42, pp. 77-93, 2021.

DIAS, M. T. G. Saúde mental no Rio Grande do Sul: marcos de mudança e desafios. In: MARTINI, S. R. (Org.). **Saúde, Direito e Transformação Social: um estudo sobre o direito à saúde no Rio Grande do Sul**. [Volume 2]. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. Pp. 129-140.

FEDERICI, S. **Calibá e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FIOCRUZ. **Homicídios de mulheres no Brasil aumentam 31,46% em quase quatro décadas**. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas20/03/2023>

FLEURY, S. **Pandemia, contradições e inovações no federalismo brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1179>

FUZINATTO, A. M. **Mulheres, drogas e prisões: intersecções presentes no sistema prisional feminino da região metropolitana de Porto Alegre/RS**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, M. Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. Posfácio. In: ZIZEK, S. **Violência**. São Paulo: Boitempo, 2014. Pp. 171-189.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS – IBGE. **Desemprego é maior entre mulheres e negros**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge>

- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: WMF, 2002.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATOS, R. A.; ALBUQUERQUE, C. S. “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia. **Katálysis**, v. 26, n. 1, pp. 43-53, 2023.
- MEDEIROS, M. C. Unidos contra a violência. In: BRASIL. **Marcadas a Ferro: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Pp. 100-103.
- MELLO, J.; MARQUES, D. Dos estereótipos à cidadania: sobre mulheres, estado e políticas públicas. In: PIRES, R.R.C. (Org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Pp. 375 - 401.
- MUSTAFA, P. S. A pandemia da COVID-19 no Brasil: uma análise de seus impactos socioeconômicos e das (des)medidas no seu enfrentamento. **Textos & Contextos**, v. 21, n. 1, pp. 1-12, 2022.
- NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. esp., pp. 339-346, 2016.
- NOGUEIRA, K. W. A. S. Pandemia no capitalismo dependente: apontamentos sobre a COVID-19 no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 21, n. 1, pp. 1-19, 2022.
- OLIVEIRA, E. S. Impactos da nova política de saúde mental brasileira sobre o cuidado psicossocial: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, e590111335890, 2022.
- PACHECO, E. M.; DIAS, M. T. G. A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 146, pp. 263-283, 2023.
- PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. Pp. 221-256.

PASSOS, R. G.; GOMES, T. M. S.; FARIAS, J. S.; ARAÚJO, G. C. L. A (re)manicomialização da política de saúde mental em tempos bolsonaristas: a volta do eletrochoque e das internações psiquiátricas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 13, n. 37, pp. 42-64, 2021.

PASSOS, R. G. “O lixo vai falar, e numa boa!”. **Katálysis**, v. 24, n. 2, pp. 301-309, 2021.

PEREIRA, P. A. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. (Orgs.). **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. Pp. 15-26.

PEREIRA, C. P.; PEREIRA, P. A. Cobiça capitalista, pandemia e o futuro da política social. **Argumentum**, v. 13, n. 1, pp. 40-52, 2021.

PIMENTEL, E. As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da UFPEL**, v. 2, n. 2, pp. 169-178, 2016.

REDON, S. A.; CAMPOS, E. C. S. Pandemia, crise do capital e o aprofundamento da pobreza da classe trabalhadora. **Temporalis**, n. 41, pp. 256-269, 2021.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 19, n. 2, pp. 1-15, 2020.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, pp. 71-99, 1990.

SILVA, N. F.; SANTOS, R. M.; SANTOS, V. C. Serviço social e políticas sociais para as mulheres em Sergipe: elementos para o debate. In: CARVALHO, D. B. B.; *Et Al.* (Orgs.). **Pesquisa em Serviço Social e temas contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020. Pp. 89-100.

SHARMA, V.; *Et Al.* Women and substance use: a qualitative study on sexual and reproductive health of women who use drugs in Delhi, India. **BMJ Open**, v. 7, n. 11, pp. 1-11, 2017.

TOKARSKI, C. P.; MATIAS, K. A.; PINHEIRO, L. S.; CORREA, R. M. S. De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des) institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. In: GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (Orgs.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. Pp. 321-356.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **World Drug Report**, United Nations Publication. 2022.

VIANA, A. L. Á.; SILVA, H. P. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, pp. 2107-2117, 2018.

WASHINGTON OFFICE ON LATIN AMERICA – WOLA. **Mulheres, políticas de drogas e encarceramento**. 2016. Disponível em: <https://www.oas.org/en/cim/docs/WomenDrugsIncarceration-PO.pdf>.

ZANELLO, V. A saúde mental sob o viés do gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. (Org.). **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Appris, 2014. Pp. 41-58.

ZILBERLEIB, B. **A mulher como problema de pesquisa em História: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001)**. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: USP, 2022.



# RACISMO É PROBLEMA TEU!

Valdete Souto Severo  
Carla Rejane Goulart Bandeira  
Valquiria Quintanilha Fortunato

## Introdução

O racismo é um problema atual, pois ainda temos práticas escravistas. Embora seja extremamente significativo o avanço nas últimas décadas, no sentido de dar visibilidade ao tema e às autoras e autores que sobre ele escrevem, fato é que a denúncia de Lélia González acerca dos efeitos do mito da democracia racial segue atual.

Neste texto, queremos problematizar o tema, desde a perspectiva de um discurso, segundo o qual o racismo e sua discussão acadêmica são compreendidos como um problema das pessoas negras. A(o)s intelectuais negra(o)s são chamadas a escrever e falar sobre o racismo, mas não encontram o mesmo acolhimento quando outras questões são debatidas. Tampouco, pessoas brancas que transitam na academia têm se ocupado da questão do racismo ou reconhecido sua abrangência, para além dos efeitos sobre os corpos negros.

As pessoas que se consideram pertencentes ao grupo de brancos agem como se o racismo fosse: a) uma questão individual (e não estrutural); b) um problema de pessoas pretas; c) algo que afeta os outros, mas não a sua própria vida. Daí porque uma pesquisa realizada em 2020, sobre a qual faremos referência neste texto, aponta um número significativo de pessoas que reconhece a existência do racismo no Brasil, mas nega a sua prática.

A partir da constatação dessa realidade, procuraremos mostrar como a academia vem compreendendo essa realidade, a partir da construção de categorias epistêmicas que buscam o enfrentamento da estrutura social que reproduz o racismo. Trabalharemos com as categorias do racismo estrutural; do pacto da branquitude e dos dispositivos de racialidade, criadas por autoras brasileiras que estudam o tema, para com elas compor o argumento de que o racismo é um problema de todas as pessoas, que afeta a todas as pessoas e compromete a possibilidade de convivência saudável.

### **Racismo como estrutura social**

Há muito tempo, a população negra vem lutando para conquistar de fato seu espaço na sociedade brasileira. Foram 353 anos desde a invasão portuguesa até a lei que aboliu formalmente a escravidão, sem que fossem implementadas políticas públicas de inclusão social. Assim, por muito tempo a população negra não teve reconhecida a sua condição de sujeito de direitos. Foi preciso muita luta do movimento negro para hoje termos alguns avanços, mas ainda, há discriminação.

Cabe lembrar que um dia depois da abolição, a população negra brasileira se encontrava desempregada, sem moradia e sem direitos sociais. O conceito de racismo no Brasil está intimamente ligado a essa história. Algumas autoras e autores dividem o termo, especificando tipos diferentes de racismo, como o individual, estrutural, institucional etc.

Para Dennis de Oliveira (2021, p. 68) parte-se do pressuposto de que o racismo como conhecemos hoje é produto de uma tipologia de classificação racial consolidada principalmente no Século XVI, como instrumento do projeto eurocentrista. A partir desse projeto, foi construído um conjunto de práticas concretas que atingem diretamente as pessoas negras.

No livro de Flávia Rios e Márcia Lima sobre Lélia González, as autoras escrevem que: “o racismo – enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas – passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses” (RIOS e LIMA, 2020, p. 34). Esses interesses deixam de fora da formação da sociedade a maioria da população brasileira. Para termos uma ideia do que isso significa, hoje 56,1% da população se autodeclara preta. Segundo Silvio Almeida (2018, p. 25):

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam.

Para a população preta em um país racializado, esses privilégios não aparecem. Pelo contrário, pois, as desigualdades sociais têm cor. Como afirma Dennis de Oliveira (2021, p. 28):

O racismo não é um problema de formação nem de comportamento. O racismo deve ser visto como questão estrutural [...]. Está na estrutura da nossa sociedade e foi se constituindo na exclusão da população negra, com o apagamento da sua história.

No mesmo sentido, insistem Flávia Rios e Márcia Lima (2020, p. 35), em obra sobre Lélia González:

[...] o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo,

ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social [...].

Para o tema deste texto, importa o reconhecimento da estruturalidade do racismo, pois apenas compreendendo isso conseguimos alterar nosso olhar, fugindo de concepções que façam das atitudes racistas decorrências de características pessoais ou de problemas subjetivos. Como refere Sueli Carneiro (2005), mobilizando a categoria dos dispositivos de poder de Michel Foucault, existem dispositivos de racialidade que naturalizam quais são os corpos que podem ou não ocupar as estruturas de poder, quais são os corpos “matáveis”.

No campo da construção do saber, o resultado dessa estrutura escravista é o que a mesma autora irá denominar “epistemicídio”, utilizando uma expressão que já havia sido referida por Boaventura de Souza Santos. Segundo ela: “o contrato racial que a destinação do Outro encerra, e o modelo racial de sociedade que ele projeta” gera uma “integração subordinada minoritária e/ou a profecia autorrealizadora da ideologia do racismo” (CARNEIRO, 2005, p. 97). A desconsideração da produção acadêmica, dos discursos e mesmo dos corpos das pessoas negras; a desqualificação das religiões de matriz africana; a ausência de referência sobre a sociabilidade indígena e africana são exemplos disso. Todas essas estratégias de racismo estrutural acabam invisibilizando epistemes contra-hegemônicas.

Como refere Dennis de Oliveira (2021, p. 66-67), “não se trata apenas de uma outra dimensão da percepção do racismo”, mas de perceber que nada disso poderá ser resolvido da perspectiva individual. O racismo é “produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural”. A estrutura racista se concretiza na prática e vem atravessando nossa cultura ou a cultura negra por séculos. A

todo o momento, temos fatos que mostram a sua manutenção nas práticas cotidianas exercidas pelo “pacto da branquitude”. Ainda segundo Silvio Almeida (2018, p. 15):

O racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea [...].

É essa *manifestação normal* que queremos problematizar, pois precisamos trazer à tona a importância da cultura afro-brasileira e mostrar como a população negra ocupa (ou não) os espaços públicos. O fato de que pessoas negras têm conseguido ocupar alguns postos de poder já significa que essa estrutura, ainda que se mantenha racista, está sofrendo fissuras importantes para que seja possível construir uma sociedade diversa. As dificuldades que essas pessoas enfrentam, porém, ainda são significativamente maiores do que aquelas enfrentadas por pessoas brancas.

Uma pesquisa recente mostra que a maioria das pessoas no Brasil reconhece a existência do racismo, mas não se reconhece como alguém racista<sup>1</sup>. Ora, se o racismo é algo patológico ou individual, ninguém irá reconhecer que tem um problema. O problema será sempre do outro. Nesse sentido, atitudes ostensivamente racistas, como a vivida pelo jogador brasileiro Vinícius Júnior no Real Madrid<sup>2</sup>, podem despertar inconformidade, por-

---

1 <https://www.poder360.com.br/brasil/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contr-negros/>.

2 <https://www.cartacapital.com.br/esporte/apos-quase-24-horas-de-silencio-real-madrid-publica-nota-sobre-racismo-contr-vinicius-junior/>.

que a maioria das pessoas verá os torcedores que se manifestaram como o “*outro no qual não me reconheço*”. Ainda assim, essas mesmas pessoas reproduzirão condutas racistas, como temer um homem negro que entra em um ônibus, supondo tratar-se de um assaltante; presumir que a mulher negra no ambiente acadêmico é auxiliar de limpeza e não aluna ou professora, e assim por diante.

Em um vídeo publicado em 2015, em que o influenciador apresenta um conceito de racismo que é individual e subjetivo (“convicção consciente da superioridade de uma etnia sobre outra”), com o qual evidentemente não concordamos, a experiência sociológica é simbólica. Uma menina negra em uma praça sozinha não é abordada, não desperta empatia. Apenas mais de uma hora depois, um homem negro pergunta se ela está sozinha e se precisa de ajuda. Uma menina branca, na mesma situação, desperta imediata simpatia (ela não permanece mais de 1 minuto sem ser abordada)<sup>3</sup>. Vale a pena olhar, porque explicita a naturalização do comportamento em relação a duas crianças em idêntica situação, revelando o exato contrário do que o influenciador refere no início do vídeo.

O racismo não se expressa apenas por uma convicção consciente. Ao contrário, se expressa e se reproduz em razão de uma racionalidade que naturaliza, em todas as instâncias de convívio social, a falsa premissa de que pessoas brancas “merecem” mais respeito, proteção etc. É claro que nada disso se recalca na sociedade sem ampla contribuição acadêmica.

A cultura racista está fundada em teóricos do porte de Hobbes, que defendeu a escravização dos “povos selvagens das Américas”, em obras como *O Leviatã* (HOBBS, 2003, p. 109), e Montesquieu, que fez o mesmo em seu livro *Espírito das Leis*. Ele se referiu às pessoas escravizadas como “pretos dos pés à cabeça”, com “nariz tão achatado que é quase impossível ter pena deles” (MONTESQUIEU, 1979, p. 258 e 268).

---

3 <https://www.youtube.com/watch?v=y3oW1AnL-Q0>.

Aníbal Quijano construirá a hipótese de que a noção de raça não apenas é moderna, não tendo “história conhecida antes da América”, mas também é funcional para justificar a invasão. Segundo ele, “raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados”, “reforçando-se mutuamente” para que a violência da colonização fosse percebida como um processo civilizacional (QUIJANO, 2005, p. 118).

Há uma vasta literatura, inclusive médica, fortemente empenhada em justificar diferenças fisiológicas em razão da cor da pele ou do local de nascimento. Foi o discurso da modernidade, portanto, que “definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (SOUZA, 1983, p. 19-20).

Trata-se de um verdadeiro pacto de silenciamento e de reprodução de práticas que recalcam e atualizam o racismo, como vamos analisar no próximo tópico.

### **Racismo é problema teu! O pacto da branquitude e a dificuldade em compreender nossa inserção na estrutura racista**

Como afirma Lélia, a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias será fundada na reprodução do racismo, que desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade” dos colonizadores pelos colonizados (GONZÁLEZ, 1988). Esse racismo será aberto, quando baseado na separação e na pureza racial, e disfarçado, quando se fundamenta em técnicas de negação, como a mistura de raças e o mito da democracia racial. O racismo por denegação é ainda mais eficiente, porque permite que o discurso da igualdade conviva com a prática racista (GONZÁLEZ, 1988, p. 77), produzindo uma lógica de hierarquia cultural, pela qual se assimila que “a razão é branca, enquanto a emoção é negra”.

Para refletirmos a respeito do racismo estrutural e seus impactos sociais é indispensável refletir sobre branquitude no contexto brasileiro. Esse acordo tácito que Cida Bento (2022) chamará de pacto narcísico da branquitude é uma técnica que afasta o povo negro do seu potencial, reproduzindo estereótipos sobre quem somos, de onde viemos, e o que podemos ou não conquistar.

Cida Bento (2022), explica que este é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, que colaboram para construção social e reprodução do racismo estrutural. Segundo a autora:

Há vários estudiosos que destacam três ondas para delimitar o contexto de estudos sobre branquitude. Intelectuais negros no século XIX e da primeira metade do século XX descreveram e questionaram as estruturas da supremacia branca nos Estados Unidos, constituindo a primeira onda (BENTO, 2022, p. 41).

A fundação histórica dos estudos sobre branquitude é reconhecida a partir das obras de Du Bois, que foi o primeiro afro-americano a receber um título de doutor em Harvard. Ele utilizou a palavra branquitude, em 1935, no livro *Black Reconstruction in the United States*. Como escreve Cida (2022, p. 55), esse autor fez perceber que “a supremacia branca solapou não só a união da classe trabalhadora, mas a própria visão de muitos trabalhadores brancos”. A classe trabalhadora branca se identificou com a elite patronal branca, e não com a classe trabalhadora negra, já que os trabalhadores brancos podiam se apoiar em identidades de “não escravos” e “não negros” (BENTO, 2022, p. 41).

Quando pensamos a realidade brasileira, essa identificação tem ainda um elemento agravante. No Brasil, o branqueamento foi Política de Estado retratada, por exemplo, pelo incentivo para a vinda de trabalhadores europeus para cá, no final do Século XIX. A vinda dessas pessoas reatualizou o discurso racista, segun-

do o qual os europeus eram esforçados e disciplinados, ao contrário dos trabalhadores brasileiros (em especial as pessoas pretas), preguiçosos e desorganizados. Além de incentivar a vinda, houve também estímulo à miscigenação, em realidade já fortemente presente em razão do estupro sistemático das mulheres negras escravizadas por seus patrões.

Como ensina Ynaê Santos (2022), o objetivo declarado dessa política era conseguir, em um intervalo de quatro gerações, que o percentual de negros no país chegasse a zero. Dentro dessa mesma política racista, o Código Penal de 1890 estabelecia a vadiagem e o exercício da capoeira como atividades ilícitas. Embora o Art. 399 daquele Código não relacionasse, de forma explícita, a vadiagem com a população negra e mestiça, o incentivo à vinda de trabalhadores imigrantes e a disseminação do discurso de que eles eram honestos, comportados e esforçados formava o cenário para um encarceramento direcionado (SANTOS, 2022, p. 195).

Cida Bento defende em seu livro *O pacto da branquitude* que a ausência de reconhecimento da estruturalidade do racismo decorre desse pacto, em grande medida inconsciente, que as pessoas brancas mantêm. Analisando as suas experiências de trabalho em diferentes instituições, a autora percebeu similaridade na estrutura e no *modus operandi*, quando o assunto versa sobre relações de raça e gênero (BENTO, 2022). Cida Bento (2022, p. 14), explica que:

As organizações constroem narrativas sobre si próprias sem considerar a pluralidade da população com a qual se relacionam, que utiliza seus serviços e que consome seus produtos. Muitas dizem prezar a diversidade e a equidade, inclusive colocando esses objetivos como parte de seus valores, de sua missão e do seu código de conduta. Mas como essa diversidade e essa equidade se aplicam se a maioria de suas lideranças e de seu quadro de funcionários é composta quase exclusivamente de pessoas brancas?

A forma como os espaços sociais foram construídos, em nosso caso com a completa superposição dos costumes e métodos europeus e a destruição dos saberes locais, determinou a invisibilização da presença e das contribuições dos corpos negros e indígenas. A autora identifica não só um modo de funcionamento homogêneo e uniforme do sistema de valores, mas também um determinado perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco (BENTO, 2022). Neste sentido, Bento (2022, p. 14) refere que este funcionamento social é atravessado por gerações que seguem reproduzindo essas relações de dominação:

Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. E claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais”.

Cida Bento explica que a branquitude não realiza encontros para combinar este pacto, mas é como se assim fosse. As formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas (BENTO, 2022). Construiu-se um pensamento racional a respeito do acesso às oportunidades, a partir do qual se reproduz a ideia do mérito para justificar as desigualdades e os sucessos.

Consolidou-se, a partir disso, um senso comum de que há uma “perspectiva racional” que justifica as desigualdades a partir da ideia de mérito” (BENTO, 2022, p. 19). Como escreve Cida Bento (2022, p. 19), há uma “representação excessiva de pessoas brancas nos lugares mais qualificados”, e o senso comum exaustivamente repetido é de que elas estão lá porque merecem. A “ausência de negras e negros e de outros segmentos deve-se ao

fato de não estarem devidamente preparados” (BENTO, 2022, p. 19), uma falácia que apenas muito recentemente vem sendo enfrentada de forma mais sistemática, especialmente no âmbito acadêmico, pelos intelectuais que tratam do racismo estrutural.

Os processos de construção e legitimação da hierarquia racial e de gênero, nos ambientes de trabalho, faz perceber que a naturalização da supremacia branca nas instituições se dá a partir de um “discurso explícito sobre os brancos na história do país, e, ao mesmo tempo, o silêncio sobre a herança escravocrata concreta ou simbólica, que definia ambientes de trabalho desiguais” (BENTO, 2022, p. 17).

Romper com o silêncio que naturaliza a estrutura social brasileira a partir da hierarquização racial, direcionando a reflexão para os impactos positivos deste sistema para as pessoas brancas que se beneficiam ao se manter no lugar de privilégio passa pela compreensão de que o racismo, sendo estrutural, afeta e é reproduzido por todas as pessoas. Por consequência, é uma questão social que deve a todas interessar.

Como refere Cida Bento (2022, p. 24):

É urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares. Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é trans-

mitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos.

O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo (BENTO, 2022). Desta forma, é necessário falarmos sobre a herança escravista que segue sendo transmitida, determinando lugares de privilégios e condicionando o acesso a direitos sociais. Segue, principalmente, negando possibilidade de vida digna às pessoas, que são 56,1%. Isso, em realidade, determina a ausência de dignidade para todo mundo. Eis o ponto em que queríamos chegar nessas reflexões.

As sociedades chamadas multirraciais são o resultado de um processo violento de colonização, fundado na descartabilidade de certos corpos, a partir de um discurso de “negação da plena humanidade do Outro”. Instaura-se uma hierarquia epistêmica, pela qual não apenas o *Homem* (branco, europeu, heterossexual e com propriedade) passa a ser a referência para a Mulher (seu contrário), como também para as pessoas não-brancas, racializadas, para as quais a condição de não-sujeito se vale de argumentos de uma “razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia” (CARNEIRO, 2005, P. 99). O *não-ser* é construído em sua identidade pelo ser, pelo Sujeito da ordem social e jurídica. Todas as características desse Sujeito moderno (racionalidade, certeza, capacidade para o desenvolvimento, civilidade) será negada aos não-sujeitos racializados. O Outro será uma “coisa que fala” (CARNEIRO, 2005).

O homem negro suportará a dupla condição de *ser que vive do trabalho obrigatório* e de alguém marcado pelo signo da racialização imposta, que faz dele objetivamente inferior, no âmbito do discurso hegemônico. Terá as “noções de hombridade e masculinidade

dos colonizadores brancos impostas sobre ele” (HOOKS, 2019, p. 150). Precisa ser homem em uma realidade, na qual deve comportar-se como coisa. Isso irá interferir na subjetividade e na circulação de afetos entre as pessoas negras, pois como aponta bell hooks (2019, p. 150), “muitas mulheres negras que haviam suportado a dominação patriarcal supremacista branca durante a escravidão não queriam ser dominadas por homens negros depois da alforria”:

Depois que a escravidão acabou, uma tensão enorme e conflitos emergiram entre as mulheres e os homens negros como indivíduos lutando para se autodefinir. Enquanto trabalhavam para criar padrões para a comunidade e para a vida familiar, os papéis de gênero continuavam a ser problemáticos (HOOKS, 2019, p. 149-153).

Ao mesmo tempo, porém, essas mulheres queriam que *seus* homens fossem provedores e protetores, o que sem dúvida alguma aprofunda o sofrimento e a complexidade da sobrevivência psíquica e da possibilidade de identidade e luta comum em uma tal forma de convívio social. Importante pensarmos nos motivos, pelo quais as mulheres negras não podiam contar com seus homens, como provedores ou protetores. No período após a abolição, esses homens se encontravam desempregados e a força de trabalho foi basicamente das mulheres negras com trabalho doméstico, como babás, doceiras, cozinheiras etc.

Enquanto isso, as mulheres brancas também estão em condição de sofrimento, destituídas de seus saberes e confinadas no espaço doméstico. Como “senhoras”, suportaram os abusos físicos e sexuais que seus parceiros exercem sobre seus corpos e sobre os corpos das mulheres indígenas e negras, que para elas trabalham. As interrelações entre diferentes formas de opressão que incidem sobre os diferentes corpos é funcional ao sistema capitalista. Afinal, na centralidade desse sistema está o discurso

da liberdade e da propriedade privada. Todos somos proprietários e livres, embora a propriedade da maioria seja apenas a própria força vital e a liberdade se resume à possibilidade de *venda de si mesmo* (MARX, 2013). Sob a ordem da concorrência, cada pessoa é responsabilizada pelo próprio sucesso ou fracasso, embora já nasça marcada por significantes que a condicionam, como o de ser mulher, pobre, negra, indígena, gay ou qualquer outro marcador arbitrariamente criado para distinguir e discriminar.

As pessoas que não compõem o reduzido grupo dos dominantes, detentores de capital, uma vez transformadas em *proprietárias de si mesmas*, terão de vender sua força de trabalho na maior parte do tempo em que estão acordadas. A transformação de uma pessoa em propriedade de si mesma, a torna reprodutora da ordem que a oprime e muitas vezes até é agente de dominação. O racismo será, portanto, um artifício irresistível para as pessoas brancas. Como refere Judith Butler (BUTLER, 2018, p. 144), agir como “se não fosse vulnerável ao tipo de destruição que causa”, como se “nunca pudesse vir a pertencer a uma população cujo trabalho e cuja vida são precários, que pode, de repente, ser privada de direitos básicos ou do acesso a moradia ou cuidados médicos, e que vive angustiada sem saber se o trabalho vai chegar algum dia” é um modo de se proteger psiquicamente contra o desespero do desamparo que uma sociedade como a nossa causa. Para a autora:

Aqueles que buscam expor outros a uma posição vulnerável - ou a colocá-los em uma -, assim como aqueles que buscam assumir e manter uma posição de invulnerabilidade para si mesmos buscam negar uma vulnerabilidade em virtude da qual estão de modo obstinado, se não insuportável, ligados àqueles que buscam subjugar. Se alguém está ligado a outra pessoa contra a própria vontade, mesmo quando, ou precisamente quando, um contrato é o meio de subjugação, essa ligação pode ser literalmente enlouquecedora, uma forma imposta e

inaceitável de dependência, como acontece no trabalho escravo e em outras formas coercitivas de contrato. O problema não é a dependência em si, mas a sua explosão tática (BUTLER, 2018, p. 161-62).

O que isso gera, em termos de laços sociais, é a conclusão de que a “única razão pela qual você consideraria tentar se juntar a alguém que poderia matá-lo é porque essa é a única maneira que você imagina de continuar vivo” (BUTLER, 2018, p. 166). O outro, nesse contexto, aparece como inimigo. Serão utilizadas, portanto, todas as possibilidades de concorrência/discriminação que beneficiem quem precisa sobreviver em uma lógica na qual não haverá espaço para todas as pessoas.

Alguns dados explicitam a persistência dessa realidade. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas<sup>4</sup>, entre os anos de 2012 e 2022, revela que o número de domicílios com mães solo cresceu 17,8%, passando de 9,6 milhões para 11,3 milhões. Um contingente populacional de mulheres que criam seus filhos e filhas sozinhas, sem um pai e, muitas vezes, sem rede de apoio, sendo 90% dessas mães, negras trabalhadoras.

Existem pontos comuns às mulheres brancas, negras e indígenas, como a exploração sexual dos corpos, a sujeição ao trabalho de cuidado, a dependência econômica dos homens, contratados com melhores salários para melhores funções. Mas existem também circunstâncias que colocam essas mulheres em condições opostas, como aquela que permite às mulheres brancas pagarem pelo trabalho de cuidado das mulheres negras, sujeitando-as à condição de escravas contemporâneas. O ponto aqui é que a discriminação racial que as separa também é razão de sofrimento, de tal modo que também as mulheres brancas estão diretamente afetadas pelas práticas racistas que costuram o tecido social.

---

<sup>4</sup> <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>.

Trata-se de perceber que entre os homens brancos, se o desamparo é de algum modo compensado, subjetivamente, pela subjugação dos demais (das mulheres, das pessoas LGBTQI+, das pessoas negras ou indígenas), a verdade é que eles não são menos capturados. Também não são menos desamparados. Apenas são “convocados”, pelo pacto da branquitude e do sexismo, a administrar seu desamparo através da dominação. Isso, porém, não os torna felizes. Por mais que abusem, que violentem, que agridam, esses sujeitos não são mais do que instrumentos de um assujeitamento que também os atinge.

Isso ocorre em todas as demais camadas de relações sociais que se sobrepõem e que permitem algum tipo de dominação: do homem negro em relação a “sua” mulher, do patrão com o empregado etc. O que queremos aqui evidenciar é que o reconhecimento de que o racismo é estrutural determina a possibilidade de perceber que essa estrutura nos atinge a todos.

Atinge de forma diversa, promovendo um sofrimento significativamente maior sobre determinados corpos. Mas ninguém escapa da sensação de medo, de desamparo e de extrema solidão diante dos outros, por não conseguir reconhecê-los como pares. O filme “Medida Provisória” mostra isso. Se o racismo estrutural não dá conta de explicar tudo, pois existem outros marcadores de opressão, fato é que compreendê-lo sob a perspectiva estrutural constitui chave de leitura essencial, especialmente em uma sociedade como a brasileira.

Esses outros temas (sexismo, capacitismo etc.), que se entrelaçam com o racismo e instrumentalizam a manutenção de um sistema de organização social violento, foram aqui negligenciados de propósito. E foram agora referidos apenas para que fique claro que não se trata de considerar o racismo como o único fator de opressão social. O ponto a ser problematizado é a funcionalidade do racismo, como uma estrutura de sofrimen-

to psíquico e social que a todos atinge. Por isso mesmo, não é um problema das pessoas negras. É uma questão social que por todos precisa ser enfrentada.

### **Considerações finais**

Nossa estrutura social relativiza o problema do racismo, mas o cotidiano insiste em demonstrar um universo recheado de práticas racistas, das quais somente pessoas negras são alvo.

O reconhecimento do caráter estrutural do racismo desloca a responsabilidade, no combate a práticas racistas, para toda a sociedade. Principalmente para as pessoas brancas, que enquanto corpos políticos, se valem da neutralidade, e normalizam pelo silêncio as disfuncionalidades da sociedade brasileira. Ainda que de forma involuntária, a partir de um pacto narcísico, pessoas brancas compactuam para a perpetuação da hierarquia racial, para a discriminação racial e, conseqüentemente, para o genocídio das populações não brancas.

O capital utiliza-se da heterogeneidade, das particularidades e das especificidades de gênero, classe e raça, para dificultar a identidade, mobilização e organização de quem vive do trabalho e sofre os diferentes modos de opressão de uma sociedade que não é para todos. O racismo está no centro das tecnologias adotadas para manter o sistema de exploração do trabalho pelo capital. Ao afirmar que racismo é um problema social, que a todos atinge e, portanto, deve ser enfrentado de modo coletivo, buscamos provocar um deslocamento do discurso antirracista. Avançar em relação a discussões que partam de condutas individuais, para compreender que práticas racistas impedem uma visão proteti-va das relações de trabalho; impedem a rediscussão do sistema penal ou o enfrentamento de matérias como a descriminalização das drogas, desde uma perspectiva que dê conta de quais os cor-

pos afetados pela política do encarceramento. Impedem o debate sobre a proibição do aborto, como uma política social que desampara apenas mulheres pretas e pobres. E assim por diante. Ou seja, fazer perceber que as questões sociais, que muitas vezes são enfrentadas sem que o racismo atravesse os argumentos e as reflexões, são decorrentes de uma estrutura colonial e racista que condiciona, inclusive, a nossa subjetividade.

A desnaturalização do entendimento de que o combate ao racismo é tarefa apenas da população negra, apesar de insuficiente, pode ser um pontapé inicial para abordagens mais complexas de mobilização e organização no combate à estrutura capitalista racista e colonial que temos no Brasil.

## Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENTO, M. A. S. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.
- CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: USP, 2005.
- GONZÁLEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, pp. 69-82, 1988.
- HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOOKS, B. **Olhares negros**. São Paulo: Elefante, 2019.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- OLIVEIRA, D. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Dandara, 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Pp. 116-142.
- SANTOS, Y. L. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.
- RIOS, F.; LIMA, M. **Por um Feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da Identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.



# **NEPSID – NÚCLEO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL À DIVERSIDADE: PERSPECTIVAS DE TRABALHO NA INTERFACE DO CAMPO IDENTITÁRIO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS**

Adolfo Pizzinato  
Fernanda Lanzarini da Cunha  
Thais Braga de Souza

## **Introdução**

Este texto, elaborado a partir do convite do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS), propõe indicar alguns dos pontos que tem composto os focos de interesse do núcleo de pesquisa, recentemente compondo o referido PPGPSSS. Integrando o rol de núcleos de pesquisa do PPGPSSS/UFRGS desde 2022, o NEPsiD tem uma trajetória desde 2018 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS, onde já formou 5 mestres e 5 doutoras/es.

Os temas de interesse tradicionalmente giram em torno da Psicologia Cultural, com ênfase em Relações Comunitárias e Processos Identificatórios, principalmente nos campos da infância/juventude, raça/etnicidade, gênero/sexualidade e inclusão social, a migração de mulheres, em diversos contextos sociais, uma temática cada vez mais relevante. A aproximação às temáticas-chave de Políticas Sociais se dá, majoritariamente pelas Políticas de Imigração, Segurança Pública, Saúde e Assistência Social, com ênfase nas populações migrantes, na diversidade étnico-racial e de sexo/gênero.

Essa tradição se iniciou ainda quando da organização do núcleo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do

Sul (PUCRS) (de 2010 a 2017), também vinculado aos PPG Psicologia e Serviço Social daquela instituição. Já naquele momento, e provavelmente, bastante influenciado pelas discussões e produções dos Grupos de Pesquisa “Relações de Gênero” e “Psicologia Comunitária”, ambos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, desponta a necessidade de compreender os processos que impactam diferentemente as pessoas por conta de marcadores como sexo/gênero e raça/etnia que além de uma dimensão constitutiva pessoal, reverberam elementos das condições políticas de poder que tais elementos têm nos diferentes contextos.

Situado o núcleo, o presente texto apresenta alguns elementos teóricos de integração, perenes na sua trajetória e ressignificados desde sua presença no PPGPSSS/UFRGS, ilustrando os dois projetos aprovados em desenvolvimento no núcleo. Estas duas pesquisas se organizam em torno dos eixos da inclusão e da acessibilidade de pessoas com deficiência à Educação Superior e às violências e violação de direitos na atenção social da população LGBTI+ no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Entretanto, ambos os temas, enquanto fenômenos sociais, não são lineares ou unidimensionais, envolvendo uma variedade de tensionamentos que os circunscrevem: territórios, cores, etnias, gerações, sexualidades. São marcadores sociais<sup>1</sup>, estes uma das possibilidades na elaboração de compreensões complexas sobre o legado colonial e a configuração das formas de vida – particularmente as vulnerabilizadas ou subalternizadas no Brasil. Considerando o uso que Adriana Piscitelli (2008) faz de Joan Scott, de que a migração suscita compreensões “não em indivíduos ‘que têm’ experiências, mas em ‘sujeitos constituídos mediante a experiência’”, reiteramos a necessidade de criar res-

---

1 Marcadores neste texto é um termo que se remete a noção de Marcadores de Diferença, proveniente do Feminismo Negro Estadunidense.

postas possíveis na imbricação dos diferentes marcadores que fazem de vidas precarizadas, um complexo de diferenças e um campo de possibilidades.

A noção de interseccionalidade tem sido pauta às discussões no NEPsiD, no sentido de possibilitar um contraste a análises generalistas (ainda que atentemos para a necessidade de dados quantificáveis, visto a escassez de indicadores no atual panorama de migração nacional) e de possibilitar compreensões localizadas (HARAWAY, 1993) acerca da arena de relações psicossociais em questão nas políticas sociais brasileiras. A perspectiva interseccional, como forma de dar vazão aos diversos posicionamentos sociais possíveis cotidianamente, na constituição de sujeitos (PISCITELLI, 2008), permite que diversos marcadores de diferença sejam compreendidos de forma articulada, fomentando que se reflita acerca dos espaços de agenciamento, de diferenças e desigualdades que situam as pessoas no tecido social (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008).

Discursos generalistas de cunho normativo procuram impor noções estereotipadas de “necessidade comum” sobre grupos heterogêneos com aspirações e interesses sociais diversos. Neste panorama, a noção de interseccionalidade tem se mostrado uma forma potente de localizar sócio historicamente as manifestações que produzem e reiteram sistemas de poder, por meio da compreensão dos marcadores sociais de diferença como categorias em articulação política (PISCITELLI, 2008). Dentro dos Estudos de Gênero e de Diversidade Corporal, por exemplo, esta perspectiva permite que se evidenciem espaços de agenciamento, de diferenças e desigualdades que nos situam no tecido social (BRAH, 2006). O campo de análise interseccional, derivado das tensões provocadas originalmente pelo Feminismo Negro estadunidense, põe em pauta uma multiplicidade de questões sociais vistas sob uma perspectiva integrada (CRENSHAW, 2002). Estas análises não compreendem, portanto, um somatório de operadores de do-

minação – ou simplesmente o reconhecimento de sistemas opressivos que operam a partir das noções de gênero, etnia/raça, escolaridade, idade, classe, corpos, sexualidade etc. – mas questionam a hierarquização destes eixos relacionados a sistemas assimétricos de poder, fomentando diversas abordagens e suas respectivas articulações com movimentos sociais (PISCITELLI, 2008).

Em sua leitura do tema, Matos (2008, p. 342) defende como uma perspectiva multicultural e emancipatória de produção de conhecimento, em “uma forma peculiar de existência reflexiva do ser [...], que veio a produzir um entre outros rearranjos, re-interpretções, re-significações do campo de gênero (e etnia/raça e geração, diversidade corporal...) de forma a alocá-lo na dimensão paradoxal de repor igualdade e diferença na simultaneidade e na complexidade”. Portanto, a seguir, brevemente pontuam-se alguns elementos particulares das pesquisas do NEPSid junto ao PPGPSSS/UFRGS que contemplam a diversidade, a interseccionalidade e os direitos humanos como campo psicossocial de eleição para análise das implicações políticas da questão social sobre grupos populacionais específicos.

### **As atividades dos núcleos de acessibilidade das universidades da Região Sul do Brasil**

O tema desta pesquisa se centra no campo da educação e no nível superior. Nas Instituições Federais de Ensino Superior existe um setor/órgão que se ocupa dos aspectos de acessibilidade no meio universitário, chamado Núcleo de Acessibilidade. A pesquisa busca saber de que maneira os Núcleos de Acessibilidade de Universidades Federais da Região Sul do Brasil vêm desenvolvendo suas atividades na perspectiva de defesa e efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Os Núcleos de Acessibilidade nas universidades passaram a ser fomentados no ano de 2011 quando o Decreto nº 7.611 previu a sua estruturação nas IFES. Dado este marco legal sobre a criação dos Núcleos, o recorte temporal proposto para o estudo são os últimos 10 anos, ou seja, de 2011 a 2021. No recorte espacial pretende-se analisar a Região Sul do Brasil, totalizando 11 universidades federais existentes nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As fontes de materiais explorados para se conhecer a contribuição dos Núcleos na oferta de acessibilidade no Ensino Superior são os relatórios anuais emitidos pelos Núcleos e publicados no site das universidades. Além disso, na coleta de dados empíricos foi aplicado questionário junto às coordenações dos Núcleos de Acessibilidade das universidades.

Considerando a história do Serviço Social brasileiro, a educação é um dos campos que primeiro recebeu a profissão de Assistente Social. A relação entre o Serviço Social e a Educação “vem sendo construída desde a primeira metade do século XX por meio da atuação de assistentes sociais em escolas e em universidades espalhadas pela América Latina” (SILVA, 2014, p. 71). A obra *Serviço Social, infância e juventude desvalidas*, lançada em 1939, já concebia a escola como um espaço de ação social (SILVA, 2014), ainda que a perspectiva daquela época fosse a do “ajustamento social”. Ao longo da história do Serviço Social no Brasil a profissão se redimensionou e conta com legislações que regulam o exercício profissional, possuindo também um Código de Ética Profissional que fortalece o projeto ético político da profissão.

Nos dias atuais, a profissão atua em diversas políticas sociais como Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Educação, entre outras. Este estudo tem foco na Política Social de Educação e se situa no Ensino Superior Público, que conta com Assistentes Sociais que compõem o plano de carreira dos Técnicos Adminis-

trativos em Educação. É comum associar o exercício profissional de Assistentes Sociais nas universidades ao Programa de Assistência Estudantil devido a sua relevância e maior tempo de existência. Contudo, campo também profícuo para a profissão, embora seja uma área mais recente, são os Núcleos de Acessibilidade que se destinam ao atendimento das demandas de acessibilidade e às adaptações que se fazem necessárias.

O Serviço Social nas políticas sociais atua na defesa dos Direitos Humanos em uma concepção crítica que considera os princípios de universalidade, integralidade, indivisibilidade e interdependência (CFESS, 2019). No caso do atendimento do público com deficiência no espaço universitário, articula essa defesa aos direitos da Pessoa com Deficiência, segundo os dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência.

É frequente associar acessibilidade à pessoa com deficiência, embora este público possa não ser o único a se beneficiar de serviços prestados pelos Núcleos de Acessibilidade, havendo uma gama de outras condições de diversidade que podem fazer uso de serviços específicos. Segundo o Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei 13.146/15),

considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 20).

O Artigo 9 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência trata do pacto entre as nações para a promoção da acessibilidade:

1. a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas de tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2011).

De acordo com o IGBE, o Censo Populacional do Brasil de 2022 revelou que cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade (8,9% desse grupo etário) tinham algum tipo de deficiência (IBGE, 2023). Tal dado revela a significativa presença da deficiência no conjunto da população e amplia a importância da acessibilidade para este público. Além do mais, o tratamento das demandas de acessibilidade é transversal na atuação profissional com a Política de Educação. Ao conceituar acessibilidade, a LBI a caracteriza dessa forma:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, considera-se:  
I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas de tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 20).

Buscando atender aos critérios de acessibilidade no âmbito do Ensino Superior, os Núcleos de Acessibilidade em universidades brasileiras foram constituídos para desenvolver ações transversais

que possam tornar os ambientes e o processo de ensino aprendizagem mais abertos à diversidade. Na UFRGS, por exemplo, o Núcleo de Acessibilidade, conhecido como INCLUIR, foi instituído

em julho de 2014, vislumbrando consolidar e ampliar as ações de inclusão e acessibilidade que vinham sendo realizadas até então. O Núcleo tem como primeira linha de atuação a articulação e o fomento para a construção de uma política de inclusão e acessibilidade na UFRGS, de modo descentralizado e participativo. [...] A atuação em uma segunda linha diz respeito à oferta de alguns serviços, como empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva, apoio para deslocamentos e em sala de aula, produção de materiais acessíveis (ampliado e braille), tradução e interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), entre outros (CUNHA e VERDUM, 2018, p. 8).

A criação de Núcleos de Acessibilidade nas universidades federais visa ensejar ações institucionais que garantam a inclusão à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013). A título de informação conceitual sobre barreiras de acessibilidade, o Art. 3º e inciso IV da LBI expõe que elas se referem

a qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015, p. 21).

As barreiras, ainda conforme o mesmo artigo da LBI são classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015, p. 21).

Com a sustentação destes conceitos, pretende-se pesquisar os Núcleos de Acessibilidade de universidades da Região Sul do Brasil de modo a relacionar a sua atuação com os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Como bem afirma Yazbek (2018, p. 191), desvendar o processamento do trabalho em Políticas Sociais no “contexto de sua forma neoliberal sob o domínio do capital financeiro é enfrentar o desafio de operar a construção do direito em tempos adversos”. Por isso concebe-se a hipótese de que os Núcleos de Acessibilidade se colocam como estrutura importante para a política educacional no Ensino Superior Público, embora ao mesmo tempo possa apresentar limites, desafios e contradições inerentes ao contexto neoliberal. E para explorar estes aspectos, a proposta de pesquisa se coloca como potente recurso para desvendar quais

ações são desenvolvidas nas universidades para o tratamento das demandas de acessibilidade.

Fantacini e Almeida (2019) ao desenvolverem uma revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior buscaram por teses e dissertações defendidas no Brasil entre 2005 e 2018 em Programas de Pós Graduação em Educação, Educação Especial e Psicologia. Ao serem aplicados os descritores “inclusão no Ensino Superior” e “Núcleos de Acessibilidade”, as autoras localizaram 39 estudos, incluindo apenas um (tese) sobre as ações do Núcleo de Acessibilidade de uma Instituição de Educação Superior (IES). Tal aspecto pode ser considerado como uma justificativa adicional para o desenvolvimento da pesquisa sobre as atividades dos Núcleos de Acessibilidade em universidades.

Como se pode denotar, estudos anteriores já apontam a escassez de produções acerca dos Núcleos de Acessibilidade sugerindo que estas estruturas ainda são pouco pesquisadas. Sampieri *et al* (2013, p. 40) argumenta que toda proposta de estudo deve contemplar critérios importantes como a conveniência do estudo, o valor teórico, a “utilidade metodológica” e a viabilidade. Assim, tal realidade se coloca como justificativa plausível para o desenvolvimento de um estudo inovador e com relevância social, já que demandas de acessibilidade são aspectos que ao serem atendidos corroboram com a permanência de estudantes no ensino superior.

## **Violências e o atendimento de LGBTI+ no SUAS: fomentando o debate no Estado do Rio Grande do Sul**

A pesquisa busca identificar estratégias de atendimento via políticas públicas de Direitos Humanos e Assistência Social à população LGBTI+ para promoção do acesso à proteção social. Além disso, pretende identificar os dados acerca do atendimento de LGBTI+ vítima de violência no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, ela-

borar um panorama sobre o atendimento de LGBTI+ via Sistema Único de Assistência Social – SUAS e analisar fatores que favorecem ou desfavorecem o acesso de LGBTI+ aos serviços socioassistenciais.

A proposta se organiza com vistas a contribuir para o debate acerca do atendimento à população LGBTI+ vítima de violência através da análise da estrutura organizacional da política de Direitos Humanos no Brasil, problematizando limites e possibilidades na interlocução com a política de Assistência Social. Compreende-se que este estudo se vincula à linha de pesquisa Estado, Sociedade e Políticas Sociais, uma vez que ao se debruçar sobre parte do processo de gestão das políticas de Direitos Humanos e Assistência Social problematiza seus impactos na proteção de pessoas vitimadas pela violência baseada em discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual.

No desenvolvimento deste estudo, compreende-se que não há neutralidade no processo de produção de conhecimento e, por isso, cumpre demarcar o lugar de fala da mestrandia neste processo, o local a partir do qual posiciona a sua visão para ver criticamente (HARAWAY, 1995). Assim, sendo a pesquisadora principal mulher negra, cis<sup>2</sup>, que vive em um Estado onde 83%<sup>3</sup> da população se autodeclara branca, que cresceu em uma casa de batuque<sup>4</sup> onde as expressões de gênero e sexualidade não eram percebidas como

---

2 Abreviação do termo cisgênero, uma categoria de análise dentro dos estudos transfeministas para definir conceitualmente pessoas que não são transsexuais ou transgênero, o que em conformidade a Rodovalho (2017) surge de uma necessidade de nomear aquele que primeiro nomeou. O ato de nomear cis promove o deslocamento do que fora constituído como referência inicial identificando que este lugar não é natural.

3 De acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, 8.900.007 pessoas se declararam brancas no quesito cor/raça na pesquisa domiciliar no Rio Grande do Sul, de um total de 10.693.929 pessoas.

4 Uma das formas de nomeação das religiões de tradição afro-diaspórica no Rio Grande do Sul.

dissidentes, mas sim como múltiplas e acompanhou processos de vidas marcadas por nuances de violência pelo fato de ser quem se é.

Como Assistente Social de formação e trabalhadora do SUAS há 13 anos, a pesquisadora vem perpassando lugares e fazeres que incitam à problematização da execução dessa política pública no cotidiano. É deste lugar de posição engajada e responsável que a pesquisa se coloca a serviço de chamar a atenção para uma dimensão específica de promoção de proteção social a determinado público, na inquietação em desvelar informações que contribuam para a transformação da realidade.

O estudo que vem sendo desenvolvido se inscreve no campo das relações de gênero, vulnerabilidade e violência que se acentuam sobre a população LGBTI+ e a oferta de atendimento a vítimas de violência em decorrência da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Compreende a transversalidade da temática, abordando sobre a Política de Direitos Humanos, mas preponderando o papel do sistema de proteção, especialmente via SUAS, nos ciclos de invisibilidade e discriminação que geram esta violência. Nesse ínterim, considera-se que a vivência de violência e outras violações de direitos por discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual abarca a população LGBTI+ como público prioritário para a garantia de acesso à Política de Assistência Social provocando a necessidade de estudos acerca deste ingresso nos níveis de proteção. Assim, problematiza-se como se dá o fluxo de atendimento da população LGBTI+ vítima de violência via políticas Públicas de Direitos Humanos e Assistência Social e quais as percepções de trabalhadoras/es do SUAS e de representantes da população LGBTI+, sobre o acesso/oferta de atendimento nos serviços socioassistenciais.

A aproximação com os dados perpassará diferentes ângulos de enfoque contemplando análise documental de registros institucionais do período de 2017 a 2022 das Políticas de Direitos

Humanos e de Assistência Social, a aplicação de questionários e a realização de um grupo focal consistindo em um desenho de triangulação (TRIVIÑOS, 1987).

Expressões da questão social como a desigualdade nas relações de gênero, raça e classe vem se evidenciando no debate público, ao passo que pesquisas e dados oficiais como o Atlas da Violência 2021 (IPEA) apontam para a prevalência da violência baseada em gênero (contra mulheres e LGBTI+) com predominância de pessoas negras entre as vítimas. Ainda, revelam a urgência da produção, sistematização e publicização de dados e indicadores de violência contra LGBTI+ no Brasil, incluindo a melhoria da qualidade e especificidade daqueles que vêm sendo produzidos conforme sinalizado pelo IPEA (2021).

Em que pese a recente criminalização de todas as formas de homofobia e transfobia via Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF (2019) pelo Supremo Tribunal Federal, compreende-se como um avanço tardio no país que mais mata LGBTI+ no mundo como é o Brasil. Além de consistir em uma reivindicação antiga do próprio movimento social, representa em sua natureza jurídica um descaso histórico do Estado para com essa população que vem imprimindo há muito sua trajetória de luta por defesa de direitos para inclusão na agenda pública e, por vezes, assumindo a acolhida da população enquanto sociedade civil organizada através de ações que deveriam ser protagonizadas pelo poder público.

Diversos documentos dos movimentos sociais (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021; IPEA/FBSP, 2021; GASTALDI e MOTT, 2021) como relatórios e observatórios apontam a incidência da violência contra LGBTI+ e consistem na principal fonte de dados acerca deste fenômeno. Nesse cenário, evidencia-se a escassez de dados oficiais como mecanismo, tanto concreto, como simbólico de invisibilização da violência, dificultando a conversão em ações de políticas públicas em prol da população LGBTI+. Ademais,

existem poucos mecanismos de denúncia destas violações e indefinição de fluxos de atendimento das vítimas, culminando na subnotificação e na perpetuação do ciclo de invisibilidade.

No âmbito das políticas públicas no Brasil, atualmente a pauta está diretamente vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) que organiza a Política Nacional de Direitos Humanos e que tem como principal serviço o Disque 100. Vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, este serviço recebe denúncias relativas a violações de Direitos Humanos, acolhendo o cidadão, orientando-o e encaminhando as denúncias aos municípios para demandar atendimento dos órgãos competentes.

Os encaminhamentos realizados a partir das denúncias recebidas objetivam a proteção dos sujeitos que tiveram seus direitos violados, dentre os órgãos competentes, diferentes Relatórios de Balanço Anual da Ouvidoria Disque 100 apontam, dentre as 11 categorias de órgãos acionados, os *órgãos socioassistenciais* como aqueles que fornecem percentualmente a maior quantidade de respostas sobre os encaminhamentos realizados. As denúncias são categorizadas por grupos que expressam o contingente populacional mais exposto a violações, figurando entre eles a população LGBTI+.

Nos referidos relatórios, compreende-se que a categoria *órgãos socioassistenciais* expressa uma generalidade no tocante a Política de Assistência Social, abrangendo Centros de Referência e Secretarias de Assistência Social. De forma que o ato de encaminhar a estes *órgãos socioassistenciais* explicita a intenção de vinculação a um espaço de promoção da proteção, embora não haja um delineamento nítido de fluxo de atendimento após o recebimento da denúncia pelos órgãos competentes.

Neste ínterim, a descentralização administrativa das políticas imbricadas neste atendimento aqui problematizado, sinaliza para a importância da capilaridade enquanto capacidade de oferta de atendimento especializado a/o usuária/o, neste caso LGBTI+ ví-

tima de violência, nos seus territórios. Assim, cabe investigar a respeito dos desdobramentos para atendimento das denúncias, mas sobretudo sobre a acolhida das vítimas nos territórios, reconhecendo o enfrentamento da violência como um encargo da proteção social enquanto política pública.

A ascensão do neoconservadorismo vem estimulando a opressão sobre LGBTI+ incidindo no âmbito familiar, comunitário e influenciando na estrutura e implementação das políticas sociais. Escola, mundo do trabalho e serviços públicos invariavelmente reproduzem essa violência.

Neste sentido, a elaboração de um panorama sobre o atendimento da população LGBTI+ nos principais serviços socioassistenciais por nível de proteção social, comporá a problematização acerca da proteção social conferida a LGBTI+ vítima de violência, considerando o direito às seguranças afiançadas<sup>5</sup> (notadamente acolhida e convívio) evidenciando a necessidade de uma análise que contemple diferentes prismas acerca do acesso aos serviços.

Neste sentido, enfatiza-se a relevância social do estudo para a gestão das políticas de Assistência Social e Direitos Humanos, uma vez que a análise das ofertas de atendimento é fundamental para conduzir ao seu aprimoramento.

## **Considerações finais**

Ainda que sintéticas e preliminares, a apresentação das pesquisas pretendidas nesse texto ilustra algo da intenção do NEPsiD em buscar novos marcos de problematização e análise de fenômenos sociais – políticos e identitários, considerando seus impactos subjetivos, legais e laborais na análise das condições de possibilidades existenciais dos implicados. Nessa busca, o marco interseccional de análise integra-se com as perspectivas qualitativas de pesquisa, que

---

5 Conforme Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004).

buscam eliminar (o mais possível) a dissociação entre a teoria e a empiria, compreendendo a pesquisa empírica como um momento de construção de teoria e não apenas de confirmação crítica do real (GONZÁLEZ-REY, 1997a; 1997b). Desse modo, os dados também não podem ser entendidos como entidades objetivas e independentes no mundo, reafirmando a relação isomórfica entre fenômeno e dados empíricos (MADUREIRA e BRANCO, 2001).

Nessa direção, se pensarmos que atualmente vivemos em um período no qual o debate identitário no marco crítico e no campo decolonial estão mais presentes do que nunca, redobra-se a relevância da busca de novos e mais amplos olhares. Tais fenômenos refletem em um mundo onde diferentes grupos culturais e suas particularidades estão em crescente contato, tensionamento e implicação política (HERMANS, 2001).

No Brasil, os temas da diversidade das formas de vida e seus processos de exclusão e resistência têm chamado a atenção da mídia, de órgãos governamentais e da população em geral, com a crescente politização e debate sobre as garantias de direitos dos coletivos mais vulnerabilizados no sistema capitalista atual. As habilidades das pessoas de refletirem sobre os significados que guiam suas ações e, através da reinterpretção destes significados, exercitarem seu poder de atuação para tornarem-se donos de suas ações sociais e suas vidas são uma necessidade para as pesquisas sobre imigração, conjuntamente com a compreensão da dinâmica identitária e aculturativa em contraste com outros contextos (CHIRKOV, 2009).

Assim, para além das reflexões teórico-metodológico-conceituais, essas propostas de pesquisa pretendem também inserir-se no campo de discussão político-existencial da diversidade étnico-racial, corporal, geracional e sexual-de gênero no panorama atual das Ciências Humanas no Brasil, potencializando, inclusive reflexões sobre seus potenciais de resistência e ação nos campos comunitários e das políticas sociais nacionais.

## Referências

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, pp. 329–376, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186/2008: decreto nº 6.949/2009**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. **Documento Orientador do Programa INCLUIR - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu**. 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13292-%20doc-ori-progincl&category\\_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-%20doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**. 2015. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS-2004**. Brasília, 2004.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Cartilha “Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de lutas!”**. Brasília, 2019.

CHIRKOV, V. Critical psychology of acculturation: What do we study and how do we study it, when we investigate acculturation? **International Journal of Intercultural Relations**, v. 33, n. 2, pp. 94-105, 2009.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.

CUNHA, F. L.; VERDUM, C. P. A experiência do INCLUIR na UFRGS: uma análise sobre as demandas das pessoas com deficiência. In: **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**. Vitória/ES, 2018.

FANTACINI, R. A. F.; ALMEIDA, M. A. Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior EaD - 2005 a 2008. **Revista Educação Especial da UFSM**, v. 32, 2019.

GASTALDI, A. B. F.; MOTT, L. (Orgs.). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

GONZÁLEZ-REY, F. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997a.

GONZÁLEZ REY, F. Psicologia e saúde: desafios atuais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 10, n. 2, pp. 275–288, 1997b.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, pp. 7- 41, 1995.

HARAWAY, D. O Humano numa Paisagem Pós-Humanista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 2, pp. 277-292, 1993.

HERMANS, H. The Dialogical Self: Toward a Theory of Personal and Culture Positioning. **Culture & Psychology**, v. 7, n. 3, pp. 243-280, 2001.

IBGE, 2023. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda#>. Acesso em: 06 nov. 2023.

IPEA. FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo, 2021.

MADUREIRA, A. A.; BRANCO, A. U. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. **Temas em Psicologia**, v. 9, n. 1, pp. 63-75, 2001.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformam em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, pp. 333-357, 2008.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, pp. 263-274, 2008.

RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, pp. 365-373, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de lá investigação**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, M. M. J. S. O lugar do Serviço Social na educação. In: SILVA, M. M. J. S. (Org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2014. Pp. 23-39.

STF. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão Nº 26/DF – Decisão de Julgamento**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Acesso em: 27 de dez. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, M. C. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**, v. 21, n. 1, pp. 183-194, 2018.



# **A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO POR TRABALHADORES/AS DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DOS LIMITES E DESAFIOS DA ORIENTAÇÃO NO MESTRADO**

Tiago Martinelli  
Rosemari Paim da Silva  
Claudia Aparecida Alves Godói

Este texto tem por objetivo apresentar o processo de construção de conhecimento a partir do “acolhimento” e “fortalecimento dos vínculos”<sup>1</sup> estabelecidos desde o ingresso do docente e das discentes no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS).

Partimos justamente das realidades que nos antecedem ao ingresso neste PPGPSSS e que partem de diferentes certames, mas que implicam um objetivo único: fazer parte de um espaço de construção e lutas por conhecimento crítico. Justificamos nossos interesses em compor a Linha de Pesquisa “Estado, Sociedade e Políticas Sociais” pelas trajetórias enquanto trabalhador/as implicado/as nos estudos, projetos de extensão, capacitações,

---

1 Damos sentido a esta terminologia a partir de um dos pontos que nos vinculam, a política de Assistência Social, e por isso a analogia aos termos da acolhida e do fortalecimento de vínculos. Na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, encontraremos que para os serviços precisamos garantir a “Segurança de Acolhida” que é descrito nos diferentes serviços, conforme uma síntese, dentre outros, daquilo que nos implica, tais como: “- Ser acolhido em condições de dignidade; - Ter sua identidade, integridade e história preservadas; Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; - Ter acolhidas suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; - Garantir formas de acesso aos direitos sociais” (BRASIL, 2013).

movimento sociais, movimento sindical, entidades representativas do Serviço Social, trabalho junto às políticas sociais públicas, assessoria e pesquisas (nacionais e internacionais) na área. Essas experiências mostram que não podemos deixar de lado o papel importante que representamos, desde o lugar das mulheres, das nossas dificuldades, e que, dentro do mesmo espaço conseguimos dividir os saberes, conflitos e desafios.

Neste sentido, para a construção deste texto, elegemos uma forma de escrita que tem referência na obra de Conceição Evaristo<sup>2</sup>, e se inspira a partir de quatro títulos noticiados, a saber: “A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo” (HERMINIO, 2022); “Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira” (GUZZO, 2021); “Esse lugar também é nosso” (ACAUAN, 2019); e “Conceição Evaristo – ‘A escrevivência serve também para as pessoas pensarem’” (SANTANA e ZAPPAROLI, 2020).

Sendo assim, buscaremos apresentar algumas implicações do trabalho do/a Assistente Social no processo de construção de conhecimento, tendo em vista o lugar da classe social que ocupamos

---

2 Importante entendermos a origem desta referência conceitual explicitada pela própria autora em entrevista ao Nexo Jornal: “Eu venho trabalhando com esse termo desde 1995 - na minha dissertação de mestrado, várias vezes fiz um jogo com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, ver-se. Usei ‘escrevivência’ pela primeira vez em uma mesa de escritoras negras no seminário ‘Mulher e Literatura’. Terminei meu texto dizendo que a nossa escrevivência não é para adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. [...] A nossa ‘escrevivência’ conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande. A escrevivência seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções” (EVARISTO, 2017).

enquanto trabalhador/as visando carregar “a escrita da coletividade”. No entanto respeitaremos as diferenças da “escrevivência das mulheres negras” e o lugar da branquitude crítica<sup>3</sup> somando-se à luta antirracista.

“Esse lugar também é nosso”<sup>4</sup>, apesar de se referir àquela experiência de busca por estar na Academia Brasileira de Letras (ABL), ela nos remete ao nosso processo de busca por compor o Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPSSS).

Trazemos estes escritos também como uma provocação de que, se nada ficar, que ao menos a escrevivência sirva “para as pessoas pensarem”. Nesta implicação, no processo de escrita, tanto para o projeto de pesquisa quanto para a construção da dissertação, nos propomos a valorar e defender as trajetórias, sobretudo como forma de justificar e compor os processos de formação de pesquisadores/as e professores/as.

Esta síntese da trajetória acadêmica visa destacar a *produção do conhecimento* e o interesse em poder contribuir com os processos de formação dentro da Linha de Pesquisa, com os debates sobre a política de Assistência Social, Seguridade Social, Direitos

---

3 “Lembrando que branquitude crítica seria aquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprovam publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva a branquitude acrítrica seria a identidade branca individual ou coletiva que argumenta em prol da superioridade racial” (CARDOSO, 2010, p. 620-621).

4 “Aos 70 anos, a escritora Conceição Evaristo busca vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL). Como uma entidade que resguarda a produção nacional e se supõe diversa, acredita que pode representar o seu grupo social, étnico e de gênero. ‘Esse lugar também é nosso.’ [...] ‘Meu texto é capaz mesmo de convocar a coletividade, pensando nos afro-brasileiros, e em leitores que têm uma história diversa da minha. Homens, mulheres, negros, brancos. Não se trata de um texto apenas de uma mulher negra, mas de um grupo social, étnico e de gênero que ocuparia um lugar dentro de uma Academia que se supõe diversa, que representa uma literatura nacional. Esse lugar também é nosso” (EVARISTO, 2018 *apud* ACAUAN, 2019).

Sociais e Sistema de Proteção Social, tanto no desenvolvimento de pesquisas quanto na realização de orientação, participação em bancas e disciplinas. Salutar lembrar de Antônio Gramsci<sup>5</sup> quando refere à necessidade intelectual do “saber” e do “sentir”. Assim buscamos exercitar nossas construções nos limiares do conhecimento e do sentimento.

Justificadas as escolhas metodológicas para a escrita, passaremos a desenvolver nossas trajetórias e como nos vinculamos enquanto docentes, discentes trabalhadores/as permeados por diferentes expressões da questão social que serão apontadas como limites, desafios e conquistas.

Por fim, concluímos que as diferentes implicações que passamos nos nossos espaços de trabalho foram nos vinculando e nos construindo, sempre com o objetivo de compor conhecimento e trazer contribuições que possam servir de pontos de partida para a formação no mestrado.

---

5 “O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico)” (GRAMSCI, 1999, p. 221-222).

## **Nosso exercício de escrevivência: pontos que nos conectam e nos coletivizam**

*Assistente Social trabalhadora do Serviço de Abordagem com População em Situação de Rua*

Exerço esta profissão há dez anos. No dia 7 de dezembro de 2012 me formei, sendo a primeira pessoa com Ensino Superior da minha família em mais de 300 anos de história no Brasil. Quero acrescentar aqui que minha mãe não me viu formada, pois foi embora cedo demais, era negra como eu e no Brasil a mulher negra geralmente parte cedo devido, em grande parte, ao racismo estrutural. Nosso país ainda não conseguiu se desprender do racismo, não evoluiu nesta questão da mesma forma que evoluiu em outros aspectos sociais. Portanto, é fundamental trazer à luz os sufragios que alavancam o preconceito na sociedade contemporânea, elucidando toda uma retórica social imposta culturalmente ao povo negro.

No dia 13 de maio de 2013 minha carteira de trabalho foi assinada como Assistente Social no Centro de Promoção da Criança e Adolescente – CPCA – no Instituto Cultural São Francisco de Assis, e após ter atuação como Educadora Social, neste local pude ganhar experiência e me incluir profissionalmente na vida de centenas de usuários acompanhados por um dos serviços da Instituição, contribuindo para um desenvolvimento e conhecimento pessoal, social e político de ambas as partes. Foram essas vivências e expectativas que me levaram a sonhar mais alto, perceber que dar um passo além era preciso, mas eu tinha medo de voar perto demais do sol. Será que seria capaz de entrar na Pós-Graduação da UFRGS?

O Mestrado certamente me levaria a aprimorar e melhorar a construção do projeto “A questão social e a questão racial das mulheres negras usuárias da Política de Assistência Social de Por-

to Alegre/RS”. A elaboração de métodos e soluções de problemas, verificar como fazer pesquisa, conhecer melhor e ter proximidade acadêmica, precisava avançar nas etapas e discutir propostas para combinar trabalho e estudo em prol da comunidade onde resido. O sonho aconteceu, virou realidade e no dia 16 de março de 2022 ingressei no Mestrado da UFRGS.

Esta construção procurou atender alguns escritos iniciados ao longo da história acadêmica. Tinha como pretensão traçar reflexões acerca do racismo estrutural e como a violência do racismo estrutural afeta a formação dos sujeitos. Segundo Silvio Almeida (2020) é preciso descortinar os olhos, ler os códigos, os símbolos, as produções materiais e subjetivas decorrentes do ato racista. Inclusive, por ser estrutural, no Brasil o racismo é, conseqüentemente, estruturado e estruturante, pois afeta a formação dos sujeitos e das instituições de modo comum no cotidiano.

Essa percepção (aqui implica o Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social) levou-nos a pretensão de querermos abordar as dificuldades e os desafios colocados no enfrentamento ao racismo estrutural e suas múltiplas formas de intimidação e exclusão, buscando compreender as razões que levam pessoas negras, pobres e oriundas de qualquer desvantagem social a serem objetos de preconceito em determinados ambientes, de alguma forma e em algum grau em quase todos os lugares que frequentamos.

No comércio, por exemplo, não é raro vermos notícias de condutas com imposição de constrangimento, tratamento diferenciado, perseguição dentro de estabelecimento em função da raça ou da cor. Esta prática atinge a dignidade do indivíduo e fere os fundamentos da integridade e autoestima da pessoa humana, desvalorizando sua singularidade e potencialidade, causando grande sofrimento e muitas vezes uma contradição onde a vítima de racismo sente-se a culpada.

A população negra foi empurrada historicamente para residir nos espaços mais vulnerabilizados, tidos como precários e com pouca ou nenhuma regulamentação ou atenção dos gestores públicos.

Podemos observar pelos números apresentados na estatística do IBGE e nos indicadores apresentados o quanto o advento da pandemia de Covid-19 foi devastador, e desta forma encontramos comunidades sem a devida atenção expostas a todas as formas de desproteção social. O acesso à água potável e esgoto, assim como saneamento básico, são precários ou nulos nestes espaços territoriais. Não é difícil perceber que estes locais são comunidades com grande concentração de moradias, onde há um maior número de pessoas que se declaram pretos e/ou pardos.

Nestes territórios as políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social estão resistindo ao grande sucateamento e precarização. A mídia tem noticiado quase que cotidianamente a falta de oferta de vagas escolares em todas as áreas do conhecimento, escolas devastadas e/ou sem professores de Ensino Básico em todas as instâncias municipais e estaduais. A falta de espaços de lazer é outro ponto a se observar, ao analisar como as crianças e adolescentes desses espaços podem estabelecer trocas e oportunidades de se relacionarem de forma a se identificarem como grupo se não têm praças ou locais onde possam fazer conexões entre si, reforçando lições de pertencimentos saudáveis.

Podemos afirmar que a população mais pobre, onde a maioria é de pretos e pardos, produz processos complexos e intrincados que se materializam em condições de exclusão e negligência da discussão de raça/cor, levando propositalmente a uma invisibilização do real impacto do racismo estrutural no cotidiano da população negra.

Outro ponto a ser observado com certa preocupação é a categoria trabalho, por exemplo, assim como Ferrugem e Machado (2022) vão nos apresentar juntamente com o IBGE que

a população parda e negra é a de menor salário e maior jornada, sendo que o salário da mulher negra ainda é menor que o dos homens e sua jornada de trabalho é maior, mostrando para um olhar mais atento que a mulher negra enfrenta uma dupla dinâmica que se reveza para lhe golpear a todo momento: o racismo estrutural e o machismo estrutural.

O racismo estrutural e estruturante busca invisibilizar as personalidades negras das mais variadas gerações que contribuíram de maneira essencial para o enfrentamento da desigualdade racial e social no nosso país. Nesta trajetória de estudos foram poucos ou nulos os encontros com a literatura produzida pelos autores e autoras negras e negros. Aqui seguem alguns nomes que traçamos ao longo de nossa vida de estudo. São eles: Zumbi dos Palmares (1655 a 1695), Machado de Assis (1839 a 1908), Milton Santos (1926 a 2001), Conceição Evaristo (1946), Abdias Nascimento (1914 a 2011), Lelia Gonzalez (1935 a 1994), Marina Silva (1958), Silvio Almeida (1976), Grada Kilomba (1968), Carolina Maria de Jesus (1914 a 1977), Ângela Davis (1944), bell hooks (1952 a 2021), e tantos outros. Aqui mencionamos outros pretos e pretas que constroem da sua forma uma história melhor para nós de um jeito somente seu, único e possível de resistir e enfrentar o cotidiano em tantos espaços ocupacionais e/ou de moradia por este país.

Importante retomarmos a história produzida por autores pretos e pretas para que a população negra possa se identificar, e como gente que pertence e resiste à violência produzida pelo racismo estrutural tenham chance de desejar viver assim como o autor Gabriel Alves Godoi (2022) nos aponta em sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

O que a minha história me ensina é que existe algo que determina quem vive muito e quem vive pouco, e que reduzir tal questão a simples fatores econômicos ou meritocráticos seria completamente improdutivo. Pois veja, não apenas se

vive pouco, mas deseja-se pouco. Eu não desejava ser “doutor” e nem embranquecer. Eu desejava ser outro! Deixar de ser para virar outra coisa. Em brincadeira se coloca a morbidez de uma vida curta. Minha vida deixou de ser curta quando passei a desejar e isso, também, faz parte da saúde. Por outro lado, na parte nobre da vida, as pessoas viajam para outros países e conhecem uma infinidade de profissões das quais eu nunca ouvi falar antes de ser um universitário. Se vive muito, também, por que se deseja muito? Ou as formas econômico-sociais regulam o desejo de viver e de viver muito? (GODOI, 2023, p. 23- 24).

Os desafios que se colocam para conquistar a visibilidade são imensuráveis, o que faz com que leis e marcos constituídos no decorrer da história sejam efetivados de forma parcial e/ou nula na vida cotidiana do país, tais como:

- a Declaração de Viena e o Programa de Ação, adotados pela Conferência Mundial de Direitos Humanos em junho de 1993, clamam pela rápida e abrangente eliminação de todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; a resolução 1997/74, de 18 de abril de 1997, da Comissão de Direitos Humanos; a resolução 52/111 de 12 de dezembro, da Assembleia Geral e as subsequentes resoluções daqueles órgãos concernentes à convocação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (UNFPA, 2001) e lembrando, também, as duas Conferências Mundiais de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, ocorridas em Genebra em 1978 e 1983, respectivamente; Conferência Mundial; Dublin 182 da Independência e 115 da República.
- Lei 10.639/1993 que institui e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da

- temática “História e Cultura Afro-brasileira”; Brasil, Brasília, janeiro 2003.
- Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.
  - Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o Art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

Neste sentido vamos fazer um esforço para aqui não sermos injustos com tais conquistas. Deste modo, iniciamos o ano e o ingresso em curso no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS) no ano de 2022/1 com o projeto intitulado “A questão social e a questão racial em mulheres negras usuárias da Política de Assistência Social de Porto Alegre/RS”.

Tive participação ativa e efetiva como profissional nos espaços de construção coletiva, primeiramente como ouvinte e depois como mediadora, principalmente em Conferências. Na execução da Política de Assistência Social, ao longo de dezesseis anos de atuação, participei das reuniões ligadas as Políticas de Saúde, Educação, Habitação, entre outras que compõem o sistema de garantia de direitos à criança e adolescentes e suas famílias. O trabalho desenvolvido com pessoas em situação de rua me possibilitou conhecimento maior e deste local surge a inquietação em saber mais sobre as negritudes e buscar a Academia.

Ainda que não fosse necessário marcarmos em subtítulos nossas trajetórias, o processo de escrita passou a exercitar nosso olhar sobre os diferentes lugares em que fomos nos constituindo e como fomos nos aproximando.

### **Assistente Social trabalhadora do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**

Início apresentando minha trajetória profissional como Assistente Social, graduada ao final de 2015/2 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Durante a trajetória acadêmica a construção do projeto de intervenção e Trabalho de Conclusão já traçaram os primeiros passos voltados para a temática da infância e adolescência, tendo como estágio obrigatório o projeto com a saúde integral da criança e do adolescente. Em 2016 iniciei a caminhada como profissional atuando sempre na área de Assistência Social.

Porém, foi em julho de 2018 que iniciei minha experiência profissional no trabalho com adolescentes que cumpriam Medidas Socioeducativas de Semiliberdade. Na ocasião, fazia parte da equipe de técnicos que acompanhavam o trabalho com os adolescentes e jovens que cumpriam a Medidas Socioeducativas (MSE).

O trabalho era desenvolvido junto à Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) como uma parceria, com interação e articulação junto das equipes e do plano de trabalho do corpo de trabalhadores. Após essa longa jornada de um ano e meio de experiência, trilhei por outros caminhos enquanto profissional, sempre com o público da infância e adolescência. Trabalhadora da Política de Assistência Social, hoje atuando há exatamente dois anos com população adulta em situação de rua.

No espaço acadêmico tive a oportunidade de participar de oficina elaborada pelo Programa de Pós-Graduação. Entre as construções elaboradas pelos/as docentes do Programa de Pós-Graduação, pude participar como organizadora do espaço de construção de pré-qualificação para as demais participantes do grupo de discentes no ano de 2022/1 da UFRGS. Ainda podemos acrescentar a participação enquanto mestrandas na disciplina de Estágio Docente, onde tivemos a honra de compartilhar vivências com a Professora Loiva Mara de Oliveira Machado na disciplina “Relações Sociais de Classe, Gênero, Sexo, Raça e Etnia”, que tem como objetivo:

Aprender os processos constitutivos da sociedade classista, racista, heteropatriarcal e heteronormativa, com referência na teoria social crítica e no projeto ético/político/profissional, considerando as particularidades da formação sócio-histórica da realidade brasileira, as expressões da questão social e a divisão social, racial e sexual do trabalho, frente às relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia, gênero/sexualidades com vistas à efetiva incorporação dessas pautas na formação e trabalho profissional em Serviço Social.

Durante a caminhada como mestrandas, mulheres negras, trabalhadoras da Política de Assistência Social contribuíram nas diferentes discussões junto à turma de Graduação, administrada por uma professora negra. No decorrer das aulas discutimos sobre autores importantíssimos, como: Cida Bento (Psicologia Social do

Racismo - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, 2016); Grada Kilomba (Memórias da Plantação, 2019), entre outros, além do que foi uma honra ter representado o corpo docente enquanto mulheres negras, de grandes enfrentamentos na história de luta como trabalhadoras na Política de Assistência, com as barreiras e conflitos na localização de boas referências neste âmbito.

No início de 2022 ingressei novamente na Universidade, desta vez como mestranda no Programa Pós-Graduação em Políticas Públicas e Serviço Social pela UFRGS, com o Projeto de Pesquisa: “Os motivos que incidem na reincidência de adolescentes no processo de medidas socioeducativas em Porto Alegre”. O projeto tem como objetivo geral analisar os motivos que incidem nas reincidências entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em conflito com a lei no município de Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como sujeitos adolescentes entre 14 e 18 anos e que são trabalhadores das unidades. Será realizada a partir do conhecimento da população envolvida, por meio de dinâmica com grupos focais e debates entre os trabalhadores das unidades.

A justificativa dessa pesquisa nasceu a partir da experiência de trabalho de equipe nas medidas de semiliberdade, e se deu justamente por não ser identificado dentro da realidade das unidades distintas uma interlocução nos processos de reinserção dos mesmos na sociedade e na vida familiar. Logo, a pesquisa buscará por fatos trazidos pelos sujeitos que possam fortalecer o processo de trabalho que contribuam para a diminuição da reincidência no sistema socioeducativo.

Ao longo do projeto, será tratado também como se apresenta a Fundação FASE, seus decretos e estatutos, com apresentação da instituição, unidades e trabalho dos profissionais, tudo discutido com as políticas públicas sociais para essa população. Além disso serão apresentadas as condições de trabalho e os desafios dentro

de uma Unidade Socioeducativa, tanto para os sujeitos protagonistas como para os trabalhadores, as condições de efetivação das práticas socioeducativas, suas dificuldades e desafios.

Por fim, será apresentada a Política de Assistência Social, Medidas Socioeducativas e o trabalhador Assistente Social como fundamental nos espaços sócio-ocupacionais e no que de fato isso implica na classe trabalhadora. O projeto de pesquisa vem ao encontro do trabalho profissional através do conhecimento da crítica de sua natureza histórica. Diferente de outras profissões, o Serviço Social apresenta em sua raiz histórica a relação com a sociedade como categoria central no trabalho, que fala da sua exploração, e é na raiz histórica que se manifesta a dialética crítica marxiana, uma tradução da realidade. É neste sentido que o olhar do Assistente Social se baseia nas lutas sociais, defendendo seu alargamento, como a história presente no processo.

### **Assistente Social trabalhador da Educação**

O lugar que implica a “orientação” passa a ser posto como um espaço coletivo de compartilhamento, de construção aberta e colaborativa, ainda que respeitando cada objeto de investigação; desta forma fomos nos vinculando ao processo de ingresso no PPGPSSS. Das trajetórias formativas ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, passamos por processos seletivos, por entrevistas e aqui nos encontramos.

Necessário recolocar nesta escrita o lugar de uma trajetória acadêmica ocupada por um homem branco, e que deste lugar busca construir processos antirracistas, ainda que não se possa desvincular o lugar da branquitude<sup>6</sup>.

---

6 “A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo” (CARDOSO, 2010, p. 611).

Sendo assim, cabe este resgate enquanto Assistente Social formado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2005, Mestre (2005-2007) e Doutor (2007-2011) pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Tive a possibilidade de realizar doutorado sanduíche no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC-SP (2008) e na Universidade do Porto em Portugal (2009). Participei e integro o Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES), cujas linhas de pesquisas se associam aos debates propostos em torno do Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Nesta trajetória, raras foram as vezes em que tive acesso ao debate sobre racismo e antirracismo<sup>7</sup>, o que difere quando somos chamados a nos ler enquanto brancos em uma sociedade racista.

Ingressei, em 2010, como docente no Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa, desenvolvendo pesquisas e ministrando disciplinas que também constituem o debate das políticas sociais e da relação Estado – Sociedade Civil.

Na Graduação em Serviço Social na UFRGS, ministro desde 2013 disciplinas que tratam do debate sobre Estado, Sociedade e Políticas Sociais. Acredito que nestes espaços de sala de aula é onde podemos trazer à tona o quanto se faz necessário compormos os conteúdos discutindo, problematizando e vivenciando práticas antirracistas. Sendo assim, de forma mansa vamos nos aproximando e se propondo a construir processos que implica uma Educação Antirracista.

---

7 Cabe a lembrança que “A práxis antirracista na Educação Brasileira requer, conclama e exige o comprometimento de todos os entes envolvidos com a temática. A Educação como direito inalienável de cada cidadã e de cada cidadão do Brasil exige o empenho de todas as instâncias incumbidas da formulação, da implantação e do aprimoramento da política educacional no país” (FONTOURA, 2022, p. 100).

Os conhecimentos demandados para a efetivação de Educação Antirracista e pelo trabalho profissional comprometido precisa de forma inalienável driblar, combater e diminuir a ditadura dos saberes oriundos do Norte do mundo. É urgente associar-se à divulgação, ao aparecimento e à transmissão das culturas estabelecidas no Sul do planeta e que buscam, pretendem e exigem se impor. Apresentam epistemologias que merecem ser vistas de forma afirmativa. Não visam afastar, desmerecer ou diminuir as culturas vindas da Europa e dos Estados Unidos. Urge valorizar a parte negra do universo (FONTOURA, 2022, p. 102).

Integrei o grupo que desenvolveu as pesquisas internacionais “Sistemas de Proteção Social Brasileiro e Cubano” (2009-2011) e “Análise dos Sistemas de Proteção Social na América Latina” (2013-2018). Em decorrência destes estudos, participei da pesquisa sobre as “Alterações Político-econômicas Contemporâneas na América Latina e Impactos nas políticas de Assistência Social, Saúde, Previdência, Seguro-desemprego e Educação: o caso do Brasil, de Cuba e do Chile” (2018-2021). Em dezembro de 2021 foi concluída a pesquisa “Movimentos e lutas sociais no município de Porto Alegre (RS): reconhecimento da organização, funcionamento, atuação política e demandas por direitos sociais (2010-2019)”.

Pude me envolver e integrar a equipe do Projeto de Cooperação Acadêmica 2005 (UFMA, PUC-SP e PUC-RS – PROCAD/CAPES) participando da pesquisa “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: um estudo avaliativo de sua implantação”, que em 2018 concluiu sua segunda edição com a pesquisa “Estudo Avaliativo da Implementação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil”. Essas pesquisas estão publicadas com os títulos “Sistema Único de Assistência Social no Brasil – uma realidade em movimento” (2010) e “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil – Disputas e Resistências em Movimento” (2019), sendo este último lançado na Conferência Livre e Democrática da

Assistência Social em 2019 (COUTO, YAZBEK, SILVA e RAI-  
CHELIS, 2010; 2019).

Tive oportunidade de participar de bancas de qualificação e de defesa final, tanto de Doutorado (em outras Instituições) quanto de Mestrado, manifestando publicamente minha intenção de compor “um programa novo e que vem marcado pelo projeto profissional do Serviço Social, [...] associado ao diálogo com outras áreas do conhecimento, visando o atendimento das necessidades sociais dos usuários das políticas e se propondo à formulação das agendas e operacionalização das políticas sociais de forma democrática e participativa”.

Reforçamos assim, a partir de cada lugar ocupado na formação e na construção de conhecimento, que:

A inserção na Graduação e Pós-Graduação é um importante divisor de águas, pois é nesses movimentos que se constrói o profissional, intelectual, pesquisador/a, produtor/a de conhecimento científico, mas, sobretudo, a identidade social e racial do negro e seus percursos de vida. Considerar seus percursos de vida e seu processo de luta para acesso e permanência de sua formação superior é fundamental, pois possibilita denunciar os processos hegemônicos que insistem em empurrar a população negra dos espaços acadêmicos. O propósito a ser buscado é que a Universidade compreenda o seu papel na luta antirracista, de posicionamento, pautando o tema como prática e política permanente, questionando que interfaces são feitas em seu cotidiano, problematizando o quanto a academia aprofunda e legitima a história do povo negro ou se ainda mantém reproduzindo uma concepção eurocêntrica (ROSA e SANTOS, 2022, p. 132).

Também na Coordenação do Grupo de Pesquisa do CNPq, Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social que buscamos a

apropriação crítica da realidade, que possibilita o reconhecimento da totalidade concreta onde trabalham os profissionais das ciências sociais, em especial do Serviço Social, tendo em vista a identificação do campo de disputas entre capital e trabalho e o papel do Estado na proteção social a partir das políticas públicas, com ênfase nas sociais. [...] Consolidar-se enquanto espaço de articulação, interlocução e apoio aos movimentos sociais que lutam frente às expressões da questão social no campo e na cidade.

Neste lugar buscamos articular, o desenvolvimento de pesquisas, da Iniciação Científica, dos Trabalhos de Conclusão e Curso e da Extensão. A articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão<sup>8</sup>, considerados constituintes do tripé indissociável da formação acadêmica. A partir destes espaços dialogamos e construímos ações com o Coletivo Aya (UFRGS) e Terra, Trabalho e Resistência (UFSC).

Como docente, entendo que minha participação no Programa de Pós-Graduação consolida a possibilidade de continuar na busca por produzir conhecimento e formar trabalhadoras/es na perspectiva crítica e alicerçada no projeto profissional que se expressa nesse espaço acadêmico público.

### **Considerações a serem finalizadas**

Não sabemos dizer se escolhemos ser profissionais Assistentes Sociais ou se o Curso de Serviço Social nos escolheu, mas podemos afirmar com certeza que a profissão nos abraçou porque gostamos de relacionar e compartilhar conhecimentos, aprofundar aprendizagens e ter contato com usuários/as para fortalecimento dos coletivos.

---

8 Programa de Extensão Movimentos Sociais e Serviço Social: educação popular, lutas e direitos sociais; Projetos Ciclos de Debates sobre Assistência Social - 3ª edição e Educação Popular e Universidade: lutas por direitos sociais.

Registro aqui que temos duas pioneiras que são juntas as primeiras mulheres negras na história de suas famílias a estarem em uma Universidade Federal em um curso de Pós-Graduação. Neste período tivemos a oportunidade de convivemos em um ambiente potente. Estar e produzir conhecimento no Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social gerou em nós, discentes e docente, uma honra imensa. Adveio uma curiosidade ainda maior adquirida em toda a nossa vida. Com isto, também vieram para os nossos corpos os desafios de professor e alunas: como estabelecer uma agenda fixa semanal de aproximação e criação conjunta?

Uma vez que o coletivo de alunas e professor pertence ao quadro de trabalhadores/as assalariados/as, com famílias e contas fixas e/ou geradas naquele mês para manter seus pagamentos, isto foi algo a ser dialogado e construído para novos movimentos e esgarçamento. Segundo a consulta elaborada para o termo *esgarçar*<sup>9</sup>, este é aqui utilizado no sentido de *rasgar e/ou abrir fios* que já estão no seu máximo de abertura. Neste sentido fomos nos *esgarçando* para a construção conjunta de fios nunca vistos em nossas tão cheias agendas de trabalhador e trabalhadoras. Além disso, nos vinculamos no sentido de “Desfiar lembranças, impressões, histórias etc.” (ESGARÇAR, 2023).

Nesta construção rica de olhares e apropriação de conteúdo, fomos mergulhando ainda mais na busca por nossos pares. O curso de Pós-Graduação possui uma grade curricular de vinte e quatro disciplinas distribuídas entre obrigatórias e eletivas. Ainda no decorrer dos dois anos letivos de que dispomos para qualificarmos o Projeto, temos como requisito fazermos a etapa de Proficiência e Estágio de

---

9 “es-gar-çar. vtd, vint e vpr. 1 Rasgar(-se) ou abrir(-se) o pano pelo afastamento dos fios; desfiar(-se): O prego na cadeira esgarçou sua calça. Com o tempo, o tecido esgarçou. A meia esgarçou-se após muitas lavagens. Vint e vpr. 2 Romper(-se) em fragmentos; desfazer(-se). Vtd. 3 Romper a casca de (fruto). Vtd. 4 FIG Desfiar lembranças, impressões, histórias etc. vtd. 5 Arranhar a pele; escoriar, esfoliar?” (ESGARÇAR, 2023).

Docência. Importante aqui registrar que foi fundamental a indicação feita pelo professor/orientador sobre a aula que nos conduziria para a realização do Estágio de Docência acadêmica. Foi no Estágio de Docência, mais precisamente na aula de relações de Classe Gênero, Sexo, Raça e Etnias com a Professora Loiva Mara de Oliveira Machado que tivemos a oportunidade de encontrar literatura preta contendo um número expressivo de autores/as pretas e pretos.

O Programa de Pós-Graduação consiste em um espaço destinado à avaliação através de reunião envolvendo discentes e docentes coordenadores. Em reunião realizada no final do ano letivo tivemos a oportunidade de avaliar o espaço e as aulas ofertadas pelo PPGPSSS. Neste espaço pudemos colocar nossas observações e a falta que fazia os autores e autoras pretas, alguns aqui citados, entre outros, assim como a importância em termos mais professores/as pretos/as na docência do Programa.

Os trabalhos apresentados pelas pesquisadoras exigem desde sempre dedicação e cuidado nas dificuldades, atenção para a saúde emocional e considerações importantes para nossas vidas pessoais. Enquanto mulheres negras, trabalhadoras, destacam-se em suas trajetórias as lutas constantes pela defesa intransigente dos direitos humanos, lutas sociais e contra a discriminação em suas diferentes formas. Os projetos de pesquisa e futuras dissertações contam com grandes desafios, principalmente em relação às pesquisadoras enquanto trabalhadoras, vivenciando demandas atuais e fortemente avassaladoras causadas pelo “Estado”, o qual não dá o devido suporte, como investimento nas políticas sociais e situação de qualificação de profissionais. Reivindicam-se assim, políticas de acesso, mas também de permanência na Pós-Graduação.

Muitas dificuldades foram enfrentadas, principalmente enquanto dedicação ao processo acadêmico e ao “furacão” ao qual vamos sobrevivendo enquanto trabalhadoras, estudantes e negras, contando com poucos espaços para este debate.

Como realizar uma pesquisa não pensando no ser social, pensar na raiz da exploração do trabalho, a compreensão do ser, a ética do trabalho e a crítica à moralidade burguesa? O trabalho do profissional do Serviço Social traz uma dimensão investigativa a contribuir no plano societário da realidade. A concepção do Serviço Social se manifesta nos diversos projetos societários, podendo intervir nas diferentes esferas da sociedade, principalmente vinculado ao campo de trabalho que cada um exerce. É neste sentido que os projetos de pesquisa estão vinculados aos processos de trabalho em que participamos, os quais além de se tornarem agentes de investigação, também se transformam no cotidiano do trabalho profissional da intervenção junto aos usuários/as dos serviços.

Mantemos o desafio de articularmos o ensino, a pesquisa e a extensão à construção junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social. Contudo, nossas limitações de agenda, disponibilidades comuns, nossos processos de acolhida de orientação, nossa luta antirracista, nossas avaliações coletivas, a conformação das bancas, as nossas trocas de alegrias e tristezas compartilhadas levam a construir este material, ainda que de forma sintética, singular e plural, que se resume em produção de conhecimento.

Construir conhecimentos a partir da nossa trajetória no mestrado implica em reconhecer nossos limites e desafios enquanto trabalhadores/as que também se implicam com as políticas de Assistência Social e Educação. Que nosso processo de orientação seja uma continuidade de “seguranças afiançadas”, e, sobretudo, uma constante acolhida!

## Referências

ACAUAN, A. P. “Esse lugar também é nosso”. **Revista PUCRS**, nº 191 | Julho/Setembro 2019. Disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>. Acesso em: mai. 2023.

ALMEIDA; S. **Racismo estrutural**. 1. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 01, de 17 de abril de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2013. Brasília: CNAS, 2013.

BRASIL. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. **Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social**. Disponível em: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/81016>. Acesso em: mai. 2023.

CARDOSO, Lourenço C. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, pp. 607-630, 2010.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento**. São Paulo: Cortez, 2019.

ESGARÇAR. In.: **Michaelis, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2023.

EVARISTO, C. Conceição Evaristo: 'minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'. **Nexo Jornal**. São Paulo, 26 mai. 2017. Entrevista concedida a Juliana Domingos de Lima. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FERRUGEM, D.; MACHADO, L. M. O. Questão social e questão racial na formação em Serviço Social: debate necessário. **SER Social**, v. 25, n. 51, pp. 446-463, 2022.

FONTOURA, M. C. L. O trabalho profissional e a prática da Educação Antirracista. In.: MACHADO, L. M. O.; FERRUGEM, D.; ROSA, C. M. (Orgs.). **Debates antirracistas: direitos humanos e políticas sociais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: CirKula, 2022. Pp. 75-106.

GODOI, A. G. **Encontrando meu corpo: Diálogos entre negritude, saúde e descolonização**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUZZO, M. Conceição Evaristo: A escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. **Portal Geledés**. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

HERMINIO, B. “A escrevivência carrega a escrita da coletividade”, afirma Conceição Evaristo. **IEA: Instituto de Estudo Avançados da Universidade de São Paulo**. 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acesso em: 15 mai. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

ROSA, C. M.; SANTOS, C. M. Do acesso à permanência: contribuições acerca da construção de caminhos às práticas antirracistas nas universidades. In.: MACHADO, L. M. O.; FERRUGEM, D.; ROSA, C. M. (Orgs.). **Debates antirracistas: Direitos Humanos e Políticas Sociais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: CirKula, 2022. Pp. 127-138.

SANTANA, T.; ZAPPAROLI, A. Conceição Evaristo: A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. **Revista Itaú Cultural**. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. **III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. África do Sul, Durban, 2001. Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao\\_durban.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf). Acesso em: mai. 2023

# FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DE ENSINO E PESQUISA NO BRASIL

Thaís Teixeira Closs  
Camila Maewe da Silva Bandeira  
Ediane Pereira Santana  
Jessica Flores Mizoguchi

## Introdução<sup>1</sup>

O texto sistematiza estudo exploratório sobre as tendências do ensino e da pesquisa em Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) a partir da construção das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 (DC ABEPSS). Ancora-se na perspectiva desafiadora de avançarmos coletivamente no ensino dessa matéria nos cursos de graduação presenciais do país, defendendo e garantindo a efetiva implementação destas Diretrizes em sua lógica e elementos constitutivos, com destaque para a indissociabilidade entre história, teoria e método, bem como para a unidade dialética dos núcleos de fundamentação do trato dos conteúdos de cada componente curricular.

O estudo integra projeto de pesquisa em desenvolvimento, o qual visa problematizar as tendências curriculares e as abordagens didático-pedagógicas do ensino da matéria de FHTMSS nos cursos de graduação do país filiados à ABEPSS. Objetiva, também,

---

1 Esse texto é fruto de projeto de pesquisa em desenvolvimento, intitulado “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: tendências de ensino e pesquisa no Brasil”, que conta com financiamento Pq/CNPq.

identificar as tendências de pesquisa no âmbito da Pós-Graduação no tocante aos fundamentos profissionais nos programas da área de Serviço Social no Brasil. A investigação originou-se de participação numa pesquisa internacional em rede sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (IAMAMOTO e SANTOS, 2022). Parte-se da hipótese analítica, na trilha dos acúmulos dessa investigação em rede, de que é preciso superar a perspectiva restrita de uma “história” do Serviço Social para justamente apreender a profissão no movimento da história, em seus vínculos com as lutas de classes (IAMAMOTO e SANTOS, 2021). Ou seja, tal perspectiva pressupõe privilegiar “o ponto de vista dos vencidos na sua análise, no contraponto à visão oficial e linear da história apoiada na acumulação de capital como progresso e conquista”, apreendendo a “história pelo avesso” (IAMAMOTO e SANTOS, 2021, p. 29). Além disso, a investigação também se ancora em conclusões de estudos anteriores (CARDOSO, 2007; CLOSS, 2017, 2021; TEIXEIRA, 2018) e no acompanhamento dos debates das entidades profissionais acerca dos fundamentos – tais como o projeto ABEPSS Itinerante em suas últimas edições. Atualmente, o projeto integra a segunda etapa da referida pesquisa em rede, voltada para a análise do Serviço Social na história, tendo como eixos norteadores a centralidade da questão social, das lutas e movimentos sociais na análise histórico-crítica da profissão (BATISTONI, 2022).

Em termos metodológicos, o estudo desenvolvido analisou as tendências curriculares da matéria de FHTMSS nos cursos filiados a ABEPSS no Brasil, considerando a divisão regional adotada por essa entidade, tendo como fonte de dados as matrizes curriculares, ementas e/ou projetos político-pedagógicos disponíveis nos sítios eletrônicos dos mesmos, mediante coleta e sistematização realizada no ano de 2022. Também foram sistematizados dados dos projetos de pesquisa em desenvolvimento no conjunto

dos programas de Pós-Graduação vinculados à área de Serviço Social, a partir de informações disponíveis e coletadas na plataforma Sucupira/CAPES no ano de 2022, de forma a identificar as temáticas de investigação referentes aos fundamentos profissionais. O texto inicialmente discute as balizas teórico-metodológicas da investigação em desenvolvimento e após apresenta as tendências curriculares da referida matéria nos cursos filiados à ABEPSS, bem como os dados das tendências temáticas de investigação dos Programas de Pós-Graduação, apontando, por fim, alguns achados preliminares para a continuidade da investigação.

### **Ensino e pesquisa em Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social**

A relação indissociável entre história/teoria/método é constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social, os quais podem ser definidos como uma matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re)construída processualmente na sua trajetória histórica na realidade brasileira, a qual fornece as bases explicativas da compreensão da realidade, da profissão, dos processos societários e condensa uma dada direção social e valores ético-políticos (CLOSS, 2017). Considerando o processo de ruptura com o conservadorismo e renovação profissional, tais fundamentos “se expressam na abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana”, tendo como dimensões fundantes “a concepção de profissão no movimento histórico da sociedade capitalista; a questão social e suas expressões e configurações como âmbito privilegiado do exercício profissional; e o trabalho como categoria fundante para analisar o exercício profissional na atualidade” (YAZBEK, 2018, p. 47-48).

Trata-se, portanto, de uma concepção histórico-crítica de Fundamentos do Serviço Social. Ou seja, crítico-dialética, no

sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é interrogada de modo impiedoso, logo também é prático-crítica, porque fundada na práxis e comprometida com a emancipação humana (IANNI, 1988). Destaca-se, portanto, a fecundidade da crítica marxiana, expressa em dois níveis: a crítica das explicações prevaletentes sobre o mesmo fato que se articula com a própria reflexão crítica sobre o objeto, num processo de questionamento reiterado, sistemático, que implica em um diálogo crítico, numa controvérsia com as outras interpretações e com a própria realidade (IANNI, 2011).

É essa base teórico-metodológica que sustenta o ensino e a pesquisa dos fundamentos profissionais, pois os mesmos se sustentam numa dupla e articulada dimensão: a crítica da sociedade capitalista, em sua particularidade brasileira e em seus vínculos latino-americanos; bem como da profissão, do seu significado sócio-histórico na divisão sociotécnica do trabalho, dos valores, formas de pensar e agir em sua trajetória no movimento contraditório dessa mesma sociedade (PRATES, CLOSS e REIDEL, 2020). Logo, é essa dupla dimensão da crítica, construída a partir do protagonismo da categoria de Assistentes Sociais no bojo das lutas sociais nas últimas décadas, que engendrou um rico e amplo patrimônio intelectual, político e interventivo que transformou a identidade, a formação e o trabalho profissional, a produção de conhecimento, cujo trato ampliado e denso de historicidade é um desafio no âmbito da formação profissional, especialmente nos componentes curriculares da matéria de FHTMSS. Como nos lembra Yamamoto (2014, p. 613), o núcleo desse patrimônio é a compreensão da “história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Patrimônio alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação das forças vivas que movem a história; as lutas e movimentos sociais”.

Tal concepção de fundamentos é estruturante das DC ABEPSS/1996, base para a efetiva unidade entre os seus Núcleos de Fundamentação no ensino dos componentes curriculares, na garantia da questão social como eixo ordenador do currículo e na transversalidade do ensino do trabalho, da ética e da pesquisa. Ou seja, é essencial o ensino da matéria de FHTMSS a partir da globalidade da lógica dialética do projeto formativo, destacando-se a centralidade da história como eixo explicativo heurístico, enquanto “terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo do seu desenvolvimento” (IAMAMOTO, 2014, p. 621).

Um dos desafios que permearam o currículo de 1982 e permanecem como interrogações na efetivação das DC ABEPSS/1996, como aponta Guerra (2018), consiste em superar tanto a influência da razão formal-abstrata e a sua apropriação formalista da teoria (expressa no teorismo), como na apreensão do método (reduzido ao metodologismo), bem como da história, compreendida de forma cronológica e linear. Nesta direção, dos acúmulos dos anos de 1980, ressaltam-se as contribuições da pesquisa realizada pela ABESS em parceria com a PUC-SP sobre as tendências da Disciplina de Metodologia, como documenta o caderno ABESS n. 3, de 1989. Como aponta Simionatto (2018), os resultados dessa pesquisa permitiram um aprofundamento significativo do projeto formativo, problematizando a visão tripartite do positivismo, da fenomenologia e do marxismo, bem como dos ecletismos e dos sincretismos, adensando a compreensão das matrizes do pensamento social e das concepções de teoria e de metodologia a ela inerentes, afirmando a unidade entre história, teoria e método que é fundante do pensamento marxiano. Essa unidade, como sintetiza Iamamoto (2014, p. 622), consiste na “indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o método – não se reduzindo

a pautas de procedimentos o conhecer e/ou agir – expressa-se na lógica que organiza o processo mesmo do conhecimento”.

Esse processo de amadurecimento é denso de historicidade, pois articula o avanço e a consolidação da Pós-Graduação, a inserção ativa da categoria na realidade brasileira na contracorrente aos influxos neoliberais – com seus impactos no Ensino Superior e na Seguridade Social –, e, destacadamente, a construção de um projeto profissional crítico fundamentado na ampla teoria social marxista, o qual se expressa na construção das DC ABEPSS/1996, como também na própria concepção da matéria de FHTMSS. Ou seja, as Diretrizes assentam-se nas fecundas contribuições do pensamento marxista, o qual lhe confere unidade, criticidade e sustentação, pois a formulação das mesmas situa-se no quadro dos acúmulos da maturidade da vertente de ruptura (NETTO, 2004) ou, como denomina Yamamoto (2018), no contexto da segunda aproximação da profissão com o marxismo, na qual se estabelece tanto uma relação de continuidade como de ruptura e superação dialética do legado do movimento de reconceitualização latino-americano. A construção das Diretrizes expressa um movimento que, ao conjugar o adensamento da pesquisa em conexão com a análise da dinâmica societária, possibilita saltos qualitativos ao Serviço Social brasileiro, porque articula a apreensão das determinações da forma de ser da profissão no movimento histórico brasileiro, traduzindo-as em formulações teórico-metodológicas e ético-políticas que conformam os fundamentos profissionais a partir da matriz crítico-dialética (CLOSS, REIDEL e CORRÊA, 2021).

Uma das grandes inovações desse projeto formativo consiste na lógica dialética que sustenta a formulação dos seus Núcleos de Fundamentação – Fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica brasileira, Fundamentos do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014). Os mesmos possuem uma relação de unidade, uma vez

que “expressam níveis distintos de abstração de análise requeridos para o deslindamento do Serviço Social na sociedade brasileira”, e assim “contribuem, sob diferentes ângulos e articuladamente, para a elucidação das particularidades da ‘questão social’ e do estatuto profissional do Serviço Social na construção de respostas à mesma” (CARDOSO *et Al.*, 1996, p. 18-19). Nessa direção, evidencia-se como desafio uma maior atenção para a efetivação das matérias previstas nas Diretrizes, as quais consistem em “expressões das áreas de conhecimento necessárias à formação profissional” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 68), e se desdobram em componentes curriculares que necessitam ser alvo de planejamento ampliado na construção dos projetos político-pedagógicos. No âmbito das DC da ABEPSS, a matéria de FHTMSS tem como conteúdos:

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos (ABEPSS, 1996, p. 17).

O processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais enquanto especialização do trabalho. As fontes teóricas que fundamentam historicamente o Serviço Social e análise de sua incorporação nos modos de pensar e atuar da profissão em suas expressões particulares na Europa, na América do Norte e na América Latina, prioritariamente, no Brasil. O debate contemporâneo do Serviço Social (MEC, 1999, p. 6).

A definição desta matéria nas Diretrizes sinaliza para um campo particular de pesquisa que necessita ser adensado, como ressalta Netto (2016), ao chamar a atenção para a importância da construção de uma “nova história do Serviço Social”, que articule tanto

estudos localizados que vêm sendo desenvolvidos, como também abordagens mais amplas e inclusivas com ênfase para profissão no Brasil. Ou seja, o adensamento da produção nessa área temática é um pressuposto da qualificação do ensino da matéria de FHTMSS, primando pela necessária interface entre a formação graduada e a pós-graduada. Na esteira desse desafio, situa-se também a relevância da ampliação de pesquisas sobre as particularidades regionais do Serviço Social no Brasil, considerando o processo de institucionalização da profissão nos diferentes estados brasileiros via cursos pioneiros e primeiros espaços sócio-ocupacionais, o processo de erosão do serviço social tradicional e renovação profissional, bem como as lutas sociais e profissionais na cena contemporânea. Tal ampliação é essencial para conjugar o trato regional no ensino da matéria de FHTMSS, de forma articulada com a realidade nacional, estimulando processos investigativos de discentes e docentes voltados para a valorização da memória histórica.

No entanto, a produção da área voltada ao debate e à análise das tendências de ensino da matéria de FHTMSS é extremamente diminuta, considerando a restrita expressão do debate dos Fundamentos do Serviço Social nos periódicos da área, como já identificado em pesquisa anterior (CLOSS, 2017), e também em mapeamento posterior (CLOSS, 2021), no qual foram identificadas somente 3 publicações referentes ao ensino dos fundamentos profissionais, duas vinculadas a debates e pesquisa promovidos pela ABEPSS – de Simionatto (2004) e de Cardoso (2007) – e outra fruto de estudo mais recente, realizado por Goin (2019). Em levantamento realizado no banco de dissertações e teses da CAPES (CLOSS, 2021) foram encontrados somente 3 trabalhos com o descritor “Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social” – todos em nível de Mestrado – sendo que apenas um trata da matéria de FHTMSS, nos marcos das DC da ABEPSS. Este trabalho – desenvolvido em Programa de Pós-Graduação situado no Paraná – identi-

ficou uma diversidade de configurações curriculares e nomenclaturas no ensino dos FHTMSS, predominantemente com disciplinas antes da realização do Estágio e; ainda, que os conteúdos ministrados possuem uma ênfase para o “passado”, a pontos considerados “marcantes” na trajetória do Serviço Social, com frágil ênfase para os núcleos de fundamentação (LIMA, 2016). Quanto ao descritor “Fundamentos do Serviço Social”, identificaram-se 302 trabalhos a ele relacionados (255 dissertações e 47 teses). Dentre as teses, somente 8 abordam diretamente o descritor em termos temáticos no âmbito da pesquisa realizada, sendo que somente 3 desenvolvem discussões conceituais e articulações com a formação profissional, embora não apresentem pesquisa empírica sobre a matéria de FHTMSS (CLOSS, 2015; GOIN, 2016; TEIXEIRA, 2019).

Ainda no que concerne às tendências de pesquisa sobre os fundamentos profissionais identificou-se que o conjunto dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social possui 1036 projetos de pesquisa em desenvolvimento, sendo que destes somente 188 investigações possuem temáticas voltadas para o estudo da profissão (18,14%), conforme dados sistematizados a seguir.

**Tabela 1 – Projetos de pesquisa na pós-graduação da área de Serviço Social.**

<b>Regiões</b>	<b>Projetos em andamento (nº)</b>	<b>Projetos em Serviço Social (nº)</b>	<b>Projetos em Serviço Social (%)</b>	<b>Projetos com ênfase em Fundamentos (nº)</b>
Sul I	151	28	18,5	9
Sul II	51	17	37,00	6
Leste	386	70	18,13	22
Centro-Oeste	69	8	11,16	3
Nordeste	235	37	16,00	10
Norte	144	28	19,44	4
<b>Total</b>	<b>1036</b>	<b>188</b>	<b>18,14</b>	<b>54</b>

**Fonte:** Sistematização das autoras conforme dados da Plataforma Sucupira (2022).

Verifica-se a pequena incidência de pesquisas voltadas para a análise da profissão – em suas múltiplas dimensões, tais como a formação, o trabalho, a historicidade, a organização profissional e/ou bases teóricas, metodológicas, éticas – no conjunto da Pós-Graduação do país. Verifica-se que as mesmas se restringem, na maioria das regiões, a até 20% dos projetos em desenvolvimento, com exceção da Região Sul II, a qual apresenta o maior contingente percentual de investigações (37%), sendo que em termos absolutos a região Leste congrega o maior número de pesquisas (70 de 188), uma vez que possui significativa concentração de programas. No que tange à ênfase predominante dos projetos de pesquisa voltados para o estudo da profissão, destaca-se que menos de 30% destes concentram-se no âmbito dos Fundamentos do Serviço Social (54 de 188).

Dentre estes, verifica-se que a maioria (24 de 54) privilegia investigações referentes à dimensão teórico-metodológica do Serviço Social, de forma articulada com as seguintes temáticas: a influência do marxismo na profissão (6 de 24), a partir da análise seja da produção de conhecimento da área, como também da incidência de Gramsci e Lukács na discussão da cultura profissional, do debate ideológico e de temas como vida cotidiana, ideologia e alienação; as bases teórico-analíticas do trabalho profissional (6 de 24), abarcando estudos sobre processos de trabalho, ação profissional, trabalho e reprodução social e as novas morfologias do trabalho de Assistentes Sociais e do seu estatuto assalariado; a análise das tendências teóricas da profissão na atualidade (5 de 24), seja no âmbito do Brasil como da América Latina; o debate sobre o conservadorismo e profissão (4 de 24), tanto em sua conformação clássica como contemporânea, a partir do debate da formação sócio-histórica brasileira, da proteção social e da estrutura sincrética da profissão; e, ainda outras temáticas (3 de 24), tais como o anticapitalismo romântico, a liberdade en-

quanto categoria teórica, a relação entre fundamentos e currículo na formação profissional.

Já a segunda tendência de investigação sobre os fundamentos profissionais consiste nos estudos sobre a historicidade da profissão (22 de 54). A maioria destes (9 de 22) possui angulação para dimensões regionais do Serviço Social brasileiro, com ênfase seja para a trajetória de cursos pioneiros, como para particularidades estaduais – tais como Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro – bem como regional (Centro-Oeste). Na sequência, destaca-se que cerca de um terço dos estudos históricos sobre a profissão (7 de 22) integram pesquisa internacional em rede sobre Movimento de Reconceituação Latino-Americano e movimentos contestatórios, tendo como escopo a análise da profissão em diferentes países no contexto das décadas de 1960-1980, na interface com as lutas sociais. Registram-se ainda investigações com angulações históricas para a profissão a partir de outras temáticas articuladoras (6 de 22) tais como a cultura profissional nos anos de 1990, a relação entre a construção histórica do projeto ético-político no quadro da ditadura civil-militar, a memória e a trajetória profissional na política de habitação e os estudos sobre a relação entre feminismo, gênero e profissão.

Na sequência, registram-se projetos com temáticas diversas articuladas à análise dos fundamentos profissionais (5 de 54), tais como estudos comparativos sobre a profissão e produção de conhecimento no Brasil face a outros países (Chile e Itália), sobre a questão étnico-racial, o feminismo materialista e os movimentos sociais. Como última e minoritária tendência (3 de 54), situam-se os projetos voltados ao debate da dimensão ético-político da profissão, com ênfase para a análise da ética articulada aos temas dos direitos humanos, do conservadorismo e dos posicionamentos político-profissional.

Os dados até então apresentados indicam a concentração da Pós-Graduação da área em temáticas referentes às políticas e aos direitos sociais, bem como no desvendamento da questão social em suas múltiplas expressões – conforme estudo sobre a conformação dos programas no Brasil (PRATES, CLOSS e CARRARO, 2016). Relacionam-se também com tendência identificada por Yamamoto (2008, p. 464) sobre a pesquisa na área, apontando que o eixo formação profissional, fundamentos e trabalho profissional ocupava o penúltimo lugar em termos de agenda temática de investigação, destacando que “a pesquisa quanto aos fundamentos teórico-metodológicos do serviço social foi deslocada na prioridade da agenda profissional”, ao passo que nos anos de 1980 identificava-se o esforço de pesquisa na apropriação crítica das matrizes teórico-metodológicas e na reconstrução da historicidade do Serviço Social. Como também destaca a autora,

São poucas as produções recentes que têm o Serviço Social como objeto de suas pesquisas, podendo sugerir uma armadilha: a incorporação, pelos próprios pesquisadores, de uma imagem social subalternizada da profissão, redundando numa relação envergonhada com o Serviço Social, não assumida como tal, e encoberta na busca de temas considerados de maior relevo acadêmico e social como objeto das investigações (IAMAMOTO, 2008, p. 244).

Sobre os desafios do ensino dos FHTMSS, a partir de pesquisa de implementação das DC da ABEPSS, Cardoso (2007) identificou uma visão reducionista quanto à unidade entre história, teoria e método – acompanhada de um entendimento fragmentado da matéria, pulverizada em conteúdos sem a existência de um eixo articulador. Guerra (2018, p. 30), ao discutir os desafios para a efetivação das Diretrizes, aponta que a “dificuldade de uma abordagem do Serviço Social que opere com a tridimensionalidade

dade dos conteúdos dos núcleos de fundamentação tem deixado lacunas na formação profissional”, o que também se expressa no ensino da matéria de FHTMSS. Ou seja, enfatiza-se a importância de que a matéria de FHTMSS necessita ser apreendida e organizada nos currículos a partir da globalidade da lógica e fundamentos do projeto formativo das DC da ABEPSS, sob o risco de sua redução em termos de concepção, especialmente no que se refere a centralidade da história, em suas múltiplas determinações, como eixo explicativo heurístico. Como destaca Yamamoto (2014, p. 621-622),

A compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social é informada pela perspectiva da totalidade histórica. Parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão.

Nessa direção, atribuir densidade e vigor à concepção marxiana e marxista de história na formação profissional é essencial para superar a possível persistência de “invasões positivistas às ocultas” na formação, que podem se reatualizar no ensino da matéria de FHTMSS – na trilha dos achados do estudo de Quiroga (1991) sobre o currículo de 1982 –, que se evidenciam na expli-

cação linear, cronológica, evolutiva e destituída de movimento na abordagem das transformações da profissão na realidade brasileira. Ou seja, é importante a compreensão da história como “unidade de passado, presente e futuro” (HOBSBAWM, 2013, p. 42), sendo que a cronologia ou a periodização adotada em termos curriculares na matéria de FHTMSS é uma estratégia pedagógica que visa à apreensão e a problematização do movimento, das tendências inscritas na realidade, iluminando a análise e os desafios da profissão na realidade brasileira atual.

Salienta-se, nesse sentido, a importância da contribuição marxiana (IANNI, 1998), como sintetiza Fernandes (2012), que reside em captar e desvendar a “história em processo (e, especialmente o presente em processo)” (p. 24), mergulhando “no vir-a-ser, na história real - no antes e no agora, deixando implicado o depois” (p. 44), compreendendo “a história dos homens, o modo como eles produzem socialmente a sua vida” (p. 74). Debater e analisar a concepção crítico-dialética de história e de historicidade do Serviço Social que tem informado o ensino da matéria de FHTMSS é de suma relevância, destacando-se que no pensamento marxiano “a história é dada a partir do presente”, pois o mesmo carrega “relações, processos e estruturas que exigem a pesquisa do passado” (IANNI, 1988, p. 36).

Nessa perspectiva, o ensino da matéria de FHTMSS pressupõe uma “abordagem do conteúdo cujo veio articulador é a história”, de forma a resgatar “o movimento da sociedade em todas as suas determinações e, neste, o movimento da própria profissão” (SIMIONATTO, 2004, p. 34), em suas múltiplas determinações e inscrição na divisão sociotécnica do trabalho, face ao seu vínculo orgânico com a questão social, em suas relações com as classes sociais, com o Estado, a cultura, bem como as matrizes do conhecimento que incidiram e incidem nas formas de pensar e agir na sociedade, considerando ainda os condutos sócio-históricos da

relação estabelecida com tais matrizes. Essa abordagem é central na própria organização dos componentes curriculares dessa matéria, uma vez que se assenta na indissociabilidade entre história, teoria e método e, portanto, subsidia o planejamento didático de periodizações que superem “vieses historicistas ou epistemologistas” (SIMIONATTO, 2004, p. 38), de forma que a “compreensão das diferenças entre os períodos deve estar articulada à perspectiva de totalidade, para não incorrer em fragmentação, etapismo ou cronologia de fatos” (TEIXEIRA, 2019, p. 282).

Além disso, em termos da estruturação dos componentes curriculares da matéria de FHTMSS, é preciso atenção para que não haja o “predomínio do passado sobre o presente na apreensão da profissão, deixando as perspectivas futuras a cargo do desconhecido”, ou ainda, que seja priorizado “o presente desconsiderando suas mediações com a realidade, abstraindo a profissão das determinações históricas que lhe dão concretude e daquelas que nos permitem interpretar a(s) cultura(s) que vem sendo gestada(s) na profissão” (GUERRA, 2018, p. 35).

A partir dessa base analítica, foi desenvolvido estudo exploratório tendo em vista identificar tendências curriculares da matéria de FHTMSS nos cursos filiados à ABEPSS no país através das informações disponíveis nos sítios eletrônicos das unidades de formação. Foram obtidos dados de 68 dos 75 cursos filiados, sendo que a maioria destes é de natureza pública (41 de 75). Para a análise das disciplinas, foram selecionadas aquelas nomeadas de “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social”, de acordo com a denominação da matéria básica definida nas Diretrizes da ABEPSS, assim como as disciplinas que contêm ambos os descritores “Fundamentos” e “Serviço Social”. Os dados obtidos encontram-se sistematizados a seguir.

**Tabela 2 – Cursos de Serviço Social filiados a ABEPSS e disciplinas de FHTMSS.**

<b>Região ABEPSS</b>	<b>Cursos filiados</b>	<b>Públicos</b>	<b>Privados</b>	<b>Cursos com dados coletados</b>	<b>Disciplinas de FHTMSS nos cursos</b>
Sul I	17	9	8	15	33
Sul II	18	2	16	16	66
Leste	15	9	6	14	38
Centro-Oeste	4	3	1	4	12
Nordeste	14	12	2	13	35
Norte	7	6	1	6	23
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>41</b>	<b>34</b>	<b>68</b>	<b>207</b>

**Fonte:** Sistematização das autoras a partir de dados coletados na pesquisa.

Dentre o conjunto dos cursos do país, filiados à ABEPSS, destaca-se que a maioria absoluta prevê em suas matrizes curriculares disciplinas relativas à matéria de FHTMS, uma vez que somente 6 de 68 cursos não ofertam em seus currículos disciplinas assim denominadas ou com o descritor “fundamentos” associado ao “Serviço Social”. Dentre estes, verifica-se que parcela são situados em universidades federais (4 de 6) e que, embora não adotem a denominação da matéria, ofertam de maneira sequenciada disciplinas intituladas de “Serviço Social I, II, III e IV”. No que se refere ao quesito número de disciplinas e carga horária, verificou-se que os cursos públicos dedicam maior espaço em suas matrizes curriculares ao ensino da matéria de FHTMSS do que os privados, com exceção da Região Sul II, na qual há uma maior oferta de disciplinas, com equivalência desse quesito nas instituições de ambas as naturezas. Além disso, a denominação das disciplinas a partir da nomenclatura das DC ABEPSS - FHTMSS – está presente nas matrizes curriculares de 52 de 68 cursos. Nos

demais cursos identifica-se uma variedade de nomeações, sendo que as mais frequentes consistem em: “Fundamentos Filosóficos do Serviço Social” e “Fundamentos do Serviço Social”.

Em termos da estruturação curricular da matéria, verifica-se a tendência de oferta de três disciplinas (20 de 68) ou quatro disciplinas (14 de 68), sendo que poucos cursos possuem carga superior (11 de 68), entre cinco e seis disciplinas. As mesmas são organizadas na absoluta maioria dos cursos de forma sequenciada e sem intervalos (66 de 68), com início predominantemente no segundo (39 de 68) ou no primeiro semestre da formação (29 de 68). Destaca-se também que contingente expressivo de cursos (28 de 68) oferta no primeiro semestre disciplina de “Introdução ao Serviço Social”, anteriormente aos componentes curriculares da matéria de FHMTSS (24 de 28). No entanto, indaga-se de que forma o amplo conteúdo dessa matéria tem sido organizado nessa configuração curricular, seja no que tange a articulação entre cada uma das disciplinas de FHTMSS como com as demais matérias previstas nas DC ABEPSS, considerando ainda a importância da densidade do trato histórico da profissão.

Os dados referentes às configurações curriculares da matéria de FHTMSS também evidenciam a tendência majoritária de oferta das mesmas nos períodos iniciais da formação, especialmente antes do estágio obrigatório (57 de 68) ou durante a realização inicial do mesmo (11 de 68), independentemente da natureza dos cursos. Destaca-se a importância dos conteúdos dessas disciplinas para o estágio, como já apontado por Simionatto (2004), inclusive em termos de seus pré-requisitos curriculares, tendo em vista o desenvolvimento das competências profissionais e a análise crítica dos espaços sócio-ocupacionais, o que também é indicado pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010). Tal configuração curricular também traz desafios em termos das mediações pedagógicas a serem acionadas no ensino, consideran-

do que o trato histórico da sociedade e da profissão, bem como de suas tendências teórico-metodológicas, necessita de articulação com demais disciplinas na matriz curricular, considerando inclusive a bagagem formativa dos estudantes em períodos iniciais.

Além disso, os conteúdos da matéria de FHTMSS necessitam ser recuperados e conjugados no processo de supervisão de estágio e em etapas posteriores dos cursos, sob o risco de serem frequentemente apreendidos pelo prisma da linearidade, do “passado”, sem sua conexão dialética com os desafios da profissão no tempo presente, uma vez que apreendidos pelos estudantes como conhecimentos considerados “introdutórios” e deslocados do percurso formativo posterior. Processo que requer articulação com demais matérias previstas nas DC da ABEPSS, especialmente aquelas referentes ao ensino da questão social e do trabalho profissional, a partir da tridimensionalidade dos núcleos de fundamentação, possibilitando a dimensão investigativa na construção de competências profissionais, via análise da formação sócio-histórica brasileira, das matrizes do pensamento social e das tendências do exercício profissional.

### **Considerações finais**

Após mais de 25 anos das DCN/ABEPSS ainda são poucos os estudos, relatos de experiências e debates sobre o ensino da matéria de FHTMSS, o que reforça a importância da ampliação de pesquisas sobre o tema a fim de qualificá-la. Isso é essencial para, no processo formativo, qualificar a apreensão e a problematização da profissão a partir de sua inscrição na dinâmica societária em suas múltiplas determinações, enfatizando “a historicidade do Serviço Social, recusando qualquer abordagem endógena no seu trato analítico, desvinculado das contingências históricas” (IAMAMOTO e SANTOS, 2021, p. 34). Portanto, conhecer e

visibilizar a trajetória do Serviço Social, em suas lutas e contradições no movimento da sociedade brasileira, é essencial para qualificar a densidade crítica da formação, afirmando a história como dimensão central dos Fundamentos, pois “não há luta pelo futuro sem memória do passado” (LÖWY, 2005, p. 109).

Logo, é essencial primar pela indissociabilidade entre ensino e pesquisa, pois o debate amplo da área sobre a matéria de FHTMSS requer investimento em investigações que possibilitem desvendar e apreender novas angulações sobre a historicidade do Serviço Social, sendo este um vasto campo de estudo a ser aprofundado. Nesse âmbito, ressalta-se a importância de estudos voltados para as particularidades regionais do Serviço Social brasileiro, da relação da profissão com as lutas e os movimentos sociais, bem como para a herança cultural que tem incidido historicamente no Serviço Social, na perspectiva da crítica teórico-metodológica do Serviço Social clássico, do processo erosão do Serviço Social tradicional e da renovação profissional. Tais estudos são essenciais para oferecer densidade crítica e histórica à análise das tendências teóricas e políticas que marcam presença na profissão na atualidade, na perspectiva de “compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas e para recriar a práxis de enfrentamento a esses tempos de regressão conservadora, contribuindo para formas de resistência política” (IAMAMOTO e SANTOS, 2021, p. 27-28).

Esse processo implica a necessária relação entre Graduação e Pós-Graduação, na perspectiva de formação de pesquisadores e docentes, bem como na construção de acervos históricos, sejam estes de fontes documentais como orais, tendo em vista a valorização das memórias profissionais na interface entre pesquisa, ensino e extensão, de forma a incidir na qualificação do ensino da matéria de FHTMSS. Além disso, desafia a conformação de pesquisas integradas entres grupos de investigação e entidades profissionais, com vis-

tas a estimular a ampliação dos debates em torno dos Fundamentos do Serviço Social, os quais não vêm sendo alvo de prioridade no âmbito da Pós-Graduação da área, pois conforme dados obtidos, os projetos em desenvolvimento nesse âmbito representam diminutos 5,21% do conjunto das investigações no país.

Os dados obtidos sobre os cursos de graduação filiados a ABEPSS no país evidenciam como configuração curricular predominante da matéria de FHTMSS a sua organização em três a quatro disciplinas, alocadas nas etapas iniciais do processo formativo, anteriormente a realização dos estágios. Esse resultado preliminar do estudo exploratório indica a importância de investigar o ensino dos FHMTSS no bojo da lógica curricular das etapas iniciais dos cursos, considerando as articulações entre as disciplinas ofertadas, a indissociabilidade dos núcleos de formação, bem como as estratégias pedagógicas adotados no trato dos conteúdos. Nesse âmbito, ressalta-se a centralidade da história como dimensão heurística e articuladora, desvendando e problematizando a profissão em suas múltiplas determinações, o que requer a superação tanto da linearidade como do endogenismo, processo em que o passado se entrelaça com a explicação e a reflexão crítica sobre o presente e, simultaneamente, a apreensão das transformações e das particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira se interconectam com a análise das tendências teórico-metodológicas e ideopolíticas do Serviço Social em sua trajetória no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho. Além disso, dada essa configuração curricular identificada, também é importante investigar como os conteúdos da matéria de FHTMSS se repõem e são articulados nas etapas posteriores do curso, especialmente no âmbito do processo de estágio e supervisão, na construção das competências profissionais, considerando, ainda, a transversalidade do ensino da questão social, do trabalho e da ética profissional. Esses aspectos serão aprofundados na continui-

dade da investigação, via análise documental dos projetos político-pedagógicos dos cursos e através de entrevistas e grupos focais. Enseja-se, com esse desenho metodológico, estimular fóruns de debate sobre o ensino e a pesquisa dos FHTMSS, em parceria com as entidades da categoria, com vistas à qualificação da formação acadêmico-profissional.

## Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/politica-nacional-de-estagio-da-abepss-11>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

BATISTONI, R. O Serviço Social na história: Pesquisa “em rede” internacional de pesquisadoras/ES. In: REIDEL, T.; *Et Al.* (Orgs.). **Serviço Social: Perspectivas Internacionais sobre Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional**. Alexa Cultural: São Paulo, SP; EDUA: Manaus, AM, 2022. Pp. 211-232.

CARDOSO, F. G. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. **Revista Temporalis**, n. 14, pp. 31-54, 2007.

CARDOSO, I. C. C.; *Et Al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, n. 7, pp. 15-57, 1996.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2015.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Curitiba: CRV, 2017.

CLOSS, T. T. **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: tendências de ensino e de pesquisa no Brasil**. Projeto de pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social. UFRGS: Porto Alegre, 2021.

CLOSS, T. T.; REIDEL, T., CORRÊA, L. D. 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS: desafios para uma formação crítica e dialética no Serviço Social. In: PRATES, J. C., REIS, C. N. dos; ANDRADE, R. F. C. de. **Serviço Social, economia política e marxismo**. Manaus: Alexa/EdiUFAM, 2021. Pp. 59-80.

FERNANDES, F. **Marx, Engels, Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOIN, M. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUCRS, 2016.

GUERRA, Y. D. A. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. D. A.; *Et Al.* (Orgs.) **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. Pp. 25-46.

HOBSBAWM. E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120, pp. 609-639, 2014.

IAMAMOTO, M. V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, v. 18, n. 2, pp. 204-226, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. Introdução. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). **A história pelo avesso: a Re-conceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. Pp. 25-67.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista Histedbr**, v. 11, n. 41, pp. 397-416, 2011.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx**. Petrópolis: Vozes, 1988.

LIMA, T. A. S. **O processo de consolidação da disciplina de fundamentos históricos e teórico-metodológicos (FHTM) do serviço social: diretrizes gerais para o curso de serviço social da ABEPSS de 1996**. [Dissertação de Mestrado]. Londrina: UEL, 2016.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEC. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – parecer encaminhado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social**. 1999. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf). Acesso em: 5 set. 2014.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64**. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: Silva, M. L. O. (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

PRATES, J. C.; CLOSS, T. CARRARO, G. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 2, pp. 5-33, 2016.

PRATES, J. C.; CLOSS, T. T., REIDEL, T. O lugar dos fundamentos, da ética e da pesquisa na formação e no trabalho profissional do/da assistente social. In: SENNA, M. C. M.; FREITAS, R. C. S.; MORAES, C. A. S. **Política social no Brasil: sujeitos, trajetórias e institucionalidades**. Curitiba: CRV, 2020. Pp. 203-224

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, C.; IAMAMOTO, M. V. A História pelo Averso: uma pesquisa internacional “em rede” de pesquisadores/as. **Revista Libertas**, v. 22 n. 1, pp. 1-15, 2022.

SIMIONATTO, I. As abordagens marxistas no estudo dos Fundamentos do Serviço Social. In: GUERRA, Y. D. A.; *Et Al.* (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. Pp. 85-113.

SIMIONATTO, I. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. **Temporalis**, n. 8, pp. 31-42, 2004.

TEIXEIRA, R. J. **Fundamentos do serviço social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS.** [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

TEIXEIRA, R. J. **Fundamentos do serviço social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS.** [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. D. A.; *Et Al.* (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** Campinas: Papel Social, 2018. Pp. 47-84



# O TEMA DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

Cláudia Correia Coelho  
Alzira Maria Baptista Lewgoy

## Introdução

O presente texto é fruto de uma Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social e busca apresentar como vem sendo trabalhado o tema da Família na formação profissional em Serviço Social e a relação desta temática com os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares (DC) (ABEPSS, 1996), tendo-se por premissa a relevância da disciplina na formação profissional, por se tratar da população de que se destina o trabalho profissional, as famílias dos sujeitos que vivem e sobrevivem do trabalho e sem ele. É um estudo de caráter qualitativo, exploratório, documental e bibliográfico<sup>1</sup> e de abrangência nacional. Nele, será dada ênfase à pesquisa documental, cuja análise abrangeu 18 Unidades de Formação Acadêmica (UFA), entre elas estando universidades públicas federais e estaduais, uma de cada Estado, sendo selecionados 17 estados e o Distrito Federal. Das 27 unidades federativas, sendo 26 Estados e o Distrito Federal, foram excluídos 4

---

1 Ocorreu junto a 21 periódicos sendo, 19 em revistas de programas de pós-graduação brasileiros; 2 em revistas de circulação nacional: a *Temporalis*, vinculada a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e a *Serviço Social & Sociedade*, da editora Cortez, periódico de maior circulação da área.

estados por não ter UFAS públicas, sendo 1 com UFA pública, mas sem filiação a ABEPSS, e 4 Estados onde não foram localizadas em suas UFA disciplinas que tratassem do tema da família. Todas selecionadas estão filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Este também foi um dos critérios de inclusão, considerando a contribuição da entidade para a profissão quanto ao seu alinhamento e comprometimento com o ensino, a pesquisa e a produção do conhecimento na reafirmação do Projeto Ético-político e no fortalecimento das DC. A documentação selecionada é constituída pelas seguintes fontes<sup>2</sup>: projetos pedagógicos dos planos/programas<sup>3</sup>, grades curriculares e relatórios de disciplinas, totalizando 25 disciplinas, por tratar especificamente do tema da Família.

### **O diálogo das disciplinas em Projetos Pedagógicos, Planos, Programas, Grades Curriculares e Relatórios**

Ao discutir o tema da família, importa destacar que ele vem se modificando e construindo novas relações a partir de transformações vivenciadas pela sociedade. Na atual conjuntura, existem diversas formas de organização familiar que se alteram continuamente buscando satisfazer as necessidades impostas pelo conjunto social (MIOTO, 2000). A concepção de família, enquanto categoria e objeto de análise deste estudo, é tratada como o produto resultante dos determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais. Estes, por sua vez, servem as famílias para a reprodução das

---

2 Cabe destacar que as fontes expressam diferentes formas de apresentação das disciplinas com conteúdo distintos entre elas, onde teremos fontes mais completas (como é o caso dos Planos das Disciplinas e Programas das Disciplinas) em relação aos dados necessários para este estudo, até as mais resumidas (Grade Curricular e Relatório da Disciplina).

3 Nomenclaturas empregadas pelas UFA.

relações sociais. Neste sentido, quando nos referimos as famílias, falamos dos diversos arranjos familiares.

A análise documental sobre as disciplinas volta-se sobre o tema da família nos cursos de Graduação em Serviço Social. Assim, considerando o que referencia as DC, as disciplinas são “particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária pré-fixada” (ABEPSS, 1998, p. 68).

É de fundamental importância considerar que este conteúdo é basilar na formação profissional. Ele exige uma compreensão mais qualificada sobre a matéria, para assegurar coletivamente a direção ética, política e técnico-operacional, “constante nas Diretrizes Curriculares, que, associadas à lei de regulamentação da profissão e ao Código de Ética Profissional, materializam um determinado projeto de profissão” (FERREIRA, 2000, p. 95).

Mioto (2010) escreve que a incorporação do tema da família como referência na política social brasileira reavivou o debate em torno do trabalho com famílias e, que por muito tempo, ficou relegado ao segundo plano no âmbito do Serviço Social. A autora enfatiza a secundarização desses temas, família e trabalho com famílias, e a atribui, por um lado, às exigências teórico-metodológicas para a consolidação da profissão nos marcos da teoria social crítica e, por outro, à pecha de conservadorismo que marcou essas temáticas no pós-reconceituação.

O estudo do presente tema impõe-se como um importante desafio na demarcação enquanto profissão e área de conhecimento, bem como a construção do debate em torno do trabalho com famílias ancorado nas premissas teórico-metodológicas da teoria social crítica. Em relação à sua natureza, este tema precisa compor o quadro das disciplinas obrigatórias, considerando a cons-

trução de conteúdos teóricos ético-político-culturais para assegurar padrões de qualidade na efetivação do projeto de formação profissional e na intervenção profissional.

A seguir, apresentaremos os programas das 25 disciplinas, de como elas se expressam quanto à nomenclatura, à natureza (obrigatória, eletiva e optativa), à carga horária, à ementa, ao objetivo, ao conteúdo programático, à metodologia e à avaliação. Para a seleção das disciplinas fizemos uma leitura nos documentos acima referidos das 18 unidades acadêmicas. Verificamos se o termo família aparecia no corpo do texto, na sua nomenclatura, ou na súmula. Também contamos posteriormente as coordenações de cursos das referidas universidades para esclarecimento e ratificação sobre as disciplinas que tratam do tema, em particular nas ocasiões em que o termo família não esteve explícito na nomenclatura.

### *As nomenclaturas*

As nomenclaturas atribuídas para as disciplinas de Família revelam diferentes denominações, conforme o Quadro 1:

### **Quadro 1 – Nomenclaturas das disciplinas atribuídas nos Projetos Pedagógicos, Planos/Programas, nas Grades Curriculares e no Relatório de Disciplina.**

<b>Nomenclaturas</b>	<b>UFA</b>	<b>Região</b>
1. Relações Sociais, Família e Serviço Social	UFA7	<b>Centro-Oeste</b>
2. Família na Contemporaneidade e Relações Sociais	UFA5	
3. Gênero, Sexualidade e Cidadania <sup>4</sup>	UFA6	

---

<sup>4</sup> Disciplina indicada pela UFA como referência para abordar a temática da família.

4.Gênero, diversidade, poder e família	UFA8		<b>Nordeste</b>
5.Serviço Social e Família	UFA9		
6.Família e Relações de Gênero	UFA11		
7.Família e Relações de Gênero	UFA12		
8.Família e Sociedade	UFA13	Disciplina1	<b>Nordeste</b>
9.Família, Parentesco e Ciclos de Vida		Disciplina2	
10.Serviço Social na Área da Família	UFA15	Disciplina1	
11.Gênero e Família no Brasil		Disciplina2	<b>Norte</b>
12.Família e Serviço Social	UFA17	Disciplina1	
13.Oficina de metodologia do trabalho com famílias no Serviço Social		Disciplina2	
14.FamíliaeSegmentosSociaisVulneráveis	UFA1		<b>Sul I</b>
15.Política Social e Família	UFA2		
16.Serviço Social e Família	UFA3		
17.Tópico Especial em Família e Redes de Proteção Social I	UFA18	Disciplina1	<b>Norte</b>
18.Tópico Especial em Família e Redes de Proteção Social II		Disciplina2	
19.Tópico Especial em Família e Redes de Proteção Social III		Disciplina3	
20.Serviço Social e o conceito de família	UFA19		
21.Família, Políticas Sociais e Questão Social	UFA22	Disciplina1	<b>Leste</b>
22.Famílias, Gênero e Diversidades		Disciplina2	
23.Saúde da Família e Serviço Social		Disciplina3	
24.Família, grupos e redes sociais	UFA20		
25.Família e educação <sup>5</sup>	UFA21		

**Fonte:** Coelho (2022).

O quadro revela as nomenclaturas das disciplinas de família, que são diversas e se estabelecem priorizando com as seguintes ênfases: 28% delas fazem relação com proteção social e política social

5 O documento não dispõe de mais dados referentes à disciplina, além do seu título, código, classificação e carga horária.

e estão mais concentradas nas Regiões Sul I, Norte e Leste; 24% abordam a relação entre Família e Serviço Social, abrangendo todas as regiões (Norte, Sul I, Nordeste e Centro-Oeste); 24% com outros temas comum a ocorrência cada uma (Família-Educação; Família-Grupos e Redes Sociais; Família e Sociedade; Oficina de metodologia do trabalho com famílias; Família, Parentesco e Ciclos de Vida e Saúde da Família e Serviço Social), com ênfase nas regiões Leste, Nordeste e Norte; e 20% Família e Relações de Gênero, com concentração nas regiões Leste, Nordeste e Norte. Por fim, 4% não expressam na nomenclatura a palavra Família e sua documentação não explicita a relação direta com o tema. Contudo, a coordenação do curso desta UFA registra que apesar da nomenclatura da Família não aparecer no texto este tema é “abordado transversalmente nos componentes curriculares obrigatórios e optativos ofertados por nosso curso [...] é uma das disciplinas que tem por objeto de estudo particular o tema em questão, o da família” (UFA6).

### **Natureza das disciplinas: obrigatória, eletiva e optativa**

No regime de matrícula por disciplina, o estudante tem um elenco de disciplinas obrigatórias, eletivas e opcionais. No regime seriado, vigente em todas as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras até 1968, o currículo de cada Curso de Graduação era integrado por um rol rígido de disciplinas, todas obrigatórias. Os estudantes do curso eram obrigados a cursar as disciplinas do respectivo currículo. As disciplinas eletivas e optativas surgem no cenário da Educação Superior brasileira a partir da Reforma Universitária de 1968, com a introdução do regime de matrícula por disciplina, em substituição ao regime seriado. Ao mesmo tempo, é introduzido o sistema de crédito para o controle da integração curricular dos cursos superiores. Não há, contudo, nenhuma norma legal, após a edição da atual Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996, que defina claramente a diferença entre disciplina optativa e eletiva. Cabe ao Projeto Político Pedagógico (PPP) fazer essa definição e estabelecer o rol de disciplinas optativas e eletivas do curso, quando houver (FRAUCHES, 2012).

Nessa lógica, é importante estar atento ao processo de revisão e monitoramento dos currículos, apontar as disciplinas que precisam ser obrigatórias, eletivas ou optativas, assegurando qualidade à formação profissional dos Assistentes Sociais, bem como traduzir o que vem provocando alteração estrutural do Ensino Superior na direção de seu aligeiramento, competitividade e sujeição às demandas do mundo do trabalho.

Em relação à natureza das 25 disciplinas sobre família nos Projetos Pedagógicos, Planos/Programas, Grades Curriculares e Relatórios, constatou-se que são oferecidas por ordem de classificação: optativas, obrigatórias, e eletivas, apresentadas no Quadro 2:

**Quadro 2 – Classificação das disciplinas: optativa, obrigatória e eletiva.**

<b>Nomenclatura</b>	<b>UFA</b>		<b>Região</b>	<b>Classificação</b>
Política Social e Família	UFA2		Sul I	Optativa
Relações Sociais, Família e Serviço Social	UFA7		Centro-Oeste	Optativa
Serviço Social e Família	UFA9		Nordeste	Optativa
Família e Relações de Gênero	UFA11		Nordeste	Optativa
Serviço Social na Área da Família;	UFA15	Disciplina1	Norte	Optativa
Gênero e Família no Brasil		Disciplina2		Optativa
Família, Parentesco e Ciclos de Vida	UFA13	Disciplina2	Nordeste	Optativa

Tópico Especial em Família e Redes de Proteção Social I	UFA18	Disciplina1	Norte	Optativa
Tópico Especial em Família e Redes de Proteção Social II		Disciplina2		Optativa
Tópico Especial em Família e Redes de Proteção Social III		Disciplina3		Optativa
Famílias, Gênero e Diversidades	UFA22	Disciplina2	Leste	Optativa
Saúde da Família e Serviço Social.		Disciplina3		Optativa
Família e Segmentos sociais vulneráveis	UFA1		Sul I	Obrigatória
Família na contemporaneidade e Relações Sociais	UFA5		Centro-Oeste	Obrigatória
Gênero, Sexualidade e Cidadania	UFA6		Centro-Oeste	Obrigatória
Família e Serviço Social	UFA17	Disciplina1	Norte	Obrigatória
Serviço Social e o conceito de família	UFA19		Norte	Obrigatória
Família, grupos e redes sociais	UFA20		Leste	Obrigatória
Serviço Social e Família	UFA3		Sul I	Obrigatória
Família e Sociedade	UFA13	Disciplina1	Nordeste	Obrigatória
Família, Políticas Sociais e Questão Social	UFA22	Disciplina1	Leste	Obrigatória
Gênero, diversidade, poder e família	UFA8		Nordeste	Eletiva
Família e Relações de Gênero	UFA12		Nordeste	Eletiva
Oficina de metodologia do trabalho com famílias no Serviço Social	UFA17	Disciplina2	Norte	Eletiva
Família e Educação <sup>6</sup>	UFA21		Leste	Eletiva

**Fonte:** Coelho (2022).

---

6 O documento não dispõe de mais dados referentes à disciplina, além do seu título, código, classificação e carga horária.

Os dados revelam que o tema da Família se concentra nas disciplinas cuja natureza é optativa, como o próprio nome refere: é “opcional” aos graduandos, sendo disponibilizadas pelos cursos para ampliar a formação do estudante. “Nesse caso o aluno pode escolher qual disciplina cursar, mas não é obrigado a cumpri-las” (SILVA, 2019, s.p.). Ou seja, são disciplinas que não são obrigatórias, mas o aluno pode cursá-las como forma de ampliar seus conhecimentos.

Para quem pretende complementar o currículo acadêmico, identificou-se que das 25 disciplinas, 12 são de famílias optativas oferecidas conforme apresentadas nas UFA que as dispõem. Exceto na Região Sul II, elas estão distribuídas nas demais regiões do seguinte, sendo com menor concentração: 5 na Região Norte nas UFA 15 e 18; seguida de 3 na Região Nordeste, nas UFA 9, 11 e 15; 2 na Região Leste, nas UFA 22; e 1 na Região Sul I, na UFA 2 e 1 na Região Centro-oeste, na UFA 7.

As disciplinas obrigatórias “são obrigatórias para os estudantes concluírem a sua formação. Sem alcançar a média estabelecida nessas matérias o estudante não consegue a sua titulação de nível superior” (SILVA, 2019, s.p.). Elas fazem parte do currículo do Curso de Serviço Social. Devem ser realizadas em seu conjunto, compostas por semestres, como uma das etapas para obter o grau de Bacharel em Serviço Social. Nas UFA listadas no Quadro 2, 9 disciplinas versam sobre o tema da Família no currículo como obrigatórias. Exceto a Região Sul II, elas estão distribuídas nas demais cinco regiões, sendo com menor concentração: 1 na Região Nordeste na UFA 13. Nas demais regiões, cada uma tem 2 disciplinas obrigatórias: Região Sul I na UFA 1 e 3; Região Leste nas UFA 20 e 22; Região Norte nas UFA 17 e 19; Região Centro-Oeste nas UFAs 5 e 6.

Outro tipo de disciplinas ofertadas com carga horária específica para seu cumprimento refere-se às eletivas, que são obrigatórias, mas que podem ser escolhidas pelo estudante entre uma

ampla opção, sendo necessário um número mínimo de créditos a serem cumpridos. Nesta classificação verifica-se nas UFA listadas no Quadro 2 que há 4 disciplinas eletivas com o tema da Família. Estas disciplinas estão distribuídas em três das cinco regiões, sendo com menor concentração: 2 na Região Nordeste na UFA 8 e 12; 1 na Região Leste na UFA 21; 1 na Região Norte na UFA 17.

Em síntese, do total das 25 disciplinas localizadas nas 18 UFA, ficou constatado que 48% são optativas; 36% são obrigatórias e 16% são eletivas. Estes dados revelam que as disciplinas que tratam do tema da Família como optativas e eletivas representam 2/3 das identificadas nos documentos.

### *Sobre a carga horária*

A carga horária atribuída às 25 disciplinas é distinta conforme atesta a análise dos Projetos Pedagógicos, dos Planos/Programas, das Grades Curriculares e dos Relatórios das Disciplinas. Os dados demonstram que a disciplina de maior concentração é de 60 horas, em 18 disciplinas; o que é seguido de 64 horas e 74 horas em 3 disciplinas; de 54 horas e 68 horas em 2 disciplinas; e com 34 horas e 45 horas, em 2 disciplinas.

### *Sobre as ementas*

A ementa é um dos itens do Plano/Programa, uma síntese do conteúdo basilar a ser realizado na disciplina ou atividade. De forma clara, concisa e objetiva, deve apresentar o que vai ser estudado. Foram analisadas 20 ementas<sup>7</sup> das 25 disciplinas. Destaca-se o conjunto de conteúdos mais recorrentes nas disciplinas que

---

7 Faltando 5 ementas das disciplinas que correspondem às UFA 1 da região Sul I; à UFA 21, da região Leste. Das 3 disciplinas da UFA 18 da região Norte, não foi possível realizar por não constar em seus documentos este item.

tratam da Família/Famílias: a) proteção social, política social e/ou política pública associada ao tema família/famílias; centralidade da família nas políticas sociais e os desafios para os assistentes sociais; b) concepção de família; abordagens teóricas sobre família; aspectos socio culturais da família; transformações na vida familiar; os novos arranjos da família na contemporaneidade; a construção social da família e a relação entre família e Estado; família, organização social e suas dinâmicas; c) Serviço Social e família, família e trabalho profissional; famílias e as expressões da questão social; gênero; práticas de poder; d) a dialética da família; formação sócio-histórica; família e reprodução social.

Com maior concentração, como um dos eixos estruturantes dos conteúdos das ementas, há uma ênfase da proteção social, política social e/ou política pública no trabalho junto a família/famílias, assim distribuídas nas UFA e respectivas regiões: UFA 7 (Centro-Oeste); UFA 8, UFA 9, UFA 11 e UFA 12 (Nordeste); UFA 15 (disciplinas: 1 e 2), UFA 17 e UFA 19 (Norte) e UFA 22 (disciplinas 1, 2 e 3-Leste). A UFA 3 (Sul I) destaca a centralidade da Família nas políticas sociais e os desafios para os Assistentes Sociais, enfatizando a relação com a Família e o trabalho profissional. A UFA 2 e UFA 5 (Centro-Oeste) tratam o tema da Família e da sociedade a partir da formação sócio-histórica e do “lugar das famílias nas políticas sociais”.

A UFA 22 (Leste) abrange três disciplinas: na disciplina-1 trata o tema da Família relacionado a grupos de convívio, redes sociais e seus reconhecimentos teóricos; a relação com a proteção social e o trabalho do Assistente Social frente às expressões da questão social; na disciplina-2, a relação de Família e gênero e o trabalho profissional; na disciplina-3, constam Saúde da Família no Brasil: construção histórica, influências, a política nacional de atenção básica, a configuração atual da estratégia Saúde da Família; instrumentalidade do trabalho em Saúde da Família: ter-

ritório, trabalho em equipe, educação em saúde e permanente; o serviço social na Saúde da Família.

O trabalho/intervenção profissional junto às Famílias, a formação sócio-histórica, as formações sociais e culturais são conteúdos das ementas das UFA 2 (Sul I); UFA 3 (Sul I); UFA 7; UFA 8; UFA 9 (Nordeste); UFA 15 - disciplina-1(Norte); UFA 17 - disciplina-1-(Norte) e UFA 19 - disciplina-1 (Norte); UFA 22 - disciplinas: 1, 2 e 3 (Leste).

A UFA 8 (Nordeste) faz referência às questões relativas ao gênero e às práticas de poder. Ambos os temas também estão presentes nas disciplinas quando tratam das concepções de Família nas disciplinas das UFA 7; UFA 8; UFA 11; UFA 12 todas do Nordeste; UFA 15 - disciplina-2 (Norte), e UFA 6 (Centro-Oeste). Em relação à UFA 6, apesar de ter sido indicada como disciplina que trata da temática da família pela própria UFA, apresenta sua abordagem voltada exclusivamente à questão de gênero.

A UFA 15 - disciplina-1 (Norte) faz relação aos “aspectos socioculturais da família brasileira e amazonense”, tratando não apenas do contexto nacional, mas dos aspectos regionais. A UFA 3 (Sul I) e a UFA 13 - disciplina-1 (Nordeste) tratam pontos em comum: concepção de Família; construção social da Família; a relação entre Família e Estado. A UFA 13 - disciplina-2 (Nordeste) dá ênfase à Família como organização social e suas dinâmicas.

Os conteúdos referentes aos aspectos relativos ao estudo teórico sobre o tema e a perspectiva teórico-metodológica estão evidenciados nas ementas das disciplinas: UFA 15 - disciplina-1 (Norte) que aborda “a dialética da Família”; UFA 7, UFA 11 e UFA 12, todas do Nordeste, apresentam as “abordagens teóricas sobre Família; Família e reprodução social”, bem como, “Família: conceitos e esquemas explicativos” e “Transformações recentes na vida familiar”. A UFA 9 (Nordeste) “Os novos arranjos da família na contemporaneidade”.

## *Sobre os objetivos*

Os objetivos são elementos essenciais para a realização das atividades propostas. No processo pedagógico e na estruturação da disciplina, eles têm um papel fundamental na medida em que “desempenham uma função dinamizadora e orientadora de sua realização prática. [...] não são enunciados fixos e nem imutáveis; na realidade, são guias orientadores do processo pedagógico” (NÚÑEZ, 2009, p. 155). Quanto à sua classificação, os objetivos podem ser classificados em gerais e específicos. Nos programas de disciplina, os objetivos gerais apontam as “finalidades gerais dos planos, educativo e instrutivo e contribuem [para a] formação dos alunos”, enquanto os objetivos específicos são “referenciados nos gerais e se expressam nos temas e nas aulas” (NÚÑEZ, 2009, p. 156).

Nos planos/programas analisados, os objetivos são classificados em geral e específicos. Alguns, no entanto, aparecem sem denominação. Observou-se que na UFA 1 (Sul I) os objetivos tratam da questão da Família e dos segmentos sociais vulneráveis mais focados na questão geracional relativa à criança e ao adolescente. Abordam a constituição histórica, as políticas sociais e as legislações internacionais e brasileira. Também privilegiam o Serviço Social na intervenção e a busca de alternativas relacionadas à promoção, proteção e garantia dos direitos de cidadania.

A UFA 2 (Sul I) e a UFA 5 (Centro-Oeste) apresentam objetivos gerais com enfoques semelhantes sobre a relação da(s) Família(s) e as políticas sociais, bem como a compreensão deste espaço privilegiado de intervenção profissional. Da mesma forma, os objetivos específicos expressam convergências, como divulga a UFA 2: “Estimular o debate sobre o papel da família no âmbito da proteção social na atualidade e sobre o trabalho profissional no âmbito das políticas sociais” e de “Oferecer subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações profissionais

com famílias, e conceitos básicos sobre a família a partir de uma perspectiva sócio-histórica”. A UFA 5 lista os objetivos de “Possibilitar o estudo sobre o papel das políticas sociais no capitalismo contemporâneo e a centralidade ocupada pelas famílias nas políticas sociais” e “Fornecer elementos teórico-históricos para a compreensão dos diversos modelos de famílias, e a discussão sobre os limites e possibilidades da prática profissional”.

A UFA 6 (Centro-Oeste) refere-se ao estudo da violência doméstica familiar e aos demais destinados aos estudos feministas, de gênero, de sexualidade e de poder entre homens e mulheres. A UFA 12 (Nordeste) contempla “Entender o conceito de família na legislação brasileira”.

Os conteúdos referendados nos objetivos associados às concepções relacionadas às políticas sociais estão direcionados aos ordenamentos jurídicos, aos aspectos sócio-históricos e à intervenção profissional. O debate necessário sobre a categoria Família não é contemplado em sua totalidade. Também não são problematizadas as contradições. Estas questões são refletidas por Horst (2020, p. 9), que afirma que “na negação do debate em torno do surgimento da família (sua gênese e desenvolvimento), há elementos para indicar o conservadorismo presente na profissão”. Santos (2018, p. 45) corrobora dizendo que

[...] às dificuldades sobre a compreensão dos modos de viver em família, bem como a proteção social parte das relações sócio-históricas da sociedade, coloca-se na pauta das políticas de atenção à proteção social de indivíduos e famílias. Da mesma forma, deve haver efetividade da capacitação continuada dos trabalhadores que desempenham funções de atenção à família.

Destacamos a importância da capacitação continuada aos trabalhadores que atendem famílias. Enfatizamos também a im-

portância da qualificação da temática na formação profissional, considerando a graduação como espaço privilegiado para o fortalecimento e a consolidação do projeto ético-pedagógico.

### *Sobre o conteúdo programático*

A análise do conteúdo programático se efetivou por meio da apreciação em 9 disciplinas, tendo em vista que nem todos os documentos apresentaram os conteúdos explícitos. A UFA 8 (Nordeste) desenvolve a questão de gênero a partir da perspectiva histórico-crítica. Ela faz referência ao “Gênero como categoria útil de análise e como ferramenta para o conhecimento e intervenção do mundo social, em particular na ação profissional da/o assistente social”. A UFA 12 (Nordeste) divide o conteúdo programático em duas unidades, onde aborda, na unidade I, a família e a divisão social do trabalho e o mercado de trabalho; configurações familiares e composição da Família. Na unidade II, aborda Famílias, Estado e Sociedade.

Salientamos que o estudo da Família é sempre tratado de forma indissociável do recorte de gênero. Ponderamos que esta não é sua ramificação exclusiva. A ela somam-se a classe social e a raça, fatores intrinsecamente ligados. Conforme aponta Hooks (2019, p. 195), “as análises feministas sobre a maternidade refletiam o viés de raça e classe das participantes. [...] Outras, simplesmente identificaram na maternidade e na criação dos filhos o *locus* de opressão da mulher”.

A UFA17 disciplina 1 (Norte) também divide seus conteúdos programáticos em duas unidades: a unidade I discorre sobre as “Concepções de Família, os Fundamentos sócio-históricos; a família no contexto das relações sociais contemporâneas, e o direito à convivência familiar e comunitária”. A unidade II trata de “Famílias, violência e intervenção do Serviço Social; Vio-

lência intrafamiliar e averiguação da situação de risco; A intervenção profissional do assistente social com famílias: formas de abordagem e metodologias de atendimento”. A disciplina 2 da UFA 17 (Norte) apresenta o conteúdo do trabalho profissional dividido assim: unidade I, os “Princípios ético-políticos e a base legal do trabalho com famílias no Serviço Social”, e unidade II, as “Propostas metodológicas da ação profissional na perspectiva da transformação social”.

A UFA 5 (Centro-Oeste) cita três pontos: “Processo sócio-histórico da formação e consolidação do modelo de família burguesa; Política Social, Famílias e Serviço Social e o Trabalho com Famílias nos serviços das Políticas de Assistência e Saúde”, referindo-se aos seus conteúdos. A UFA 6 (Centro-Oeste) divide o conteúdo programático em 2 unidades, ambas tratando de feminismo e gênero.

A UFA 22 disciplina-1 (Leste) está dividida em três unidades (todas com a referência bibliográfica indicada para cada unidade). A unidade I trata a formação da Família; o método materialista histórico e dialético na análise das relações sociais capitalistas e da Questão Social; a constituição da Família e do capitalismo; a Família brasileira e estudo de caso. A unidade II aborda os seguintes assuntos: pensamento crítico, a Família e a questão social; família/trabalho/capitalismo/gênero; arranjos familiares e o trabalho social com famílias a partir da análise marxista. A unidade III debate a relação entre Família e políticas sociais, contemplando questões de gênero e de mais debates contemporâneos. O conteúdo da disciplina demonstra uma relação direta com a sua nomenclatura. Contudo, não observamos o mesmo com a ementa. As demais disciplinas não tiveram o item relativo ao conteúdo programático descrito nos documentos analisados das 18 UFA.

A UFA 1 e a UFA 2 (Sul I) dividem os conteúdos programáticos em 3 unidades nas quais tratam dos mesmos itens:

I) aspectos sócio-históricos; II) políticas sociais; III) trabalho profissional. Contudo, a UFA 1 aborda o tema da Família com destaque à questão geracional da infância e adolescência, e a UFA 2 enfoca “A família no campo das ciências sociais”, onde na unidade III debate os fundamentos do trabalho profissional. Ainda sobre os conteúdos analisados nos documentos, constatamos que duas disciplinas referentes às UFA 2 (Sul I) e a disciplina-1, da UFA 22 (Leste), apontam e contemplam os três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS.

### *Sobre a metodologia*

A metodologia evidenciada nas disciplinas congrega um conjunto de atividades didático-pedagógicas semelhantes. Nos planos/programas da UFA 2 (Sul I), da UFA 6 (Centro-oeste) e nos Projetos Pedagógicos da UFA 12 (Nordeste), as atividades são apresentadas por meio de aulas expositivas dialogadas, seminários, filmes, dinâmicas de grupo com a utilização de recurso audiovisual, e outras atividades. Destaca-se na UFA 5 (Centro-Oeste), considerando o período da pandemia de Covid-19<sup>8</sup>, as atividades pedagógicas construídas. Em relação ao período de 2020-2021, expressa-se no Plano de Ensino em “Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, síncronas e assíncronas, utilizando tecnologias de informação e de comunicação, a critério dos docentes, discentes e do colegiado de curso [...] reavaliadas periodicamente pelo docente e estudantes”.

---

8 Com pandemia de Covid-19 a partir de março de 2020 ano foram tomadas medidas de isolamento e distanciamento social. Em consequência, demandou-se que fossem pensadas e aplicadas novas formas de se manter as atividades educacionais em todos os níveis.

## *Sobre a avaliação*

O item da avaliação foi encontrado somente nos Planos/Programas das disciplinas que apresentam os conteúdos e os critérios. Quanto aos conteúdos, destacam-se a entrega de trabalhos, os exercícios contínuos e parciais, as participações em sala de aula, a prova individual e escrita, e o relatório sobre os conteúdos da unidade. Quanto aos critérios de avaliação, eles “envolvem: participação, crítica e compreensão dos conteúdos da disciplina, frequência; e interesse pelo aprendizado”. Este item no plano da UFA 1 não especifica seu processo avaliativo. Contudo ele é enfatizado na UFA 2 (Sul I), como critérios de avaliação: qualitativos, isto é, “capacidade de apreensão dos conteúdos, capacidade crítica, sequência lógica das ideias e articulação dos assuntos, capacidade de relacionar os conteúdos com a realidade local, regional e nacional”, e com critérios quantitativos, como “frequência e assiduidade, avaliações, exercícios individuais e em grupos”.

Sobre a avaliação, vale enfatizar a relação entre docente e discente no processo de ensino e aprendizagem “entendida como mediação, ou seja, o docente levará os discentes a agirem como sujeitos ativos da construção do conhecimento, refletindo e analisando criticamente os princípios que norteiam o pensamento decolonial feminista e as identidades de gênero” (UFA 6 - Centro-Oeste).

Ainda que a avaliação possa apresentar limitações em relação à mensuração do que possa ter sido compreendido e assimilado pelo aluno, não se deve negar sua relevância no processo de ensino e aprendizagem. Para além de medir sua capacidade de assimilação do conteúdo estudado, é um momento de compreender o que de fato fora apreendido, ainda mais ao se tratar do tema da família, tão valoroso para o trabalho profissional, que é orientado por princípios e valores ancorados e numa direção crítica. Para concluir a presente análise, cabe ter em mente o seguinte:

Desde o processo de Intenção de Ruptura com o Conservadorismo, nos finais dos anos de 1970, e, sobretudo desde a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, compreendemos o Serviço Social inscrito nas relações sociais. Quer dizer, partimos da premissa de que para compreender a profissão é preciso compreender as relações entre as classes sociais em determinado contexto econômico, histórico, político e cultural (MOLJO *et Al.*, 2017, p. 154).

Nesta perspectiva, o estudo da Família segue a mesma lógica, devendo ser apreendido na dinâmica das relações sociais entre as classes sociais através de determinantes econômicos, históricos, políticos e culturais.

### **O tema da Família e os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**

Em relação ao tema da Família e sua relação com os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares, um dos aspectos evidenciados é como esta abordagem, após quase trinta anos desde a implementação destas diretrizes, ainda precisa ser reforçada, para consolidar a articulação entre os três núcleos de fundamentação, e não se limitar a um ou a outro núcleo, uma vez que eles ainda precisam estar mais associados e menos fragmentados, demonstrando a contrariedade ao que orienta o documento das DC.

Tais núcleos, conforme Iamamoto (2014), por vezes tratados como uma tricotomia e independentes uns dos outros, foram concebidos como diferentes níveis de abstração necessários, complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária. A autora ressalta ser uma inovação nas DC, tendo em vista a maneira de pensar a formação acadêmica e de decifrar o conteúdo da formação sustentado em três

núcleos temáticos: “Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 620). Ela reforça que esses núcleos precisam abranger os elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho profissional, a saber: “trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço social e o estágio supervisionado” (IAMAMOTO, 2014, p. 620).

Os núcleos evidenciados neste estudo são com maior incidência, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional e o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Não houve nenhum que apontou haver articulação com o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social.

Uma das justificativas de localização revela que a primazia está

[...] situada no Núcleo dos Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira do projeto de formação profissional do curso. Contribui, nesse núcleo, com a discussão sobre as transformações das famílias na contemporaneidade. Trabalha também, a centralidade da Família nas políticas sociais e o exercício profissional do/a Assistente Social junto às famílias. (UFA 5 - Centro-Oeste)

A UFA 19 (Norte) e a UFA 20 (Leste) situam as disciplinas que tratam do tema da Família nos núcleos de fundamentação. Elas dividem as disciplinas obrigatórias componentes das estruturas curriculares entre os três núcleos. Desta forma, a disciplina da UFA 19 está situada no Núcleo dos Fundamentos da Formação

Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, e a UFA 20 no Núcleo dos Fundamentos e Instrumentalização do Trabalho Profissional.

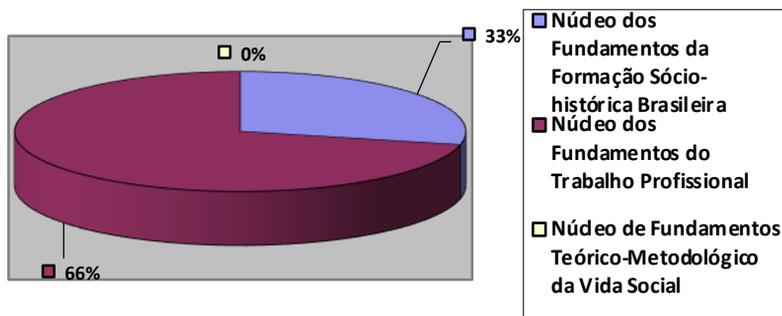
Nas UFA 12 (Nordeste) e na UFA 17 (Norte), as distribuições das disciplinas eletivas, assim como das obrigatórias, incluindo a disciplina de Família e Relações de Gênero da UFA 12, e das disciplinas obrigatórias e optativas da UFA 17, situam no núcleo de fundamentação que trata dos Fundamentos do Trabalho Profissional. O mesmo ocorre com a UFA 7 (Centro-Oeste), estando situada como disciplina optativa de Família, também no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

A UFA 15 (Norte) e a UFA 21 (Leste) também dividem as disciplinas entre os núcleos de fundamentação das DC. No entanto, em nenhum deles as disciplinas que tratam do tema da Família estão incluídas.

Oito projetos pedagógicos apresentaram suas estruturas curriculares divididas entre os núcleos de fundamentação das DCN da ABEPSS. Foram excluídos 2, por não classificarem as disciplinas que tratam do tema da Família. Um total de 6 Projetos Pedagógicos demonstrou que das 6 disciplinas que eles representam, 2 estão situadas no Núcleo dos Fundamentos da Formação Sócio-histórica Brasileira, enquanto 4 encontram-se no Núcleo dos Fundamentos do Trabalho Profissional.

O Gráfico1 apresenta que 66,6% das disciplinas concentram-se no Núcleo dos Fundamentos do Trabalho Profissional.

Gráfico 1 – Classificação das disciplinas de Família em relação aos Núcleos de Fundamentação das DCN.



Fonte: Coelho (2022).

Vale destacar a tendência evidenciada sobre a divisão de disciplinas por núcleos de fundamentos. Chama atenção que a unidade necessita estar posta em cada componente curricular e no percurso formativo como um todo. Cabe salientar também que a lógica curricular das DCN da ABEPSS (1996, p. 8), em relação aos núcleos de fundamentação, refere que estes buscam “a efetivação de um projeto de formação profissional”, pois eles são a tradução de “um conjunto de conhecimentos indissociáveis”. Conforme Ferreira (2004), o ensino da prática ocorre nos 3 eixos, e os conteúdos devem ter a preocupação demonstrar a vinculação entre teoria, realidade e as possibilidades de intervenção profissional em diferentes contextos e momentos históricos.

Quanto à estrutura curricular, é proposta a classificação das disciplinas a partir dos três núcleos de fundamentação. Em decorrência desta consideração,

[...]a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos

indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 9).

É importante destacar o aprofundamento do debate no que se refere ao tema, aos projetos pedagógicos e à sua relação com as Diretrizes Curriculares de Serviço Social (ABEPSS). Historicamente, a ABEPSS vem propiciando debates sobre como vem se configurando, na formação, o estudo de temas âncoras e os núcleos de fundamentação, para uma intervenção mais qualificada. Ressaltamos como uma das iniciativas o Projeto ABEPSS Itinerante. A sexta edição denominada “Questão Social, 25 anos das Diretrizes Curriculares e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social”, apresenta como um dos objetivos,

[...] fortalecer o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro no contexto atual, por meio de encontros com docentes, supervisores de estágio e discentes de graduação e pós-graduação, visando a difusão do conhecimento e a dinamização de ações voltadas para a consolidação e reafirmação dos princípios e orientações presentes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ABEPSS, 2022, s.p.).

Tal apontamento também é referendado por Mioto (2020) que assinala que o tema da Família “vai aparecer no campo da prática, de forma periférica, fragmentada e obscura”. A autora problematiza questões importantes, tanto em relação ao tema da Família por não ter ganhado um maior destaque em relação à

produção teórica relacionada com a formação profissional, quanto em relação à sua introdução nos currículos.

Ao escrever sobre o currículo de 1996, Abramides (2019, p. 61) afirma que:

[...] Orientado pelas diretrizes curriculares, mantém uma interlocução crítica com o Currículo de 1982; trata, sobretudo, de preservar seus avanços, reafirmando-os, e superar suas lacunas expressando traços de continuidade e ruptura; tendo-se clareza, acima de tudo, de que deve ser constantemente avaliado, diante das exigências impostas pela realidade sócio-histórica, estrutural e conjuntural que incidem sobre a profissão e o profissional.

Demonstrando a importância deste estudo que expõe a imprescindível necessidade da revisão, tanto das disciplinas que tratam do tema da Família quanto dos demais componentes curriculares, Abramides (2019, p. 63) sublinha que os núcleos de fundamentação das DC devem ser articulados considerando que “a nova estruturação pretende superar a fragmentação e a pulverização dos conteúdos desenvolvidos em áreas de conhecimento, a partir de uma compreensão da totalidade histórica”. Trata-se de uma questão que permanece um desafio a ser explicitado nos projetos pedagógicos, na articulação das disciplinas, como no caso das que lidam com o tema da Família.

### **Considerações finais**

Para a realização deste estudo foram consultadas fontes disponíveis nas páginas dos cursos das 18 Unidades de Formação Acadêmica selecionadas, das quais foi possível analisar 25 disciplinas constantes nos documentos consultados. Com isso, ilustramos como o tema da Família tem se inserido nestes currículos

dos cursos de Serviço Social. É importante registrar que alguns Estados ainda não tiveram representação neste estudo por não disporem ou por ainda não ter sido possível verificar, conforme os critérios de inclusão estabelecidos, através das fontes analisadas nas disciplinas que tratam do tema em foco. É o caso das UFA localizadas nos Estados de São Paulo, Ceará, Sergipe e Maranhão. A mesma carência de estudos ocorreu em outras UFA porque elas não ofertavam o curso de Serviço Social em suas universidades públicas. Foi o que aconteceu em Rondônia, Amapá, Acre e Mato Grosso do Sul. Houve um caso decorrente do fato de a instituição não estar filiada à ABEPSS, isto é, Roraima.

A partir da análise das nomenclaturas das disciplinas, evidenciou-se uma diversidade de nomes atribuídos, bem como as relações mais recorrentes com tema da Família, ou seja, a proteção social/política social; serviço social e gênero. A primeira e a última relação, embora importantes, ainda não dão conta de abarcar o tema em sua totalidade. No caso da política social e da proteção, eles não dão conta por estar em mais focados na compreensão da política, o que é relevante tendo em vista o caráter familista que as relações vêm apresentando. Sobre o gênero, por ser apenas um recorte da temática, que deve ser compreendida através das relações de classe, raça, geração e, sobretudo, o gênero, também por compreender ser um aspecto que demonstrará as relações de desigualdade e resistência presentes no estudo da Família.

Quanto à natureza das disciplinas, a temática da Família aparece de forma considerável como disciplina optativa, inclusive em UFA com 2 e 3 disciplinas tratando do tema, sendo todas dessa classificação. As obrigatórias são observadas em 27,7% das disciplinas, e em UFA com 2 disciplinas, sendo todas dessa natureza. Com menor recorrência, são apresentadas as disciplinas eletivas, onde uma UFA tem 2 disciplinas – uma sendo eletiva e outra obrigatória -, e nas demais só eletivas. Neste ponto, pode-

mos apreender que o tema da Família na formação profissional ainda está deslocado, haja vista que menos de 1/3 das disciplinas são obrigatórias e apenas metade das unidades de formação acadêmica as inclui. Isto nos fala sobre um lugar que o tema ainda necessita ocupar frente a sua importância, com destaque para a sua relevância.

Observamos que a carga horária apresenta certa regularidade entre as UFA, onde ainda 18 das disciplinas apresentam como referência 60 horas. A análise das ementas evidencia, entre outros temas, com grande representação, a relação entre Proteção Social e Política Social. Também evidencia a relação do Serviço Social com o trabalho profissional. Em menor grau, evidencia a relação com os fundamentos do Serviço Social. Por fim, salienta a relação do tema do gênero com os seus objetivos propostos.

Quanto aos conteúdos programáticos, além de não estarem disponíveis em todas as disciplinas, em virtude da limitada abordagem sobre os itens de alguns documentos analisados, pode-se observar o destaque dado à política social, seguido do trabalho profissional que, por vezes, pode demonstrar preocupação com sua relação direta com a prática profissional. E com menor incidência, há a formação sócio-histórica e o recorte de gênero.

É importante salientar que os conteúdos programáticos precisam também ser avaliados através dos aspectos dos componentes curriculares. Entendemos que esta é uma possibilidade de garantir a unidade dos três núcleos, considerando os diferentes níveis de abstração e análise sobre o tema da Família, na realização de sínteses, um caminho interessante, didático e pedagógico das Diretrizes Curriculares na concepção de fundamentos que a sustenta, porque a lógica dos núcleos ancora a concepção de fundamentos no Serviço Social. Os núcleos de fundamentação são considerados indissociáveis entre si e numa relação de horizontalidade. Eles articulam um conjunto de conhecimentos teóricos,

políticos, éticos, procedimentais e de habilidades, necessários à qualificação profissional dos Assistentes Sociais na atualidade.

Na metodologia, destacam-se as adequações necessárias para dar conta da disciplina durante o período da pandemia de Covid-19, por meio do planejamento de atividades remotas, devido à necessidade emergencial. Quanto à avaliação, ficou demonstrada a necessidade de compreender a assimilação do conteúdo abordado pelos estudantes, de forma a destacar sua capacidade crítica através de atividades em grupo e individuais.

Outra relação a realçar é a do tema da Família com os Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares, uma vez em que, nos poucos documentos em que isso é revelado, este assunto se mostra de forma recortada, limitando a classificar entre algum dos núcleos e não indicando a relação entre os três núcleos e a temática. Importante ressaltar ainda que não cabe nesta situação classificar nem enquadrar o tema da Família em um núcleo específico. O desafio apresentado reside em integrar a abordagem do estudo da Família no Serviço Social com os Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e o de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Quando se apontam os temas que mais se relacionam com a temática, há uma tendência de dar luz aos limites, ofuscando a abordagem principal. Na ênfase da política social e proteção social, o enfoque do estudo possibilita à compreensão do tratamento ao tema Família não direcionar ao familismo, o que nos diz sobre uma contradição, não só percebida, mas que precisa ser ampliada.

Na ênfase do gênero, da mesma forma em que pese à importância do seu recorte, ainda fala de um dos ramos que advêm da apreensão do tema da Família, somando-se aos demais que tratam de classe social, etnia, raça, geração, orientação sexual, entre outros que estão presentes e necessitam também de respaldo para

uma captura mais nítida. E não menos relevante, há o trabalho profissional que, por si só, não dá conta da análise do tema. Porém o estudo da Família infere diretamente sobre a assimilação do tema resultando em intervenções que se respaldem em um conjunto de elementos, imprescindíveis à sua qualificação.

Os resultados desta pesquisa demonstram a importância desses tomados o tema da Família nas abordagens curriculares desde a sua relação, de ser pensado a partir do Serviço Social e de ser trabalhada a sua necessária relação com os três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares. Também precisa dar-se conta da continuidade da abordagem da temática com a Proteção Social, Política Social e Gênero, porém sem se limitar a eles. Pelo contrário, é necessário ir além deles, trazendo os aspectos socioculturais da realidade brasileira e, sobretudo, a partir da compreensão teórico-metodológica que os orienta e as abordagens teóricas que o limitam. A temática necessita ser repensada e abordada de forma a dar conta da indissociabilidade da teoria e da prática, a fim de que se possa assimilar a imprescindível relação para a formação e o trabalho profissional, superando discursos prontos que não se efetivam.

O estudo da Família é basilar para a nossa formação. Ele concerne ao desvendamento desta categoria que, a partir da perspectiva do método materialista-dialético-crítico, nos enseja uma captura mais ampla da temática, alicerçado nas categorias da totalidade e da contradição que concebemos famílias, legitimando seus diversos e diferentes arranjos familiares, inclusive apreendendo que se estabelecem, nestas relações, violações de direitos e resistências.

Por fim, para que o tema na sua condição pedagógica possa ser transposto dessa condição de situar o estudo em apenas um dos núcleos de fundamentação que vem sendo ainda tratado, a fim de dar conta da sua totalidade, é imprescindível que ele seja

capturado e apreendido sem limitar-se. É preciso haver uma interação entre suas particularidades que tratam do trabalho profissional, das políticas sociais/proteção social, da necessária tela da formação sócio-histórica, da sua leitura a partir do conteúdo teórico-metodológico e da apreensão a partir dos seus componentes referentes a classe social, gênero, raça, geração, entre outras tão valiosas para a compreensão da temática, visando à abordagem relacionada aos três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social, angulação estratégica para desvendar nossas raízes conservadoras e de reatualizações na sociedade brasileira.

## Referências

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, pp. 143-171, 1996.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – ABESS/CEDEPSS. **Formação Profissional: Trajetórias e Desafios** (Edição Especial), n. 7, pp. 58-76, 1998.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2022. **Projeto ABEPSS Itinerante**. Questão Social, 25 anos das Diretrizes Curriculares e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social. Gestão 2021-2022 “Aqui se respira luta!”. Disponível em: <http://itinerante22.abepss.org.br/>. Acesso em: 2 jan. 2023.

COELHO, C. C. **O Tema da Família na Formação Profissional e os Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

FERREIRA, I. B. O desenho das Diretrizes Curriculares e dificuldades na sua implementação: o ensino do trabalho profissional: desafios para a afirmação das Diretrizes Curriculares e do projeto ético-político. **Temporalis**, n. 8, pp. 17-30, 2004.

FERREIRA, I. B. Implicações da Reforma do Ensino Superior para a Formação do Assistente Social: Desafios para a ABEPSS. **Temporalis**, n.1, pp. 81-98, 2000.

FRAUCHES, C. Educação Superior Comentada. Políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior. **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)**. Brasília, ano 2, n. 83, 13 a 19 de novembro de 2012.

- HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro..** São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HORST, C. H. M. As diretrizes curriculares da ABEPSS e a temática família. **Temporalis**, n. 20, pp. 144-164, 2020.
- IAMAMOTO, M. A Formação acadêmico-profissional no Serviço Social Brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120. Pp. 609-639, 2014.
- MOLJO, C. B.; SOUZA, P. A. M.; TIMOTEO, R. F.; SILVA, R. A. F. Serviço Social, projeto ético-político e cultura: as interseções na intervenção do assistente social que trabalha na implementação da política de assistência social. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2017. Pp. 153-180.
- MIOTO, R. C. **O Serviço Social e o trabalho com famílias: desafios ao passado, presente e futuro**. YouTube, 6 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vFGHnRuYIDA&t=245s>, canal do YouTube da Pótere Social. Acesso em: 23 jul. 2023.
- MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Revista Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 2, pp. 163-176, 2010.
- MIOTO, C. R. T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Cadernos capacitação em serviço social e política social**. Brasília: UnB, CEAD, 2000.
- NÚÑEZ, I. B. **Vygostsky, Leontiev e Galperin: formação de conceitos e princípios didáticos**. Brasília: Liber Livros, 2009.
- SANTOS, R. Política social e famílias: a difícil arte da superação da autoimagem familiar. **Em Pauta**, n. 42, v. 16, pp. 34-48, 2018.
- SILVA, G. **Disciplinas optativas, eletivas e obrigatórias: entenda a diferença entre elas**. 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/antzG>. Acesso em: 21 ago. 2023.



# PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TEÓRICAS DA ÉTICA PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL: 30 ANOS DO CÓDIGO DE ÉTICA EM MEIO AO AVANÇO NEOCONSERVADOR

Tatiana Reidel  
Anderson da Silva Fagundes

## Introdução

Esta produção é resultado de um processo integrativo que envolveu estudos e pesquisas, com a participação do orientando e da orientadora. Mesmo durante a pandemia, em que houve a imposição do isolamento e distanciamento físico, esse processo coletivo e solidário não foi interrompido<sup>1</sup>. Tudo isso foi mediado pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS), vinculado à linha de pesquisa “Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional”, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS.

Por meio desse envolvimento e percurso, foi possível vivenciar um intercâmbio de conhecimentos e aprimorar a construção intelectual, ampliar as discussões em torno da produção científica, na área em âmbito nacional e internacional, além de determinar, estimular e alicerçar as informações e experiências da linha

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que as medidas de isolamento e distanciamento social, necessárias para prevenir a propagação da Covid-19, foram implementadas no momento em que o mestrado teve início, em março de 2020, e permaneceram em vigor até sua conclusão. Durante esse processo, foram enfrentados diversos desafios e obstáculos, que exigiram uma constante reconstrução do objeto de pesquisa e do percurso metodológico. Apesar das dificuldades encontradas, conseguiu-se realizar uma pesquisa de grande relevância social e acadêmica.

e do grupo de pesquisa. A partir desse mosaico formativo que a vivência no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS proporciona, destaca-se, nesta produção, a vivência aprofundada em duas pesquisas “guarda-chuva<sup>2</sup>” e os desdobramentos da vivência no desenvolvimento de uma pesquisa diretamente relacionada à Dissertação de Mestrado<sup>3</sup>, itinerário em que emerge a sistematização deste texto.

No Brasil, em 2023, celebra-se os 30 anos do Código de Ética Profissional (CEP), um instrumento normativo essencial para o trabalho dos profissionais e para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social. Mesmo, após três décadas desde a sua criação, é necessário e urgente investigar, abordar, refletir e produzir conhecimento sobre esse Código, considerando a sua relevância diante de um contexto marcado pelo avanço neoconservador, com a retirada de direitos das/os trabalhadoras/res e as tentativas legislativas de desregulamentação das profissões. Deste modo, esta produção, inicialmente, abordará a dimensão ética, por meio das distintas perspectivas históricas e teóricas da ética

---

2 Pesquisa de pós-doutoramento, Profa. Dra. Tatiana Reidel, a qual se intitula “As particularidades da dimensão ética na formação e no trabalho das/os assistentes sociais na Espanha” e tem como objetivo principal “analisar as particularidades da dimensão ética na formação e no trabalho das/os assistentes sociais na Espanha com vistas a promover reflexões a partir da realidade brasileira”; já a segunda diz respeito à participação, na fase final, da pesquisa intitulada “Processos de trabalho e saúde de assistentes sociais nos serviços de Seguridade Social no Brasil”, coordenado pela Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza (UNESP/Franca) desenvolvida interinstitucionalmente com o GEPETFESS e NEST /UFRGS.

3 Dissertação intitulada “Decifra-me ou te devoro: a ética profissional no trabalho de assistentes sociais em tempos de precarização”, defendida em 22/06/2022, a qual objetivou analisar as expressões da ética profissional no trabalho de assistentes sociais com a finalidade de refletir sobre desafios e perspectivas para sua efetivação em consonância com o projeto ético-político profissional.

profissional no Serviço Social brasileiro, tendo como base a realização de pesquisa bibliográfica e documental.

Na sequência, refletirá sobre o Código de Ética (CE), de 1993, bem como a relevância da dimensão e perspectiva ético-política no Serviço Social, a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo. Nesta análise, destaca-se o CEP como instrumento concreto na luta pela direção social, assumida pela categoria, e as reivindicações pelas condições éticas e técnicas do trabalho em meio ao avanço neoconservador. Por fim, virá à baila algumas considerações sobre a centralidade e a premência da ética, diante do avanço neoconservador, bem como a crescente precarização no mundo do trabalho, que impõe desafios ético-políticos para a apreensão e a materialização dos valores incorporados à profissão, à medida que o Serviço Social brasileiro avança em sua perspectiva teórica, ética e política.

### **Perspectivas históricas e teóricas da ética profissional no Serviço Social brasileiro**

Ao abordar acerca do trabalho e da ética profissional, é necessário situá-los nos marcos da sociabilidade capitalista, especialmente em tempos que se age e se fala em “nome da moral e dos bons costumes”, expressão do conservadorismo moderno, que, na trama das relações sociais, “reforça como determinante comum o profundo caráter contrarrevolucionário e sua estreita relação com a manutenção da ordem” (CISNE, CANTALICE e ARAÚJO, 2020, p. 314).

A ética profissional não pode ser restringida ao CE, pois este representa uma das dimensões da ética profissional, que carrega consigo os princípios e os valores da profissão, construídos historicamente em consonância ao Projeto Ético-Político Profissional (PEPP). Deste modo, avalia-se que “resgatar o processo histórico permite assim entender, analisar e explicar os desafios que se colo-

cam para a materialização do projeto ético-político da profissão” (REIDEL, 2010, p. 150).

No decurso histórico do Serviço Social brasileiro, constata-se a elaboração de cinco Códigos de Ética em: 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993. Nesse sentido, afirma-se que a profissão é dotada de um caráter histórico, político e social do qual decorreram importantes processos de ruptura, com suas bases conservadoras, mediante processo de desenvolvimento e maturação do Serviço Social brasileiro.

No Brasil, o Serviço Social teve suas primeiras escolas, em 1936, na Escola de Serviço Social em São Paulo<sup>4</sup>; e, em 1937, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com influência franco-belga respectivamente. No período embrionário da profissão, tanto o tomismo quanto o positivismo influenciaram a gênese e o desenvolvimento da profissão.

A conjuntura nacional, daquele período histórico, foi determinante para que as escolas se fundassem nos espaços geográficos, pois houve deslocamento de forças produtivas necessárias para a manutenção da economia agrário-exportadora. Com isso, houve o surgimento dos grandes centros urbanos, especialmente nos estados supracitados, e ocorre também uma nova configuração social demarcada, entre outros aspectos, pela crescente pauperização da classe trabalhadora. Em outras palavras, tal conjuntura forneceu as bases para a implantação do Serviço Social, no Brasil (GUEDES, 2016).

Nos anos seguintes, a profissão incorporou a teoria social positivista, com influência do *Social Work* norte-americano e a metodologia do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

[...] O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 1940, a avançar tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas

---

4 Na década de 1970, foi incorporada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista (BARROCO, 2009, p. 9).

Durante o processo de institucionalização da profissão, constatou-se a existência de uma moralidade profissional, permeada por aspectos do conservadorismo romântico. Nessa época, era comum que as Assistentes Sociais interpretassem que suas ações profissionais deveriam ser direcionadas para a construção de um projeto político, fundamentado em reformas sociais, com o objetivo de corrigir o que viam como falhas na ordem natural da sociedade, ou seja, buscava-se torná-la mais humanitária (GUEDES, 2016).

Entretanto, não se pode deslocar o Serviço Social que se instituiu, no Brasil, de um movimento global de gênese da profissão. A nível mundial, o Serviço Social começou a se institucionalizar a partir de 1920, após a Segunda Guerra Mundial, o que demandou a elaboração de “códigos morais” para orientar a prática profissional, pautada na moralidade da Doutrina Social da Igreja Católica, mediada pela União Católica Internacional de Serviço Social (OLIVEIRA e CHAVES, 2017, p. 147-148).

[...] A visão de homem e de mundo subjacente a esse Código é inspirada na filosofia neotomista, através da encíclica *Repruem Novarum*, que fundamentou o Código Social de Malinas, publicado em Bruxelas, Bélgica, em 1927, e que vai também influenciar a formação de diversos documentos em vários países europeus no sentido de orientar a fé e a moral cristã. Fundamentado em princípios metafísicos, a sociedade e as relações sociais econômicas e políticas são exortadas a realizar suas ações segundo as leis da fé.

Com o desenvolvimento sócio-histórico da profissão, o Serviço Social brasileiro construiu o seu primeiro CEP, em 1945, aprovado em Assembleia Geral da Associação Brasileira de As-

sistentes Sociais (ABAS), sob bases da Doutrina Social da Igreja Católica. Neste CEP, verifica-se que o cristianismo possuía forte influência na conduta profissional, cujas bases filosóficas advinham do neotomismo e “impunha-se na defesa do caminho do Bem; considerado verdadeiro porque sustentado em premissa metafísica; imutável” (GUEDES, 2016, p. 32).

Em 1945, o CEP definia que a “moral ou ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” (ABAS, 1947, p. 1). Também há a interpretação de que a ética profissional é a “moral aplicada a uma profissão” (ABAS, 1947, p. 1), o que denota uma compreensão de deontologia do Serviço Social, em uma perspectiva de regramento de conduta do corpo profissional.

Naquele período, compreendiam que assistentes sociais não tratavam “[...] apenas de fator material, não se limita[m] à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: trata[m] com pessoas humanas *desajustadas* ou empenhadas no *desenvolvimento da própria personalidade*” (ABAS, 1947, p. 1, grifos nossos).

Em relação aos deveres profissionais, pode-se verificar que Assistentes Sociais da época tinham o dever de: “Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus” (ABAS, 1947, p. 1).

Tomando suas bases conservadoras, o projeto tradicional do Serviço Social brasileiro nasceu “vinculado ideologicamente à defesa do projeto social vigente, construindo, assim, um projeto profissional conservador estreitamente vinculado aos interesses sociais da burguesia e da Igreja Católica” (CARDOSO, 2013, p. 115). Essa perspectiva fundante acompanha o processo histórico

do Serviço Social, na formação e no trabalho, por décadas e, em determinados momentos, expressa um período de avanço e de reatualização do conservadorismo. Destarte, a vinculação da profissão à Igreja Católica indicava o viés na “defesa da tradição, da família, da hierarquia e da ordem” (CARDOSO, 2013, p. 115).

Cabe demarcar que o pensamento social da igreja católica criticava “os excessos do capitalismo”, isto é, contraria-se e buscam-se alternativas ao modelo vigente, através de uma “terceira via”, a qual não busca formas de amenizar os impactos deletérios do modo de produção capitalista, mas não rompe, de fato, com o modelo (CARDOSO, 2013).

No que se refere ao CEP, de 1965, verifica-se que se constrói nos marcos da autocracia burguesa e demarca a renovação do conservadorismo profissional, apoiada em uma perspectiva do projeto desenvolvimentista. Ressalta-se que

[...] nesse processo de “modernização conservadora”, destaca-se como uma de suas tendências teórico-metodológicas o cientificismo. Ou seja, as necessidades do movimento de reprodução do capital, nos marcos da autocracia burguesa, impunham às profissões, e entre elas o Serviço Social, o aprimoramento dessas bases científicas (GUEDES, 2016, p. 34).

O CEP, de 1965, não rompe com o pensamento social conservador, neotomista e positivista. Ao contrário, reforça a influência do pensamento positivista, sobretudo devido à sua ênfase na cientificidade. Neste Código, também se introduziu, a partir de uma concepção liberal, princípios, tais como o: do pluralismo, da justiça social e da democracia.

[...] O conteúdo e os princípios do novo código [continuaram] tendo por base as influências dogmáticas do neotomismo. Prevalece a visão do homem como ser abs-

trato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação permanecem sendo os valores propulsores do Serviço Social (OLIVEIRA e CHAVES, 2017, p. 151).

Ademais, o Código preconiza, em seu Art. 5º, o dever fundamental do/a Assistente Social, que é: “respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destinam a sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio da autodeterminação” (CFAS, 1965, p. 2). Por fim, cabe ressaltar que o Serviço Social, no bojo da renovação conservadora na profissão, pauta-se em uma perspectiva que isenta a profissão de “a direção política crítica a qualquer projeto societário” (GUEDES, 2016, p. 35).

Outrossim, o Serviço Social brasileiro até 1975 foi revestido pelas perspectivas conservadora, neotomista e positivista, uma vez que se tinha um forte apelo ao personalismo. Nas palavras de Cardoso, “a expressão da concepção de sociedade com base no positivismo e a contribuição do assistente social na manutenção da ordem e da harmonia social, vinculada à ideia de bem comum e ao personalismo, expressa também a base do pensamento conservador” (CARDOSO, 2013, p. 165).

Outra questão observada no supracitado CEP é o recuo em relação ao reconhecimento do pluralismo e da defesa da democracia. Tinha-se a compreensão de que a profissão deveria ser neutra, imparcial. Portanto,

[...] podemos afirmar que esse código “[...] não só reafirma o conservadorismo tradicional, mas o faz na direção de uma adequação às demandas da ditadura, consolidada a partir de 1968” (Barroco, 2001: 130), resgatando os valores humanista-cristãos presentes desde o Código de

Ética de 1947 e apontando para a mesma teleologia presente nos dois códigos que o antecederam: a manutenção do *status quo* (CARDOSO, 2013, p. 166).

Desde o período de institucionalização do Serviço Social no Brasil até a década de 1970, a perspectiva tradicional/conservadora gestou o modo de ser da profissão, pautada em valores cristãos, do bem comum, da justiça social, da autodeterminação humana, entre outros.

A partir de uma reflexão e de tensionamentos no interior da categoria, começa-se a repensar a função social da profissão em uma sociedade marcada pela luta de classes, o que demonstra a luta por distintos projetos, no interior da profissão, do tradicional/conservador/fenomenológico ao emancipatório.

[...] As pequenas diferenças entre os 3 códigos anteriores a 1986 decorreram de mudanças realizadas na trajetória da profissão. O primeiro código (1947) - expressando a estreita vinculação do Serviço Social com a doutrina social da igreja católica - era extremamente doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos; o segundo (1965) - revelando traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora posta pela autocracia burguesa (Netto, 1991) - introduziu alguns valores liberais, sem romper com a base filosófica neotomista e funcionalista; o terceiro (1975) suprimiu referências democrático-liberais do Código anterior, configurando-se como uma das expressões de *reatualização do conservadorismo* profissional (Netto, 1991) no contexto de oposição e luta entre projetos profissionais que antecederam o III CBAS de 1979 (BARROCO e TERRA, 2012, p. 45).

No bojo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, distintos projetos de profissão permaneciam em disputa. Além disso, reverbera a intenção de ruptura com o con-

servadorismo, isto é, propunha-se a adoção de uma perspectiva emancipatória, estreitamente vinculada à tradição marxista, cujo vínculo se deu de forma gradativa e processual, inclusive no que tange à apreensão do método materialista histórico-dialético.

O CEP, de 1986, emerge marcado pela ruptura com o conservadorismo. Com isso, descaracteriza-se a tendência legalista e politiza-se a natureza dos documentos da categoria, tornando-os organicamente vinculados a um projeto societário mais amplo. Esse movimento requereu, então, uma nova ética e uma necessidade de comprometimento com os interesses da classe trabalhadora.

Dito de outra forma, em 1986, o CEP foi fundamental para a mudança de paradigmas no Serviço Social, no que se refere à ruptura com o conservadorismo. Entretanto, cabe destacar que as tradições teóricas conservadoras tiveram grande influência no *ethos* profissional, no período dos três primeiros Códigos de Ética (1945 – 1975). Não obstante, salienta-se, ainda, que o rompimento com as bases conservadoras não incorre na afirmação de que inexistente conservadorismo no interior da profissão, pois entende-se que o conservadorismo, como pensamento social, está presente na sociabilidade capitalista e a possibilidade de sua superação no interior de uma profissão “é sempre relativa às possibilidades do momento histórico, dependendo de circunstâncias históricas favoráveis para restringir ou ampliar, ou se reatualizar sob novas formas” (BARROCO, 2010, p. 99).

A construção coletiva pela categoria desse CEP, deu-se, por meio de suas entidades representativas, através de comissões, debates, assembleias, seminários e encontros regionais e nacionais (CFAS, 1986, p. 7). Mediante o processo coletivo de deliberação, o Serviço Social incorporou a identidade da classe trabalhadora, conhecendo-se como tal, bem como cria seu PEPP, articulado com um projeto societário mais amplo.

[...] O conjunto das conquistas efetivadas no CEP de 1986 pode assim ser resumidos: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído (BARROCO e TERRA, 2012, p. 48).

Ressalta-se que, “como decorrência dessa politização, a dimensão política da profissão foi explicitada de forma objetiva, como processo que exigia uma nova ética” (BARROCO e TERRA, 2012, p. 47), que estivesse comprometida com as necessidades e os interesses da classe trabalhadora. Portanto, para a criação dessa nova ética à profissão, é necessário que haja uma pauta voltada para uma visão histórica da realidade social, ancorada na tradição marxista, que “referia à superação do tratamento abstrato e a-histórico dos valores éticos” (BARROCO e TERRA, 2012, p. 48).

Desta forma, o CEP, de 1986, foi de extrema importância para a consolidação do Serviço Social crítico, uma vez que foi somente, a partir desse marco histórico, que se rompeu com a perspectiva de “imparcialidade” e desvendou o caráter político intrínseco a toda a intervenção ética. Em outras palavras, é, a partir desse momento, que o Serviço Social assumiu uma direção social para a profissão, ancorada na teoria social crítica, com saltos políticos inestimáveis, reconhecendo-se enquanto classe trabalhadora e se comprometendo para a realização dos direitos e das necessidades das populações usuárias.

O percurso dessa perspectiva e dessa filiação teórico-metodológica, bem como a normativa, relaciona-se com o movimento histórico da profissão, que culmina na perspectiva crítica marxista, adotada pela categoria e transposta no PEPP, no CEP de 1993

e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (DCN/ABEPSS) de 1996, o qual passa a ser trabalhado no item a seguir.

### **A intenção de ruptura com o conservadorismo: uma análise da perspectiva ética no Serviço Social a partir do Código de Ética de 1993**

Em 1993, reformulou-se o CEP no Serviço Social brasileiro, fortemente marcado pela resistência ao neoliberalismo, momento em que se vislumbrava a “questão ética como tema de mobilização política da sociedade” (BARROCO e TERRA, 2012, p. 49).

[...] As conquistas éticas de 1986 e 1993 pertencem, portanto, a um processo histórico movido em condições históricas mais ou menos favoráveis à negação do conservadorismo e à afirmação de valores emancipatórios, ora contando com uma base social mais ampla de sustentação, ora se mantendo na resistência política, em busca de estratégias de enfrentamento (BARROCO e TERRA, 2012, p. 52).

No processo de construção do novo código, havia diferentes polos: um representado pela busca de avanço das lacunas deixadas no CEP de 1986; e outro objetivava regredir. Com a instauração da Comissão Nacional de Reformulação do CEP, decorreu um amplo processo de discussão e formação, tanto a nível regional quanto nacional, para posterior deliberação da proposta apresentada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). O processo que antecedeu a promulgação do novo código foi, por sua vez, para além de político, educativo, sendo realizado entre 1991 e 1993 (BARROCO e TERRA, 2012).

Ressalta-se, também, que até a década de 1990 não havia discussões sobre a ética profissional no Serviço Social e, com exceção

dos CEPs, utilizavam-se produções de outros autores para a discussão da temática. A partir do período, é que se começa a estudar e a produzir literatura sobre a temática, calcados na tradição marxista, produto de Seminários Nacionais, realizados entre os anos anteriores. Tudo isso foi publicado em um livro, produzido coletivamente, e que se consolida como sendo base para estudos sobre a ética profissional no Serviço Social brasileiro, a partir daquele momento histórico<sup>5</sup>. Ademais, salienta-se que era incipiente a discussão sobre a ética profissional e foi, a partir daquela década, que se começaram os estudos sobre uma ética histórica e crítica, acompanhada das discussões sobre os Direitos Humanos.

Referente a isso, Barroco (2010) evidencia a importância da construção de uma nova moralidade profissional das/os Assistentes Sociais, no Brasil, a partir da análise da trajetória sócio-histórica do debate da ética profissional e do processo de ruptura com a ética tradicional. A autora explicita a importância da obra de György Lukács para o processo de renovação ética no Serviço Social, fundado na ontologia social, de Karl Marx. Destacam-se, também, as contribuições na reflexão sobre os fundamentos ontológicos do Código de Ética, de 1993. A formulação desse código “significou a pretensão de, ultrapassando formulações a-históricas e acríicas, tornar-se referência para intervenção profissional em busca de satisfação das necessidades sociais” (FORTI e FERREIRA, 2018, p. 5).

O Código de Ética profissional é um dos referenciais para a materialização do PEPP, “[...] nos seus princípios e concepção fundante define um Projeto Ético-Político dissonante do projeto de sociedade vigente” (REIDEL, 2010, p. 151). Esse processo de maturação reflete na formação profissional, com a construção das DCN/ABEPSS, de 1996, a qual é construída, a partir dos três núcleos de fundamentação, e representa importante avanço em re-

---

5 A saber: Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis (BONETTI *et Al.*, 1996).

lação ao currículo mínimo, de 1982, pelo seu rompimento com o paradigma de fragmentação de história/teoria/método. Desse modo, há um espaço direcionado à discussão da disciplina de fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.

Nas DCN/ABEPSS, de 1996, nota-se que “pesquisa e ética são entendidas como pressupostos básicos, tendo caráter transversal a todas as disciplinas e conteúdo, diante da concepção da formação de um profissional com postura investigativa e ética consolidadas” (CARDOSO, 2017, p. 451).

Compreende-se que este projeto só é passível de materialização através da articulação de suas entidades organizativas; organização esta que envolve os profissionais, as instituições que o formam, os pesquisadores, docentes, estudantes da área, seus organismos corporativos assim como a articulação com a sociedade civil através da classe trabalhadora. Também se destaca que é impossível pensar nesta materialização sem problematizar as questões de base teórica e metodológica que fundamentam o próprio Projeto Ético-Político profissional [...] (REIDEL, 2010, p. 105).

Fica evidente, portanto, a busca por uma relação de transversalidade da ética em relação ao trabalho e à formação, a partir do entendimento de que a ética é uma capacidade humana “posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor é objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre” (BARROCO, 2010, p. 19). A ética crítica deve ser, dessa forma, apreendida em uma perspectiva de

[...] mediação entre as esferas e dimensões da vida social, e atividade emancipadora, a ética é situada em suas várias formas e expressão: a moral, a moralidade, a reflexão ética e a ação ética como exercício de liberdade ou, como quer

Lukács, como “ação virtuosa”, apontando-se para a sua conexão como a práxis política e para suas formas alienadas, no âmbito da vida cotidiana (BARROCO, 2010, p. 19).

Como se pode notar, a ética é permeada por concepções teóricas, sociais, políticas e culturais que conformam diferentes morais; a moral, enquanto objeto da ética, possui um caráter sócio-histórico e diz respeito a um “conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada. O seu significado, função e validade não podem deixar as diferentes sociedades” (VÁZQUEZ, 2018, p. 37). Nesse sentido, dizer que a

[...] função social da moral consiste nas relações entre os homens (entre os indivíduos e entre o indivíduo e a comunidade) para contribuir assim no sentido de manter e garantir uma determinada ordem social. É certo que esta função também se cumpre por outras vias mais diretas e imediatas os concretos, como, por exemplo, pela via do direito (VAZQUÉZ, 2018, p. 69).

A moral, por sua vez, implica “uma relação livre e consciente entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade. Mas esta relação está também socialmente condicionada, precisamente porque o indivíduo é um ser social ou um nexo de relações sociais” (VAZQUÉZ, 2018, p. 70). Já “a ética parte do fato da existência da história moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. (VAZQUÉZ, 2018, p. 22). Em outras palavras, é, a partir da moral, que se dão as possibilidades de reflexão ética. Ainda sobre a distinção de moral e ética, enfatiza-se que

[...] A primeira é um sistema mutável, historicamente determinado, de costumes e imperativos que propiciam a

vinculação de cada indivíduo, tomando na sua singularidade, com a essência humana historicamente constituída, com o ser social tomado na sua universalidade. A ética, por seu turno, é a análise dos fundamentos da moral, remetendo compulsoriamente à reflexão filosófica ou metafilosófica (NETTO, 2012, p. 28).

Em relação à ética profissional, compreende-se como

[...] um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação (BARROCO, 2010, p. 67).

A ética profissional é uma dimensão da profissão, que se vincula organicamente às dimensões teórica, técnica, política e prática. Segundo Barroco (2010), existem três dimensões que compõem a ética profissional, sendo i) *dimensão filosófica*, que diz respeito às bases teóricas, ela fundamenta a reflexão ética e permite a apreensão dos valores, princípios e modos de ser ético-morais, com isso, oferece as bases para uma concepção ética; ii) a *dimensão do ethos profissional* ou o modo de ser da profissão, que concerne à moralidade profissional, expressa a consciência moral de seus agentes, objetivada na teleologia profissional, reproduz uma imagem social, cria expectativas, ademais concerne ao produto objetivo das ações profissionais individuais e coletivas, ou seja, suas consequências ético-políticas; e, iii) a *dimensão normativa*, objetivada no CEP, em que constam suas normas, direitos, deveres e possíveis penalidades.

[...] A ética profissional é tomada, em suas particularidades, como expressão: de um ethos sociocultural e profissional, da moralidade profissional, de suas bases teóricas e filosóficas, do produto concreto de sua prática, de sua normatização. Tais particularidades são situadas na relação entre as suas demandas ético-políticas e as suas respostas, em cada momento histórico (BARROCO, 2010, p. 19-20).

Cabe retomar que a nova ética, incorporada ao Serviço Social, dispõe de suas bases na teoria social crítica, pautada em uma perspectiva emancipatória e em contraposição à demanda que se colocava à profissão na época. Conforme Cardoso (2013, p. 181), “sua marca será o posicionamento político frente ao Estado autoritário burguês na luta pelo fim da ditadura e na referência de construção de um projeto anticapitalista”.

Por fim, compreende-se o CEP como um documento, que expressa um

[...] conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional (BARROCO, 2009, p. 14).

Deste modo, o CEP é um produto coletivo, cuja função é educativa e orientadora do comportamento ético profissional, que representa a autoconsciência ético-política da profissão. Em seu corpo, permeiam-se os valores, os princípios profissionais, as responsabilidades, os direitos, os deveres, assim como trata a relação para com usuários, instituições e outros profissionais. Além disso, apresenta caráter normativo e prevê sanções e multas, caso ocorra a violação do código e tenha esse entendimento, a partir da análise do processo ético disciplinar.

O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional. [...]. É importante salientar que já não aparecem as simplificações anteriores, como o mecanicismo, o moralismo, o voluntarismo ético-moral; o que se deve ao amadurecimento teórico e político da vertente em questão, especialmente pelo recurso às fontes do pensamento de Marx [...] (BARROCO, 2010, p. 170).

O referido documento de 1993 avançou nos limites teórico-filosóficos, se comparado com o de 1986. Essa leitura decorre, mesmo que o último demarque a ruptura com o conservadorismo na profissão. Neste, observam-se lacunas de operacionalização no cotidiano do trabalho (SANTOS, 2018). Em relação ao CEP de 1993,

[...] dispõe de um caráter de obrigatoriedade, ao estabelecer direitos e deveres do assistente social segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício cotidiano. Destacam-se: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (IAMAMOTO, 2009, p. 45).

Para se entender todas essas características, cabe destacar que o CEP de 1993 foi construído, articulado a direção sociopolítica que se vincula ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de qualquer natureza. Deste modo, é mister evidenciar os avanços, em relação à discussão e ao aprofundamento da dimensão filosófica da ética profissional e de seus fundamentos ontológicos, destacados nas DCN/ABEPSS de 1996. Considera-se, portanto, que a ética deve ser transversal à formação profissional. Contudo, a ética profissional se complexifica, especialmente no que tange à relação ao modo de ser profissional, pois,

[...] é nessa dimensão que se encontram os maiores conflitos e contradições da profissão. É necessário considerarmos, por exemplo, questões como: as demandas sócio-históricas e ideopolíticas colocadas para a emergência do Serviço Social; os valores adquiridos pelos agentes profissionais durante a socialização primária e que estão, na sua grande maioria, em sintonia com a moral dominante da sociedade brasileira; a atual conjuntura econômica, política e social do Brasil; e as novas demandas colocadas aos profissionais e à formação profissional (BONFIM, 2015, p. 13-14).

Não obstante, é necessário sublinhar que, apesar dos “valores assumidos pela profissão estarem contidos no código de ética de 1993, a dimensão ética do projeto profissional não se limita ao código; ela é transversal, e precisa perpassar toda dimensão profissional” (REIDEL, 2010, p. 46). Deste modo, torna-se relevante pensar a questão da ética profissional para além do desejo individual de vinculação a um projeto profissional, uma vez que se entende que as possibilidades concretas se expressam no cotidiano do trabalho e incidem sobre as possibilidades de materialização orgânica do PEPP da profissão, assim como influem no modo que a ética profissional se consolida e dá sentido para a ação pro-

fissional. Assim, a ética só se efetiva se for dotada de sentidos, que sejam vividos pela categoria profissional.

Estar consciente do processo de contradições, inerentes a sociedade capitalista, incide no reconhecimento da categoria profissional como sendo pertencente à classe trabalhadora. Nesse sentido, tais apreensões são relevantes para a avaliação das formas como os processos de precarização incidem sobre a consolidação – ou distanciamento – dos valores assumidos pela profissão, manifestados explicitamente no CEP de 1993 e que compõem o projeto e a dimensão ético-política hegemônica do Serviço Social brasileiro, juntamente com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993) e as DCN/ABEPSS de 1996.

### **A centralidade e premência da ética diante do avanço neoconservador**

O Serviço Social brasileiro se consolida com fundamentos e mediações, que são éticas e políticas. Nesse ínterim, as determinações históricas são dadas pelas demandas, que se lhe põem e pelas respostas da categoria profissional, em conjunturas específicas (BARROCO, 2010). Posto isso, questiona-se sobre: as possibilidades para o exercício do trabalho de Assistentes Sociais e a garantia dos direitos e dos deveres, estabelecidos no CEP; a consolidação do PEPP.

Entretanto, garantir a direção profissional hegemônica se torna ainda mais desafiadora no contexto atual, dado que se vive uma conjuntura de intensificação da precarização nos processos de trabalho; a exigência por profissionais polivalentes e multifuncionais, que coadunam a uma crescente intensificação da exploração da força de trabalho; diminuição dos salários e empregos, com vínculos de trabalho cada vez mais fragilizados; bem como a regressão dos direitos trabalhistas.

Em outras palavras, nesse cenário, nota-se que

[...] o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes — no caso brasileiro —, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo (BARROCO, 2015, p. 624).

As novas morfologias do trabalho, formatadas em um contexto de crise do capital, são assumidas e incorporadas nos modelos de gestão do trabalho. Dessa forma, redefine-se e intensifica-se o processo de exploração do capital e conformam-se desafios ético-políticos no cotidiano do trabalho.

A par e apesar desse processo de precarização da vida e do trabalho, surgem aparatos legais, expressos no âmbito das normativas, que reconhecem e legitimam o trabalho intermitente, o teletrabalho, o trabalho autônomo, o trabalho terceirizado e outras formas de exploração, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Ademais, visualiza-se que as contrarreformas, incorporadas nos modelos de gestão do trabalho, representam uma tendência na profissão – e fora dela –, “em um momento em que os direitos materializados em serviços, antes públicos, passam a ser assumidos pelo mercado, ou mesmo ainda, quando públicos, focalizados, restritivos, e seletivos pelo terceiro setor” (CORRÊA e REIDEL. 2021, p. 147).

Parte-se do entendimento de que, ao longo dos anos, o Serviço Social brasileiro construiu um PEPP, com bases na teoria social crítica. A sua hegemonia, por sua vez, foi conquistada nos marcos da última década do século XX. Esse projeto demarca um compromisso e vinculação com a classe trabalhadora, reconhecendo-a e reconhecendo-se como tal. A ação supracitada demarca o compromisso com a luta por uma sociedade sem classes,

com bases emancipatórias, cuja liberdade é um princípio ético e político fundamental.

Outrossim, percebe-se a necessidade de reflexão acerca da adesão formal do PEPP e, conseqüentemente, da ética profissional, cuja condições concretas para a apreensão do projeto profissional emancipador dependem de múltiplos aspectos, a exemplo: os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, bem como as possibilidades de formação de qualidade e inserção de profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

A preocupação apresentada advém dos reflexos oriundos do avanço do conservadorismo e do fascismo que, diante da crise do capital, faz com que sejam objetificadas em expressões de um neoconservadorismo e neofascismo, as quais penetram no interior na sociedade, ou seja, em sua estrutura. Elas são, ainda, reproduzidas em “níveis diversos na vida cotidiana, inclusive nas relações de trabalho nas quais atuamos como assistentes sociais” (BARROCO, 2022, p. 20).

O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal. [...] Do neoliberalismo, conservam-se a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais (Barroco, 2015). Propostas neofascistas encontram ressonância num tempo em que o emprego é escasso e a competição toma o lugar da solidariedade; em que a barbárie dissemina o ódio e a desumanização; em que a brutalidade passa a ser virtude política e o irracionalismo apela aos piores instintos e às reservas de animalidade que brotam no indivíduo, na sociedade capitalista [...] (BARROCO, 2022, p. 13).

O enfrentamento do neoconservadorismo e do neofascismo caracterizam um caráter político na profissão, imbricado através de dois aspectos, que se relacionam dialeticamente. Conforme Barroco (2009), é salutar que a organização política da profissão esteja fortalecida e renovada. Pressupõe-se, então, uma forte incidência e trabalho de base junto às entidades de representação, unidades de ensino, profissionais e discentes.

Por outro lado, avalia-se que só será possível avançar, no sentido de consolidar politicamente o PEPP, se houver uma base social de sustentação, ou seja, torna-se fundamental a articulação com os demais setores da sociedade, a exemplo: dos movimentos sociais, dos partidos políticos, das associações profissionais, das entidades de defesa de direitos etc. Tudo isso, tendo em vista que a as transformações da profissão também são reflexos das transformações na sociedade e vice-versa. No entanto, há de se ter compreensão que existem limites para a luta profissional, uma vez que envolve dimensões que superam os próprios limites da profissão na sociedade de classes (BARROCO, 2009).

Portanto, há que se ter capacidade crítica capaz de “decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las” (IAMAMOTO, 2015, p. 80) e, portanto, requer competência teórica, técnica e ético-política capaz analisar e ser fiel ao movimento do real, a fim de que o “como” e “o que fazer” não estejam subordinados ao “dever ser” da profissão, sendo imprescindível a articulação das dimensões profissionais, no sentido de captar, resistir e formular estratégias de enfrentamento.

No ano de 2023, o país computa mais de 200 mil Assistentes Sociais, sendo a “grande maioria (90%) composta por mulheres em sua diversidade: negras, indígenas, brancas, quilombolas, periféricas, com deficiências, lésbicas, bissexuais, cis e trans, das cidades e do campo” (CFESS, 2022). Diante desse enorme contingente profissional e da tensão entre trabalho assalariado, de-

mandas e necessidades dos usuários são reavivadas, conforme a relativa autonomia profissional e a heterogeneidade profissional, problematiza-se: como manter uma unidade na diversidade, em relação ao projeto profissional; ou, melhor, como manter a hegemonia do PEPP?

Esse é um debate caro ao Serviço Social, que vem sendo realizado há, no mínimo, três décadas e meia. Embora seja algo, segundo apontado, não tão novo assim, não é passível de esgotamentos, dado que o neoconservadorismo constitui esse vetor de erosão das bases do projeto profissional.

Os valores éticos de uma profissão só se consolidam quando vivenciados no âmbito de situações concretas. Quando não se percebe a transposição da perspectiva abstrata e teórica para a aplicação direta, pode-se incorrer na minimização da apreensão da dimensão. Assim, não raras às vezes, percebe-se a adesão ao PEPP, de forma restrita, ficando no campo meramente formal ou de reprodução de um conteúdo prescritivo, que se afasta do que se compreende, essencialmente, o *ethos* profissional.

Deste modo, é possível dizer que não existe uma receita pronta, isto é, um panfleto explicativo, com o conceito de PEPP. Existe sim, uma orientação destinada a uma emancipação política e humana, que tem, na Teoria Social Crítica de Marx, seu embasamento teórico metodológico, como fundamento que visa à transformação social. Com a direção social do projeto profissional, vinculado à classe trabalhadora, com vistas a uma nova ordem societária de supressão do capitalismo (REIDEL, 2010).

Refletir sobre os percursos e os percalços vivenciados, a partir da precarização do trabalho e os impactos que se colocam a assistentes sociais em seu cotidiano, é considerar os desafios postos, na perspectiva de materialização dos valores éticos defendidos pela categoria. Nesta perspectiva, entende-se a ética como uma capacidade humana posta pela capacidade de agir, de forma consciente.

Na atualidade, com a crise estrutural do capital, evidencia-se a agudização das expressões da questão social, dentre elas, a crescente desigualdade entre classes, sexuais e de gênero, étnico-raciais, geracionais, culturais, econômicas, bem como o aumento da violência que escancara a barbárie, vivenciada pela classe trabalhadora.

O neoconservadorismo conjuga os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo, preservando o conservadorismo clássico. O avanço do neoconservadorismo é um fenômeno mundial, combinado com o avanço político das forças de extrema direita e de ideologia neofascistas, cujas determinações econômicas, políticas e culturais inscrevem-se no processo de crise estrutural do capital e se desenvolvem, de forma particular, em cada país e conjuntura. Esse contexto se torna favorável e demonstra o avanço conservador, tendo uma incidência direta nas relações sociais, mediado pelo “processo de crise estrutural do capital e desenvolvendo-se sob formas particulares em cada país e conjuntura” (BARROCO, 2022, p. 13).

Destarte, promovem-se e gestam ideologias, que apelam ao fascismo e ao conservadorismo. Todavia, apresentam-se sob novas roupagens e combinações, como é o caso do neofascismo, que impulsiona, entre outros, a competitividade, o ódio, a barbarização e a desumanização das relações sociais; e o neoconservadorismo, que consiste na combinação do conservadorismo moderno e dos princípios neoliberais, garante a manutenção das instituições tradicionais, como igrejas e família patriarcal – dentro de um contexto cis-hetero normativo, valoriza a hierarquia, a autoridade e a ordem, dessa forma, perpetua o preconceito, a xenofobia e a discriminações de classe, de raça e de gênero; no que tange aos princípios neoliberais, conserva-se a não interferência do Estado na economia e o incentivo – a ascensão individual, ao empreendedorismo, a meritocracia, ao privatismo, ao combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais.

## Considerações finais

No desenrolar deste texto, compreende-se a necessidade do avanço nas investigações e nas produções sobre a dimensão ética no cotidiano de trabalho de Assistentes Sociais. Neste cenário, observa-se um vasto campo de desafios, ao mesmo tempo em que se vê as perspectivas na direção da consolidação do PEPP.

Ainda no trilhar analítico, nota-se a relevância dos Programas de Pós-Graduação e de suas linhas e grupos de pesquisa. Eles se propõem a fortalecer a área, por meio de contribuição científica relevante. Desse modo, desenvolvem habilidades específicas e formam recursos humanos para pesquisa, além de promoverem eventos e produções, como, por exemplo, espaços de discussão, a fim de avançar o conhecimento e impactar tanto a formação acadêmica quanto a criação de estratégias para superação dos desafios contemporâneos.

Na conjuntura atual, vivencia-se o avanço de ideias neofascistas, as quais encontram ressonância num tempo em que o emprego é escasso e a competição toma lugar da solidariedade. A barbárie, nesse cenário, ganha voz e dissemina o ódio e a desumanização. A brutalidade, também está em voga, e passa a ser virtude política. O irracionalismo, por sua vez, apela aos piores instintos e às reservas de animalidade, que brotam no indivíduo (BARROCO, 2022). Todo esse conjunto se expressa, penetra no interior da sociedade, ou seja, em sua estrutura, sendo reproduzidas em diferentes níveis da vida, seja no trabalho, nas relações familiares e/ sociais.

No âmbito do Serviço Social, a adoção de valores éticos e a construção de princípios norteadores para o exercício profissional – que traduzem o compromisso com as/os usuárias/os das políticas e programas sociais, a busca por fortalecimento da identidade profissional e a busca por uma outra forma de sociabilidade, que

seja mais justa e democrática, econômica e politicamente —, vinculam-se organicamente a um projeto societário maior, que tem sua base na crítica radical ao sistema capitalista e busca a construção de uma nova sociabilidade. Assim, o CEP, de 1993, estabelece uma importante dialética entre a emancipação humana e a política.

A perspectiva de uma ética, que não se limita a abstração e que está implicada com a transformação, pressupõe inquietude, inconformismo, ter nitidez dos valores éticos que orientam o exercício da profissão e balizam o PEPP. Sendo assim, é necessário posicionar-se contrariamente a essa avalanche conservadora e neoliberal, isto é, ultrapassar modos de pensar, que têm defendido a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, têm difundido o triunfo do capitalismo sobre qualquer alternativa a ele.

Em meio à contradição, inerente de um sistema de produção e reprodução da vida reificante ávido por lucro, o Serviço Social fortalece suas resistências, dando vazão às demandas populares e se entende enquanto classe trabalhadora. Entretanto, a realidade demanda maior articulação e participação em espaços coletivos de resistência ao capitalismo, sobretudo, da organização política em movimentos sociais, em partidos, em entidades de categorias profissionais, visando a reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, denunciando a superexploração e a barbarização das relações sociais. Cabe destacar que, “é através da organização coletiva que se criam condições concretas para a resistência frente à violação dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada” (RAICHELIS, 2011, p. 436).

Na perspectiva de superação, é salutar insistir e avançar na batalha das ideias, tornando-as inteligíveis para, então, de modo consciente, fomentar a luta real e concreta, tendo como horizonte a construção de uma nova sociabilidade. Neste movimento dialético do real, estabelecem-se as possibilidades históricas de

superação da ordem do capital, a fim de fortalecer o processo de consciência e a emancipação política em direção à emancipação humana. Sendo assim, não é admissível posturas profissionais preconceituosas, excludentes, estigmatizantes, tampouco que cerceiem a liberdade.

Que os valores éticos sejam defendidos no Serviço Social e fomentem a luta, pois lutar é tão necessário, como viver e respirar. A ética nos convoca a refletir, a indagar, a nos inconformar com o aparente. É necessário que tenhamos nitidez dos valores éticos de nossa profissão, que eles nos orientem a lutar pelo direito à vida; pela demarcação das terras dos povos originários; contra o racismo, a xenofobia, o sexismo ou a LGBTQIA+fobia; entre outros. Essas pautas precisam implicar nosso cotidiano, nossas relações, nossas conversas e nossas atitudes profissionais cotidianas, por meio da experimentação, da criação coletiva, do ato de viver o caráter pleno de luta política e da afirmação de modos singulares de existir. Em resumo, busca-se superar o entendimento limitado da Ética, como questão da polícia, do ressentimento e do medo. Os valores éticos, defendidos no Serviço Social, devem fomentar a luta, pois lutar é tão necessário, como viver e respirar.

Assim, é emergente estabelecer nexos e mediações necessárias para apreender a dinâmica do capital. Para isso, devem-se formular estratégias de resistência, em face a sua incidência na precarização da vida e do trabalho. Deste modo, entende-se que a ética é um elemento essencial que necessita estar transversalizada na formação e no trabalho, haja vista que é parte constitutiva desses processos, sendo uma capacidade humana a que permite agir, de maneira consciente, e com base em escolhas de valor, projetando finalidades e formas de objetivação na vida social.

## Referências

BARROCO, M. L. S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 143, p. 12-21, 2022.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, pp. 623-636, 2015.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, D. A.; SILVA, M. V.; SALES, M.A.; GONELLI, V. M. M. (Orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

BONFIM, P. **Conservadorismo moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015.

CARDOSO, P. F. G. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação, **Revista Katálysis**, v. 20, n. 3, pp. 325-334, 2017.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CISNE, M; CANTALICE, L. B. O; ARAÚJO, L. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. **Libertas**, v. 20, n. 2, pp. 307-327, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do assistente social 1986**. Brasília: CFESS, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional dos assistentes sociais 1947**. Brasília: CFESS, 1947.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do assistente social 1965**. Brasília: CFESS, 1965.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Conjunto CFESS-CRESS lança material especial para o maio da categoria!**. 2022. Brasília: CFESS. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1891>. Acesso em: jun. 2023.

CORRÊA, L. D.; REIDEL, T. Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos(as). **Temporalis**, v. 21, n. 41, pp. 136-154, 2021.

FORTI, V.; FERREIRA, B. S. Notas introdutórias sobre o exercício profissional: reflexões sobre o serviço social, a ética profissional e a execução penal. In: **Anais XVI ENPESS**, Vitória/ES: 2018.

GUEDES, O. S. Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947e 1965. **Textos & Contextos**, v. 15, n. 1, pp. 43-58, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 2009.

NETTO, J. P. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, D. A.; *Et Al.* **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão, **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, pp. 143–163, 2017.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, pp. 420–437, 2011.

REIDEL, T. **A indissociabilidade entre o Projeto Ético-Político e a formação profissional: uma materialização em xeque**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2010.

SANTOS, D. R. Ética e Serviço Social: **um estudo introdutório a partir de György Lukács**. Campinas: Papel Social, 2018.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



## A CAMINHADA COLETIVA DE UMA KAINGANG ASSISTENTE SOCIAL: UM MODO DE SER PESQUISADORA

Angelica Domingos Kaingang  
Rosa Maria Castilhos Fernandes

### Reflexões introdutórias: a título de apresentação

EG, INH, KANKÁ, MRÉ, RÉG RE, JAMRÉ, NY, JÓG, MÁ, KAKRÉ, KANHGÁG U<sup>1</sup>. “É na relação com o outro, sejam humanos ou não que se faz conhecimento e educação. Nos reconhecemos no outro a partir da sua diferença”.

Bruno Kaingang

Iniciamos essa escrita fazendo referência aos longos quatro anos (2019-2022) de um projeto societário de inúmeras violações de direitos, de desmontes de toda ordem social, econômica, política, cultural, ambiental e, sobretudo, de uma agenda colonial de ataques aos direitos dos povos indígenas. Foi neste cenário de tempos de obscurantismo que a pesquisa que tem como objeto de estudo a questão indígena passou a ocupar uma centralidade nos estudos que viemos desenvolvendo (FERNANDES e DOMINGOS, 2020; MACIEL, 2021; DOMINGOS, 2022).

As pesquisas<sup>2</sup> evidenciam que a luta indígena é a luta pela existência humana. As violações históricas aos direitos indíge-

---

1 Em português significa: Nós, eu, parente, junto, irmão, cunhado, mãe, pai, sogra, sogro, outras coletividades, povos.

2 Pesquisa: Manifestações da Questão Social: as lutas sociais dos povos indígenas em defesa dos territórios e das políticas indigenistas. (2016-2020).

nas, que se agravaram no governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), são reflexos de uma sociedade que não legitima socialmente as diferentes necessidades sociais e culturais, assim como discrimina diferentes segmentos populacionais seja pela cor, raça, etnia, gênero, religião e classe social. Se existem os direitos indígenas, assim como as políticas indigenistas, elas são resultado de lutas sociais e, ainda assim, são contraditórias e não atendem às reivindicações históricas dos povos indígenas, ainda mais quando essas conquistas se corroem e se desestruturam em sociedades em que as violências se materializam por meio das forças estatais e do capital financeiro. O que evidenciamos em uma pesquisa documental, em que 1.292 notícias foram analisadas, é que a resistência indígena está na raiz profunda da ancestralidade, pois cada notícia de violação de direitos correspondente ao período de 2016 a 2020, identificamos uma notícia de resistência e de denúncia indígena ou, em algumas situações, de forma concomitante num movimento contra-hegemônico a lógica do capital e opressão imposta. Por isso, interessa-nos compreender às múltiplas manifestações da questão social vivenciadas por essa população, sejam os ataques e violações que sofrem, sejam suas mobilizações sociais e os movimentos que realizam e que se espalham pelo Brasil afora, fazendo com que diferentes etnias se unam e dialoguem numa única luta contra-hegemônica, dando sentido às suas experiências enquanto povos originários (FERNANDES e DOMINGOS, 2020). Para Geni Nunez, em entrevista no ano de 2020, “justamente por sermos o oposto da lógica capitalista, extrativista, racista e especista que temos sido alvo prioritário dos ataques deste governo, mas não só deste, desde o momento da invasão o ataque nunca nos deu tréguas” (MARIMON, 2020).

Contudo, outro horizonte se põe no início do ano de 2023 de busca para reconstrução de uma agenda política, democrática e solidária, de participação popular, de retomada dos direitos da

classe trabalhadora, assim como, de reorganização operacional e orçamentária das políticas sociais públicas, para que possam atender as necessidades sociais e políticas dos sujeitos de direitos. A criação do Ministério dos Povos Indígenas em janeiro de 2023, marca um tempo de reconstrução e de diferentes responsabilidades não somente para os povos originários, mas para o próprio Estado que historicamente teve seus interesses para o desenvolvimento balizado na perspectiva hegemônica colonizadora, invisibilizando os direitos da população indígena. Entretanto, o quadro de dominação social é parte da formação sócio-histórica brasileira e não é à toa que a vigência das estruturas de colonialidade e racistas, são parte e consequência dos processos de produção e reprodução do capital.

Para Quijano (1992, p. 437) a compreensão do colonialismo no “sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre as outras, parece assunto passado”, mas não é como nos diz o autor. Por isto a colonialidade vai nos dizer que mesmo com o término das administrações coloniais e a emergência do Estado-Nação isto não significa que a dominação colonial não é parte da realidade brasileira. Ao contrário, permanecem as estruturas de poder colonial por meio da colonialidade. Em um movimento político, teórico e contra hegemônico está o decolonial que propõe um caminho de luta permanente para a construção de estratégias alternativas para outro modo de viver e conhecer (SANTOS, 2018).

Portanto, todo processo de imposição colonial vai além do âmbito econômico e político, pois ele penetra a existência dos povos colonizados, a alma como nos dizem os indígenas. Tais situações afrontam e ignoram saberes e epistemologias que acabam hierarquizando saberes, como produto da classificação racial e étnica da população. Djamila Ribeiro (2020), em sua obra “Lugar de Fala” cita a pensadora e feminista Lélia Gonzalez (1984) e reconhece a crítica que ela faz sobre a hierarquização de saberes,

ao apontar equação: “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco” (2020, p. 24).

Consideramos que essa aproximação com a historiografia e os saberes indígenas é sem dúvida algo em apropriação na literatura e na produção de conhecimento do Serviço Social. Em que pesem os avanços nos estudos da Antropologia, das Ciências Sociais e Humanas, para autores e pesquisadores indígenas a historiografia tradicional não deu atenção suficiente “ao protagonismo da resistência indígena à colonização e às abordagens da transição da escravidão indígena para a negra não apenas reforçaram a narrativa da extinção, que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado [...]” (MILANEZ *et Al.*, 2019, p. 2163). Assim é parte dessa historiografia desconsiderar as violações do sistema de exploração da força de trabalho, da espoliação e do genocídio “que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais [...]” e para Krenak o racismo “[...] é uma epidemia global causada pela recusa de compreender e aceitar a diferença” (MILANEZ *et Al.*, 2019, p. 2163). Tais compreensões sobre a historiografia indígena é fundamental, pois tratar sobre racismo contra povos indígenas significa considerar que a violência estrutural que marca os cotidianos indígenas de Norte a Sul do Brasil é ainda vigente e determinante para a existência das desproteções sociais, discriminações e práticas racistas contra os indígenas. Isto significa, também, que identificar, reconhecer e falar a respeito dessas experiências são os primeiros passos para que possamos pensar sobre estratégias concretas de uma luta que seja indígena e antirracista.

Portanto, damos sentido a essa escrita ao nos reconhecemos na relação com o outro, mas fundamentalmente a partir das nossas diferenças, como nos diz Bruno Kaingang<sup>3</sup>. É partindo dessa

---

3 Kaingang. Doutor em Educação pelo Programa de Pós Graduação de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

compreensão que trilhamos uma caminhada de construção de conhecimentos, tendo ciência da existência da perspectiva colonizada e colonizadora que povoa as nossas consciências, assim como o ambiente acadêmico. Portanto, a aproximação com as histórias de vida e acadêmica de estudantes indígenas e a chegada da primeira kaingang Assistente Social ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, representa um marco histórico para a formação em Pós-Graduação. Além disso, nos aproximamos do que nos diz Grada Kilomba da “desobediência epistêmica” (2016, p. 10-11) e por isto mesmo nos desafiamos a uma reflexão crítica e de desconstrução. Tal movimento epistemológico é algo fundamental para a contraposição a colonialidade tão presente nos espaços formativos e que necessitam refazer caminhos, desconstruir saberes, questionando o que está posto e, neste caso, sem perder de vista a dimensão sócio-histórica brasileira, os fundamentos do Serviço Social e a centralidade da questão social como objeto fundante da profissão, entre outros aspectos. Neste contexto pensar sobre os temas que precisam de atenção em determinado momento histórico, significa pensar as questões que são dignas de serem feitas com a intencionalidade de construir conhecimentos e, neste caso, para o Serviço Social, é fundamental.

Pensar tais proposições se tornou uma condição para seguir no exercício da profissão, pois povos indígenas ensinam tanto sobre resistência, sobre uma nova ordem societária posta pelo projeto ético e político do Serviço Social. Precisamos enquanto categoria profissional, principalmente academicamente, ampliar e construir nossos conhecimentos voltados aos povos indígenas, pois como pensar as refrações da questão social na conjuntura atual, sem compreender os processos sócio-históricos que se deram na exploração e origem deste país? Como atuar profissionalmente no âmbito das políticas de proteção social se o conhecimento dos direitos indígenas, seus modos de

ser e viver se não for algo apreendido pelos não indígenas? Como lutar pela defesa intransigente dos direitos humanos se deixarmos de nos voltar a um dos segmentos da população brasileira mais invisibilizados e oprimidos pelo colonialismo? Esses são alguns dos muitos questionamentos que emergem ao associarmos tais reflexões ao Serviço Social e as lutas que travamos, pois como diz a liderança indígena Sônia Guajajara “a luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas” (DOMINGOS, 2022, p. 15).

É então na continuidade desta caminhada que compartilhamos neste texto uma experiência vivenciada no processo de mestrado em Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do sul que culminou na realização da Dissertação de Mestrado intitulada “ÊG TIGTI JAMÁ KRI, ÊG JAMÁ PÊ, ÊG NY GA FI” = Entre Território e Territorialidades Originárias: a resistência Kaingang frente às violações dos direitos indígenas no sul do Brasil (2022). A intenção foi contribuir com o debate sobre a relevância da questão indígena e indigenista na formação do Serviço Social brasileiro, reflexões essas que se somam aos coletivos de pesquisadoras(es) indígenas e não indígenas da UFRGS, como os/as que integram a Articulação Brasileira Povos Indígenas e Serviço Social formada no ano de 2020 e que se constitui em importante espaço de diálogo e estudos de pesquisadores indígenas e não indígenas da área. Neste texto apresentamos na íntegra as reflexões introdutórias da referida Dissertação. Com a palavra a Kaingang Angelica Domingos, a narrativa do processo de pesquisa.

### **O processo investigativo: narrativa metodológica**

É como indígena mulher Kaingang, mãe, assistente social nas tantas trajetórias vivenciadas, entre a aldeia, a cidade e a universidade, narrando e percorrendo as territorialidades Kaingang, entre a tentativa de rompimento das amarras

e superação das duras marcas deixadas pela colonização, entre a militância no movimento indígena e o simples existir, mas sempre tendo que (re)existir, é que me propus a pensar este trabalho, trazendo para o debate e assumindo assim de forma qualificada o legado do movimento indígena, a luta que meus ancestrais travaram. É por eles, é por nós, é pelos nossos filhos.

Angelica Domingos Kaingang, 2022.

O que movimenta o sentido deste pesquisar são as inquietações que vêm de muito tempo, desde a inserção na graduação em Serviço Social em uma Universidade Pública, no processo de descolonização do nosso ser. O que envolve (re)existir, (re)inventar, pois tentaram apagar grande parte da nossa história, parte do que somos e nos constitui como pessoas. Os processos de vivências e experiências ao longo da vida, sempre trouxeram questionamentos sobre quem eu sou e de onde vim, sobre meus antecessores, pois também tentava entender as duras violências e violações que vinham desde meus avós até minha geração.

Adentrando à Universidade as indagações somente aumentaram, pois, muitos episódios difíceis da vida, principalmente longe de meu território de origem continuaram. Tentar compreender as marcas horrorosas deixadas em nós, desde o estupro da invasão, recordar essas cicatrizes não significa exatamente lembrar-se da dor, mas entender as possibilidades dos caminhos de cura, conforme o tema do encontro global de mulheres indígenas: Cura da Terra (2020). E por que pensar nas possibilidades de cura? Para que minha ancestralidade pudesse continuar, para que os meus filhos e os próximos que virão, possam estar livres dessas amarras do que foi o violento esbulho, estupro de nossos corpos e territórios. Trago como um propósito de vida, como um sonho que com todas minhas forças eu contribuiria para pensarmos nas

possibilidades dos caminhos de cura, e para pensar as possibilidades de cura é necessário falar das violências e violações, desde o período da invasão, até ser instaurado pelo próprio Estado e sociedade, tentando nos calar e matar. E assim possibilito viver o que sempre estive em mim/nós, o sagrado, o coletivo, nossos valores e crenças, nossas sabedorias, o meu verdadeiro “eu” que até os dias de hoje tentam calar, matar e minimizar através do ódio, discriminação e preconceito. Parto do entendimento de que a pesquisa contribui com este propósito de vida, para então compreender e continuar o caminhar e a resiliência destes povos que tanto teimam em enxergar um bem viver, um *kaingang êg my há*, ao viés do que nos subjagam, exploram, estigmatizam, marginalizam e empobrecem.

No sentido de compreensão da escrita, é necessário trazer para o(a) leitor(a) a abrangência da escrita aqui da primeira e terceira pessoa, do *eu e nós*, pois pensar esta pesquisa que trata sobre os povos indígenas, requer pensar e trazer suas particularidades a partir também das experiências vivenciadas individualmente e coletivamente. Eu enquanto Kaingang mulher, mãe, Assistente Social, pesquisadora, ser social, político e histórico, cuja constituição se dá a partir da experiência vivida, sentida e por meio da história oral ancestral coletiva Kaingang.

Tentando fazer cumprir o respeito aos modos de ser, viver e conhecer dos coletivos indígenas, é que afirmamos a metodologia da oralidade e do conhecimento e saberes apreendidos no tempo e nas relações étnicas vivenciadas. A oralidade como forma de conhecimento dos coletivos indígenas é fundamental para continuação de suas vidas e de suas culturas. É no falar, no contar para ouvir, aliás, fundamental ouvir, para perceber, entender o viver, as experiências, nas histórias, nos mitos, nas cosmovisões do pensamento Kaingang. Foi e continuará sendo através da oralidade que os saberes Kaingang passam de geração a geração, até nos

dias de hoje, em que podemos escrever nossas próprias histórias, próprias memórias dos conhecimentos e pensamentos Kaingang.

Durante a formação no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desenvolvi uma pesquisa que teve como objetivo geral: desvendar as violações dos direitos indígenas promovidas pelo Estado brasileiro e a repercussão nos modos de vida e de resistências dos povos originários em relação às suas territorialidades no Sul do país visando contribuir com a afirmação da agenda das lutas indígenas. E como objetivos específicos: 1) conhecer a produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social sobre a questão indígena no Brasil a fim contribuir com a afirmação dos direitos indígenas e com a discussão na área; 2) conhecer as histórias das lideranças indígenas vivenciadas sobre as violações de direitos praticadas pelo Estado com relação aos seus territórios; 3) e promover a reflexão crítica acerca das realidades vivenciadas, dos processos de retomadas, nas formas de resistências indígenas, para a afirmação dos direitos indígenas.

A metodologia da investigação da pesquisa desenvolvida está relacionada com a experiência de vida Kaingang da pesquisadora. Os questionamentos ao longo da trajetória de vida, das violações de direitos, da militância no movimento indígena, das escutas nas rodas de conversas com os mais velhos e *kujas* (líderes tradicionais e espirituais), das estratégias de sobrevivência de uma indígena Kaingang mulher, mãe, entre tantas outras situações nos remetem à escolha de técnicas que possam estar relacionadas aos modos de ser, conhecer e viver Kaingang.

Portanto, tratou-se de uma pesquisa qualitativa e do tipo exploratória no que diz respeito à pesquisa bibliográfica e descritiva no processo da observação participante da pesquisadora e da história oral de vida que foram os principais instrumentos desta investigação. Para Minayo (2004, p. 60) a importância da obser-

vação participante enquanto uma técnica de pesquisa, “reside no fato de podermos captar uma variedade de situações que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real”.

Neste caso, a minha inserção no campo no diálogo com as lideranças indígenas e/ou nas experiências e saberes que trago na minha ancestralidade, na convivência nas comunidades indígenas, nas mobilizações e nos encontros como o Acampamento Terra Livre (ATL)<sup>4</sup>, na Marcha das Mulheres Indígenas, nas reuniões e nas rodas de conversa com lideranças indígenas, enfim, são diferentes situações de observação participante por mim vivenciadas. “A observadora faz parte do contexto sob sua observação e modifica esse contexto”, assim como, também é modificada (MINAYO, 2004, p.70).

Com relação à pesquisa bibliográfica – realizada juntamente com o coletivo do grupo de pesquisa educação, trabalho e políticas sociais do PPGPSSS – a busca em banco de teses e dissertações, assim como, em revistas indexadas da área adensaram a revisão teórica do estudo com os quais fui dialogando ao longo do trabalho trazendo autores e autoras tais como: Elaine Tavares (2019), Soledad Gaivizzo (2014), Cristiano Mariotto (2014), Marjori Machado (2015) no caso das dissertações e teses utilizadas; e com relação aos artigos da área trago construções do grupo pesquisa do qual faço parte como a obra publicada “Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas” (FERNANDES e DOMINGOS, 2020) que reúne artigos com resultados de pesquisas deste coletivo e de outros estudantes indígenas e indigenistas da UFRGS como Mariana Maciel Geógrafa indigenista, a Assis-

---

4 O ATL, é uma das maiores mobilizações dos povos indígenas no Brasil, ocorre uma vez por ano, onde reúne lideranças indígenas de todo país em Brasília, tendo a edição deste ano cancelada em decorrência da pandemia de Covid-19.

tente Social Aline Domingos Kaingang, a Assistente Social Silvana Kaingang, entre outras; também foram consultadas produções tais como: Wagner Amaral e Jenifer Billar (2020); e Patrícia Brito (2015), entre outras com as quais dialogamos.

Tal aproximação permitiu conhecer a produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social sobre a questão indígena no Brasil, no intuito de contribuir com a afirmação dos direitos indígenas e com a discussão na área. A pesquisa bibliográfica consiste em buscas a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores e se utiliza de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Reafirma-se como um “procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 44) e, nesta investigação, visando provocar reflexão crítica, teórica, social acerca das territorialidades e dos direitos territoriais dos coletivos Kaingang.

Para tanto, no banco de teses e dissertações utilizamos para a busca das produções bibliográficas os descritores: questão indígena, indígenas, povos indígenas e Serviço Social. A escolha do período de 2012 a 2020 foi em função da Lei de Cotas 12.711 de 2012, pois a partir desse período com uma presença mais significativa de indígenas no Ensino Superior, é que também se dá maior relevância em pesquisas relacionadas à questão indígena, principalmente as executadas pelos próprios estudantes e pesquisadores/as indígenas.

Como exemplo, da importância da construção de conhecimentos de pesquisadores indígenas, trago o dossiê “Pandemia da Covid-19 na vida dos Povos Indígenas” (2020), organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em parceria com a Revista Terena Vukápanavo. Para os autores indígenas se

trata de um ato de resistência e postura política que “se valendo do instrumento de demarcar espaço no mundo acadêmico com a escrita, onde se busca imprimir prática política estritamente aliada ao movimento indígena” (BANIWA, TUXÁ e TERENA, 2020, p. 6). Compreendemos – assim como este coletivo de pesquisadores e pesquisadoras indígenas – que as pesquisas em curso no Brasil envolvendo povos originários têm tido como protagonistas os próprios estudantes indígenas. Tal situação é uma realidade no nosso coletivo de pesquisadoras com indígenas e não indígenas que vêm se debruçando nos estudos sobre a questão indígena. Corroboramos com Baniwa, Tuxá e Terena (2020) quando dizem que “como consequência direta das políticas afirmativas que marcam a última década, como a Lei de Cotas de 2012, o contingente de indígenas com formação acadêmica tem sido crucial no enfrentamento à pandemia”, pois “estamos falando de pelo menos 60.000 estudantes indígenas e centenas de egressos que contribuíram a partir de suas expertises acadêmicas e profissionais em esforços voltados para conter o avanço da pandemia” (BANIWA, TUXÁ e TERENA, 2020, p. 6-7).

Também, importante dizer que as teses e dissertações do ano de 2020 ainda não estavam disponíveis na época da coleta no banco da Capes que foi realizada no primeiro semestre de 2021. Para análise dos resultados encontrados, ou seja, as 21 bibliografias elaboramos uma planilha registrando o tipo de bibliografia/fonte – sendo 12 teses e 9 dissertações encontradas –, título da produção, autor, ano, PPG e resumo das mesmas. Importante registrar que o trabalho de busca no banco de teses e dissertações da área do Serviço Social foi realizado por um coletivo de pesquisadoras, no qual estou vinculada e após este processo de coleta fomos realizando leituras e selecionando aquelas que estavam diretamente relacionadas com a discussão desta pesquisa sobre território, territorialidades, direitos indígenas e/ou viola-

ções, conforme o destacado no Quadro 1 e no Quadro 2. Das 12 teses encontradas, selecionamos intencionalmente 3 teses e das 9 dissertações foram selecionadas 3, quais sejam:

**Quadro 1: Teses na área do Serviço Social (2012 -2020) selecionadas pela pesquisadora.**

<b>Título/Ano</b>	<b>Autor/a</b>	<b>PPG</b>	<b>Link</b>
Participação e política indigenista de saúde: Protagonismo indígena em Manaus - AM - 1999/2013 (2013)	PALHETA, Roseane Pinheiro	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	<a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17658">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17658</a>
Terra e Território na América Latina: o desafio Indígena na Era do Capital. 2019	TAVARES, Elaine Jussara Tomazzoni	Programa Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	<a href="https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199435">https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199435</a>
O direito dos povos indígenas a educação superior na América Latina: concepções, controvérsias e propostas (2014)	GAIVIZZO, Soledad Bech	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	<a href="http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/584">http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/584</a>

**Fonte:** A autora, com base no banco de dados do GP Educação, Trabalho e Políticas Sociais (UFRGS), 2021.

**Quadro 2: Dissertações na área do Serviço Social (20212 -2020) selecionadas pela pesquisadora.**

<b>Título/Ano</b>	<b>Autor/a</b>	<b>PPG</b>	<b>Link de Acesso</b>
Questão Indígena E Capitalismo Dependente (2014)	MARIOTTO, Cristiano	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina	<a href="https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194054">https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194054</a>
Terras Indígenas No Brasil: estudo sobre os processos demarcatórios nos governos lula e dilma (2015)	MACHADO, Marjori de Souza	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina	<a href="https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169648">https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169648</a>
Proteção Social Em Território Indígena: um estudo a partir da aldeia tramaia no litoral norte da paraíba (2017)	LIMEIRA, Eveny de Arruda	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba.	<a href="https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_26090cd27730fa480fdb9775ba4561ec">https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_26090cd27730fa480fdb9775ba4561ec</a>

**Fonte:** A autora com base no banco de dados do GP Educação, Trabalho e Políticas Sociais (UFRGS), 2021.

Neste processo de busca das teses e dissertações, além das citadas nos respectivos quadros 1 e 2, não podemos deixar de reconhecer a relevância das pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social brasileiro e, sendo, majoritariamente pesquisas de natureza qualitativa. Tais estudos têm como referência o método dialético, a teoria marxista, as relações étnico-raciais utilizando como referenciais autores/as brasileiros/as com vasta produção de conhecimento no Serviço Social e a

dependem das categorias teóricas em relação com os objetos de estudo, assim como revisões teóricas que trazem referenciais de outras áreas do conhecimento.

Em destaque, as teses básicas da decolonialidade, autores e pesquisadores da América Latina como o pensamento de José Carlos Mariátegui e pesquisadores indígenas Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Bruno Ferreira, entre outros, têm sido referência. Esses últimos são fundamentais para afirmação da *episteme* indígena e a inserção dos saberes indígenas na formação dos Assistentes Sociais. São estudos que revelam o trabalho profissional com os indígenas, a proteção social nos territórios indígenas, a política de cotas nas universidades federais, a problemática indígena na formação social brasileira no contexto urbano, a participação indígena na saúde, sobre as violações de direitos e resistência indígenas como expressões da questão social, o papel desempenhado pelos indígenas enquanto protagonistas no contexto da questão ambiental, assim como, a existência de pesquisa bibliográfica sobre o estado da arte sobre indígenas em contexto urbano, citando esses como exemplos.

Num segundo momento desta caminhada investigativa nos aproximamos das lideranças indígenas Kaingang, *kujás* e caciques Kaingang<sup>5</sup> que são os sujeitos participantes da pesquisa e, aqui, são reconhecidas como coautores. Para realização de entrevistas a técnica escolhida será a história oral de vida, exatamente por esta ser a forma mais próxima da tradição Kaingang da oralidade. Para tanto, os critérios de escolha intencional dos participantes: lideranças que são de territórios indígenas em processo de retomadas, em situação de “acampamentos”, no processo de luta por demarcação de seus territórios. Também uma liderança

---

5 Sugerimos ver em DOMINGOS, A.; FERNANDES, R. M. C. Território e Territorialidades: imbricações que dão novo sentido à (re) existência dos povos Kaingang. **Espaço Ameríndio**, v. 16, n. 3, pp. 355-372, 2022.

de contexto urbano na cidade de Porto Alegre. Os dois sujeitos da pesquisa foram escolhidos intencionalmente e identificados com o consentimento dos mesmos, pois são lideranças indígenas Kaingang, *kujás*.

A técnica da história oral foi escolhida pela afinidade com a oralidade dos povos indígenas como forma de construção de conhecimentos. As narrativas das lideranças indígenas nos levaram a atingir os objetivos: conhecer as histórias das lideranças indígenas vivenciadas sobre as violações de direitos praticadas pelo Estado com relação aos seus territórios; promover a reflexão crítica acerca das realidades vivenciadas e retomadas indígenas, formas de resistências dos povos originários, para a afirmação dos direitos indígenas.

A história oral (HO) de vida como referencial teórico-metodológico alinha-se à escolha da abordagem qualitativa desta pesquisa. O uso desta técnica permite a possibilidade de buscar ouvir e registrar as vozes dos sujeitos invisibilizados pela da história oficial e inseri-los dentro dela (MEIHY, 2005). A história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de pessoas a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, a transcrição, a conferência do depoimento, a autorização para o uso, o arquivamento e a publicação dos resultados.

De acordo com Meihy (2005), existem três modalidades de história oral: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Na história oral de vida, é dado o espaço e o participante tem maior autonomia para falar o mais livremente possível sobre sua experiência pessoal, para que sua história seja contada a partir de sua vontade. Na história oral temática, há maior objetividade, pois será a partir de um assunto específico e preestabelecido que o (a) participante relatará sua opinião e posicionamento sobre algum evento definido. Ela tem características bem diferentes da história oral de vida, pois detalhes da vida pessoal do narrador

apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central. Na tradição oral, o foco é a permanência dos mitos, a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto e que se manifestam pelo folclore e pela transmissão geracional. Assim, as entrevistas serão gravadas e transcritas, ocorrendo a passagem da fala para a escrita enquanto processo de documentação (MEIHY, 2005).

A história oral indígena permite passar os conhecimentos de geração a geração, é a partir dela que também se constituem a formação da pessoa Kaingang. Segundo os sábios indígenas, no minicurso<sup>6</sup> “Metodologias Indígenas e Pesquisas em Educação: oralidade e história oral”, ao estar dialogando com os mais velhos, nas rodas de chimarrão e conversa já se está produzindo pesquisa, pois é ali que estão falando sobre êg jukre/nossos conhecimentos, nossas histórias. E não basta estar na roda de conversa, é preciso indagação, curiosidade. Outro dia perguntei ao meu pai, o porquê de ele não ter me contado sobre a história do nosso sobrenome, ele me respondeu que eu ainda não tinha perguntado ou mostrado curiosidade sobre aquilo, então, assim é recíproca a busca de conhecimentos.

Ainda, Bruno Ferreira Kaingang nos traz através do Minicurso<sup>7</sup> que é transversalmente do *Â mré vâmén/diálogos*, conversas com o outro, que se aprende, numa relação de reciprocidade e igualdade. Onde todos na comunidade indígena assumem uma mesma posição de ensino-aprendizagem: jovens, velhos e crian-

---

6 Fui aluna no Seminário Especial oferecido pelo PPG Educação em parceria com a Ação Saberes Indígenas na Escola. Encontro I: A pesquisa na formação de professores Kaingang e Guarani a partir da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo UFRGS.

7 Seminário Especial Oferecido pelo PPG Educação em parceria com a Ação Saberes Indígenas na Escola. Encontro IV: Práticas de Pesquisa acadêmica em Educação Indígena no Brasil.

ças. Nesta relação de igualdade e reciprocidade ainda nos destaca o termo *Jyvân/aconselhar*, nos apontando a relação que temos com nossos orientadores de pesquisa. Pois não se trata de uma relação em que se necessita de alguém desorientado, mas sim de um diálogo compartilhado para fazer educação através de *Juvân*. Assim rompe-se a ideia de hierarquia, trazendo uma relação de igualdade. Trago então, a experiência vivida até aqui com pessoas não indígenas que da mesma forma os considero como mestres, que são alguns professores e orientadores. Ressignifico conhecimentos junto à minha orientadora de pesquisa numa relação de complementariedade, principalmente das aprendizagens e escrita, de fato uma relação de vínculo não somente de pesquisa e troca de saberes e olhares, mas de vida.

Destaco, os participantes desta pesquisa como coautores da Dissertação da qual extraio esse excerto, que trazem seus conhecimentos não somente através de uma formalidade que é a entrevista oral de vida, mas nas vivências, rodas de conversa e, principalmente, nos espaços de luta compartilhados ao longo de minha trajetória em que pude dialogar com os mesmos e que passo a apresentá-los.

A liderança tradicional, *Kujá*, parteira de Porto Alegre/RS em contexto urbano – Iracema – é uma liderança reconhecida não somente em seu povo, mas na Universidade também, recentemente indicada ao título Doutor Causa Honoris pela UFRGS. Durante a entrevista a liderança se apresenta como sendo:

Iracema Kaingang, nascida em posto indígena de Nonoai, que antigamente era chamada de reserva. Mas depois foi mudada e desde que me conheço por gente, eu busco conquistar de volta as terras que tão nas mãos dos brancos, não é de agora.” E continua: “Enquanto eu tô lutando e buscando o bem-estar. O bem-estar das crianças que tão vivendo. E a vida, né? E amar o que faz... então esse é o meu amor interno, espiritualmente, me levam assim.

A liderança do Paraná/PR, Kretã Kaingang é membro da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representando a Região Sul e participou da comitiva de lideranças indígenas que foi à Europa no ano de 2021 para denunciar as violações aos povos indígenas na campanha “*sangue indígena, nenhuma gota a mais*”. Kretã na entrevista se apresentou:

[...] eu sou conhecido como Kretã Kaingang, foi um nome que o movimento indígena me deu e eu tenho muita honra, muito orgulho de seguir com esse nome”. Também faz referência ao seu povo e a sua ancestralidade ao se apresentar: “Kretã, o mais conhecido foi meu pai né, Kretã, que ele que deu início a luta pela terra no Sul, nos anos 70. E a minha trajetória assim que eu me entendo como pessoa, começou a partir daí. Quando meu pai foi morto né, assassinado, eu tinha 8 anos de idade [...].

Dando continuidade a descrição da caminhada investigativa, para a análise dos resultados da pesquisa bibliográfica e das narrativas que emergiram das histórias orais, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Para Bardin (2016, p. 47), a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. É uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação. O/a pesquisador/a buscará compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens, das narrativas que estão sendo considerados. O movimento para esta compreensão, pode se dar de duas formas: 1) Entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente; 2) Desviar

o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Para a utilização da análise de conteúdo consideramos as três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação. (BARDIN, 2016). Para fins de análise dos conteúdos escutei muitas vezes as gravações para, depois proceder com as transcrições e então organizar o quadro de análise do conteúdo, considerando as questões orientadoras e as categorias que surgiram desta oralidade Kaingang.

Também não se pode deixar de reconhecer a importância da pesquisa indígena no cenário atual como o já aqui citado sobre os estudos na Pandemia Covid-19 (BANIWA, TUXÁ e TERENA, 2020) e, no caso desta Dissertação, sendo desenvolvida por uma indígena pesquisadora tendo como base os valores ancestrais e culturais construídos na formação do ser Kaingang. Tem-se o compromisso ético com a coletividade, pensando o presente, que somos nós o futuro e que são nossos filhos todos imbricados com a ancestralidade. Por isto, a questão ética está totalmente relacionada com o sentido da pesquisa desenvolvida pelo povo indígena, ou seja, os conhecimentos ancestrais dialogam com o conhecimento não-indígena estabelecendo-se aí uma construção epistêmica que vai além dos padrões europeus ou dominantes na produção científica.

Ainda, com relação à pesquisa indígena no Brasil a Instrução Normativa Nº 01 de 29 de novembro de 1995 da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, resolve e de acordo com o Art. 1: “Aprovar as normas que disciplinam o ingresso em terras indígenas com finalidade de desenvolver pesquisa científica conforme documento em anexo.” e toma outras providências que envolvem patrimônio genético entre outros aspectos da área da saúde. Os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE).

No contexto da pandemia de Covid-19 que se instalou mundialmente a partir do ano de 2020, foram tomadas todas as precauções sanitárias para a realização das entrevistas. Entretanto, salientamos que as entrevistas não ocorreram em Terra Indígena, sendo as duas realizadas de forma presencial. Tendo em vista o compromisso ético com a devolução das informações e dados analisados após a conclusão desta investigação, tem-se como responsabilidade a devolução em roda de conversa na Universidade para socialização dos resultados, promovendo o diálogo e o debate crítico entre indígenas e não indígenas, assim como, nas aldeias, nos territórios indígenas e nos espaços de lutas dos povos indígenas. Também a partir desta oralidade traremos para a escrita os resultados da pesquisa em forma de artigos a serem publicados nas revistas indexadas da área do Serviço Social, entre outras, como forma de contribuir com a discussão na área e construirmos laços com outros (as) pesquisadores (as) indígenas no âmbito do Serviço Social.

Assim, neste texto socializo as reflexões introdutórias que compõem a minha a Dissertação e que está organizada em três capítulos. No capítulo dois, intitulado “*Alguém lutou por mim, eu luto por eles: memórias ancestrais Kaingang nas trajetórias do presente e de um futuro (im)possível*” vou trazendo a trajetória vivida pelos povos Kaingang e me incluo nesta reflexão e aos poucos vou situando as reflexões no subtítulo: “*Caminhando, compartilhando, resistindo, e fazendo história milenarmente: os povos Kaingang no Sul do Brasil*” e a “*Violação Colonial e Estatal: a dimensão sócio-histórica que devemos saber*”, sendo esta última fundamental para dar visibilidade as violências coloniais, assim como as promovidas pelo próprio Estado brasileiro. No capítulo três, denominado “*Territórios e Territorialidades: imbricações que dão novo sentido à (re)existência dos povos originários*” divido as reflexões em dois itens: “*Circularidade e andanças dos povos indígenas: os Kaingang*

*em movimento*” e “*Sem território não há proteção: a questão social e a (des)proteção social indígena*”. Neste capítulo foi possível trazer a discussão das principais categoria teóricas da pesquisa tais como: território, territorialidades, questão indígena e faço uma reflexão sobre as violações e resistência indígena como sendo expressão da questão social enfatizando a importância do direito originário, ou seja, o território para a efetivação da proteção social dos povos originários. Ao longo desses capítulos vou dialogando com os participantes da pesquisa, assim como com os autores e autoras que subsidiaram as reflexões que aqui escrevo. E por fim, trago as considerações finais na tentativa de refletir a partir dos achados desta pesquisa, assim como dos significados que este processo de formação de uma Kaingang significou neste tempo vivido.

### **Finalizando o texto**

Fica o convite para a leitura e estudos sobre as epistemologias indígenas, sobre a necessidade de conhecer os avanços na trajetória dos registros relacionados ao arcabouço jurídico e conceitual como instrumentos importantes para a materialização de direitos historicamente negados a uma parcela significativa da população, que são os povos originários. Há ainda um bom caminho a ser percorrido para que se realizem ações concretas, ou melhor, para que o trabalho profissional – de diferentes áreas do conhecimento, mas em especial o dos Assistentes Sociais – com os coletivos indígenas, tenha como princípio ético e político o reconhecimento do protagonismo de suas vidas e de tornar a política visível a esta população, a partir do direito à informação.

Temos o entendimento de que o reconhecimento do protagonismo da resistência indígena à colonização e todas as formas de exploração que sofreram e sofrem na realidade sócio-histórica brasileira, assim como, na América Latina, é condição para a

construção de uma agenda de formação dos trabalhadores. Uma agenda de valorização das *epistemes* trazidas pelos povos originários nas rodas acadêmicas, na mídia, nos processos de educação permanente (FERNANDES; MACIEL; DOMINGOS, 2022), enfim, nos movimentos indígenas associados às lutas da classe trabalhadora na construção de uma nova ordem societária.

## Referências

AMARAL, W. R.; BILAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Revista Em Pauta**, n. 45, pp. 180-195, 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BANIWA, B.; TUXÁ, F. C.; TERENA, L. E. Pandemia da Covid-19 na vida dos Povos Indígena. **Revista Terena Vukápanavo**, 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/02/04/revista-terena-vukapanavo-publica-dossie-sobre-pandemia-da-covid-19-na-vida-dos-povos-indigenas/>.

BRITO, P. Mulheres indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: caminhos entre o ser mães e universitárias. **6º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação, 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais em Educação**. Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, Campus Canoas - RS, Brasil, 2015.

DOMINGOS, A. N. ÊG TIGTI JAMÁ KRI, ÊG JAMÁ PÊ, ÊG NY GA FI. **Entre território e territorialidades originárias: a resistência Kaingang frente às violações dos Direitos Indígenas no Sul do Brasil**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

ENCONTRO GLOBAL DE MULHERES INDÍGENAS. **Manifesto A cura da Terra**. 2020. Disponível em: <https://curadaterra.org/pt/pre-ella-encuentro-global-de-mujeres-indigenas-portugues/>.

FERNANDES, R. M. C.; DOMINGOS, A. **Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, M.; DOMINGOS, A. Políticas indigenistas: contribuições para a agenda de educação permanente. **Sociedade em Debate**, v. 28, n. 2, pp. 128-144, 2022.

GAIVIZZO, S. B. **O direito dos povos indígenas a educação superior na América Latina: concepções, controvérsias e propostas**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2014.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências sociais Hoje**, ANPOCS, 1984.

KILOMBA, G. **Descolonizando o conhecimento: uma Palestra-Performance**. 2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/>.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, v. 10, n. esp., pp. 37-45 2007.

MACIEL, M. M. **Políticas indigenistas nas Políticas da Saúde e da Assistência Social no Brasil: um estudo sobre as legislações e a percepção indígena**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS. 2021.

MACHADO, M. S. **Terras indígenas no Brasil: estudo sobre os processos demarcatórios nos Governos Lula e Dilma**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2015.

MARIMON, M. **Desconstruindo colonialidades com Genipapo**. Cidadão Cultura, 2020. Disponível em: <https://www.cidadaoicultura.com.br/desconstruindo-colonialidades-com-genipapos/>.

MARIOTTO, C. **Questão indígena e capitalismo dependente**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2014.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MILANEZ, F.; SÁ, L.; KRENAK, A.; *Et Al.* Existência e Diferença: O racismo contra os povos indígenas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, pp. 2161-2181, 2019.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, H. (Org.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. Pp. 437-449.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2020

SANTOS, V. M. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, n. 30, e200112, 2018.

TAVARES, E. J. T. **Terra e Território na América Latina: o desafio indígena na era do capital**. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2019.

## QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL

Caroline Pires  
Jorge Castellá Sarriera  
Rosa Maria Castilhos Fernandes

### Introdução

Os últimos anos trouxeram uma enxurrada de informações acerca da lastimável realidade ambiental no Brasil: do crescente desmatamento de nossas florestas e biomas, assim como o aumento em quantidade e extensão de queimadas nos mesmos, tanto naturais quanto criminosas; da situação dos garimpos ilegais nos rios amazônicos e em terras indígenas; da poluição cotidiana dos oceanos através do despejo de rejeitos industriais; da alta circulação de navios de grande porte, exploração petrolífera e derramamentos de óleo acidentais no mar, além da matança extensiva dos seres marinhos pela pesca predatória; da possibilidade de tragédias ambientais descomunais, como os rompimentos das barragens de Mariana/MG (2015) e Brumadinho/MG (2019) que destruíram comunidades inteiras, deixando centenas de famílias desabrigadas e contaminando o gigante Rio Doce, que abastece diversas comunidades indígenas e ribeirinhas e serve de casa e alimento para milhares de espécies; as fortes tempestades e chuvas como as ocorridas no ano de 2022 em Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, entre tantas outras situações.

Partimos do entendimento de que a defesa da Natureza e seus biomas são também defesa dos Direitos Humanos, visto que nos

constituímos enquanto parte do planeta Terra e o trazemos em nossas veias. A ruptura do processo metabólico entre humanidade e Natureza, a qual resulta do afastamento de grandes populações humanas do acesso a recursos naturais até que não houvesse outra opção para sua sobrevivência que não a integração ao trabalho assalariado urbanizado, não só prejudicou as capacidades físicas dos/as trabalhadores/as, mas também sua natureza interna a ponto de não nos reconhecermos mais enquanto espécie partícipe do ciclo natural, enquanto parte integrante da Natureza (MARX, 2013).

Nesta linha, catástrofes ambientais decorrentes da mudança climática ou da intervenção humana desregrada imediata, como a mineração e garimpo intensivo, não afetam a todos igualmente. São os segmentos sociais mais vulneráveis e empobrecidos que são empurrados para áreas de risco – suscetíveis a deslizamentos e enchentes, por exemplo – por não terem condições de se manter em locais mais centrais e seguros. Quanto às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, estas se encontram direta e cotidianamente envolvidas em conflitos socioambientais, tanto por invasões em suas terras quanto por contaminações advindas das atividades mineradoras, entre outras. Um exemplo da nocividade que conflitos socioambientais como esses podem assumir é a intoxicação a que diversas comunidades indígenas estão submetidas, como os Munduruku que, segundo matéria do Brasil de Fato – de 30 de março de 2021, respaldada por pesquisa da Fiocruz de dezembro de 2020 – estão com 100% da sua população contaminada por mercúrio, substância utilizada no garimpo do ouro e que é altamente tóxica para seres humanos e o meio ambiente.

A depredação ambiental, principalmente o desflorestamento de grandes áreas – como é frequente no bioma amazônico – contribui também para a origem de epidemias e pandemias, uma vez que a minoração da diversidade de nossas faunas colabora para o espraiamento de vírus para a nossa espécie. Temos como exemplo

o Coronavírus Covid-19, causador de uma crise sanitária mundial e que vitimou muito mais pobres do que ricos, evidenciando que os agravos ambientais podem ser muito mais fatais às populações empobrecidas e que o debate ecológico precisa levar em conta os prejuízos decorrentes da divisão da sociedade em classes e o sistema capitalista de produção. Reconhecer os efeitos e agravos provocados pela violência originária do capital é pressuposto para a ruptura com tal sistema, assim como para a construção de uma sociedade democrática que tenha por norte um projeto societário ambientalmente saudável.

Tal contexto nos leva a corroborar com a necessidade de se dar visibilidade a este debate em sua totalidade e contribuindo, complementarmente, para a possibilidade de ampliação do escopo de ações e competências das/os Assistentes Sociais ao identificar a questão socioambiental como pauta fundamental de luta, visto que esta transversaliza os diversos aspectos que compõem a totalidade da vida humana. O meio ambiente torna-se assim um espaço de luta e disputa política.

Desta forma é que nos mobilizamos para a realização de uma pesquisa bibliográfica no âmbito do Serviço Social intitulada “O Enfrentamento à Questão Socioambiental no Brasil: A política ambiental brasileira e o debate no Serviço Social”, com o objetivo geral de analisar a política ambiental brasileira, em suas principais legislações e alterações, no período 2011-2021, com a finalidade de reconhecer como a mesma tem contribuído para o enfrentamento da questão socioambiental. Neste texto procuramos socializar os resultados relativos ao objetivo que buscou reconhecer como a dimensão ambiental vem sendo abordada na produção de conhecimento teórico no âmbito do Serviço Social. A opção por este objeto de estudo se deu por ser um assunto que vem crescendo nos debates promovidos pela categoria de Assistentes Sociais, a qual vem agregando importantes elementos na discussão sobre a problemá-

tica ambiental e as relações sociais conflitantes que dela decorrem. Para tanto, o texto além destas reflexões introdutórias, inicia com uma revisão teórica situando a relação da questão socioambiental e a questão social e na continuidade apresenta fragmentos da pesquisa bibliográfica realizada sobre a produção de conhecimentos tendo como objeto em estudo: a questão socioambiental.

### **A Questão Socioambiental: subsídios teóricos para a discussão**

Assim como a questão social que, segundo Yamamoto (2001), se constitui em conjunto de disparidades originadas pela relação desigual entre capital e trabalho, a questão socioambiental também encontra eco no desequilíbrio promovido por tal relação. Concordando com Netto (2001), que relembra que o denominado pauperismo do início dos tempos industriais se converteu em “questão social” quando se identificou que a base para a riqueza de poucos era sustentada pela pauperização de muitos e que o aprimoramento técnico do modo de produção, em vez de trazer prosperidade social pela abundante riqueza que poderia gerar, aprofundava o abismo econômico entre as diferentes classes, também a questão socioambiental cresce na medida em que se se crescem os meios para se sobrepuja-la.

A questão socioambiental retrata principalmente a desigualdade no acesso e usufruto da Natureza. Para Nunes (2017, p. 173), ela é apreendida

[...] como resultado da acentuação das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Ou seja, atribui-se às relações sociais capitalistas a causa principal da crise socioambiental contemporânea, visto o distanciamento do homem e da natureza, a utilização classista dos recursos naturais e o uso irracional do mundo natural.

Seguindo neste ponto de vista, salienta-se aqui o quanto a classe trabalhadora foi distanciada da Natureza e de suas riquezas para a própria constituição do capitalismo e manutenção das estruturas de poder, causando uma quase total expropriação dos recursos mantenedores da vida livre dos/as trabalhadores/as e alcançando a consolidação de um sistema que tem por base o contraste miserabilidade/concentração de riqueza (MARX, 2013). Por conseguinte, explora e degrada o meio ambiente em nome do lucro ao mesmo tempo em que socializa os danos e agravos ambientais. Reitera-se que a questão socioambiental é situada no capitalismo por que

[...] os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação do excedente com vistas ao mercado e, conseqüentemente, à obtenção do lucro (SILVA, 2010, p. 48).

É através da constante necessidade de valorização do valor, da visão do lucro como um fim em si mesmo, que a relação do homem com seus meios de produção começa a ser transformada, pois para suprir a exigência de expansão do capitalismo é imperativo que a terra e seus recursos sejam utilizados à exaustão, pois só assim a acumulação e concentração de capital é possível. Desta maneira, a relação entre sociedade e Natureza é radicalmente transformada, o meio ambiente passa a ser visto de forma utilitarista, com sua importância atrelada às possibilidades de valorização do valor (ultrapassando a concepção do valor de uso para o valor de troca) e não mais de forma romântica ou mística, como havia sido percebida em épocas anteriores. Entretanto, a sociedade não pode ser vista como unidade frente à Natureza, pois

[...] do ponto de vista histórico, é inaceitável culpar o humano como algo homogêneo, já que o que qualifica a ação predatória não é a ação humana abstratamente, mas modos específicos de relações sociais que determinam formas de uso e apropriação da natureza, pautadas na exploração intensiva do trabalho e dos recursos vitais disponibilizados pela natureza. Portanto, não faz sentido afirmar que a transformação da natureza é um problema, mas faz sentido sim afirmar que modos específicos de produção, territorialmente determinados, levam a transformações insustentáveis sob o prisma social e ecológico (LOUREIRO, 2012, p. 24-25).

É evidente então que a usurpação das riquezas naturais e a consequente degradação ambiental têm suas bases assentadas na divisão da sociedade em classes. Este modo de produção que molda a sociedade à sua própria imagem, através da reprodução ampliada de convenções sociais excludentes, tem na apropriação privada da Natureza comum fonte *quase* inesgotável de lucro. Os efeitos dessa apropriação desigual do meio ambiente e seus recursos, porém, já se fazem sentir, principalmente através da mudança climática que cada vez mais evidencia a urgência de se repensar velhos e insustentáveis costumes.

Incorporar a questão socioambiental no horizonte de trabalho do Serviço Social significa se inserir de forma crítica nessa dimensão que transversaliza a vida social e que contribui para ampliar e agudizar as demais expressões da questão social e que se constitui no objeto de trabalho profissional. O Serviço Social brasileiro sempre acompanhou as evoluções sócio-históricas que tiveram em curso no país e essa constante atualização é fundamental, ainda mais por pertencer a um ramo profissional que é diretamente afetado pela ampliação ou redução das políticas sociais públicas (Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Educação, entre outras) que se constituem em um dos principais

espaços sócio-ocupacionais para as mediações por meio do trabalho profissional. Diante da complexidade da vida social moderna, diferentes espaços são férteis para a ampliação das competências profissionais. De acordo com Yamamoto (2009, p. 367):

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.

Nesta perspectiva, entendemos a dimensão ambiental não só como um espaço sócio-ocupacional para a categoria, mas também como uma forma de apreensão das múltiplas expressões da questão social, uma vez que os agravos ambientais têm a capacidade de aprofundar estas expressões. A questão socioambiental acirra as desigualdades sociais na medida em que, para além da disparidade no acesso e usufruto aos recursos naturais, pode desencadear situações de calamidade pública, como seca e falta de abastecimento de água, enchentes e deslizamentos nas cidades e periferias, espraiamento de doenças e epidemias, entre outros. Desta forma, os/as Assistentes Sociais cada vez mais se conscientizam dos atravessamentos ambientais nas vidas dos/as usuários/as e da população como um todo, como poderá ser constatado através da robusta produção de conhecimento sobre o tema ao longo da última década.

Tratando-se das políticas sociais públicas não podemos deixar de citar os limites impostos e a redução e/ou cortes drásticos nos recursos orçamentários – colocados em curso desde 2016 no Brasil e que se acirraram no período de 2019 a 2022 – atingindo

a Saúde, a Educação, a Assistência Social, as áreas de Segurança Pública, de Infraestrutura, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e do Meio Ambiente, fazendo com que os investimentos públicos não acompanhem o crescimento da demanda e das necessidades sociais. Podemos citar como exemplo de uma política social que vem perdendo força nos últimos anos – devido às constantes crises do capital, as escolhas políticas dos últimos governos e, também, a crise sanitária do coronavírus instaurada no ano de 2020 – o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) do Governo Federal, implantado no governo Lula (2003-2011). Tal programa consiste na construção de cisternas para a captação de água das chuvas para o semiárido brasileiro – sendo este o clima mais quente do país, com chuvas escassas e longos períodos de seca.

Segundo o veículo Brasil de Fato (2020), em 2014 a injeção de recursos para o Programa atingiu seu ápice, porém, a partir daí começou a decair, atingindo os patamares mais baixos de financiamento no governo Bolsonaro (2019-2022). De acordo com a matéria se vê que este é um importante programa que vem sendo desmontado nos últimos anos, retirando o direito das famílias do semiárido à água potável e à agricultura familiar e trazendo a fome de volta ao Sertão. Este é um oportuno exemplo de como o Estado, por meio das políticas públicas e sociais, pode intervir significativamente nas expressões da questão socioambiental – seja com apoio àqueles que enfrentam climas adversos ou tragédias ambientais, seja com a prevenção a desastres. A redução de investimentos exemplificada, porém, atenta-nos para a contradição inerente ao Estado que, assim como um fomentador de políticas que promovem a qualidade de vida e a defesa socioambiental, também pode se constituir em um obstáculo à garantia das mesmas.

## O posicionamento do Serviço Social: o que a investigação revelou

A investigação científica que deu origem a este estudo teve o materialismo histórico-dialético como caminho teórico, contando com uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e natureza bibliográfica sobre o posicionamento do Serviço Social frente à questão socioambiental. A investigação buscou, então, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, todos vinculados a Programas de Pós-Graduação do Serviço Social, que versassem sobre a problemática ambiental. Foram coletados desde estudos que abordassem os fundamentos da temática como também aqueles que discorressem sobre conflitos ambientais específicos, pois estes são expressões da questão socioambiental.

Este momento da investigação buscou títulos em revistas indexadas da área do Serviço Social, as quais foram: Serviço Social e Sociedade (A1), da Editora Cortez; SER Social (A1), vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Política Social da Universidade de Brasília (UnB); Katálysis (A1), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Textos e Contextos (A2), vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); e, Temporalis (B1), editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A escolha dessas referências bibliográficas foi intencional por se tratar de revistas de grande reputação e circulação na área do Serviço Social, além de serem revistas com avaliações Qualis altas, o que indica a alta qualidade dos periódicos científicos. A busca dos artigos foi feita ano a ano, através dos sumários disponibilizados online, considerando o período de 2011 a 2021. Como resultado, foram encontrados 45 artigos que versavam sobre a temática ambiental, sendo em cada revista identificado os seguintes números: Serviço Social e Socie-

dade, n. 4; SER Social, n. 4; Katálysis, n. 22; Textos e Contextos, n. 4; e, Temporalis, n. 11.

Também foram buscadas teses de doutoramento e dissertações de mestrado sobre a temática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (período de 2011 a 2021) e utilizou como descritores os termos: serviço social + socioambiental; serviço social + ecologia; serviço social + sustentabilidade; serviço social + ambiental; e, serviço social + natureza. Foram encontradas 74 dissertações e 21 teses que remetiam aos termos pesquisados, as quais, juntos com os artigos científicos, foram categorizadas e pormenorizadas conforme as orientações de Bardin (1977) e Gil (2016).

Considerando todas as fontes consultadas, foram coletadas então 140 produções científicas vinculadas ao Serviço Social que tratavam sobre a questão socioambiental na última década. Consideramos este um número alto de produções, o que evidencia que este já é um tema que ganha espaço na agenda do Serviço Social e, analisando o contexto social de crise ambiental, social, política e sanitária, além do descaso com o meio ambiente por parte do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), podemos aferir, ainda que hipoteticamente, que o volume de produções sobre a dimensão ambiental poderá aumentar nos próximos anos.

A partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977; GIL, 2016) realizada foi possível organizar os achados em 11 categorias relacionadas com os objetivos da pesquisa e que foram emergindo ao longo das análises, restando assim definidas<sup>1</sup>: 1 - Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico (22); 2 - Gestão e Políticas Públicas (15); 3 - Conflitos Socioambientais (27); 4 - Resistências e Lutas Ambientais (19); 5 - Desastres Ambientais (5); 6 - Racismo Ambiental (2); 7 - Questão Socioambiental e Relações de Gênero (3); 8 - Debate à Luz de Autores (3); 9 - Meio

---

1 Entre parênteses se encontram o número de estudos encontrados relativos à categoria em questão.

Ambiente e Saúde (10); 10 - Questão Socioambiental e Serviço Social (27); e, 11 - Trabalho com Recicladores/Resíduos Sólidos (7). Acreditamos que estas 11 categorias conseguiram captar as similitudes e diferenças dos estudos, contribuindo para uma visão global do posicionamento do Serviço Social com relação ao objeto em estudo.

Foi possível inferir que a predominância dos assuntos se dá nas categorias *Conflitos Socioambientais* (27), *Questão Socioambiental e Serviço Social* (27) e *Contexto Socioeconômico* (22), sendo seguidos por *Resistências e Lutas Ambientais* (19) e, logo após, *Gestão e Políticas Públicas* (15). Entre tais categorias, notou-se que esta última aparece muito mais em Dissertações do que em Artigos ou Teses. O mesmo não acontece com a categoria *Conflitos Socioambientais* que, apesar de ser numerosa em todos os formatos de estudos, foi muito mais significativa como Artigos de revistas. A categoria *Questão Socioambiental e Serviço Social* foi uma temática que também apareceu em maior número como Dissertações, assim como *Meio Ambiente e Saúde* que apareceu somente em uma das revistas pesquisadas nos últimos dez anos.

Ao verificar a predominância dos assuntos por tipo de publicação, evidenciou-se que nas publicações em revistas científicas há uma grande incidência de assuntos referentes ao *Contexto Socioeconômico* (12) e aos *Conflitos Socioambientais* (10). As Teses, por sua vez, são um pouco mais bem distribuídas, mesmo assim as áreas de maior predomínio foram relativas às categorias *Questão Socioambiental e Serviço Social* (6), seguido de *Conflitos Socioambientais* (5) e, logo após, *Contexto Socioeconômico* (4). Já nas Dissertações, a temática *Questão Socioambiental e Serviço Social* saiu na frente, com 15 publicações, seguido de *Gestão e Políticas Públicas* (13) e, ambas as categorias *Conflitos Socioambientais* e *Resistências e Lutas Ambientais*, empatadas com 12 publicações cada. Quanto à distribuição temporal, observamos que há

regularidade na quantidade de publicações por ano, não havendo oscilações de tempo significativas entre as mesmas.

Nota-se que os assuntos explorados pelas/os pesquisadoras/es e representados aqui pelas citadas categorias de análise são caros aos/às Assistentes Sociais, que têm nas políticas públicas e na análise social crítica um espaço fértil de trabalho técnico e intelectual. O trabalho junto aos movimentos sociais, principalmente englobados na categoria *Resistências e Lutas Ambientalistas*, também se sobressaem nos resultados das pesquisas, o que reflete que cada vez mais as/os Assistentes Sociais incluem os movimentos ambientalistas como espaços de mobilização política e ampliação de direitos. Quanto às outras categorias que englobam atravessamentos, como *Relações de Gênero e Racismo Ambiental*, estas ainda não são tão representativas em números quando comparadas com as supracitadas, porém, por mais que ainda sejam inaugurais na categoria, trazem consigo o embrião de debates de peso que têm muito a reverberar em nossa sociedade e no processo de trabalho em que se inserem os/as Assistentes Sociais. À vista de tais resultados, acreditamos que a temática socioambiental será ainda largamente expandida, abrindo espaço para o adensamento de discussões permeadas por outras determinações sociais que pesam sobre segmentos populacionais específicos, tais como povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, moradias em área de riscos, vulneráveis, moradias precárias, entre tantas outras afetadas pelos agravos ambientais e pelo capital.

Para uma melhor visualização do debate que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Social, algumas considerações são trazidas neste texto socializando as principais reflexões analíticas do processo. Quanto à categoria *Conflitos Socioambientais*, esta agrupou estudos que tratavam de conflitos entre grupos de interesse acerca de territórios ou distribuição de recursos e agravos naturais; também sobre a construção de grandes empreendimentos que impactaram a vida de populações; assim como casos de in-

justiça ambiental. Já a categoria *Desastres Ambientais* incorporou produções que tratavam de calamidades ambientais específicas e seus impactos nas comunidades afetadas. A categoria *Trabalho com Recicladores/Resíduos Sólidos* trouxe estudos que falavam das condições de vida de catadores de materiais recicláveis e também da destinação de resíduos sólidos nas cidades. Quanto à categoria *Debates à Luz de Autores*, esta agrupou trabalhos que tiveram por objetivo problematizar a questão socioambiental sob a luz teórica de autores renomados, como Enrique Dussel. Já as categorias *Questão Socioambiental e Relações de Gênero* e *Racismo Ambiental* englobaram estudos que tratavam da questão socioambiental, ou de suas expressões conflituosas, pelo viés dos atravessamentos de gênero e raça, respectivamente. Por fim, a categoria *Meio Ambiente e Saúde* trouxe estudos que relacionavam a questão socioambiental aos processos de produção ou desgaste da saúde humana, inclusive aqueles relativos à segurança alimentar.

Adentrando agora nas categorias melhor pormenorizadas, a categoria *Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico* apresentou estudos que problematizavam e/ou traziam reflexões acerca da realidade ambiental no cenário sócio-político em questão, trazendo os fundamentos da mesma ou situando-a no sistema capitalista de produção e regulação social. Examinando mais a fundo os conteúdos propostos pelos/as Assistentes Sociais no que concerne à análise socioeconômica do fenômeno ambiental, os trabalhos trataram principalmente da mercadorização e financeirização da Natureza promovidas pela ideologia capitalista de apreensão do meio ambiente (AGUIAR e BASTOS, 2012; SILVA e ARAÚJO, 2012; SIMIÃO, 2021; JORGE, 2013). Segundo Aguiar e Bastos (2012, p. 86):

O elo final da cadeia de incorporação capitalista da natureza é a mercadorização. Basicamente, corresponde ao processo final de articulação entre a natureza e o processo

de trabalho, em que este introduz o trabalho assalariado como agente transformador da natureza numa matéria qualitativa diferente, portadora de uma utilidade social e, sobretudo, de valor de troca. Ou seja, transforma-se em uma mercadoria.

Ainda, algumas das publicações criticaram estratégias ditas ambientalistas, mas com caráter fortemente mercadológico, como as que aspiram ao “Consumo consciente”, “Capitalismo Verde”, “Economia Verde” e “Ecocapitalismo” (ARAÚJO e SILVA, 2012; SIMIÃO, 2021, 2014; ZACARIAS, 2012), uma vez que as mesmas estimulam mudanças comportamentais individuais sem necessariamente tencionar as bases estruturais sob as quais a questão socioambiental é fundada.

Quanto à categoria *Gestão e Políticas Públicas*, esta referiu-se a estudos que discutiam principalmente a implantação e execução de leis, políticas e programas ambientais ou que faziam referência à organização e distribuição de recursos naturais em quaisquer níveis de governo (municipal, estadual e federal). Entraram aqui os estudos que versavam, por exemplo, à Política Nacional de Educação Ambiental.

Esta categoria evidenciou uma interessante questão: 5 dos 14 trabalhos aqui alocados se referiam a políticas públicas no contexto amazônico (CHAVES, 2018; GUIMARÃES, 2011; GARRIDO, 2011; SILVA, 2011b; SOARES, 2015), sendo essa uma região de grande incidência de estudos ambientais em comparação às demais regiões do Brasil. Já analisando a totalidade dos estudos enquadrados nesta categoria, identifica-se que muitos atentam para a necessidade de ações preventivas aos agravos socioambientais pela gestão pública, que afirmam estar privilegiando ações compensatórias, como nos casos de desastres ambientais e poluição de ecossistemas por empresas privadas e até mesmo alguns eventos públicos (FREIRE e PRESCHOLDT, 2015; WEIL,

2014; VIGOLO, 2013). Outro apontamento, que se acredita ser complementar a este, é relativo ao caráter empresarial que a gestão pública pode apresentar, dificultando uma contribuição efetiva ao enfrentamento de questão ambientais por ser compelida a favorecer o habitual modo predatório de exploração do meio ambiente (SANTANA e SOUSA, 2012).

A categoria *Resistências e Lutas Ambientalistas* foi composta por trabalhos que versavam sobre processos de resistências de populações impactadas por conflitos e degradações ambientais e também por aqueles que expunham modos alternativos e sustentáveis de vida e organização do trabalho. Os estudos desta categoria foram os que mais contaram com observação participante e deram-se principalmente em âmbitos não-urbanos. Nesta linha, uma quantidade significativa de estudos expôs experiências em comunidades ribeirinhas e reservas indígenas, assim como em assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), englobando inclusive o processo de trabalho em associações e cooperativas sustentáveis (LEMONS, 2015; RODRIGUES, 2014; OLIVEIRA, 2018; SANTOS, 2011; SAMPAIO, 2012; SILVA, 2012; PONTES, 2015; LUZ, 2013; SILVA, 2011a; SANTOS, 2014).

A análise dos estudos aqui agrupados evidencia a necessidade do fortalecimento de práticas associativas e do cooperativismo, assim como da agricultura familiar (CÂNDIDO, 2014; PONTES, 2015; SANTOS, 2014; SAMPAIO, 2012). Conforme as pesquisas, estas práticas têm contribuído para a materialização de ações sustentáveis no meio rural, diferentemente do agronegócio atualmente dominante que promove o desgaste dos solos e a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários. Assim, a agroecologia aparece como importante força social, uma forma de luta contra-hegemônica que viabiliza mudanças nas práticas produtivas e alimentares, contribuindo para uma maior consciência ecológica tanto dos que plantam como dos que consomem.

E, por fim, a categoria *Questão Socioambiental e Serviço Social* trouxe produções que versavam sobre o debate da questão socioambiental dentro da categoria; abordaram também os processos de trabalho da/o Assistente Social na área ambiental, inclusive com subsídios para a atuação da/o Assistente Social; e, também, desta expressão da questão social enquanto um novo e desafiante campo de intervenção dos/as assistentes sociais (MARQUES e SCHIMITT, 2021; CYRINO, 2013; SILVA, 2019a; PEREIRA, 2018; DIAS, 2012), destacando a área ambiental como um espaço de discussões aberto às diversas áreas de conhecimento, numa perspectiva multi e interdisciplinar.

Uma das justificativas mais recorrentes no que concerne à apropriação da temática socioambiental pelo/as Assistentes Sociais e sua inserção neste meio foi o compromisso da categoria em se manter em dia com a realidade social, antecipando possíveis novas manifestações da questão social – neste caso, a emergência ambiental – e asseverando a versatilidade e plasticidade da profissão face ao contexto sócio-histórico em que se situa (MARQUES e SCHIMITT, 2021; VIEIRA, 2017; SILVA, 2016b; SILVA, 2018a). Como desafios, aparecem a carência de subsídios teóricos para a qualificação dos/as Assistentes Sociais para a atuação nesta área (SAUER e RIBEIRO, 2012), assim como a necessidade de articulação entre teoria e prática de forma a possibilitar alternativas viáveis para o enfrentamento à questão socioambiental (NUNES e SILVA, 2013) e a imprescindibilidade da ampliação do número de Assistentes Sociais na área (SILVA, 2018a).

A mobilização e organização comunitária, a geração de renda (DIAS, 2012) e o trabalho com gestão a partir de pesquisas territoriais (REZENDE, 2016) aparecem como possibilidades de atuação profissional, mas o que mais se destacou nesta perspectiva foi a dimensão socioeducativa da profissão, sendo esta uma das competências profissionais mais requisitadas junto ao

trabalho socioambiental (CAETANO, 2021; MOREIRA, 2013; ANITELLI, 2017; DIAS, 2012; SILVA, 2018a).

Interessante notar também a significativa quantidade de trabalhos que, como este, objetivaram reconhecer o posicionamento e o entendimento da categoria acerca da questão socioambiental (SILVA, 2016b; NUNES, 2018; LUDWIG, 2021; SILVA, 2019a; SILVA, 2015; SILVEIRA, 2015; PEREIRA, 2018; MENDES, 2011; SILVA, 2018a), o que ilustra o quanto as/os profissionais do Serviço Social têm tentado se inserir neste debate. A tentativa de compreensão sobre o que os/as demais companheiros/as de profissão estão trazendo dentro desta temática, deixa claro que há uma preocupação da categoria em reconhecer seus limites e possibilidades para a atuação na área. Atesta-se então que os/as Assistentes Sociais têm se interessado pela temática ambiental e a enxergam como uma “nova” atribuição profissional.

### **Considerações finais**

Através deste estudo, objetivamos demonstrar não só o posicionamento da categoria de Assistentes Sociais frente à questão socioambiental, mas também expor a importância da inserção da mesma neste debate. Entendemos que a discussão ambiental pode ser muito beneficiada, uma vez que esta categoria incorpora o propósito de transformação social, visando uma sociedade justa e livre de explorações (CFESS, 2012). Ademais, com o materialismo histórico-dialético como referência, tal problemática tende a ser percebida em sua totalidade, saindo do plano do imediato e sendo problematizada desde suas raízes.

A investigação possibilitou identificar que o Serviço Social tem entendido a questão socioambiental como um dos desdobramentos da relação conflituosa entre o sistema capitalista de produção e a exploração do trabalho, situando a gênese da questão

socioambiental na espoliação da natureza mediada pelas relações burguesas de propriedade. Rodrigues (2014, p. 42) esclarece esta noção ao trazer que:

[...] as raízes da questão ambiental se localizam no período histórico da acumulação primitiva do capital que, através da expropriação das terras de uso comum e da consequente expulsão dos produtores camponeses, operou primeiramente, a separação entre o homem e a natureza. Isso demonstra que a pilhagem dos recursos naturais é uma tendência intrínseca ao capital, que vem sendo reafirmada no seu curso e agravada no atual processo de acumulação capitalista, hegemônico pela financeirização, em função da ampliação da escala e do ritmo cada vez mais acelerado de produção, demandando novos espaços sociais e físicos.

Reconhecemos assim o posicionamento crítico que a categoria de Assistentes Sociais vem demarcando frente à questão socioambiental ao trazer análises pertinentes sobre o assunto que chegam às origens do processo de espoliação da Natureza, identificando o sistema capitalista de produção como o principal catalisador da crise ambiental em curso. A saída proposta pela categoria é a transformação social através da superação das relações capitalistas de produção e reprodução da vida. Por fim, acreditamos que este debate tende ainda a ser bastante ampliado e aprofundado, assim como as possibilidades das mediações por meio do trabalho dos/as Assistentes Sociais junto à dimensão ambiental que, numa perspectiva interdisciplinar, ainda têm muito a contribuir para a transformação socioambiental.

## Referências

AGUIAR, J. V.; BASTOS, N. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. **Katálysis**, v. 15, n. 1, pp. 85-94, 2012.

ANITELLI, A. A. S. **Serviço Social e educação ambiental: um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP**. [Dissertação de Mestrado]: Franca: UNESP, 2017.

ARAÚJO, N. M. S.; SILVA, M. G. Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. **Temporalis**, v. 12, n. 24, pp. 127-143, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAETANO, M. **Dialética verde: subsídios para o trabalho profissional de assistentes sociais na área socioambiental**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2021.

CANDIDO, M. N. O. **Associativismo e agricultura familiar: construção de indicadores de sustentabilidade para a associação “Flores da Eva” no município de Rio Preto da Eva-AM**. [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2014.

CHAVES, B. G. O. **Sustentabilidade social e cultural da política de educação ambiental: um estudo de caso no programa social e ambiental dos igarapés de Manaus-AM**. [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, CFESS: 2012.

CYRINO, A. B. S. **O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social: sustentabilida-**

**de, resiliência, instrumentalidade na cidade de Manaus/AM.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2013.

DIAS, M. R. **A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS).** [Dissertação de Mestrado]. Franca: UNESP, 2012.

FREIRE, L. M. B.; PRESCHOLDT, S. G. A. Desenvolvimento às avessas e depreação socioambiental por uma mineradora. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, pp. 476-500, 2015.

GARRIDO, A. L. **O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus.** [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2016.

GUIMARÃES, J. T. S. **Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o serviço social.** [Dissertação de Mestrado]. Belém: UFPA, 2011.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporales**, n. 3, pp. 09-32, 1001.

JORGE, L. M. L. **O horror do “paraíso”: onde a natureza se transforma em “paisagem” e a “paisagem” se transforma em mercadoria.** [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

LEMOS, E. M. **O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS.** [Tese de Doutorado]. Franca: UNESP, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012.

LUDWIG, C, J. S. S. **Questão socioambiental e a mineração: um estudo a partir da produção do Serviço Social.** [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2021.

LUZ, H. C. **Desenvolvimento sustentável na Amazônia: uma análise nas aldeias Frasqueira e Itaputyre da Reserva Indígena Tembé do Alto Rio Guamá RIARG.** [Dissertação de Mestrado]. Belém: UFPA, 2013.

MARQUES, E. J. S. T.; SCHMITT, A. R. V. O Serviço Social ambiental: compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. **Katálysis**, v. 24, n. 3, pp. 607-616, 2021.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, M. M. **Serviço Social e sustentabilidade: uma nova demanda para a profissão.** [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: PUC-SP, 2011.

MOREIRA, I. S. **Serviço Social e meio ambiente: a contribuição do Assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.** [Tese de Doutorado]. Franca: UNESP, 2013.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, n. 3, pp. 41-49, 2001.

NUNES, L. S.; SILVA, A. G. M. A concepção de questão socioambiental e o serviço social. **Temporalis**, n. 26, pp. 97-116, 2013.

NUNES, L. S. A questão socioambiental na particularidade brasileira: caráter destrutivo da acumulação capitalista. **Temporalis**, v. 17, n. 34, pp.173-194, 2017.

NUNES, L. S. **Questão socioambiental e formação profissional: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate?** [Tese de Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2018.

OLIVEIRA, D. M. S. C. **O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé-RJ.** [Dissertação de Mestrado]. Niterói: UFF, 2018.

PEREIRA, J. A. **A produção de conhecimento sobre a questão ambiental no Serviço Social: análise dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016.** [Dissertação de Mestrado]. Juiz de Fora: UFJF, 2018.

PONTES, I. P. S. **Sustentabilidade da agricultura familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no município de Caapiranga/AM.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2015.

RAQUEL, M. Rios, terras e alimentos contaminados: como vivem os afetados pelo garimpo ilegal. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/30/rios-terras-e-alimentos-contaminados-comovivem-os-afetados-pelo-garimpo-ilegal>>.

REZENDE, P. N. **Serviço Social e saúde ambiental: desafios e possibilidades de atuação no centro da cidade de São Paulo.** [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: PUC-SP, 2016.

RODRIGUES, M. A. G. **Política da Questão Ambiental no MST: a Agroecologia como estratégia produtiva e política.** [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SAMPAIO, A. C. S. **Os caminhos da transição agroecológica: uma análise das experiências da agricultura familiar camponesa no Território dos Vales do Curu e Aracatiacu.** [Dissertação de Mestrado]. Natal: UFRN, 2012.

SANTANA, R. N. N.; SOUSA, S. M. P. S. Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares. **Katálysis**, v. 15, n. 1, pp.112-121, 2012.

SANTOS, L. R. S. **Trabalho e sustentabilidade: manejo de andiroba pela COOPFITOS e comunidade Canaã no município de Manaquiri/AM.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2014.

SANTOS, S. J. E. **Comunidades sustentáveis: autoridade e autonomia em questão.** [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2011.

SAUER, M.; RIBEIRO, E. M. Meio Ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, pp. 390-398, 2012.

SILVA, A. C. B. B. **Meio Ambiente e Serviço Social: formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a questão socioambiental.** [Dissertação de Mestrado]. Franca: UNESP, 2019.

SILVA, A. I. **O trabalho do assistente social e a questão socioambiental: dimensão educativa em perspectiva.** [Dissertação de Mestrado]. Franca: UNESP, 2018.

SILVA, E. L. P. **Da casa ao Mangue: abordagem socioecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba-PB.** [Dissertação de Mestrado]. João Pessoa: UFPB, 2011.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. M. G. **Sindicalismo rural e desenvolvimento sustentável: uma aproximação crítica.** [Dissertação de Mestrado]. Recife: UFPE, 2012.

SILVA, S. C. **Produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos.** [Dissertação de Mestrado]. Recife: UFPE, 2015.

SILVA, S. Q. E. **Gestão social e sustentabilidade: um estudo de caso sobre a política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2011b.

SILVA, T. P. **Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social.** [Dissertação de Mestrado]. Franca: UNESP, 2016b.

SILVA, M. G.; ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S. Consumo consciente: o ecocapitalismo como ideologia. **Katálysis**, v. 15, n. 1, pp. 95-111, 2012.

SILVEIRA, J. P. B. **Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social.** [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2015.

SIMIÃO, L. N. **Crise Climática, Mecanismos de Mercado e a Financeirização da Natureza: uma análise da degradação so-**

**cioambiental regulamentada pela farsa ideológica do mercado de carbono.** [Tese de Doutorado]. Natal: UFRN, 2021.

SIMIÃO, L. N. **O “Novo” Discurso Hegemônico da (In) Sustentabilidade do Capitalismo Verde: uma análise crítica.** [Dissertação de Mestrado]. Natal: UFRN, 2014.

SOARES, G. T. **Sustentabilidade socioambiental: um estudo de caso na cooperativa de fibras e vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2015.

VIEIRA, S. L. S. **Do Serviço Social no Brasil e da questão socioambiental do século XXI: uma abordagem à ecologia de Marx.** [Tese de Doutorado]. São Paulo: PUC-SP, 2017.

VIGOLO, T. C. **Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais.** [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2013.

WEIL, A. G. **A Realidade Fora da Arena: a dinâmica (in)sustentável do trabalho informal no festival folclórico de Parintins - Amazonas.** [Tese de Doutorado]. Manaus: UFAM, 2014.

ZACARIAS, R. S. Do “Desenvolvimento sustentável” à economia verde: as falsas propostas do capital em época de crise. **Temporalis**, v. 12, n. 23, pp. 125-151, 2012.



## SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

**Adolfo Pizzinato:** Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social – Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana – UFRGS.

**Alzira Maria Baptista Lewgoy:** Assistente social, pesquisadora do CNPq, docente associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da mesma instituição.

**Anderson da Silva Fagundes:** Assistente Social. Especialista em Saúde da Criança pelo Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS).

**Angelica Domingos Kaingang:** Assistente Social. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Camila Maewe da Silva Bandeira:** Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Carla Rejane Goulart Bandeira:** Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Caroline Pires:** Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Analista de Gestão em Saúde. Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Claudia Aparecida Alves Godói:** Assistente Social. Desde 2012/2 – UNITINS. Mestranda PPGSSS 2022/1 e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social (Departamento de Serviço Social/UFRGS). Atuação na Política de Assistência Social por 16 anos com população em situação de rua de Porto Alegre através do Instituto Cultural São Francisco de Assis. Mulher Negra, esposa, mãe de três lindos filhos. Aqui estou em honra a todos meus ancestrais.

**Cláudia Correia Coelho:** Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Cristiane Schossler Garcia Nunes:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Dolores Sanches Wunsch:** Assistente Social, Doutora em Serviço Social (PUCRS), Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (NEST/UFRGS).

**Ediane Pereira Santana:** Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Fábio Ramos Cannas:** Cientista Social, Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Fernanda Lanzarini da Cunha:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação Política Social e Serviço Social, Assistente Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Fernando F. Dillenburg:** Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Giovane Antonio Scherer:** Assistente Social. Docente do curso de Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas – GEJUP/UFRGS. Professor vinculado ao Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação CIESS/UFRGS. Bolsista Produtividade CNPq.

**Jessica Flores Mizoguchi:** Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Jorge Castellá Sarriera:** Psicólogo, docente aposentado, Doutor em Psicologia Social é membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Juliana Paulazzi Cavalli:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Jussara Maria Rosa Mendes:** Assistente Social, Doutora em Serviço Social (PUC-SP) e Professora do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (NEST/UFRGS).

**Leila Aparecida Cunha Thomassim:** Assistente Social. Mestre em Políticas Sociais e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Militante em defesa do SUAS.

**Letícia M. Pereira:** Mestre em Política Social e Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Míriam Thais Guterres Dias:** Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Pâmela da Silva Braz:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Renata Maieron Turcato:** Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente trabalhadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e compondo o corpo docente do Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do Poder Judiciário do RS – CJUD.

**Rosa Angela Chieza:** Economista e Professora nos Programas de Pós-Graduação, em Política Social e Serviço Social (PPGPSSS) e em Economia profissional da UFRGS.

**Rosa Maria Castilhos Fernandes:** Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Rosemari Paim da Silva:** Assistente Social. Graduada pela PUC-RS em 2015/2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social (Departamento de Serviço Social/UFRGS). Trabalhadora na Política de Assistência Social – Trabalho com População em Situação de Rua.

**Tatiana Reidel:** Assistente Social. Mestre Doutora em Serviço Social (PUC-RS). Pós-Doutora em Serviço Social (UCM/Espanha). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Produtividade CNPq. Líder Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS).

**Thais Braga de Souza:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Analista de Políticas Públicas SAS – RS.

**Thaísa Teixeira Closs:** Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social. Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora Pq/CNPq. Líder do Grupo de Estudos sobre Ensino, Fundamentos e Memória em Serviço Social.

**Tiago Martinelli:** Professor no Curso de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assistente Social pela UNISINOS. Doutor e Mestre em Serviço Social pela PUC-RS. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social (Departamento de Serviço Social/UFRGS).

**Tuane Vieira Devit:** Assistente Social, Especialista em Adulto Crítico (HCPA/UFRGS), Mestre em Política Social e Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS).

**Valdete Souto Severo:** Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Direito do Trabalho pela USP/SP. Pós-Doutora em Ciências Políticas pela UFRGS.

**Valquiria Quintanilha Fortunato:** Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



**Aviso importante:** Ao comprar um livro você não somente está a adquirir um produto qualquer. Você também remunera e reconhece o trabalho do autor e de todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras, tais como editores, diagramadores, ilustradores, gráficos, distribuidores e livreiros, entre outros. Se quiser saber um pouco mais sobre isso, acesse:

<https://www.youtube.com/watch?v=XQkpZA6qFhc>